

FRONTEIRAS

CATHERINE AUBERTIN (org.)

EDITORA



UnB

OPSTOM

FRONTEIRAS



Fundação Universidade de Brasília

Cristovam Buarque — Reitor

João Cláudio Todorov — Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni — Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

FRONTEIRAS

Catherine Aubertin (organizadora)
Bertha Becker
Tânia Navarro Swain
Ignez Costa Barbosa Ferreira
Philippe Léna
François Lévêque
Rodolphe de Koninck
Martin Coy
Priscila Faulhaber Barbosa
Luc Mougeot

Este livro ou parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização escrita do Editor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário — Asa Norte
70.910 Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by Editora Universidade de Brasília
Em co-edição com ORSTOM, Institut Français
de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération.

EQUIPE TÉCNICA

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Revisores:

Fatima Rejane Meneses, Flávio Gonçalves Castro,
Maria Helena de Aragão Miranda, Regina Coeli Marques,
Thelma Rosane Pereira de Souza, Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão Gráfica:

Antônio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN 85-230-0239-1

Ficha Catalográfica

Elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

F935r Fronteiras/Catherine Aubertin, org.; Bertha
Becker ... et al. . — Brasília: Editora Universidade
de Brasília; Paris: ORSTOM, c1988.
250 p.

91-04 341.222
Aubertin, Catherine, org.
Becker, Bertha, colab.

SUMÁRIO

Prefácio de BERTHA BECKER	9
Apresentação de CATHERINE AUBERTIN e PHILIPPE LÉNA	11
Principais siglas utilizadas	17
1 — TÂNIA NAVARRO SWAIN. Fronteiras do Paraná: da Coloni- zação à Migração	19
2 — IGNEZ COSTA BARBOSA FERREIRA. Ceres e Rio Verde: Dois Momentos da Expansão da Fronteira Agrícola	38
3 — BERTHA K. BECKER. Significância Contemporânea da Frontei- ra: Uma Interpretação Geopolítica a Partir da Amazônia Brasilei- ra	60
4 — PHILIPPE LÉNA. Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazô- nia	90
5 — FRANÇOIS LÉVÊQUE. Os Processos de Formação e as Dinâmi- cas das Regiões Pioneiras. O Caso da Costa Atlântica Nicaragüen- se e da Amazônia Brasileira	130
6 — RODOLPHE DE KONINCK. O Campesinato como Ponta-de- Lança Territorial do Estado: O Caso da Malásia	144
7 — MARTIN COY. Desenvolvimento Regional na Periferia Amazô- nica. Organização do Espaço, Conflitos de Interesses e Programas de Planejamento dentro de uma Região de "Fronteira": O Caso de Rondônia	167
8 — PRISCILA FAULHABER BARBOSA. Tradição e Mudança no Médio Solimões. Estrutura Social e Movimentos de Base Territo- rial	195
9 — CATHERINE AUBERTIN. Industrializar as Fronteiras?	215
10 — LUC J.A. MOUGEOT. Planejamento Hidroelétrico e Reinsta- lação de Populações na Amazônia: Primeiras Lições de Tucuruí, Pará	231

PREFÁCIO

Um número especial sobre a fronteira parece muito oportuno, não apenas pelo desafio social e intelectual que constitui o processo contemporâneo de sua expansão, marcado pela magnitude do ritmo, da escala e dos conflitos, mas também porque a fronteira é um componente significativo na construção dos Estados nacionais, e, portanto, na construção do seu futuro. Fato que assume especial significado no momento político do Brasil.

O significado da fronteira não é dado. Embora represente ela a conquista de novos espaços, seu significado é reescrito em função do contexto histórico mundial e das especificidades das formações sociais em que se desenvolve. Hoje, a fronteira só pode ser compreendida como parte dos complexos e contraditórios processos de globalização da economia e da dinâmica específica dos Estados nacionais. A fronteira não é um espaço independente nem estranho à sociedade e ao espaço nacionais — ela é deles parte integrante e influi fortemente na sua construção. Seu significado hoje não se resume à conquista de novos territórios em termos demográficos e econômicos concretos; ele extrapola as franjas do mapa impulsionadas por pioneiros, identificando-se com o próprio processo de construção dos Estados nacionais. Para o Estado, representa a possibilidade de afirmar a posição do País no cenário mundial, simultaneamente à afirmação de seu poder; para a sociedade nacional, representa a possibilidade de mergulhar num espaço dotado de virtualidade histórica em termos políticos e de ascensão social. É mito e realidade; sonho e frustração; crescimento e sofrimento.

No caso do Brasil, a expansão da fronteira na Amazônia, após o golpe militar de 1964, se processou num contexto específico em que o Estado mediou interesses da grande empresa, principalmente do capital internacional, e sua concepção de nacionalismo baseada na doutrina da segurança nacional; em que desenvolvimento — entendido como rápido crescimento econômico a qualquer preço — e segurança mutuamente se sustentavam.

Se esse modelo afetou o País como um todo, a Amazônia, por suas características intrínsecas, foi talvez a região do País mais atingida pela intervenção direta do Estado, no ato de construção do Estado nacional. A nova malha técnico-política, imposta na região, contudo, não se fez por si só — incorporou tendências de expansão e transformação da sociedade já existentes, em busca do patrimônio material e ideológico representado pela fronteira que está sendo construída pelas mãos de milhares de migrantes.

A apropriação do imenso território amazônico contribuiu, assim, a duras penas, para a consolidação do modelo; não tanto ao nível de ampliar a produção mas de dar continuidade à construção do Estado nacional segundo a concepção vigente, reproduzindo as relações amplas de dominação específicas da sociedade brasileira. E, em consequência, uma nova Amazônia se delineia, com novas sociedades locais e novas demandas.

No momento em que um novo horizonte político se abre no País, um dos vetores para repensar a construção democrática do Estado nacional é, sem dúvida, a fronteira, pois que o modo em que é ocupada certamente influirá no seu

futuro. Como efetuar uma utilização de seu imenso potencial sem prejuízo do atendimento às necessidades das populações presentes e futuras? Como assegurar a representatividade dos diferentes grupos sociais que vivem a fronteira? Numa nova conjuntura de um Estado que gere pressões, como definir uma diretriz que atenda a interesses gerais em face das múltiplas demandas sociais e políticas, evitando que se gerem novas irracionalidades na gestão desse patrimônio?

Eis alguns dos desafios que a sociedade brasileira tem que enfrentar na construção da fronteira e de seu próprio futuro.

Bertha K. Becker

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1986.

APRESENTAÇÃO

Raros são hoje em dia os países onde se pode observar um processo significativo de ocupação demográfica e econômica de vastas parcelas do território nacional, como é o caso no Brasil ou na Malásia. Trata-se, porém, em menor grau, de um fenômeno muito freqüente nos dias atuais na zona intertropical. Deve-se a este fenômeno notadamente o rápido desaparecimento da floresta ombrófila, da América do Sul ao sudoeste da Ásia, substituída, no melhor dos casos, por culturas comerciais permanentes e, na maioria das vezes, por uma agricultura de queimadas e por uma pecuária muito extensiva, que encontram no consumo do espaço uma estratégia coerente de otimização da relação trabalho/produto, susceptível de compensar parcialmente a ausência de capitalização técnica. Deve-se notar que o termo “fronteira”, aplicado a este processo, é, em grande parte, próprio do continente americano. Trata-se com certeza do termo inglês *frontier*, popularizado por Turner no século passado, em sua análise da expansão territorial norte-americana, e estendido para a América Latina. Mas haveria diferenças reais mais além da terminologia? Por que, por exemplo, o termo “fronteira” quase não é utilizado pelos pesquisadores africanos ou africanistas? Por que este projeto de *Cahier de Sciences Humaines* de l’ORSTOM dedicado à “fronteira” teve pouca repercussão junto àqueles pesquisadores? A conquista de novos espaços é, no entanto, um fato permanente da história africana e não faltam exemplos atuais, quer se trate de frentes pioneiras cuja dinâmica é devida à extensão de uma cultura de exportação (cacau em Gana e na Costa do Marfim, amendoim no Senegal), da expansão territorial de um grupo étnico (Mossi no Burkina Fasso...), ou ainda de uma frente pluriétnica de pequenos agricultores (Mayombé); isso sem falar das terras altas de Madagascar, estudadas por J. P. Raison, e das experiências de colonização dirigida, realizadas na Tanzânia, em Moçambique ou no Kênia, entre outros.

Seria a expansão da fronteira um conceito estreitamente ligado ao mito fundador de uma determinada sociedade, em particular à colonização europeia na América Latina, onde a pouca importância dos contingentes demográficos anteriores e a progressão contínua do povoamento de origem europeia teriam contribuído para produzir representações culturais específicas?

Não é suficiente que um espaço seja colonizado por um grupo em expansão, nem mesmo que o Estado utilize regularmente alguns territórios não ocupados para a instalação de pequenos camponeses ou de empresas agroindustriais, para que se possa falar de “fronteira”. A partir do momento em que o termo “fronteira” aparece nos discursos oficiais, é difundido pelos meios de comunicação, utilizado (e mesmo manipulado) para designar a expansão da sociedade nacional e a integração territorial, ele expressa um fenômeno global de sociedade e adquire uma dimensão simbólica que ultrapassa o aspecto concreto e localizado do fenômeno, mas contribui fortemente para fornecer-lhe suas principais características. Não estudaremos pois a fronteira como um conjunto de fenômenos de ocupação de zonas marginais, como já foi feito de maneira

notável (1), mas como um componente do patrimônio, tanto material quanto ideológico, que determina as relações das sociedades com seu espaço. A leitura dos artigos aqui reunidos evidencia que o fenômeno deve ser encarado em sua dimensão nacional, ideológica; com efeito, a fronteira é reputada como devendo oferecer ao país inteiro novas perspectivas (crescimento econômico, soluções de problemas sociais, domínio do território num sentido nacionalista, etc...). A fronteira é então definida ao mesmo tempo como construção ideológica, traço cultural e conjunto de fenômenos concretos extremamente diversos (entre os quais o único elo é muitas vezes o fato de pertencer a um mesmo campo de representações) onde se encontra a presença do Estado em todos os níveis.

O papel do Estado é particularmente determinante para catalisar e reorientar as expectativas e tensões sociais, desviá-las para uma dimensão horizontal, da qual se espera que ofereça a promoção vertical impossível nas regiões econômicas e sociologicamente estabilizadas. Prometendo a todos as mesmas oportunidades na fronteira, o Estado prega um igualitarismo teórico que é uma concretização da utopia pioneira, podendo assim desengajar-se dos conflitos centrais; é por isso que freqüentemente a “fronteira” é apresentada como um substituto da reforma agrária (2). Graças a esta possibilidade de deslocar os conflitos para a periferia e de remetê-los à ideologia pioneira, graças também à sua manipulação contínua do espaço (abertura de estradas, divisões administrativas, etc...), o Estado assegura sua legitimidade e estende sua soberania. O fato é que na África é raro que o Estado tenha se encarregado de tal construção. Deve-se colocar em questão a relativa fraqueza dos Estados e de seus recursos financeiros que muitas vezes acarretou a entrega das operações de ocupação de terras novas (concepção, controle, financiamento) a organismos estrangeiros ou internacionais? Trata-se de um efeito do mosaico étnico e do domínio tradicional do solo: qual espaço, com efeito, poderia ser designado como “fronteira”, isto é, como espaço a colonizar, sem provocar a reação dos “colonizados”? O Estado, para se manter, deve levar em conta esta pluralidade, caso contrário poderia, como ocorre às vezes, ter que se defrontar com movimentos de secessão. Poder-se-ia igualmente invocar a existência de um campesinato enraizado, estruturado, em cujo interior as solidariedades aldeãs e a ligação com a terra fossem fortes e contribuíssem para frear os movimentos de população, mesmo em zonas densamente povoadas. Onde, até agora, as condições de expansão de uma sociedade em vastos espaços foram melhor reunidas do que no continente americano? As diferenças étnicas e técnicas facilitaram a negação de formas de ocupação do espaço próprias das populações autóctones. O massacre dos índios aparece como indissociável da fronteira,

(1) Vide bibliografia ao final de cada artigo — Para publicações estrangeiras vide principalmente: — *Les phénomènes de 'frontière' dans les pays tropicaux. Travaux et Mémoires de l'IHEAL* — n° 34, Paris, 1981.
— *Frontier Expansion in Amazônia* — University of Florida Press — Gainesville, 1982.

(2) O Plano Nacional de Reforma Agrária, atualmente em difíceis negociações, relança fortemente o debate. É de se temer que ainda uma vez, para defender seus interesses, os grandes proprietários de terra levarão o governo a reativar o mito da fronteira.

pois sua expansão se efetua sempre em um espaço ideologicamente considerado como vazio, de um ponto de vista demográfico ou econômico, e mesmo jurídico. Prova disto é que a ideologia da fronteira é nitidamente menos acentuada nos países sul-americanos que têm uma forte proporção de população ameríndia com a qual foi necessário compor. Mesmo em casos de importantes disparidades técnicas, uma forte organização das populações autóctones pode frear a expansão da fronteira, como mostram as federações *shuar* (Peru e Equador). É contudo uma exceção na bacia amazônica.

Sob formas ligeiramente diferentes, encontra-se um fenômeno de “fronteira” na Ásia, particularmente nas Filipinas, na Malásia e na Indonésia. Neste último país, o processo é antigo e principalmente ligado à pressão demográfica desigual, o que não impede de ser utilizado para servir a finalidades menos aparentes. A manipulação pelo Estado do simbolismo da fronteira intervém principalmente quando, por razões geopolíticas, econômicas e demográficas, é conveniente deslocar populações numerosas que é preciso motivar, ou quando é necessário atrair capitais privados, nacionais ou estrangeiros, ou ainda justificar e consolidar importantes investimentos públicos.

A maioria dos autores desta obra concorda em denunciar os custos elevados e a pouca eficácia demográfica e econômica da fronteira, pelo menos enquanto primeira ocupação de um espaço considerado como vazio. Assim, apesar de um ritmo de integração de novas terras à agricultura de cerca de 400.000 hectares por ano, o Brasil deverá essencialmente contar com a intensificação (e bem particularmente com o programa nacional de irrigação) para aumentar significativamente a produção de cereais. A eficácia política é sem nenhuma dúvida bem mais importante, mas também muito mais dificilmente mensurável.

O estudo dos fenômenos de fronteira permite levantar uma série de problemas ao mesmo tempo teóricos e práticos de alcance mais geral, que se poderia tentar sintetizar do seguinte modo: a acumulação demográfica e a capitalização técnica, social, econômica e institucional num determinado espaço são fenômenos históricos complexos e interativos que se desenvolvem em longos períodos de tempo. A tentativa de abreviar este processo, transpondo certos traços das regiões centrais consolidados para a periferia, acarreta uma série de efeitos perversos que caracterizam as regiões de fronteira. O tempo levado para atingir certo grau de consolidação representa de algum modo a duração de vida do fenômeno de fronteira. Supondo que seja possível (o que é evidentemente um *non sens*), o deslocamento da totalidade da estrutura social (“formas de controle” segundo a expressão de P. Gourou) para os novos espaços representaria um custo exorbitante. Teremos pois uma estrutura social muito incompleta, muitas vezes limitada ao estrito necessário para a reprodução dos colonos. Isto explica, aliás, a forte ascendência dos movimentos religiosos e das seitas, que vêm paliar estas deficiências e são levados a preencher funções que extrapolam amplamente suas atribuições tradicionais.

Em zonas restritas, são possíveis as formas muito estruturadas de ocupação e utilização do espaço. Porém, a importância dos investimentos empenhados (pelo Estado ou por empresas privadas) acarreta em geral um controle rígido que inclui as técnicas de produção e a comercialização, com a finalidade

de assegurar um máximo de rentabilidade. Trata-se de fato de uma proletarianização disfarçada. A iniciativa e as perspectivas de evolução são limitadas. Afora estes casos bem específicos, encontram-se todos os níveis de intervenção, desde a simples canalização ou orientação dos fluxos migratórios até os perímetros controlados e dotados de uma assistência sanitária, escolar e técnica de abrangência variável. Em diversos graus, o Estado deixa às dinâmicas sociais a tarefa da estruturação das terras recentemente conquistadas. Se este procedimento apresenta a vantagem de permitir a integração de frações das camadas sociais marginalizadas do Centro e a promoção de uma pequena parte dentre elas, ele acarreta contudo uma vigorosa diferenciação social e econômica, um grande número de fracassos e a perpétua renovação da fronteira. Todos os autores evocam a violência que reina na fronteira e o esgotamento físico das populações.

Apesar das superfícies médias por estabelecimento superiores às das zonas de origem, e da pouca importância do capital imobilizado na terra, a fronteira não gera o progresso técnico, este último em geral está ligado à substituição dos agentes. Novas ondas vindas do Centro rechaçam os primeiros colonos, dentre os quais apenas um pequeno número consegue acumular no local e ter êxito na passagem para um novo estágio tecnológico.

Dada a permanência do fenômeno de fronteira na história do Brasil, nenhum campesinato tradicional pôde desenvolver vínculos estáveis com o espaço e realizar no local uma capitalização técnica. Está claro que a crença numa disponibilidade quase infinita de terra é o corolário de uma agricultura extensiva, que degrada o solo e o abandona, uma vez esgotado. Isso está ligado também a uma base econômica agrícola pouco diversificada, facilmente desestabilizada frente à demanda de um produto, em geral de exportação, que conduz rapidamente a uma monocultura perigosa para a economia local. Neste contexto, os trabalhadores rurais serão tanto mais sensíveis às propagandas oficiais e não apresentarão forte resistência para converter suas aspirações em movimentos horizontais.

Ocorre, pois, renovação permanente de uma categoria de camponeses sem terras e de minifundiários susceptíveis de alimentar o ciclo das fronteiras; e isto por meio da manutenção das estruturas fundiárias desiguais, do crescimento demográfico e da pequena capacidade de absorção da indústria. Pois a fronteira não pode existir senão a partir de uma outra fronteira: o lugar de origem dos migrantes, que não se puderam manter em suas terras numa economia em mutação, ou que buscam melhores condições de existência em terras sempre mais afastadas. Uma fronteira dá origem a outra. Este mecanismo de integração dos novos espaços aos processos centrais não nos parece estar limitado nem exclusivamente às atividades agrícolas, nem mesmo aos espaços vazios ou fracamente povoados. Representa ele por isso um quadro estrutural e funcional determinante, uma espécie de fatalidade? Não estamos certos disto. Ao contrário, certos caminhos parecem susceptíveis, particularmente no Brasil, de limitar os efeitos perversos e de tornar o período de consolidação proveitoso para um maior número de pessoas. Para nos limitarmos às iniciativas camponesas, citaremos a difusão das culturas comerciais de frutificação rápida (café, cacau, guaraná...) que não necessitam de capital nem de conhecimentos técnicos.

cos importantes. Por outro lado, o progresso das organizações camponesas e de suas reivindicações durante estes últimos anos parecem capazes de conduzir a uma significativa mudança de direção das políticas fundiárias e das infra-estruturas dos poderes públicos.

Através de numerosos estudos de casos e de análises teóricas, os artigos aqui apresentados participam deste debate sobre a interpretação da fronteira.

Catherine Aubertin,
economista e pesquisadora do ORSTOM.

Philippe Léna,
geógrafo e pesquisador do ORSTOM.

Tradução: Maria Luíza Belloni.

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

AM	— Estado do Amazonas
BNH	— Banco Nacional de Habitação
BNDES	— Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPLAC	— Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CNPq	— Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CVRD	— Companhia Vale do Rio Doce
DF	— Distrito Federal
ELETRONORTE	— Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EMATER	— Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	— Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FINSOCIAL	— Fundo de Investimento Social
FUNAI	— Fundação Nacional do Índio
GETAT	— Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
GEBAM	— Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas
GO	— Estado de Goiás
IBGE	— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	— Imposto sobre Circulação de Mercadorias
INCRA	— Instituto Nacional de Colonização e da Reforma Agrária
ISS	— Imposto Sobre Serviços
ITERPA	— Instituto de Terras do Pará
MS	— Estado do Mato Grosso do Sul
MT	— Estado do Mato Grosso
NAEA	— Núcleo de Altos Estudos Amazônicos — Universidade Federal do Pará
NOVACAP	— Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
NUAR	— Núcleo Urbano de Apoio Rural
PA	— Estado do Pará
PAD	— Projeto de Assentamento Dirigido
PIC	— Projeto Integrado de Colonização
PIN	— Plano de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA	— Programa de Desenvolvimento da Amazônia
POLOCENTRO	— Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE	— Programa de Desenvolvimento do Noroeste
PRODIAT	— Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins
RO	— Estado de Rondônia
SUCAM	— Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDAM	— Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	— Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

*FRONTEIRAS DO PARANÁ:
da colonização à migração*

TÂNIA NAVARRO SWAIN

Historiadora, Professora da Universidade de Brasília

Departamento de História — UnB

Brasília, DF

RESUMO

A colonização das regiões de fronteira agrária e agrícola é utilizada atualmente para instalar os “excedentes” de mão-de-obra, criados pela mecanização, e para reduzir os efeitos sociais negativos de uma política agrícola instável, orientada para o crescimento das exportações.

O Paraná, que oferecia aos migrantes dos anos quarenta e cinquenta condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados, transforma-se a partir dos anos sessenta.

As mudanças no perfil da produção agrícola, dirigidas pelo governo (erradicação do café), transformam as relações de trabalho e implantam a mecanização nos setores mais dinâmicos. A estrutura agrária do Paraná, caracterizada pela presença do pequeno proprietário, transforma-se, de região de acolhida, em zona de expulsão, criadora de fluxos migratórios.

Palavras-chave

Migração — colonização — êxodo rural — mecanização — camponês — latifúndio — café — soja — produção agrícola — agricultura — estrutura agrária — Brasil — Paraná — Rondônia.

*FRONTIÈRE DU PARANÁ:
de la colonisation à la migration*

RÉSUMÉ

La colonisation des régions de frontière — agraires et agricoles — est utilisée actuellement pour placer les “excédents” de main d’oeuvre créés par la mécanisation et pour désarmer les effets sociaux négatifs d’une politique agricole instable, axée sur la croissance des exportations.

Le Paraná, qui offrait aux migrants des années quarante et cinquante des conditions favorables pour l’acquisition des terres et pour une certaine prospérité économique, avec des programmes de colonisation bien encadrés et organisés, se transforme à partir des années soixante. Les changements dans le profil de la production agricole, dirigés par le gouvernement (éradication du café) modifient les relations de travail et imposent la mécanisation dans les secteurs

les plus productifs. La structure agraire du Paraná, caractérisée par la présence du petit paysan va ainsi se transformer de région d'accueil, en zone d'expulsion créatrice de nouveaux flux migratoires.

Mots-clés

Migration — colonisation — exode rural — mécanisation — petit paysan — latifundium — café — soja — production agricole — agriculture — structure agraire — Brésil — Paraná — Rondônia.

*THE PARANÁ FRONTIER:
From Colonization to Migration*

ABSTRACT

The colonized agrarian and agricultural frontier zones are used nowadays to settle the labour surpluses produced by mecanization and to defuse the negative social effects of an unstable agricultural policy focused on the growth of exports.

The Paraná which, in the 1940's and 1950's, was a valuable area for the migrants in terms of land acquisition and economic prosperity through well organized colonization programmes has been subject to transformations since the 1960's. The changes in the agricultural pattern imposed by the state (coffee eradication) modify the labours relations and call for mechanization in the most productive sectors. The agrarian structure of Paraná which is characterized by the small peasant will then be transformed from a place of destination to a zone of eviction, which will lead to new migration flows.

Key Words:

Migration — colonization — rural exodus — mechanization — small peasant — latifundium — coffee — soya bean — agricultural production — agriculture — agrarian structure — Brazil — Paraná — Rondônia.

Durante todo o curso da história do Brasil, nada foi mais marcante do que a presença do latifúndio que, na formação econômica e na criação de um esquema social específico, foi sempre dominante. É desta forma que a existência da grande propriedade concentrada nas mãos de poucos, no âmbito de uma economia agroexportadora, conduz a uma crescente polarização da riqueza gerada pelo desenvolvimento econômico. A pequena unidade agrícola vê sua expansão bloqueada nas regiões ligadas ao espaço dinâmico da produção.

A própria legislação que regulamenta a propriedade da terra (desde 1850 com a lei das terras devolutas) representa um obstáculo intencional ao crescimento do número das pequenas propriedades fundiárias, dentro da ótica da dominação e do controle da mão-de-obra. Assim, colocar a terra à venda a preços excessivos torna-se um entrave à propriedade familiar, especialmente para os imigrantes. A ocupação precária da terra mantém-se, até os dias de hoje, como um dos meios mais eficazes e mais controvertidos para se ter acesso à

propriedade. A violência para a obtenção dos direitos sobre a terra é constante na história agrária do Brasil. A falsificação de documentos (grilagem) tem invariavelmente como resultado a morte ou expulsão dos ocupantes precários.

Entretanto, a pequena unidade familiar, produtora de alimentos e de matérias-primas baratas, pode existir fora das normas que regem a propriedade da terra, no seio das relações de trabalho instauradas no sistema de latifúndio. Estas são, na realidade, relações de dominação que se impõem à mão-de-obra rural, na medida em que o acesso à terra economicamente viável mostra-se extremamente reduzido.

A apropriação da terra e a dominação da força de trabalho foram os pilares da concentração da riqueza no Brasil, a base do poder regional e o amparo ao Estado oligárquico. Dentro deste contexto, a pequena propriedade representa uma ameaça para o sistema estabelecido, tendo em vista o caráter mono-exportador do setor dinâmico da economia que exige mão-de-obra abundante a um custo pouco elevado, e novas terras férteis.

A região Sul do Brasil escapara a este esquema, ainda que o latifúndio tenha se mantido importante nas florestas e nos prados. Esta região do Sul brasileiro (que engloba o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) manteve-se em situação periférica com relação à produção do café até os anos trinta. Ela pôde assim diversificar seu leque de atividades e se manter à parte do rígido quadro de uma sociedade bipolarizada com base na propriedade e na riqueza. O imigrante fora acolhido como fator de estabilização para o desenvolvimento das cidades e o aumento das culturas alimentares, ainda insuficientes para satisfazer à demanda. O crescimento da pequena propriedade nestes três Estados apresenta, naturalmente, características diversas e próprias a cada um, que não pretendemos simplificar (Pebayle — 1973); o que nos interessa, aqui, é revelar a presença significativa da pequena propriedade agrícola, em escala familiar, em face da preponderância esmagadora do latifúndio no resto do País, e isenta das barreiras sociais por ele impostas.

Assim, a mão-de-obra imigrante no Sul não foi absorvida pela insaciável economia cafeeira, Moloch devorador de terras e de homens. Associando a pequena pecuária à agricultura de subsistência, geradora de excedentes que vêm reforçar o mercado interno e a atividade econômica regional, a pequena propriedade agrícola cria raízes e tradição.

O Paraná é um exemplo marcante do quadro que acaba de ser descrito: apesar da persistente presença de grandes latifúndios, a pequena propriedade familiar se instala perto das cidades e vilarejos desde o final do século XIX, a leste do Estado (Balhana *et alii* — 1969). Sua presença acentua-se a partir dos anos 1930-1940, quando a economia cafeeira atinge o Paraná e se estende seguindo os planos de colonização dirigida. Esta ocupação, realizada graças à expansão das pequenas explorações agrícolas, marca definitivamente a estrutura agrária do Paraná.

Os migrantes nacionais se sucedem aos imigrantes europeus no processo de ocupação do território, da expansão da pequena propriedade. Nesta época, o Paraná representa a principal fronteira agrária e agrícola do País, zona de atração para os migrantes do Estado de São Paulo, Minas Gerais e todo o Nordeste, com suas férteis reservas de terras roxas. As colonizações, tanto oficiais

quanto privadas, se unem a fim de promover o estabelecimento das novas populações e de estimular as atividades econômicas. Mas, já entre os anos 1960-1970, o Estado do Paraná vê diminuir as possibilidades de sua fronteira agrícola e, desde os anos setenta, se apresenta como um centro de migração rumo a outras regiões. Tentaremos analisar aqui este processo no qual o Paraná, em alguns anos, se transformou de região de acolha, com uma multiplicação do número de pequenas propriedades familiares, em zona produtora de migrantes, com uma redução do número de unidades agrícolas. Conseqüentemente, observamos em 1980 um aumento das grandes propriedades, configurando, de fato, uma “relatifundização”, uma volta à preponderância do latifúndio.

1. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1. Antecedentes históricos

O Paraná passou a pertencer à Coroa Portuguesa no século XVII, e a fundação de suas primeiras cidades, Paranaguá (no litoral) e Curitiba (no primeiro planalto), data desta época. A ocupação do território fora lenta e esparsa durante os dois séculos seguintes. A economia da região não será integrada àquela do resto do País senão graças ao dinamismo da demanda dos centros mineiros de Minas Gerais. No início do século XVIII, as atividades econômicas do Paraná são centradas na agricultura de subsistência dominada pela grande propriedade, no seio de uma sociedade escravagista. Pouco a pouco o comércio de mulas e o arrendamento das terras para invernada dos rebanhos vindos do extremo sul do País são substituídos pelas culturas. Tal modificação tem por corolário a multiplicação das cidades e vilarejos ao longo dos caminhos que cortam o Estado. É desta forma que aparecem as mais antigas cidades do Paraná, como Palmas, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Jaquaraíva, Guarapuava, situadas nos segundo e terceiro planaltos. A exploração da erva-mate torna-se uma das principais atividades juntamente com o comércio de tropas no século XIX, responsável por importantes modificações econômicas e demográficas do Estado. O comércio do mate funciona, de fato, como pólo dinâmico da economia durante mais de um século, favorecendo o povoamento, a criação de cidades e de riquezas. Mas a extração vegetal, por natureza, não permite um mercado integrado e mantém as cidades e vilarejos isolados.

Por outro lado, a imigração irá trazer um sangue novo à população e contribuir para a instalação de pequenas e médias propriedades agrícolas diretamente ligadas ao abastecimento das cidades. A distribuição de lotes rurais aos imigrantes parte da própria iniciativa do governo regional e visa, justamente, compensar o déficit da produção alimentar que se havia reduzido pouco a pouco, em proveito de atividades ligadas ao comércio e à produção dirigida à exportação. A economia do Paraná, autocentrada até o século XVII, volta-se progressivamente para a exportação do gado e do mate. É assim que o Estado retoma, em escala reduzida, o modelo brasileiro, exportador de matérias-primas, que transforma a economia em “espelho” onde se refletem todas as crises e flutuações dos preços e da demanda do mercado internacional (Tavares, 1977). Por outro lado, a exploração do mate conduz igualmente à expansão da grande

propriedade do Paraná, já que enormes concessões de terras são feitas às companhias privadas que se destinam à sua produção. Os imigrantes, distribuídos em mais de 100 “colônias”, constituem um contrapeso a esta tendência.

O período que marca a passagem da Monarquia à República acentua a instabilidade das diretivas político-econômicas, de acordo com os movimentos e composição das “alianças de poder” (Romário Martins, s.d.). Também, em 1880, a colonização enquadrada pelo governo é abandonada e substituída pela colonização privada, que implantará mais de 40 “colônias” até 1900. Algumas vão prosperar devido à proximidade de cidades ou vilarejos já estabelecidos, mas outras vão se desintegrar e desaparecer, vítimas do isolamento e da falta de infra-estrutura, comunicação e transporte.

O povoamento tende, deste modo, a se concentrar em torno das cidades antigas, especialmente a leste do Estado. No início do século XX, dois terços do território do Paraná ainda se encontram praticamente desertos, com imensas florestas cobrindo seus solos férteis.

1.2. Colonização e migração no século XX

A partir do século XX, principalmente depois dos anos 20, o povoamento começa a se intensificar, transformando as regiões Norte e Sudoeste em verdadeiras zonas pioneiras. Estas se caracterizam por um fluxo regular de imigração, pela aceleração do desmatamento, por uma taxa mais forte de ocupação do solo destinado à agricultura, pela abertura de estradas e criação de vilarejos e cidades ligadas entre si (Balhana *et alii* — 1969).

Por ocasião do Censo de 1920, a distribuição fundiária do Paraná ainda se mostrava muito irregular. As explorações de mais de 100 ha cobrem 84% da superfície das terras.

Imensas concessões, gratuitas ou vendidas a preços irrisórios, se estendem de norte a sul do Paraná. As concessões constituem uma prática corrente nesta época, pois o governo tirava uma grande parte de suas receitas dos impostos recebidos sobre as exportações de mate e madeira, realizadas por estas companhias privadas.

As doações de terras eram sempre acompanhadas por uma cláusula *sine qua non*, determinando uma atividade colonizadora e de povoamento, paralela à exploração do solo e das florestas.

Algumas tentativas de colonização partem destas concessões, mas, na maioria das vezes, as atividades se reduzem à exploração, pura e simples, dos recursos naturais nestas vastas áreas. Por outro lado, imensas superfícies são apropriadas ilegalmente através de títulos falsos; tal prática, conhecida como *grilagem*, jamais desencadeara reação por parte do governo. Foi assim que um quarto do território foi privatizado nos três primeiros decênios do século XX.

O Sudoeste apresenta, à época, uma população reduzida, composta de caboclos (cultivadores seminômades), disseminada em um território de cerca de 12.000 km². Em 1900, sua população é estimada em 6.000 habitantes, ou seja, 2% da população total do Estado. O Norte tradicional é ocupado por grandes proprietários de origem paulista. No entanto, o povoamento é favore-

cido pela chegada, em 1908, da estrada de ferro até a cidade de Ourinhos, perto da fronteira do Estado de São Paulo. Assim, muitas cidades foram fundadas na região entre 1900 e 1924: Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921), Cornélio Procópio (1924)...

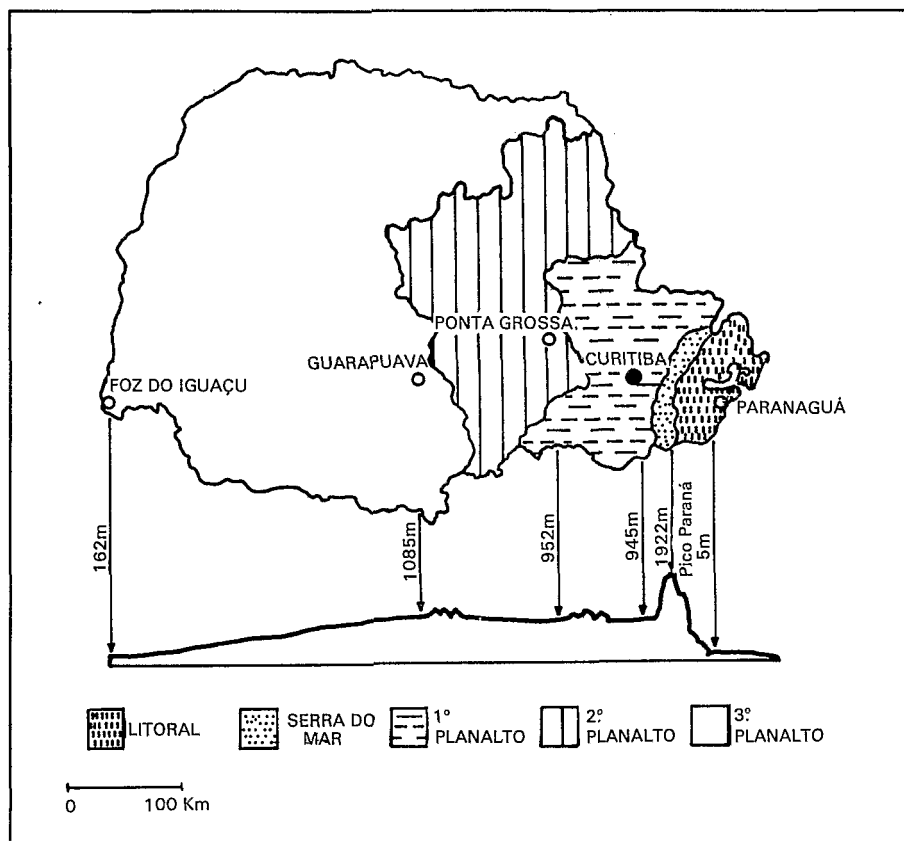


FIGURA 1 — O RELEVO DO PARANÁ

A leste, praticamente todo o segundo planalto é ocupado em 1920, graças à implantação da estrada de ferro ligando Ponta Grossa ao litoral desde o final do século XIX (Bernardes, L. — 1953). Nesta época, o governo do Paraná inicia programas de colonização oficial nos arredores do terceiro planalto. Se as colônias não são determinantes quanto ao povoamento, elas abrem, entretanto, estradas precárias em plena floresta, que constituem importantes eixos de penetração. Estas colônias não representam senão fundações isoladas, distantes das regiões já habitadas e dos centros de consumo, cuja existência só pode ser explicada pelo desejo da administração de forçar o povoamento em direção ao rio Paraná (Balhana *et alii* — 1969 e Bernardes, N. — 1952).

Quanto às concessões feitas, a oeste do território, às companhias privadas para a exploração do mate e da madeira, sempre sob a condição de assegurar o povoamento destas zonas, algumas não atingem nem mesmo o estágio de exploração, como a Cia. Estrada de Ferro São Paulo, Rio Grande do Sul, Silva Jardim e Miguel Mate. Outras são destinadas à exploração de florestas, mas somente uma exercerá realmente uma ação colonizadora: Meyer Ammes e Cia. Ltda., em 246.000 ha onde se desenvolverão três colônias.

A partir do começo do século até 1920, registra-se então um crescimento da população (+ 109,6%) sobre o terceiro planalto, mas a ocupação se revela ainda instável e esparsa.

1.3. O avanço da fronteira demográfica: oeste e sudoeste

Nos anos 20, um novo e amplo movimento de povoamento, vindo do Sul, penetra no território do Paraná: os gaúchos, descendentes de imigrantes europeus, partem em busca de novas terras devido ao desmembramento de suas propriedades em heranças sucessivas. Entretanto, estes novos colonos mantêm-se isolados dos centros comerciais do Leste e do litoral, por causa da precariedade dos meios de transporte. Este obstáculo só será suplantado no final dos anos 50, quando o governo do Paraná inicia um programa de organização de infra-estruturas. Antes desta data, os colonos viviam principalmente no âmbito de uma economia de subsistência, baseada no trabalho familiar e na pequena e média propriedade (Bernardes, L. — 1953).

Desde o início dos anos 50, uma outra onda de colonos, também vinda do Rio Grande do Sul, penetra na mesma região e forma uma espécie de cadeia de povoamento que irá de encontro ao fluxo vindo do Norte, no final da década. Mas, como observa Padis, o melhoramento das comunicações com o Sudoeste era uma faca de dois gumes: se, por um lado, o comércio se tornara mais acessível, por outro, os investimentos de capital na região vieram desordenar a organização agrária, na qual grande número de pequenas e médias unidades agrícolas (Padis, 1970) haviam florescido.

A oeste, o avanço é lento e gradual, sem grandes movimentos de população, com apenas uma ocupação esparsa de caboclos, posseiros e invasores que desmatam a floresta e praticam uma agricultura primitiva.

A partir de 1930, o governo do Paraná recupera mais de 3 milhões de hectares, decretando a anulação das concessões feitas anteriormente. Nesta época, o País atravessa um período de agitações políticas (Revolução de 1930) que transferem o poder da oligarquia dominante (grandes proprietários de terras produtores de café) a uma classe média urbana, industrial, interessada na soberania do Estado sobre as riquezas naturais. Alguns anos mais tarde são implantados projetos de colonização a fim de evitar o desflorestamento selvagem. Algumas colônias são fundadas nesta época: Piquiri, Goio-Erê, Goio-Bang, Manuel Ribas, Muquilhão e Mourão. Algumas companhias privadas desenvolvem também projetos de colonização, dentre os quais se distingue Maripá, com 124.000 alqueires (1 alqueire = 2,48 ha). A ação conjugada do governo e das companhias privadas facilita assim o processo de povoamento do oeste do Paraná que se intensifica nos anos 40.

1.4. O povoamento organizado: o norte do Paraná

O café aparece timidamente no norte do Paraná por volta de 1860, em algumas grandes fazendas e constitui uma primeira frente pioneira que se estende lentamente. Este tipo de povoamento é diferente daquele do Sudoeste e do Oeste, estendendo-se de maneira regular e uniforme durante as duas primeiras décadas do século XX. A proximidade com São Paulo cria condições de mercado propícias a quebrar o isolamento, a despeito das dificuldades de transporte; a ação colonizadora do governo do Paraná e sobretudo das companhias privadas cria, entretanto, uma infra-estrutura favorável à instalação de pequenos e médios proprietários.

As concessões mais importantes feitas pelo governo a companhias privadas são: “Primeiro de Maio”, fundada por Corain e Cia., dotada de 50.000 ha, cujos primeiros habitantes chegam em 1923; “Sertanópolis”, criada por Leopoldo de Paula Vieira em 1924, também com uma superfície de 50.000 ha.

Estas duas companhias fundam os centros dinâmicos do povoamento da região antes da crise de 1929. Outras concessões criam núcleos coloniais, sem alcançar, entretanto, uma ocupação imediata. Mas esta colonização dirigida nunca exclui a ocupação precária das terras.

A companhia privada que teve o papel mais importante para a ocupação do território foi a “*Paraná Plantations Ltd.*”, que comprara do governo do Estado 515.000 ha. É estabelecido um plano de colonização muito detalhado, o qual comporta a realização de uma infra-estrutura organizada para o comércio e o transporte, e prevê também uma estrada de ferro que acompanharia o avanço do povoamento.

A sede social desta companhia, de origem inglesa (nacionalizada na Segunda Guerra), é instalada em Londrina, cidade que propaga seu dinamismo para a ocupação do território. A divisão das terras é feita em loteamentos de pequena e média extensão, cuja compra podia ser financiada em 4 anos. Isto atraiu um grande número de colonos e tal experiência foi decisiva para a instalação de uma estrutura agrária específica no Paraná, caracterizada pela presença de pequenos produtores, proprietários de pleno direito.

O governo regional retoma também sua atividade colonizadora a fim de evitar os conflitos agrários sempre prestes a explodir nas zonas pioneiras. Os projetos de colonização pública prevêem então o povoamento de 300.000 ha na região Norte/Nordeste, sobre lotes de menos de 100 ha.

A ação conjugada do governo e da iniciativa privada favorece o crescimento demográfico do Paraná, que vê sua população crescer 80% entre 1920 e 1940. Dos 1.236.276 habitantes recenseados nesta última data, 75,5% pertencem ao setor rural.

O processo de colonização organizada irá influenciar diretamente a expansão das atividades econômicas, criando condições favoráveis para o pequeno campesinato. Como resultado deste processo, as pequenas e médias propriedades de menos de 100 ha constituem, em 1940, 84% do total das explorações agrícolas do Paraná.

1.5. O Paraná, região de acolha

No início do século XX, a fim de evitar crises de superprodução, o governo taxa todas as novas plantações de café no Estado de São Paulo. Tal política favorece a expansão do café em direção ao território vizinho, o Paraná.

A partir de 1940, a população aumenta de forma muito rápida, atraída pelo “ouro verde”, o café. Os baixos preços das terras praticados no Paraná, comparados aos de São Paulo, assim como a alta das cotações do café sobre o mercado internacional contribuem para este movimento. Por outro lado, a colonização organizada favorece a penetração do território com a implantação de estradas e caminhos que ligam as cidades e estimulam a produção e o comércio.

Desta forma, entre 1940 e 1950, a população total do Estado aumenta 71%, dos quais 3/4 pertencem ao mundo rural; entre 1950 e 1960, época do maior afluxo de migrantes, o crescimento demográfico é de 105%.

Nos anos quarenta no Brasil, os principais Estados de origem das migrações eram Minas Gerais e Espírito Santo, com 60%, e a região Nordeste com 35% do total de migrantes.

As regiões de acolha por excelência foram os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que receberam 60% dos migrantes e o Paraná que acolheu 33%.

Nos anos cinquenta, de um total de 2.124.266 migrantes, 45% se dirigiram rumo ao Paraná. É portanto nesta época de alta dos preços do café e de expansão dos programas de colonização que o Paraná recebe o grande impulso demográfico (Ipardes, 1973). O Paraná torna-se então o maior produtor de café do Brasil e, conseqüentemente, do mundo. Suas colheitas, boas ou más, comandam os preços das cotações internacionais (cf. gráfico).

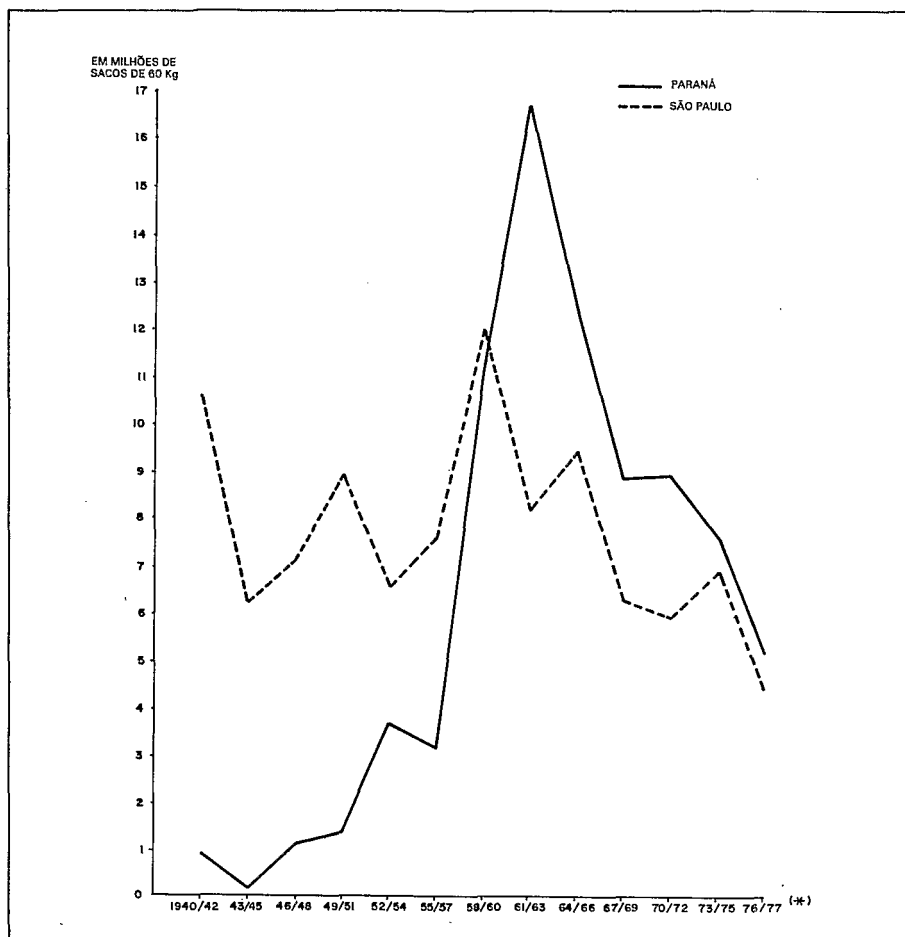
Tendo em vista a existência de um campesinato médio, a produção agrícola no Paraná apresenta uma enorme diversidade: no início dos anos quarenta, dez produtos são responsáveis por 83% do valor da produção agrícola do Paraná. Durante o período 1949/1951, o café já representa 54% deste valor, e, em 1958/1960, 59% (Navarro Swain — 1979).

No final dos anos quarenta, 86% do número total de explorações agrícolas do Paraná possuem menos de 100 ha. A produção do café, cuja remuneração é mais interessante do que qualquer outra, ganha importância sobre as propriedades de quaisquer dimensões.

O café, produto comercializável por excelência, primeiro produto de exportação do País, acarreta por sua expansão, no território do Paraná, o aumento de uma produção agrícola diversificada. As culturas alimentares destinadas ao mercado interno crescem com o desenvolvimento das pequenas propriedades, que fazem do Paraná um elo importante na cadeia do abastecimento brasileiro.

A expansão da superfície cultivada e o aumento da produção agrícola consolidaram a posição da agricultura familiar dentro da estrutura agrária do Paraná. Os latifúndios subsistem, mas seu lugar relativo na estrutura fundiária perde a importância (Quadro 1).

Tendo em vista o grande número de pequenas propriedades agrícolas reencensadas em 1940 e 1950 (76% para os dois anos), as análises históricas evocam repetidas vezes uma “classe” média rural (Padis, 1970; Ipardes, 1973; Ba-



* A produção indicada representa a média de 3 anos, a fim de evitar as oscilações conjunturais (exceção feita de 76/77, grupadas por 2 anos).

Fonte: Anuário Estatístico do Café — Nº 11 — Dez. 1977 — p.115.

FIGURA 2 — PRÓDUÇÃO DE CAFÉ — SÃO PAULO E PARANÁ — 1940/1977

lhana *et alii*, 1969). Mas aqueles que chegam ao Paraná nos anos cinqüenta veem suas possibilidades de acesso à propriedade se reduzir: o número de explorações agrícolas que têm recurso à parceria passa de 5% a 20%. As relações de dominação que caracterizam a estrutura agrária no Brasil se multiplicam então no Paraná. A mão-de-obra ligada às áreas rurais, assalariada ou não (empregados permanentes ou temporários, parceiros), dobra nesta época (quadro 2). A ocupação precária que precede a frente pioneira aumenta sua ação sobre a terra, em resposta à conjuntura menos favorável de acesso à propriedade.

QUADRO N.º 1 – EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR SUPERFÍCIE – PARANÁ – 1940-1980

Estabelecimentos por Superfície (Hectares)	Número de Estabelecimentos	Superfície (ha)	Número de Estabelecimentos	Superfície (ha)	Número de Estabelecimentos	Superfície (ha)	Número de Estabelecimentos	Superfície (ha)	Número de Estabelecimentos	Superfície (ha)
	1940 %	1940 %	1950 %	1950 %	1960 %	1960 %	1970 %	1970 %	1980 %	1980 %
Menos de 10 ha	20	1	16,5	1	34,5	4,5	53	11	47,5	7
De 10 a 20 ha	17	2,5	19,5	3	23,5	8	23	12	23	9
De 20 a 50 ha	32,5	11	34	12,5	27,5	20,5	16,5	19	18,5	16
De 50 a 100 ha	14	10,5	15,5	12,5	8	13,5	4	10,5	5,5	10,5
	<u>83,5</u>	<u>25</u>	<u>85,5</u>	<u>29</u>	<u>93,5</u>	<u>46,5</u>	<u>96,5</u>	<u>52,5</u>	<u>94,5</u>	<u>42,5</u>
De 100 a 500 ha	13,5	28,5	12,5	27	5,5	24,5	3	21,5	4,5	25
De 500 a 1.000 ha	1,5	11	1	8,5	0,5	7,5	0,5	7,5	0,5	9,5
1.000 ha ou mais	<u>1,5</u>	<u>35,5</u>	<u>1</u>	<u>35,5</u>	<u>0,5</u>	<u>21,5</u>	<u>—</u>	<u>18,5</u>	<u>0,5</u>	<u>23</u>
	<u>16,5</u>	<u>75</u>	<u>14,5</u>	<u>71</u>	<u>6,5</u>	<u>53,5</u>	<u>3,5</u>	<u>47,5</u>	<u>5,5</u>	<u>57,5</u>
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Quantidade total	64.397	6.252.480	89.461	8.032.743	269.146	11.384.934	554.488	14.625.529	454.453	16.380.332
Taxa de crescimento de uma década a outra	—	—	+39%	+28%	+200%	+42%	+106%	+28%	-18%	+12%

Fontes: IBGE – Censos Gerais e Agropecuária – Brasil e Paraná 1940/1950/1960/1970/1980.

Assim, em 1960, rapidamente povoado, o Estado do Paraná amplia seu leque de atividades, mas concentra sobretudo esforços na expansão da agricultura. As florestas de pinheiros cedem então seu lugar ao café, milho e feijão. O Paraná se transforma e torna-se o celeiro do Brasil.

2. OS ANOS 60: DA ESPERANÇA AO ÊXODO

2.1. A eliminação dos cafezais

O período que cobre os anos sessenta apresenta um quadro de agitações e transformações radicais nas áreas política, econômica e social, e o Paraná sofre suas conseqüências. A produção agrícola, a estrutura fundiária, o emprego da mão-de-obra e a distribuição das riquezas serão atingidos e modificados.

Em 1964 os militares tomam o poder e dão prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando a um crescimento global acentuado, com diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário. São postos em ação mecanismos de apoio e auxílio financeiro e fiscal. Trata-se da época do “boom” econômico, do qual beneficiaram-se, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuou-se a um ritmo desenfreado.

Tal orientação, que favorece o capital em detrimento do trabalho, tem repercussões profundas na sociedade brasileira, na medida em que cria o desemprego agrícola, o êxodo rural, a baixa dos salários urbanos e a concentração crescente das riquezas (Oliveira, 1975).

O que nos interessa aqui é observar os efeitos da política do governo sobre o Estado do Paraná. No começo dos anos sessenta, o café é ainda o principal produto de exportação da economia brasileira, mas sua produção se estafa, pois novos produtores estão sempre entrando no mercado: as colheitas são cada vez mais abundantes, acarretando a queda dos preços. Ora, o governo brasileiro é comprador de toda a produção do café através do Instituto Brasileiro do Café, que a exporta em seguida. Esta operação torna-se amplamente deficitária, pois é preciso queimar ou estocar os excedentes da produção. Por outro lado, a importância do café, pilar da economia, exige a regulamentação dos preços pagos ao produtor (Furtado, 1972).

Tal contradição onerosa leva o governo militar a prosseguir uma política iniciada em 1963: racionalizar a produção reduzindo as superfícies cultivadas. É a implantação do programa de eliminação dos cafezais: o produtor é pago para arrancar suas plantações de café, e substituí-las por outros produtos demandados no mercado internacional ou necessários para o mercado interno.

O Paraná é diretamente afetado por esta política, na medida em que é, na época, o maior produtor de café. Podemos observar no gráfico a alta da produção do Paraná desde 1940, e sua queda espetacular a partir dos anos sessenta. Entre 1959 e 1969, a produção do Paraná representa, em média, 50% da colheita brasileira de café. De 1962 (data do primeiro programa de erradicação) até 1975, os planos de eliminação alcançaram uma redução de 47% das plantações cafeiras (CEEFF, 1977).

A intervenção indireta do Estado na produção do café visa primeiro eli-

minar os excedentes de produção e adequar a oferta à demanda. Mas, para o Paraná, esta política está carregada de conseqüências. Tomaremos em conta uma: a redução das culturas alimentares que acompanham o café durante toda sua expansão no território do Paraná.

A cultura do café propicia a plantação de culturas intercalares e pode mesmo delas necessitar inicialmente, o que permite uma grande diversificação da produção agrícola. Trata-se de uma contrapartida da extrema dependência do Estado frente às oscilações das colheitas de café. A eliminação dos cafezais acarreta, portanto, uma redução das culturas secundárias, de subsistência (milho, feijão, etc.), cujos excedentes estavam voltados ao abastecimento urbano ou à exportação para outros estados da Federação.

Desta forma, depois de ter formado, a partir de 1940, uma agricultura alimentar muito importante, seguindo a ocupação do território e a expansão do café, o Paraná vê diminuir sua produção de alimentos. Daí resultam graves conseqüências para o abastecimento, não somente de sua população, mas também de todo o Brasil, do qual o Estado havia se tornado o grande fornecedor de gêneros alimentícios. É nos anos setenta que se farão sentir mais intensamente as conseqüências, quando a importação de alimentos começa a se fazer necessária para satisfazer a demanda de certos produtos dos quais o País era auto-suficiente há muito tempo, como o feijão e o arroz.

A erradicação do café no Paraná acelera portanto o processo de transformações econômicas do setor agrícola, que leva a uma maior mecanização e a mudanças profundas na utilização dos fatores de produção, modificando assim o perfil da oferta agrícola do Estado.

2.2. A soja acelera a mecanização

A soja foi a cultura ideal de substituição do café; planta fácil de se cultivar, inteiramente mecanizável, dotada de vantagens fiscais e do apoio do governo. Sua cultura se estendeu como um rastilho de pólvora. As verbas do governo destinadas à produção da soja passaram de 3% em 1969 a 17% em 1975. A superfície do cultivo de soja no Paraná passa de 5.643 ha em 1960 para 3.007.841 ha em 1980. Este desenvolvimento produz uma inversão na relação culturas permanentes/culturas temporárias. (Em 1960: 48% e 52% respectivamente, e em 1970: 28% e 72% das superfícies cultivadas.) Em 1980 esta diferença ainda se acentua: as culturas temporárias ocupam então 76% da superfície valorizada, sendo uma grande parte desta porcentagem representada pela soja.

Com relação à utilização ótima dos fatores terra e capital, a soja é um produto ideal, tendo em vista a taxa de rentabilidade que ela garante aos investimentos. Do ponto de vista da mão-de-obra, no entanto, sua expansão é negativa, geradora do desemprego devido à mecanização acelerada, fortemente estimulada pelo governo.

Com efeito, a orientação do governo tende à modernização da agricultura, através da mecanização e do aumento da produtividade pela utilização de *inputs*, tal como fertilizantes químicos, herbicidas, etc. Os preços mínimos e o apoio do crédito subvencionado demonstram, aliás, sem rodeios, o desejo do governo de desenvolver as culturas não-tradicionais de exportação, de acordo com as oportunidades conjunturais.

Durante a implantação dos programas de erradicação do café, mais de 100.000 trabalhadores perderam seu emprego (entre 1962 e 1967); onde a cultura do café empregava 30 pessoas, a da soja não necessitava mais do que uma (Pebayle, 1978).

Os problemas assim criados com relação à redução da necessidade de mão-de-obra, fator abundante (desemprego e êxodo rural, empobrecimento das pequenas propriedades), não são objeto de medidas especiais, com exceção dos programas de colonização no Centro-Oeste e da região amazônica.

O Paraná se apresenta como um caso típico: de centro de abrigo da grande massa de migrantes, torna-se centro de expulsão dos trabalhadores rurais. Com efeito, no decorrer dos anos sessenta, tendo em vista as modificações da política agrícola e a restrição das oportunidades de acesso à terra, as migrações em direção ao Paraná perdem seu dinamismo: dos 3 milhões de migrantes recenseados entre 1960 e 1970, apenas 20% se dirigiram ao Paraná, e 40% a São Paulo, grande centro industrial.

3. TRABALHO E ESTRUTURA AGRÁRIA

O desemprego que atinge a população rural no Paraná, seguido da erradicação do café e da mecanização acelerada, vai mudar a distribuição da mão-de-obra nas explorações agrícolas.

Como primeiro movimento, os trabalhadores rurais, privados de seus empregos, retornam às propriedades familiares: a conseqüência será o empobrecimento destas explorações, assim como seu desmembramento. Isto afetará a produção dos excedentes alimentares nas pequenas propriedades familiares, que se tornam superpovoadas. O número de hectares por trabalhador diminui e a mão-de-obra familiar representa doravante a grande maioria do pessoal que trabalha no setor agrícola. A tendência, portanto, é um recuo da força de trabalho repelida pelas mudanças estruturais da agricultura do Paraná rumo às terras familiares.

Desta forma, a mecanização vem substituir a força de trabalho em grande escala: o êxodo rural toma grandes dimensões em direção às cidades, propiciando o surgimento de favelas onde estas jamais haviam existido. Mas o êxodo rural existe também no sentido rural-rural, o que quer dizer que a população se desloca de uma região a outra em busca de melhores oportunidades econômicas.

A despeito do fato do emprego, de modo geral, ter diminuído, surge uma nova categoria de trabalhadores agrícolas no Paraná: são os volantes que se deslocam segundo as necessidades de estação, sem local fixo de residência nem contrato de trabalho; são também os bóias-frias, trabalhadores agrícolas que moram na periferia das cidades e que trabalham por tarefa.

Assim, as relações de dominação com seu corolário paternalista que caracterizava a agricultura se transformam na medida em que a remuneração em espécie desaparece, e em que os salários devem, por si só, assegurar a subsistência familiar. No Brasil, em geral, notadamente nos setores que se ligam às culturas de exportação, estas transformações se acentuam. No Paraná, apesar da absorção de uma grande parte dos "excedentes" da força de trabalho pelas peque-

nas unidades familiares, o número estimado dos bóias-frias representa em 1970 cerca de 88% daquele dos empregados temporários.

Os pequenos pedaços de terra explorados por famílias camponesas sofrem um processo de empobrecimento: na medida em que sua população aumenta, a produção destinada ao comércio se reduz. As menores unidades (menos de 20 ha) sofrem as conseqüências e serão os responsáveis pela formação dos fluxos migratórios.

O movimento de refluxo dos trabalhadores em direção às pequenas unidades familiares é tão poderoso que as explorações de menos de 100 ha absorvem 91% da força de trabalho agrícola do Paraná em 1970 (Quadro 2).

As transformações que atingem a estrutura social do emprego agrário acompanham os movimentos da economia.

A concentração da propriedade fundiária, sempre perpetuando seu sistema de privilégios, nunca deixou de existir no Paraná. Entretanto, com o avanço da colonização, notadamente a favor dos pequenos proprietários, seu espaço relativo se restringe. Em 1960, as explorações de mais de 100 ha dispõem de 54% das terras ocupadas pelas unidades agrícolas; em 1970 esta porcentagem cai para 47% (Quadro 1).

Em 1970, o número de unidades agrícolas de menos de 100 ha agrupam 96% do total das explorações agrícolas e 53% das superfícies. No entanto, quando observamos os aspectos conjunturais, como a redução do fluxo migratório rumo ao Paraná e a incorporação das terras ao processo produtivo, constatamos que a extensão média das grandes propriedades cresce, ao passo que a dos pequenos estabelecimentos diminui com uma tendência ao desmembramento, acompanhado pela concentração da mão-de-obra sobre as pequenas explorações, principalmente aqueles de menos de 10 ha.

Assim, no final dos anos sessenta, as orientações da economia, indiretamente dirigidas pelo governo, preparam as partidas do setor rural do Paraná que se iniciam no começo dos anos setenta rumo a outras regiões. Com o Censo de 1980, já se pode constatar a diminuição da mão-de-obra agrícola e do número de propriedades agrícolas (absoluto e relativo) dentro da classe das explorações de menos de 100 ha (Quadros 1 e 2).

Por outro lado, na extremidade oposta da estrutura fundiária, observamos em 1980 um crescimento do número e da superfície das unidades agrícolas de mais de 100 ha. Assistimos assim a uma retomada do latifúndio nas terras do Paraná (Quadro 1).

4. MIGRANTES RUMO A UMA NOVA COLONIZAÇÃO

4.1. *As condições de uma nova migração*

A taxa de crescimento da população do Paraná se reduz de modo surpreendente entre 1970 e 1980: 10% contra 61% entre 1960-70 e 103% de 1950 a 1960. A população urbana representa 59% do total recenseado em 1980 contra 36% em 1970; este movimento acompanha a tendência geral observada no Brasil, isto é, a inversão da relação entre população rural e urbana.

As culturas de exportação, setor subvencionado e apoiado pelo governo,

QUADRO N.º 2 – MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DE ACORDO COM A SUPERFÍCIE
– PARANÁ – 1940/1980

Estabelecimentos por Superfície (ha)	1940	1950	1960	1970	1980
Menos de 10 ha	28.991	41.114	259.047	829.396	617.197
De 10 a 20 ha	29.163	65.621	244.752	484.728	407.646
De 20 a 50 ha	65.299	151.772	363.287	387.497	385.600
De 50 a 100 ha	33.725	80.763	139.492	107.928	144.226
De 100 a 500 ha	46.565	110.735	184.771	112.768	168.934
De 500 a 1000 ha	10.587	21.730	38.582	24.992	35.333
Mais de 1000 ha	10.684	35.822	54.379	34.097	48.392
Não Declarados	124	50	388	65	498
Total e taxa de crescimento de uma década a outra	225.139	507.607 +125%	1.284.698 +153%	1.981.471 +154%	1.807.826 -9%

Fontes: Censos Gerais e Agrícolas – Brasil e Paraná 1940/50/60/70/80 – IBGE.

são prioritárias. Investimentos, mecanização, utilização de *inputs* químicos (cuja maioria é importada) permitem o aumento da produtividade, mas afetam diretamente o setor da produção alimentar e a demanda da mão-de-obra.

É assim que no final dos anos 70 a população ocupada nas explorações agrícolas diminui em cerca de 10%.

Trata-se de uma onda migratória rumo a outros Estados e cidades, fugitiva de uma pobreza crescente, da impossibilidade de concorrência com os grandes produtores, da falta de crédito, da exigüidade das terras em face da “liberação” de mão-de-obra. Ainda que os maiores proprietários recomecem a engajar trabalhadores, as migrações continuam, estimuladas pelo governo, a povoar outras zonas de fronteiras, “prestes a recebê-los” como proclamam os planos de colonização.

O quadro 2 nos mostra a redução da mão-de-obra ocupada nas explorações agrícolas no Paraná em 1980: é na camada daquelas de menos de 100 ha que encontramos uma perda nítida de população.

Do ponto de vista da estrutura agrária, a tendência é paralela à da força de trabalho. O número de propriedades agrícolas, que havia dobrado entre 1960 e 1970, sofre uma redução de 18% entre 1970 e 1980. Aqueles que vêem seu número diminuir de forma mais surpreendente pertencem à categoria de menos de 10 ha e entre 10 e 20 ha (— 27% para a primeira e — 11% no caso da segunda). A superfície diminui na mesma proporção que o número das explorações. Por outro lado, as explorações de mais de 100 ha sofrem um aumento de 31% e sua superfície, de 35% entre 1970 e 1980 (Quadro 1).

Entretanto, são as explorações de menos de 100 ha, empobrecidas desde o final dos anos 60, que são hoje, em 1980, responsáveis por dois terços do valor de produção na agricultura do Paraná.

4.2. Rumo a Rondônia

Dentre as 390.000 pessoas que formam a primeira corrente migratória dos anos setenta rumo a Rondônia, 30% são originárias do Paraná.

Rondônia toma o lugar detido pelo Paraná desde os anos quarenta. Torna-se o centro de acolha dos migrantes vindos de todo o Brasil, zona de fronteira agrícola, onde as possibilidades de obtenção da propriedade de um lote de terras são grandes: distribuição de terras públicas em zonas de colonização oficial, compra de lotes a preços relativamente baixos ou recurso à invasão pura e simples das terras.

Enquanto no Paraná a colonização oficial é substituída pela iniciativa privada, em Rondônia a atividade colonizadora é dirigida principalmente pelo governo. Sua ação porém se esgota rapidamente em face do crescimento da demanda de terras. Os projetos de colonização integrados, dotados de infra-estrutura de transporte, de rede de comercialização, são pouco a pouco substituídos pela instalação precária de migrantes em regiões da floresta amazônica (Coy e Kohlhepp, 1985). As dificuldades encontradas pelos migrantes se agravam pelo clima extenuante, doenças tropicais, isolamento.

Os migrantes originários do Paraná que conseguiram acumular um pequeno pecúlio quando da venda de suas terras preferem se dirigir ao Mato

Grosso onde a colonização privada oferece condições mais favoráveis de instalação, apesar do custo mais elevado das terras.

O objetivo explícito da colonização oficial em Rondônia é o de se estabelecer neste Estado uma estrutura fundiária, com base na pequena propriedade, a fim de aumentar a produção de alimentos. Na prática, são as colônias que produzem para a exportação (sobretudo o cacau) que prosperam graças à ajuda do governo. As tendências atualmente observadas pelos pesquisadores sobre as zonas de colonização em Rondônia se apresentam sob dois aspectos: a) fragmentação dos lotes cedidos pelo governo, tendo em vista o aumento da onda migratória; b) agrupamento em grandes propriedades dos lotes comprados de pequenos produtores que não podem mais suportar a precariedade da vida (Coy e Kohlhepp, 1985).

A colonização em Rondônia não criou uma camada média sólida de camponeses. A distribuição de terras pelo governo constitui um pólo de atração irresistível para os camponeses pobres de outras regiões, dentre as quais o Paraná. Mas a colonização precária e desordenada que se pratica no início dos anos oitenta não age senão reproduzindo as tendências afirmadas no resto do Brasil: o empobrecimento dos pequenos camponeses, uma renovação da dominação dos latifúndios sobre as terras, e uma ajuda sobretudo às culturas de exportação, em detrimento das culturas alimentares.

CONCLUSÃO

Observamos aqui uma das variáveis que dá origem às flutuações econômicas. O Paraná fora uma das regiões mais procuradas até 1970. A ocupação precária, o desmatamento selvagem, a colonização oficial e privada, todos os meios foram utilizados para se povoar o território. A povoação das cidades, uma rede integrada e bem conservada de estrada, o desenvolvimento da atividade comercial e de serviços, a instalação de pólos agroindustriais foram o coramento do processo de ocupação do Paraná, com base na expansão das atividades agrícolas.

Entretanto, a existência de pequenos produtores fora um dos pilares deste desenvolvimento, que permitia uma repartição mais justa das riquezas e escapava assim da clássica polarização minifúndios-latifúndios. A atividade colonizadora do Paraná tivera um papel muito significativo na implantação de uma estrutura agrária específica, ainda marcada hoje em dia por uma forte representação de pequenas e médias propriedades.

As transformações da economia, dirigidas pelo governo, vão mudar tal situação para “racionalizar” a atividade agrícola. A importância dada à mecanização e às culturas de exportação criaram condições de concorrência insustentáveis para o pequeno camponês, em face das novas empresas agrícolas subvencionadas pelo governo.

Assim, o Paraná se tornou um fulcro de êxodo rural em um curto período de tempo entre o final dos anos sessenta e os anos setenta.

A partida dos pequenos camponeses dá acesso à reconstituição de latifúndios e ao aumento das exportações agrícolas, o que vem responder aos objeti-

vos do governo, apesar do aumento das importações alimentares, que se tornaram indispensáveis para satisfazer à demanda interna.

As colônias criadas em Rondônia, a fim de abrigar os “novos pobres” vindos do Paraná, não conseguiram estabilizar e fixar a população migrante tendo em vista a falta de condições mínimas de sobrevivência e o aumento da onda migratória.

Desta forma, constatamos que a ação colonizadora no Brasil deixou de preencher seu papel de ocupação do espaço e de integração do território: a colonização se tornou uma arma política, utilizada a fim de cortar o nó górdio das tensões agrárias surgidas em regiões perfeitamente integradas aos circuitos comerciais.

A população, agora “excedentária” devido ao jogo de mudanças da política agrícola, é constantemente empurrada para terras a serem desmatadas, onde se reproduzem as condições desfavoráveis à instalação da propriedade camponesa familiar: justamente esta que, no Paraná, havia tentado frustrar a polarização da estrutura agrária e de seu corolário, violência e dominação.

BIBLIOGRAFIA

- BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A) — “Paraná Informações”, Curitiba, 1977 — 20pp.
- BALHANA (A. *et alii*) 1969 — *História do Paraná* — Gráfica Curitiba, 277pp.
- BERNARDES (L.) 1953 — O Problema das Frentes Pioneiras no Estado do Paraná — *in Rev. Bras. Geogr.* — ano XV, n° 3, julho/set. 1953, pp.3-49.
- BERNARDES (N.) 1952 — Expansão do Povoamento no Estado do Paraná — *in Rev. Bras. Geogr.* — out./dez. 1952, pp.427-445.
- COORDENADORIA DE ESTUDOS DE ECONOMIA CAFEIEIRA 1977 — *Anuário Estatístico do Café (1727/1977 — 250 anos, n° 11, dez. 1977 — Rio de Janeiro)*.
- COY (M.) et KOHLHEPP (G.) 1985 — Conflicts of interests and regional development planing in colonizing the Brazilian Amazon: the case of Rondônia — Geographisches Institut, Univer., mimeo Tübingen, RFA, 21pp.
- FURTADO (C.) 1972 — *La formation économique du Brésil*, Mouton, Paris.
- IBGE — Recenseamentos 1940 — 1950 — 1960 — 1970 — 1980. Rio de Janeiro.
- IPARDES 1973 — Estudo de *Integração de Pólos Agroindustriais do Paraná* — 3ª fase — *Análise da mão-de-obra no Paraná* — Curitiba — pp.3-83.
- MARTINS (R.) s.d. — *História do Paraná* — Ed. Guaíra Ltda., Curitiba.
- NAVARRO SWAIN (T.) 1979 — *Trente ans d'histoire du Paraná: de grands espaces vides au capitalisme agraire* — Thèse de doctorat de 3^e è. sytle — IHEAL — Paris III.
- OLIVEIRA (F.) 1975 — *A Economia Brasileira — crítica à razão dualista* — Edições Cebrap — São Paulo.
- PADIS (P.C.) 1970 — *Formação de uma Economia Periférica: o caso paranaense* — Tese de doutorado. PUC, São Paulo.
- PEBAYLE (R.) 1973 — Le Brésil méridional — *in Problèmes d'Amérique Latine*, XXVII N.E.D. n° 3973/3974, mars 1973, Paris — pp.51-65.
- PEBAYLE (R.) 1978 — De la frange pionnière à l'espace rural aménagé dans le Nord-Ouest du Paraná, *in Le Bassin Moyen du Paraná Brésilien, l'homme et son milieu*, Talence, 1978.
- TAVARES (M.C.) 1977 — *Da Substituição de Importação ao Capitalismo Financeiro — Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, p.59.

*CERES E RIO VERDE:
Dois Momentos no Processo de
Expansão da Fronteira Agrícola(*)*

IGNEZ COSTA BARBOSA FERREIRA
*Geógrafa, Professora da Universidade de Brasília
Brasília, DF*

RESUMO

Por “fronteira” entende-se o processo de ocupação de um espaço reputado vazio. O vazio pode ser tanto demográfico como econômico ou jurídico, e o espaço se encontra tanto na floresta amazônica, como nos cerrados ou em qualquer lugar do Brasil. A partir de dois estudos de caso, dentro do contexto físico e histórico, nos propomos a dar testemunho sobre dois momentos da expansão da fronteira agrícola no Estado de Goiás, e sobre suas conseqüências atuais no âmbito da organização da produção, do emprego e da urbanização.

Palavras-chave

Fronteiras agrícolas — Colonização — Pequena produção agrícola — Emprego agrícola — Cidades da Fronteira — Soja — Brasil — Estado de Goiás — Mato Grosso de Goiás.

*CERES ET RIO VERDE:
Deux Moments de L'Expansion de la Frontière Agricole
dans l'État de Goiás*

RÉSUMÉ

On entend communément par “frontière” le processus d'occupation d'un espace réputé vide. Ce vide peut être démographique, comme économique ou juridique, et l'espace peut se trouver dans la forêt amazonienne, comme sur les terres des cerrados, comme en tout lieu du Brésil. A partir de deux études de cas, au contexte historique et physique différent, on se propose d'apporter un témoignage sur deux moments de l'expansion de la frontière agricole dans l'Etat de Goiás, et sur leurs conséquences actuelles dans le domaine de l'organisation de la production, de l'emploi et de l'urbanisation.

Mots-clés:

Frontières agricoles — Colonisation — Petite production agricole — Emploi agricole — Villes de la frontière — Soja — Brésil — État de Goiás — Mato Grosso de Goiás.

*CERES AND RIO VERDE:
Two periods in the Expansion of the Agricultural
Frontier in the Goiás State*

ABSTRACT

“Frontier” generally means the process of occupation of a zone conside-

(*) Este trabalho contou com a participação, especialmente na parte de campo, das professoras: Marília Luíza P. de Oliveira e Leonor Bertone e da estagiária Nelba Penna, bolsista do CNPq.

redas vacant. This vacancy can be demographic as well as economic or legal and the zone can be situated in the Amazonian forest as well as on the lands of the cerrados, as in any zone of Brazil. On the basis of two case studies conducted under different historical and physical conditions, one intends to give evidence on two periods of the expansion of the agricultural frontier in the Goiás state and on their present consequences concerning the organization of production, employment and urbanization.

Key words

Agricultural frontiers — Colonization — Small-scale agricultural production — Agricultural employment — Frontier towns — Soya bean — Brazil — Goiás state — Mato Grosso de Goiás.

INTRODUÇÃO

A história da formação do território brasileiro é marcada pela expansão do espaço produtivo, mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção. Foi assim desde a época da Colônia até os dias atuais. Ao longo do tempo a expansão se deu de formas diferentes e com características próprias, imprimindo no território novas formas de ocupação, de produção, de uso da terra e de apropriação do espaço.

A “frente pioneira” marcou um momento importante na expansão espacial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo. Intensificou-se depois da 1.^a Guerra Mundial, como admite Waibel (1958), para quem os preços elevados dos gêneros alimentícios e a ampliação do mercado interno, com o desenvolvimento das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, teriam sido as molas impulsoras do movimento pioneiro. A idéia de “frente pioneira” está intimamente relacionada à pequena propriedade, à expansão da produção por áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, implantada no município de Ceres (GO), é um exemplo da “frente pioneira” com base no assentamento de pequenos produtores familiares/proprietários. Com o estudo de caso de Ceres, pretende-se analisar as transformações que ocorreram numa área de antiga frente pioneira (Fig. 1).

Atualmente, conquistas na área da ciência e da tecnologia, via industrialização, permitem o aproveitamento de terras, até então consideradas impróprias ao cultivo. Verifica-se a expansão por áreas já ocupadas anteriormente, que se convertem com novas produções, como no caso da grande lavoura comercial em terras de cerrado, onde se praticava a pecuária extensiva. Esta nova forma de avanço da fronteira está ligada à tecnificação da agricultura, ao investimento de capital, à intensidade da produção, à monocultura e à grande propriedade. Essa seria, então, a forma atual de expansão do espaço produtivo. Com o estudo de caso de Rio Verde (GO), pretende-se abranger, em parte, a problemática da nova fronteira incorporada pela grande lavoura tecnificada.

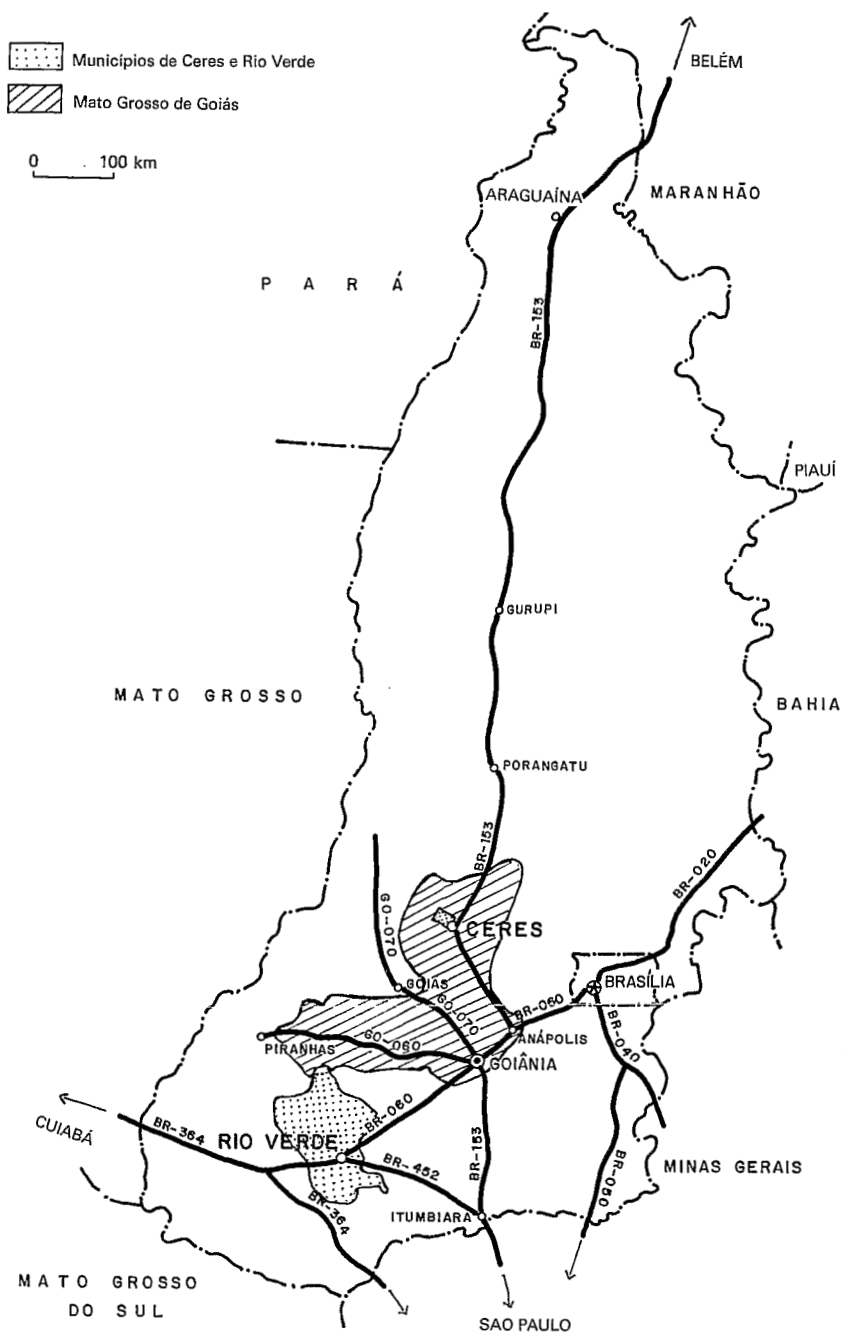


FIGURA 1 — O ESTADO DE GOIÁS

A questão da expansão territorial será então enfocada como um processo subordinado à lógica do processo de produção, que produz também o seu espaço. Com base nestas colocações, poder-se-ia admitir que a expansão se daria não obrigatoriamente por áreas desocupadas, mas também retomando áreas com uma história de ocupação implantada em fases anteriores da expansão territorial. Neste caso, elas passariam a se inserir no processo produtivo de forma diferente da anterior, via uma nova forma de ocupação e ou de apropriação, que aí se implanta. No território poderemos encontrar as diferentes formas de avanço da fronteira econômica que representam momentos desse processo. Em suma, admite-se que a expansão territorial não obrigatoriamente se daria reproduzindo formas anteriores, que tenderiam a ser superadas pelo próprio processo.

A ampliação do espaço da produção pressuporia, ainda, a reestruturação do espaço, o qual está permanentemente se ajustando às necessidades da produção, não sendo uma forma pronta, acabada.

Nos dias atuais, a problemática da abertura de novos espaços à produção agrícola é bastante pertinente. Questiona-se, de um lado, os resultados das “frentes pioneiras” e da colonização em termos de fixação do homem no campo e, de outro, a concentração fundiária resultante da tecnificação da produção agropecuária, nos últimos quinze anos, e o inaccessível à terra por grande massa de trabalhadores rurais, atualmente com residência urbana.

Com os dois estudos de caso dos municípios goianos de Ceres e de Rio Verde, pode-se estabelecer uma relação entre essas duas formas de expansão territorial. Note-se que em ambos os casos observa-se a perda de população rural e expulsão da mão-de-obra, que vai povoar novas áreas da fronteira ou se concentrar nas grandes cidades.

1. A FRENTE PIONEIRA DO MATO GROSSO DE GOIÁS

O movimento de estender territorialmente o espaço da produção, “movimento pioneiro” ou “pioneirismo”, dada a sua importância na abertura de novos espaços e na formação do território, e ainda pelo fato de envolver contingentes populacionais consideráveis, deslocando as correntes migratórias para a “nova fronteira” que está se abrindo, recebe então a denominação de “frentes”; segundo J.S. Martins (1975) podemos distinguir duas formas de avanço da ocupação do território: a “*frente de expansão*” e a “*frente pioneira*”.

Como “frente de expansão” se entenderia o movimento no qual a vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado, mas fornece produtos para a comercialização, não podendo, pois, ser classificada de economia natural. Tratar-se-ia de economia de excedentes, na qual os participantes têm como objetivo a produção para subsistência e secundariamente a troca dos produtos (Martins, 1975). Ela se integra à economia de mercado por dois aspectos: pelos excedentes que produz, e que se realizam como mercadorias na economia de mercado, e pela absorção de excedentes demográficos, que não podem ser contidos na fronteira econômica. Desse modo, a frente de expansão faria parte da forma capitalista de produção (Martins, 1975), contribuindo ainda para a acumulação capitalista em termos de oferta

de mão-de-obra abundante e barata e na abertura do espaço para uma posterior ocupação pela fronteira econômica.

Outra característica marcante da “frente de expansão” é o uso privado de terras devolutas, no qual não se configura a propriedade da terra, não assumindo a mesma a equivalência de mercadoria. A figura central é o posseiro ou ocupante (Martins, 1975). Quando se passa da produção de excedentes para a produção de mercadorias, quando se implanta a propriedade privada da terra, que em vez de ser ocupada é comprada, ter-se-ia a “frente pioneira” (Martins, 1975). A “frente pioneira” se instala como empreendimento econômico, com empresas imobiliárias, ferroviárias, bancárias, comerciais etc. Com a frente pioneira se intensifica a ocupação pelo afluxo de migrantes, loteiam-se terras devolutas ou não, e os preços das terras sobem vertiginosamente (Waibel, 1958). Como coloca Waibel (1958), o “pioneiro” não só expande o povoamento, mas o intensifica e imprime nas áreas uma nova forma de ocupação e de vida, inclusive introduzindo novas técnicas. No entanto, o sentido de “pioneiro” pode ser tomado em termos relativos, visto que ele próprio não inova, mas apenas reproduz, na área da frente pioneira, as relações sociais da sociedade a que pertence, e que se tornam inovações em face da ocupação anterior, de posseiros, de índios ou de antigos ocupantes.

Entende-se então a “frente pioneira” como uma modalidade de estender a fronteira, incorporando novas áreas ao sistema produtivo, onde vão se reproduzir as relações sociais que estão na base do mesmo. Assim sendo, consideramos que a questão deve ser colocada não apenas como uma ampliação da área ocupada, mas como a inserção dessas áreas na divisão de trabalho no espaço, devendo-se atentar não apenas para a ocupação, mas também para a apropriação do espaço, para as relações de trabalho, para a produção e suas ligações com o mercado, para a especulação, uma vez que a terra se torna mercadoria. Dentro desta colocação, poderíamos pressupor um fechamento da fronteira para a “frente de expansão”, não tanto pelo fato de não existirem mais terras a ocupar, mas, principalmente, pela condição de ocupação com a propriedade da terra, fato que se impõe à expansão do espaço da produção capitalista. As áreas onde ainda persiste a ocupação de posseiros e ocupantes se tornam focos de tensões e conflitos pela posse da terra.

Na fase atual do processo de expansão da fronteira, não obrigatoriamente a “frente de expansão” ocorreria, e, dentro da lógica do próprio processo, pode-se admitir que a mesma tenda a ser superada. O movimento pioneiro permitiu o surgimento de numerosas propriedades rurais de tamanho médio e pequeno, exploradas pelo próprio dono ou por parceiros (meeiros) (Waibel, 1958). Leo Waibel admite que seria o surgimento do pequeno produtor rural (proprietário) no Brasil (Waibel, 1958). Considera-se, então, a “frente pioneira” como um empreendimento capitalista, como uma forma de inserção do campo no sistema capitalista, especialmente pela condição da propriedade privada da terra (ainda que seja a pequena propriedade), pelos investimentos em compra de terra, pela renda que a terra passa a dar aos proprietários ausenteístas (que as arrendam ou vendem), pela produção voltada para o mercado, ainda que não se verifiquem investimentos de capital na produção e que as relações de traba-

Iho se configurem como não tipicamente capitalistas (colonato, parceria, meação, arrendamento em espécie) (Martins, 1975).

O estudo da Frente Pioneira de Goiás na região denominada de Mato Grosso de Goiás (Fig. 2) se prende ao objetivo de entender o processo de avanço territorial da produção capitalista, ou seja, a formação do espaço do capital no Brasil, tomando-se a frente pioneira como um momento nesse processo, como uma das modalidades por meio da qual se integraram novas áreas ao sistema de produção. Não se pretende explicar especificamente essa frente pioneira, mas tomá-la como uma via de análise segundo o objetivo exposto. Faz-se necessário, no entanto, situá-la no contexto histórico em que se deu. Essa frente pioneira está envolvida pelo discurso ideológico da “Marcha para o Oeste”.

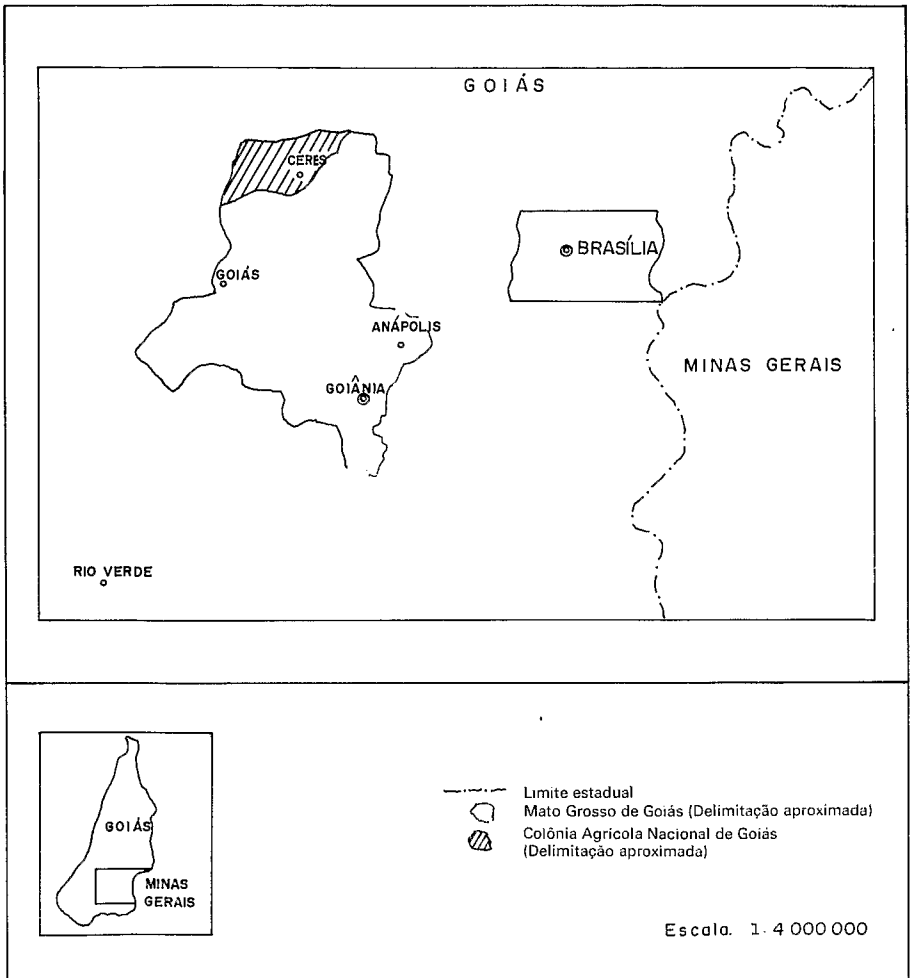


FIGURA 2 — O MATO GROSSO DE GOIÁS E A CANG

Costuma-se atribuir à mesma a solução de problemas que vão desde segurança nacional (necessidade de ocupar áreas praticamente desocupadas), ao de reduzir tensões sociais urbanas (revertendo o fluxo migratório que demandaria as cidades do Sudeste) e ainda quanto ao abastecimento do mercado urbano com alimentos.

Pretende-se enfocar a frente pioneira do Mato Grosso de Goiás apenas no que diz respeito à forma de ocupação que com ela foi implantada, ou seja, a pequena propriedade mercantil, e o povoamento da área.

Tomamos como marco temporal a década de 40 que é apontada por diversos autores como Wailbel (1958) e Faissol (1952) como sendo a fase áurea daquele movimento e ainda porque é quando se oficializa a mesma com a criação pelo Governo Federal da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941.

Por essa época, o País se voltava para o desenvolvimento urbano-industrial com a industrialização substitutiva de importações, passando a produção para o mercado interno a ganhar importância. Firma-se o Sudeste como centro dinâmico do desenvolvimento nacional. O crescimento demográfico, mudanças na agricultura e desagregação da economia de subsistência já expulsavam população do campo, especialmente no Nordeste e em Minas Gerais (Ballann, 1972). Pode-se considerar a existência de correntes migratórias provenientes das regiões menos dinâmicas, que não ofereciam condições de absorver a população resultante do crescimento demográfico, mas também, dentro do próprio Sudeste, pelas mudanças impostas ao campo pelo desenvolvimento urbano-industrial. A antiga frente pioneira do café também estaria gerando seus excedentes populacionais. Segundo Monbeig, a fronteira aberta pelo café em São Paulo já apresentava esgotamento de solos e sinais de despovoamento, estando o pequeno proprietário e o sitiante sempre prontos a seguir adiante, em busca de terras que lhes permitissem uma rentabilidade sem necessidade de investimentos de que não dispunham. A situação desses pequenos produtores já era precária; tendo esgotado os seus recursos com a compra da terra, não podiam se permitir pagar mão-de-obra e tinham até mesmo que suplementar sua receita como meeiros nas grandes propriedades (Monbeig, 1952). A fronteira aberta no norte do Paraná, com a colonização particular por firmas colonizadoras, exigia uma certa disponibilidade de capital para a compra da gleba. Para o migrante sem recurso restava a alternativa das cidades do Sudeste ou de alguma nova fronteira que se abrisse. As terras abundantes e vazias do Mato Grosso de Goiás, representadas pelas áreas de mata não ocupadas pela pecuária, que aí se implantara desde longa data, quando do declínio da mineração, parecem alternativa lógica para a instalação dos migrantes sem recursos e que tenderiam a aí desenvolver lavouras de alimentos para venda de excedente para o mercado. Não se pode excluir a possibilidade de uma frente de expansão ou mesmo uma frente pioneira no Mato Grosso de Goiás anterior aos anos 40.

Pode-se admitir ainda o início da valorização da área, antes dos anos quarenta, pelos investimentos governamentais em estradas e com a construção de nova capital do Estado, Goiânia, em 1936, no Mato Grosso de Goiás.

A ligação de Anápolis com o Sudeste por ferrovia, desde 1935, torna possível a comercialização de produtos, condição indispensável para a implan-

tação de ocupação voltada para a economia de mercado. Além da possibilidade de comercialização, a rentabilidade dos investimentos na compra da terra seria garantida pela fertilidade dos solos das matas e pela abundância de terras. Por outro lado, a produção de lavouras tradicionais de alimentos para atender ao mercado urbano do Sudeste não exigia investimentos, como no caso da lavoura de café. Ainda, o preço menor dessas terras do que das de São Paulo ou do Paraná as torna competitivas, não obstante a distância dos mercados. Tem-se assim um quadro de vantagens locacionais para que se implantasse a frente pioneira, com a pequena propriedade de produção para o mercado.

O Estado foi o indutor desse processo, colocando as bases para a produção voltada para o mercado, através de implantação da infra-estrutura viária, do loteamento de terras devolutas e com a criação da CANG. Com essas medidas o Estado aciona o gatilho para estimular o movimento de migrantes para a região, movimento esse que vai muito além da colônia oficial. Speriidão Faissol, em seu trabalho “O Mato Grosso de Goiás” (1952) estabelece os limites da área abrangida pela frente pioneira do Mato Grosso de Goiás que se estende pelo sudoeste e centro-sul de Goiás, a partir de Anápolis (Fig. 2).

Segundo o mesmo autor, era uma área de mata e que, portanto, estava desprezada pela ocupação antiga da região com a pecuária extensiva. Não se tratava, portanto, de região propriamente desocupada, mas escassamente ocupada. Pelo Censo de 1940 (IBGE, 1940), essa área abrangia um total de 202.000 pessoas e com uma densidade média de 4 habitantes por km². Essa população era eminentemente rural (80%) com uma densidade de ocupação da área rural de 7 hab. por km² (considerada aqui somente a área total abrangida pelos estabelecimentos rurais, propriedades ou não). Nota-se que essa área ocupada pela atividade agrária era de menos de 50% da área total dos municípios, podendo se inferir ainda grande quantidade de terras e de matas a desbravar. As cidades, assim consideradas por serem sedes municipais, sequer atingiam aos 1000 habitantes, a não ser Goiás (a antiga capital do Estado), Anápolis (o mais importante centro comercial) e a nova capital, Goiânia, recém-construída, mas que já era a de maior população, com 7000 habitantes. Não apenas pelos totais populacionais, mas também pelas atividades de comércio e industriais, pode-se concluir pela fragilidade da vida urbana da região. No meio rural dominava a forma de exploração *agropecuária* (quer pela superfície: 58% da área explorada, quer pelo número de estabelecimentos nesta modalidade: 71%), com produção em pequena escala (1) tanto na pecuária como nas lavouras, em seu interior. A agricultura era praticada sempre em pequena escala, seja nas unidades apenas de lavouras, seja no interior das fazendas de pecuária. A produção em grande escala ocorria apenas nas fazendas de pecuária, onde era predominante. Os estabelecimentos de lavouras eram os menores (área média de 42 ha), enquanto a pecuária era produzida nos grandes estabelecimentos (área média de 586 ha) e a

(1) O Censo do IBGE em 1940 e 1950 classifica a produção em grande escala e pequena escala, segundo o critério de área, tamanho do rebanho e produtividade em relação a diferentes regiões do País. (Ver recenseamento geral do Brasil, 1940, IBGE.)

agropecuária nos médios (120 ha). Produzia-se na região, além do gado, arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar (IBGE, 1940).

É neste quadro que vai se instalar a frente pioneira dos anos 40. Waibel (1958) se refere ao pioneiro como pequeno lavrador que cultiva terra que ele mesmo possui, produzindo produtos agrícolas para o mercado e se interessando pelas melhores terras, as de florestas, que os fazendeiros de gado tinham desprezado. Localizam-se os primeiros, preferencialmente, próximos à estrada de ferro.

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi instalada a 140 km de Anápolis, criada por decreto presidencial de fevereiro de 1941. Posteriormente foi aberta uma estrada ligando-a a Anápolis. O decreto de criação da CANG estabelecia a área do lote de 20 a 50 ha, que seriam doados a pessoas pobres que se tornariam posteriormente proprietários, e que receberiam também instrumentos e casas, tendo a produção de lavouras como a principal finalidade. A sede da colônia, planejada juntamente com ela, recebeu o nome de Ceres. O projeto previa ainda que o colono deveria manter uma reserva de 25% de sua área com mata. Isto seria uma inovação no sistema tradicional de roças do brasileiro, que consistia em derrubar a mata, queimar, plantar lavouras durante algum tempo e depois mudar-se para outra área de mata e recomençar o ciclo (Waibel, 1958). Os estatutos da colônia pretendiam mudar o sistema de agricultura itinerante para a agricultura permanente, com a rotação de culturas, tornando a região uma área de “agricultura moderna” (Faissol, 1953), o que significava mudanças de ordem técnica. Tinha a colônia o objetivo explicitado de colonizar a área (Faissol, 1952), que, no entanto, já estava sendo colonizada espontaneamente. O projeto de colonização esperava ainda fixar os migrantes no campo.

Independentemente dos resultados da colonização oficial, a frente pioneira, que ultrapassou os limites da CANG, trouxe mudanças à área, tais como: substituição da lavoura de subsistência pela lavoura comercial; a apropriação da terra pelo pequeno proprietário e não apenas pelo latifundiário; a inserção da área na economia de mercado através da lavoura, uma vez que pela pecuária já o era; o adensamento populacional com o povoamento do campo e a urbanização.

Com a frente pioneira adensa-se a ocupação do campo e cidades surgem ou crescem, dada a importância dos centros urbanos para o escoamento das mercadorias, principalmente em se tratando da pequena produção. Nas levadas de migrantes vinham também comerciantes. A região passa a atrair correntes migratórias.

Waibel em sua viagem à região em 1947 relata que “de Anápolis os mercados e as pessoas eram levadas de caminhão para o norte e para o oeste, num raio de cerca de 150 a 200 km. Aí derrubavam-se as florestas, cultivavam-se as roças, abriam-se estradas, construíam-se casas e novos povoados surgiam em lugares que antes não estavam ocupados” (Waibel, 1958).

Os migrantes vinham de Minas Gerais (80%), de São Paulo e Bahia, e com isso o preço das terras no campo e na cidade crescia extraordinariamente (Waibel, 1958).

Durante e depois da Segunda Grande Guerra, os preços alcançados pelo

arroz estimulam sua produção e ele se torna o principal produto da região. O arroz dá bem em terras recém-desmatadas, e, dessa forma, além dos migrantes, também os fazendeiros de gado passam a desmatar e plantar arroz (Waibel, 1958). O arroz faz com que a fronteira se estenda, dada a necessidade de novas áreas para serem desmatadas e incorporadas ao sistema produtivo. A necessidade de baratear os custos de transporte do produto leva a que indústrias de beneficiamento de arroz se instalem nas cidades da região.

O arroz além de ser produzido para o mercado, tem o papel de cultura desbravadora e urbanizadora. A necessidade de mão-de-obra no plantio e na colheita adensa o campo, enquanto sua produção estimula as instalações comerciais e industriais nas cidades. Além do arroz, a frente pioneira produzia o milho (para a engorda de suínos vendidos sob forma de banha), o feijão e o café, segundo produto de exportação da região, era restrito em área e veio introduzido pelos migrantes paulistas (Faissol, 1952).

Com as lavouras, a produção de gado da região passa a ter uma perspectiva de melhora, devido à plantação de pastos nas áreas desmatadas pela lavoura (Waibel, 1959). Faissol (1952) relata a ocupação com pastos de antigas áreas de lavouras, onde os solos se tornaram empobrecidos. Já na década de quarenta observava-se a transformação de grandes áreas de florestas em invernadas, tendo se tornado impróprias para o cultivo do arroz. No caso da pequena propriedade, tendo o sistema de cultivo levado ao esgotamento do solo, o produtor era obrigado a migrar, dado que o tamanho de sua área (menos de 50 ha) não comportava a pecuária com as técnicas que empregavam (Faissol, 1952). Nota-se, então, em plena ocupação da frente pioneira, a tendência a curto e médio prazo de a pecuária vir a dominar sobre a agricultura.

Ao final da década de quarenta a região era a mais importante produtora de arroz, café, feijão e milho do Estado. O incremento populacional foi da ordem de 75% na década, estimando-se um total de 350.962 em 1950 (IBGE, 1950). A população urbana quase dobra e a rural aumenta de 71%, absorvendo 80% do crescimento total. A densidade rural atinge 16 hab./km² e a região continua sendo eminentemente de ocupação rural (79% do total) (IBGE 1950).

A exploração agropecuária já não tem a primazia de antes, competindo com as lavouras em número de estabelecimentos, mas ainda detém a maior proporção de área (49%); continua, no entanto, sendo a produção em pequena escala. As lavouras têm um grande impulso, quer pelo número de estabelecimentos, que passam a ser de 46% do total da região, quer pela área (21%), mas continuam sendo praticadas em pequena escala. A pecuária mantém seu peso relativo na ocupação e continua sendo praticada em grande escala. Quanto às áreas médias dos estabelecimentos, verifica-se que nas três modalidades houve ampliação de área, continuando a lavoura a ser praticada nos pequenos estabelecimentos e a pecuária nos grandes. A exploração mista da agropecuária continua a ser praticada nos médios (IBGE, 1950).

À frente pioneira pode-se atribuir o fato de predominarem em 1950 os estabelecimentos entre 50 e 100 ha, sendo que os abaixo de 100 ha correspondiam a 70% dos estabelecimentos. No entanto, a concentração fundiária se verifica, dado que estes 70% ocupavam apenas 17% da área. Metade da superfície total é ocupada com estabelecimentos de 100 a 1000 ha.

2. A PEQUENA PROPRIEDADE E O ESVAZIAMENTO DO CAMPO

A região do Mato Grosso de Goiás é, atualmente, segundo dados do IBGE para 1980, uma área de intenso esvaziamento do campo e também, de certa forma, de esvaziamento urbano. Com exceção de Anápolis e Goiânia, observa-se, nas demais cidades, se não o decréscimo absoluto da população urbana, o decréscimo relativo. Costuma-se relacionar o esvaziamento do campo à grande propriedade, à latifundização e ao desaparecimento da pequena propriedade. No entanto, na região a questão se coloca de forma diferente. A pequena propriedade que se implantou espontaneamente ou oficialmente persiste, como também o latifúndio, que existia antes da chegada da frente pioneira. O fato de a pequena propriedade ser ainda marcante na região permite-nos afastar a hipótese da latifundização, apenas para explicar o esvaziamento do campo. Por outro lado, o esvaziamento do campo costuma ser correlativo do crescimento urbano intenso, o que no caso também não ocorre.

O problema se apresenta, então, em termos de esvaziamento do campo em área de pequena propriedade, como uma primeira colocação, e uma segunda seria a questão do não-crescimento urbano, que não será abordada no âmbito desse trabalho. A implantação da pequena propriedade pelo governo tomou de certa maneira o aspecto de uma "reforma" a nível local, com a introdução de uma nova modalidade de apropriação da terra (pelo pequeno proprietário e não apenas o grande), com o adensamento da ocupação em área escassamente ocupada, com a produção agrícola para o mercado (onde antes era a subsistência e pecuária), prevendo a fixação do homem no campo com a posse da terra e com isso absorver excedentes populacionais de outras áreas. Passados quarenta anos, os resultados permitem questionar a estratégia empregada.

Como unidade de observação e de análises tomamos o município de Ceres, por ter sido aí implantada a colonização oficial e assim concentrada a pequena propriedade. Se bem que não tenha sido a área toda do município loteada para a colônia, é onde ainda se encontra a incidência maior da pequena propriedade (92% do total delas com menos de 100 ha) e especialmente por não existir aí praticamente a grande propriedade (apenas 3 com mais de 1000 ha).

Em Ceres, os dados censitários de 1980 (FIBGE, 1980) permitem traçar o seguinte quadro: os estabelecimentos listados pelo Censo seriam todos propriedades, especialmente individuais (98%), o que significa que não haveriam mais terras de posseiros ou terras devolutas, e que a apropriação por empresas, cooperativas ou entidades é desprezível (2%). Trata-se, então, da propriedade privada da terra que se distribui em 1.938 propriedades, sendo 93% das terras exploradas por proprietários em suas próprias terras (88%) e em alguns casos em terras arrendadas ou ocupadas de outro proprietário (5%).

As formas de exploração indireta por posseiro, arrendatário, meeiro ou parceiro tornam-se bem reduzidas. Quanto à estrutura fundiária, guarda as marcas da colonização: 52% das unidades da produção correspondem à classe de tamanho do módulo da colônia (10 a 20 ha) e o latifúndio é praticamente inexistente. Não obstante estas características, não se exclui a concentração de terras que se dá ao nível dos médios estabelecimentos (100 a 1000 ha), os quais ocupam 45% da área representando apenas 8% do número total dos estabelecimentos.

TABELA 1 – CERES – GO – USO DA TERRA/1980

A – Segundo o ramo de produção					B – Segundo a ocupação das terras		
Ramo	Área ha	%	Estabelecimentos		Modalidade	ha	%
			N.º	%			
Agrícola	29.770	39	1.160	60	Lavouras	19.729	27
Pecuária	40.000	52,5	622	32	Pastagens	47.171	65
Agropecuária	5.986	8	125	6,5	Matas	4.644	6
Outro	422	0,5	31	1,5	Não aproveitadas	1.307	2
	76.181	100	1.938	100	Improdutivas	72.851	100
						3.330	
						76.181	

Fonte dos Dados – Censo Agropecuário – 1980.

Note-se ainda a importância do minifúndio (menos de 10 ha).

Quanto ao uso da terra, a pecuária passou a predominar tanto em termos de área produtiva ocupada com pastagens como em relação à área agrícola total ocupada pelos estabelecimentos pecuaristas.

A pecuarização se expressa ainda pelo valor da produção. Em 1980 a produção animal se equivalia à vegetal e, em 1983, o valor da produção animal correspondia a quase o total da produção agrícola municipal. O processo da pecuarização atinge inclusive propriedades de menos de 50 ha. Quanto à lavoura, é bastante disseminada pelos estabelecimentos, trata-se da lavoura temporária em pequena escala. Dos estabelecimentos que têm lavoura, 72% a fazem em áreas de menos de 10 ha. A grande lavoura é praticamente inexistente.

O processo de pecuarização já aparece em meados da década de 60 na região, o que se evidencia pela orientação da agricultura (em termos de valor da produção) predominantemente voltada para a produção animal. A pecuarização ao nível da pequena propriedade pode ser explicada porque o pequeno produtor se dedica à produção (leite, ovos, aves, pequenos animais, bicho-da-seda) que lhe permite o retorno mais rápido e regular do capital aplicado. O valor obtido com essa produção compete com o valor das lavouras tradicionais de alimentos. Não se constata a penetração de nenhuma das grandes lavouras comerciais no município (dados de 1983). Pelo fato de praticamente não haver ocupação de mão-de-obra assalariada permanente ou temporária, pode-se inferir a manutenção da estrutura familiar. A residência do produtor é outro dado que pode mostrar o caráter de produção familiar. Nas propriedades de menos de 50 ha o proprietário reside na propriedade rural, de um modo geral. Nas de mais de 100 ha ele mora na cidade próxima ou em outra, assim como alguns dos proprietários de áreas de mais de 50 ha (FIBGE, 1980).

Não se verificam os investimentos de capital e de trabalho que permitam admitir níveis de intensidade de produção.

Pode-se concluir que não se trata da produção intensiva em capital nem de produção que absorva intensamente a mão-de-obra, portanto intensidade baixa de produção.

Os índices de produtividade corroboram esse aspecto, dado o decréscimo da produtividade do arroz, e extraordinária redução da do feijão, sendo que o milho se mantém, em relação a 1960.

Por estas características, pode-se concluir que não esteja havendo investimentos de capitais de forma a alterar a estrutura anterior, montada com base na pequena propriedade mercantil. A grande lavoura comercial não penetrou no município. Para explicar esse fato, pode-se admitir a confirmação das hipóteses seguintes: a topografia acidentada não atraiu a grande lavoura, pela dificuldade de mecanização e, por outro lado, a existência de terras próximas mais favoráveis. As terras já esgotadas e ou praguejadas demandariam investimentos em insumos, maiores que em outras áreas, que apresentam vantagens locais sob esse aspecto. A estrutura fundiária com excessiva fragmentação teria também dificultado o remembramento.

Não havendo, pelo menos até então, a pressão para compra dessas terras, no sentido de formar grandes propriedades, a estrutura se mantém. No entanto, a manutenção dessa forma de ocupação se dá com mudanças no seu conteúdo

do social e econômico. O pequeno produtor, em muitos casos, já não é mais o mesmo que comprou ou que recebeu do governo o lote. Por outro lado, a ausência de sintomas de intensificação permite admitir que não tenham se tornado pequenos produtores dinâmicos (modernizados). Sobrevive a pequena propriedade, em moldes familiares, segundo algumas estratégias a saber: a produção de leite para venda aos laticínios ou ao intermediário, que o comercializa informalmente nas cidades próximas; criação de pequenos animais; algumas lavouras e a criação do bicho-da-seda para venda à indústria (de São Paulo), que se constitui na inovação promissora na área. A pecuária que é feita nos pequenos estabelecimentos, é ela mesma sintoma de esgotamento e de não-aproveitamento das terras. A estratégia de sobrevivência do pequeno produtor é se tornar assalariado externo dessas indústrias que lhe impõem o tipo de produção, o preço, a quantidade, que lhe financiam por vezes (como no caso do bicho-da-seda) e das quais ele passa a depender. Dessa forma, o pequeno produtor se torna um assalariado externo da indústria se proletarizando mesmo ainda no campo. Outra forma de vida desse produtor é alimentando, com sua pequena produção, o setor informal do abastecimento urbano. Tendo ele próprio se tornado de certa forma assalariado, não tem condições de empregar outros e utiliza apenas a família.

A estrutura da pequena propriedade sobrevive ainda de forma improduti-va para lazer ou como investimento de cidadãos da área e de fora. A terra como mercadoria fica estocada à espera de valorização.

O esvaziamento poderia ser explicado por um processo que praticamente se implantou na época da frente pioneira, e que se acelerou nos últimos dez anos.

O processo de esvaziamento já teria se iniciado mesmo quando os saldos migratórios altamente positivos não permitiam que aparecesse. A mobilidade escondia o esvaziamento. Como coloca Faissol (1952), já no final da década de 40 as terras ocupadas há mais tempo apresentavam esgotamento e o pequeno produtor seguia adiante, na região, em busca de novas áreas a desbravar. De um lado as condições técnicas não permitiriam a fixação, uma vez que pela qualidade dos solos não agüentariam ser trabalhados nos moldes rudimentares em que se fazia na região, sem nenhum cuidado em preservá-los.

Por outro lado, a cultura desenvolvida, o arroz, que tinha cotação no mercado, era ela própria fator de mobilidade espacial, nos moldes em que era praticada. Instável por sua dependência às oscilações do mercado e móvel por razões de ordem técnica ela contribuiu para a não fixação de uma forma de ocupação do território.

O tamanho dos lotes aliado às técnicas adotadas foi outro fator de esgotamento, empobrecimento e conseqüente não-fixação da população. O pioneiro, com as técnicas que adotava para não esgotar o solo, teria que deixar a terra em descanso algum tempo. O tamanho do lote não permitia isso. As alternativas que se colocavam para ele seriam: intensificar a produção com uso de novas técnicas e com insumos; migrar para áreas mais favoráveis e recomeçar; continuar com a lavoura com menos produtividade e empobrecer; passar à pecuária, quando o tamanho da propriedade assim o permitisse. Como a primeira delas não parece ter ocorrido com as demais a conseqüência seria a migração e o es-

vaziamento do campo, pela incapacidade da estrutura em conter a população que veio com a frente pioneira e mesmo, possivelmente, o crescimento vegetativo posterior.

Nos moldes técnicos da produção dos pequenos produtores, de um modo geral, a fixação fica na dependência da capacidade do solo em agüentar a pressão da ocupação e da exploração. A monocultura é um agravante dessa situação.

Não obstante, na década de setenta, a política agrícola do País tivesse incentivado, via créditos subsidiados, a produção agrícola, o pequeno produtor pouco ou nada se beneficiou disso, dado que os créditos concedidos se destinavam ao custeio (Tabela 2) basicamente, o que pressupõem condições de investimento. Por outro lado, a assistência técnica é vinculada aos projetos de financiamento, além de que a pesquisa e a tecnologia difundida é voltada para a intensidade de capital. Assim, o pequeno produtor fica duplamente marginalizado.

TABELA 2 – CRÉDITOS – CERES – (GO)

% Dos créditos concedidos no ano				
Especificação	Atividade	1970	1980	1983
CUSTEIO	Agricultura	44	64	28
	Pecuária	3	4	1,5
	Indústria	0,3	0,01	0,08
INVESTIMENTO	Agricultura	4,5	20	17
	Pecuária	14	4	3
	Indústria	0,1	—	44
COMERCIALIZAÇÃO	Agricultura	33	16	6
	Pecuária	0	0	0
	Indústria	—	—	—
TOTAL	Todas as atividades	100	100	100

Fonte dos Dados — BANCO DO BRASIL S.A. — Agência em Ceres (GO).

O esvaziamento do campo se explicaria, então, pelo fato de que a pequena propriedade não se tendo dinamizado se tornaria um viveiro de mão-de-obra, formando ela própria seus excedentes populacionais, tornando-se foco de emigração. O produtor rural que ainda permanece na condição de dependência da produção para a indústria pode ser considerado um assalariado e, como tal, um migrante em potencial. Por outro lado, a pecuarização da região se coloca como um elemento a mais na não-absorção dessa mão-de-obra no local.

3. A GRANDE LAVOURA COMERCIAL E A REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DE RIO VERDE (GO)

Admite-se que, atualmente, o avanço da forma capitalista no espaço já não se dê nos moldes e nas proporções das “frentes pioneiras”. Tal fato pode conduzir à idéia de fechamento da fronteira, considerando-a como algo pronto, acabado. Propomos que se tome o conceito de fronteira como algo transitório, provisório e que tem o seu papel na incorporação de novas áreas ao sistema produtivo, as quais, como tal, vão ser modificadas ao longo do tempo, dentro do processo de produção. Assim, não só a fronteira não significaria uma forma fixa de ocupação e de estruturação do espaço, como novas fronteiras poderiam se abrir, em pontos diferentes do espaço. A colocação da questão da expansão da fronteira vista apenas em termos de ocupação e, especialmente, de ocupação de áreas virgens, ou praticamente desocupadas, e ou de terras devolutas, pode esconder o outro lado da problemática, que seria o de novas formas de ocupação em áreas anteriormente apropriadas (como a das antigas frentes pioneiras), ou áreas de antiga ocupação de posseiros e ocupantes, e ainda áreas que, inseridas na produção de mercado, teriam no seu interior formas não tipicamente capitalistas, como meeiros e agregados. Considera-se, então, a possibilidade de novas fronteiras se abrirem ao capital pela transformação da ocupação, em termos de apropriação e de exploração, e pela forma como passam a contribuir para a acumulação capitalista.

Por outro lado, áreas livres poderiam ser apropriadas pelo capital, de forma produtiva ou especulativa, sem necessariamente passarem pela fase de ocupação da frente de expansão ou frente pioneira com a pequena propriedade familiar. A característica marcante desta nova fase de expansão do capital no espaço não seria apenas a transformação da terra em mercadoria. Marcam esta fase a instauração da renda da terra, do investimento na produção, da produção especializada, das mudanças nas relações de produção, a supressão das formas não-capitalistas de produção (como a produção de subsistência) e a submissão da agricultura à indústria. Pode-se, então, admitir as transformações que vão ocorrer nas áreas atingidas por esse processo de mudança e até mesmo considerar uma reestruturação do espaço. Esse processo assume contornos empíricos, a saber: supressão das formas de produção de subsistência (parceria, meação, arrendamento em espécie, posseiros etc.); expulsão do campo da população ligada a essas modalidades e conseqüente esvaziamento do campo como local de moradia da mesma; emprego de mão-de-obra móvel, assalariada; transformação do trabalhador rural em urbanista pelo assalariamento, e conseqüente reforço do contingente urbano das cidades próximas e dos povoados, que se tornam o lugar de residência e reprodução da força de trabalho; emprego da mecanização; racionalização da ocupação da mão-de-obra de forma temporária, apenas nas épocas necessárias e, conseqüentemente, transformação do trabalhador do campo em trabalhador temporário (bóia-fria ou diarista, empreiteiro); concentração fundiária pela eliminação dos estabelecimentos de posseiros, meeiros e dos minifúndios, pela valorização das terras, pelo aparecimento da grande empresa rural; utilização de insumos industriais, o que liga o meio rural aos centros industriais; intensificação da produção; racionalização do uso da terra; im-

plantação da grande lavoura para a exportação. Destaca-se, nesta fase, o caráter eminentemente urbanizador e esvaziador do campo, enquanto a frente pioneira povoava o campo e criava cidades.

Com o estudo de caso, Rio Verde, pretende-se analisar as mudanças que ocorrem na organização da produção e suas conseqüências na organização do espaço, com a implantação da grande lavoura comercial. Considera-se que esta é a nova forma que assume a expansão do capital no campo, reincorporando novas áreas ao sistema produtivo. Como foi colocado anteriormente, o desenvolvimento da agricultura passa a ser acionado pelo desenvolvimento industrial. A produção agrícola se destina ao abastecimento das indústrias e depende da produção destas, sob a forma de insumos e de máquinas, para intensificar e racionalizar a produção, que passa a se fazer em moldes industriais.

Esse processo tem se intensificado no Brasil, especialmente depois de 1970, quando a política agrária o induz, criando as condições infra-estruturais viárias para interligar o espaço e pelos créditos à lavoura.

A penetração de capitais privados numa área, para operar com rentabilidade compatível, busca se beneficiar de vantagens locais como: infra-estrutura viária e de comunicações, preço da terra, facilidades operacionais como a qualidade de solo (no caso da agricultura) e mão-de-obra disponível, dentre outras. A acumulação capitalista tem como condição básica a condição assalariada da mão-de-obra, sua mobilidade e a circulação da mercadoria.

As terras do cerrado passaram a se tornar atrativas aos investimentos em grandes lavouras, desde que ficaram acessíveis com a implantação de estradas e de meios de comunicação e, ainda, por ser tecnicamente possível utilizá-las para lavouras, com o emprego de corretivos. A possibilidade de valorização do capital com a utilização de áreas antes inaproveitadas ou com baixa rentabilidade leva ao movimento de expansão da fronteira agrícola.

Em Rio Verde, encontramos estas vantagens expressas em: grandes vazios demográficos (densidade rural de 2,9 hab./km em 1970) e de ocupação com terras subutilizadas pela pecuária, ou áreas inaproveitadas; topografia suave facilitando a mecanização; acesso por estradas asfaltadas ligando o município ao Sudeste; terras não valorizadas pela ocupação; qualidade dos solos, possíveis de correção e próximo a jazidas de calcário, barateando o preço do corretivo; estoque de mão-de-obra, já decorrente da migração rural expulsa do campo pela incapacidade da pecuária em absorvê-la; estrutura fundiária calçada em grandes glebas, facilitando a implantação sem necessidade de remembramento de grandes e médias fazendas.

Implanta-se a lavoura temporária de soja, produto de cotação no mercado, especialmente para exportação, em meados da década de 70, coincidindo com a implantação do Polocentro (1975) e o asfaltamento da rodovia que liga Rio Verde a Itumbiara (1974), permitindo-lhe o acesso permanente ao Sudeste e a Brasília.

O plantio de soja está atrelado ao uso de tecnologia, de mecanização, emprego de capital (subsidiado pelo governo), racionalização do uso de mão-de-obra (pouco usada e só temporariamente na época de preparo e colheita), o assalariamento como relação de trabalho, a figura do "lavorista" (paulista ou su-

lista, migrante com características mais de empresário que de camponês), a intensificação da produção e ampliação do espaço produtivo.

Pode-se deduzir facilmente as mudanças que se implantariam na região. Pretende-se traçar os contornos empíricos desse processo de mudança em termos de estrutura fundiária, emprego, mobilidade populacional e urbanização. Note-se que no caso de Rio Verde o fato é bem recente, tendo se iniciado nos meados da década de setenta, mas tomado impulso depois da de 80.

A grande lavoura comercial por suas características demanda grandes extensões de terra. A soja no município é plantada de 200 a 2000 ha, de um modo geral, em face do porte dos investidores. Não se trata, no caso, de grandes empresas ou do grande capital individual, mas de agricultores do Sul que têm algum recurso para comprar terras ou arrendar, para comprar máquinas e que se apóiam nos créditos agrícolas para custear a produção. A cultura da soja encontrou os espaços livres de que necessitava nas terras ociosas das fazendas de pecuária, se instalando no distrito onde a pecuária era menos desenvolvida. A lavoura não vem competir com a pecuária, em termos de área, embora se direcione para os campos do topo das chapadas, com topografia suave, que constituem as pastagens naturais. Dada a racionalidade que comanda esse tipo de produção, pode-se admitir a tendência à concentração fundiária a níveis de tamanho médio e grande, inferiores aos dos grandes latifúndios pecuaristas. Essa tendência se comprova com a comparação da estrutura fundiária do município entre 1970 (antes da entrada da soja) e em 1980 quando ela começa a se expandir. Nota-se, então, a ampliação do número de estabelecimentos de 200 a 2000 ha, que passaram a deter extensão maior de área, representando (1980) 58% da área agrícola do município (FIBGE, 1980). Por outro lado, observa-se a redução do número de estabelecimentos em todas as demais categorias: nos maiores de 2000 ha e nos menores de 200 ha, com redução também da área ocupada por essas classes de tamanho. Os de mais de 2000 ha têm uma perda de 49.000 ha, área essa que foi desmembrada em estabelecimentos de 200 a 2000 ha. A classe mais afetada foi a dos de menos de 10 ha: minifúndios. De 70 a 80 deixaram de existir 85% dos mesmos, cujas áreas vão se incorporar a classe dos de 200 a 2000 ha. Tem-se notícia de que muitos daqueles pequenos proprietários venderam suas terras e foram comprar outras em regiões mais distantes; outros foram para a cidade de Rio Verde. Essas mudanças de tamanho dos estabelecimentos vêm acompanhadas de outras, como a redução das pequenas lavouras de subsistência e da produção de excedentes. Havia, também, outras lavouras em 1970: arroz, milho e algodão, praticadas em propriedades grandes e médias, porém em áreas predominantemente de menos de 100 ha. Em 1980 a lavoura passa a ser praticada principalmente em áreas de mais de 100 ha, tendendo a se ampliar esse módulo se considerarmos que a área de soja triplicou de 83 a 85 e que ela se faz em áreas de mais de 200 ha (FIBGE, 1980). Desaparece, em parte, também, a figura do ocupante, e do arrendatário (em espécie). Em 1980 se firma a condição do produtor proprietário (80% dos estabelecimentos) e surge o arrendatário de glebas médias e grandes (FIBGE, 1980).

Suprimidas as pequenas unidades de produção, de proprietários e de ocupantes ou arrendatários das terras dos grandes proprietários, com elas saem seus habitantes. A nova produção requer mão-de-obra assalariada e temporária e

TABELA 3 – RIO VERDE – GO – POPULAÇÃO E OCUPAÇÃO – 1970/1980

	Local de Residência	1970		1980		Variação %
		Total	%	Total	%	
População	Cidade	22.339	40	47.624	63	113
	Vilas	4.714	8	8.061	11	87
	Meio Rural	28.654	51	19.009	25	- 34
Total		55.707	100	74.694	100	35
Ocupação	Atividade					
	Agropecuária	10.335	63	11.793	42	14
	Indústria	1.350	8	3.506	13	160
	Comércio	846	5	2.743	10	224
	Serviço	3.192	20	8.750	32	175
	Outros	596	4	666	2	—
Total		16.339	100	27.820	100	70

Fonte de Dados – IBGE – Censo demográfico, 1970/1980.

que se desvincula de uma produção de subsistência. Estes trabalhadores deixam de ter condições de residir no campo, passando a ter uma moradia urbana ou migrando para outras áreas rurais. Dá-se, então, o esvaziamento do campo. Muito embora a lavoura comercial seja mecanizada e poupadora de mão-de-obra, estoca essa mão-de-obra para ocupar só em certas épocas do ano: na colheita e no preparo da terra. O trabalhador rural tornado assalariado e urbanita, a força de expulsão do campo, fica nas cidades próximas, formando o exército agrícola de reserva. A análise da mobilidade populacional em Rio Verde mostrou que mesmo antes da chegada da soja já havia uma migração das fazendas do município para Rio Verde (Fig. 3). Essa migração é anterior a 70. Em 1960 já se fazia um loteamento urbano para a população de baixa renda, e em 1972 surge um bairro popular na periferia de Rio Verde, loteado pela prefeitura. Esses migrantes provinham das fazendas de gado, que já produziam seus excedentes populacionais. Com a intensificação da ocupação pelas primeiras lavouras de arroz, milho e algodão, surgem oportunidades de trabalho no município e nas proximidades, e novos migrantes do campo de Rio Verde e da região vêm para a cidade e para os povoados. Essa migração é mais recente que a anterior. Mais recentemente, com a ampliação da área de soja, são atraídos migrantes que vêm de outras regiões diretamente para a cidade e povoados (Penna, 1985).

Esses trabalhadores rurais são diaristas e temporários: bóias-frias, que, residindo na periferia da cidade ou nos povoados, alimentam o crescimento da população urbana (Tabela 4). Isto pode ser comprovado ainda pela ocupação

da População Economicamente Ativa (PEA). A atividade agrícola é responsável pela absorção de 42% da PEA total, em 1980 (Tabela 3).

Em 1985 estimativas da prefeitura local admitem cerca de metade da população urbana total do município como sendo assalariados temporários do campo. Essa mobilidade mostra adaptação e subordinação da mão-de-obra ao mercado de trabalho. Enquanto a lavoura temporária estiver se expandindo e não tiver se tornado mais mecanizada, pode ainda ser retida essa população das cidades locais e povoados. Uma vez que o meio rural passe a ocupar menos pessoas, elas tendem a migrar para outras frentes de trabalho ou para cidades maiores. Note-se que o emprego rural cresceu de 70 para 80.

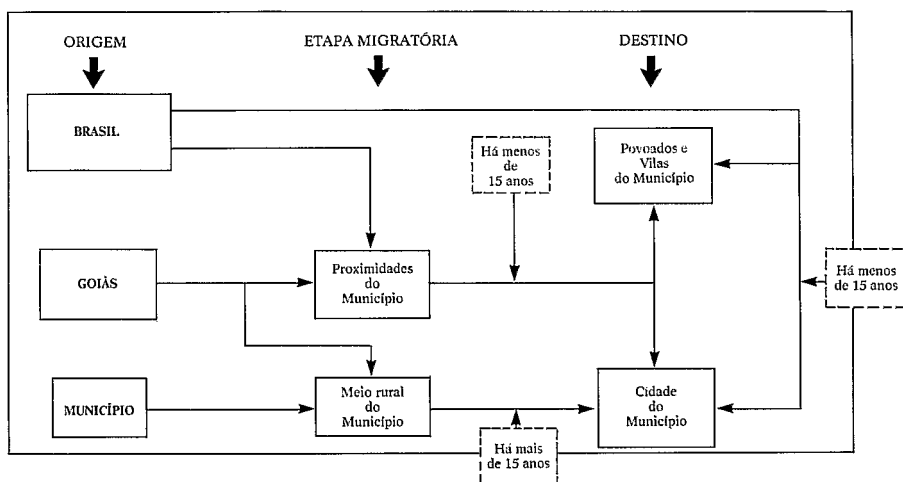


FIGURA 3 — MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

Fonte dos dados: fichas cadastrais dos trabalhadores rurais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Verde.

Não só as mudanças nas relações de trabalho contribuem para a urbanização. Deve-se destacar, além desse aspecto, o papel urbanizador da grande lavoura pelas atividades que estimula a nível local, a saber: de transporte, de armazenamento, de serviços bancários, de comércio de produtos agrícolas, implementos e máquinas, de serviços de reposição de máquinas e veículos. O fato de o novo produtor rural ser de uma classe social diferente dos antigos pequenos produtores leva a que ele resida na cidade mais equipada, próximo às suas terras. Essa nova classe possivelmente média e média alta é mercado para o comércio mais diversificado e serviços urbanos, além da demanda por moradia que dinamiza a construção civil. Os trabalhadores rurais se ocupam também na construção civil ou setor informal, na cidade.

Mudanças ocorrem ainda na pecuária que continua se impondo na produção agrícola.

O desenvolvimento da grande lavoura não bloqueou o desenvolvimento da pecuária, ao contrário, até contribuiu para intensificá-la. A formação de pas-

tagens torna-se economicamente mais viável com o preparo das áreas pelas lavouras, nos primeiros anos e depois o plantio de pastos.

Os proprietários pecuaristas arrendam suas terras para “lavoristas”, obtendo assim o pasto plantado a custos reduzidos.

Por outro lado, o sucesso do empreendimento agrícola os estimula a fazerem lavouras para baratear o custo da formação de pastagens. No caso de Rio Verde essa tendência se confirma pelo desenvolvimento da pecuária, também ela modernizada, vindo a superar de muito o valor da produção vegetal em 1983. Acentuando-se, assim, a característica de pecuaristas de épocas anteriores na orientação da agricultura.

Pode-se concluir, então, que a lavoura contribuiu para a expansão da pecuária.

A possibilidade de reconversão da lavoura em pecuária deve ser considerada, tendo em vista as facilidades técnicas para tal e pelo fato de que as lavouras são temporárias e submetidas às oscilações da cotação do produto. Sendo a produção de caráter especulativo, pode se converter no que der maior rentabilidade para o capital. Com a pecuarização a tendência é a menor oferta de empregos temporários.

REFLEXÃO FINAL

A implantação da ocupação pioneira marcou a fase de expansão com ampliação de terras (expansão horizontal), objetivando produzir alimentos, ocupar o território e povoar o campo, remanejando excedentes populacionais de outras áreas. Implanta-se especialmente a pequena propriedade para produzir para o mercado, atraindo mão-de-obra. Questiona-se os resultados da mesma em termos da sua incapacidade em reter a população que para aí teria migrado em busca de trabalho e de acesso à terra. Com a grande lavoura comercial intensifica-se o aproveitamento de áreas já ocupadas, mas pouco exploradas, intensifica-se a concentração da produção e das terras, produzindo para exportação e para a indústria. Em ambas a participação do Estado é decisiva, seja de forma direta ou induzida, tendo caráter ideológico de mudança e de reforma no meio rural. Mudanças e reformas essas que tiveram, como consequência, facilmente comprovável, o esvaziamento do campo e a transformação do trabalhador rural em trabalhador temporário.

Pode-se admitir a hipótese de transitoriedade e de mobilidade dessa nova fronteira. A persistir a forma atual de organização de produção, o esvaziamento do campo parece irreversível e tende a se acentuar. A urbanização local é a consequência lógica desse processo. Acumula-se nessas cidades e povoados um contingente de população de baixo nível de vida que pode migrar a qualquer momento para cidades maiores. Tem também a urbanização um caráter instável e de precárias condições de vida da população. Por outro lado, esse estoque de mão-de-obra abundante e barata pode se constituir em um atrativo à instalação de atividades industriais nessas cidades já de certa forma equipadas pela comercialização dos produtos agrícolas. Caso isso não ocorra, não só o campo se esvazia, mas também pode-se prever que as pequenas cidades se esvaziem ou não se dinamizem, constituindo-se em pontos de passagem dos migrantes.

BIBLIOGRAFIA

- BALAN, Jorge. Migrações internas no desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio histórico comparativo, in Balan, Jorge (org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972, pp. 109/184.
- FAISSOL, Speridião. *O Mato Grosso de Goiás*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*, série regional-Goiás, Censo Agropecuário, Rio de Janeiro: FIBGE.
- _____. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*, série regional-Goiás, Censo Demográfico, Rio de Janeiro: IBGE.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *V Recenseamento Geral do Brasil, 1940*, série regional-Goiás, Rio de Janeiro, IBGE.
- _____. *VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950*, série regional-Goiás, Censo Demográfico, Rio de Janeiro: IBGE.
- _____. *VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950*, série regional-Goiás, Censo Agropecuário, Rio de Janeiro: IBGE.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo; Pionier, 1975.
- MONBEIG, Pierre. *Pioniers et Planteurs de S. Paulo*. Paris: Armand Colin, 1952.
- PENNA, Nelba Azevedo. *Transformações no campo, estrutura fundiária e mobilidade da força de trabalho*. Brasília; UnB/CNPq, 1985 (mimeo.)
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

SIGNIFICÂNCIA CONTEMPORÂNEA DA FRONTEIRA:
uma interpretação geopolítica a partir da
Amazônia Brasileira

BERTHA K. BECKER

*Geógrafa, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Departamento de Geografia — Cidade Universitária — Ilha do Fundão
21910 Rio de Janeiro, RJ.*

RESUMO

A partir do debate nacional sobre a Amazônia e de pesquisas diretas em suas porções oriental e meridional, propõe-se um novo conceito geopolítico de fronteira. O Estado e a alta-tecnologia são os determinantes históricos da produção da fronteira, espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, não plenamente estruturado e dotado de alto potencial político. Condições atuais de produção da fronteira são principalmente: a apropriação monopolista do espaço por várias frações do capital; a mobilidade da força de trabalho; as redes de ordenação do espaço, especialmente a rede urbana, base logística da integração econômica e ideológica; a fragmentação do espaço e a formação de regiões, entendidas como um poder local. A resistência dos pequenos produtores visa à conquista de um espaço próprio, se efetua sob forma de conflito aberto ou de conflito resolvido, e tem um papel fundamental no direcionamento do processo de produção do espaço.

Palavras-chave

Fronteira — Geopolítica — Alta-tecnologia — Estado — Amazônia Oriental — Apropriação — Mobilidade — Urbanização — Sub-regiões — Resistência.

SIGNIFICATION ACTUELLE DE LA FRONTIÈRE:
Une interprétation Géopolitique a partir du cas de
l'Amazonie Brésilienne

RÉSUMÉ

A partir du débat sur l'Amazonie aujourd'hui en cours au Brésil, et de recherches directement effectuées dans ses régions orientale et méridionale, un nouveau concept géopolitique de la frontière est proposé. L'État et la haute technologie sont les déterminants historiques de la production de la frontière, espace en cours d'incorporation à l'espace global/fragmenté, partiellement structuré et doté d'un grand potentiel politique. Les conditions actuelles de la production de la frontière sont principalement: l'appropriation monopoliste de l'espace par diverses fractions du capital; la mobilité de la force de travail; les réseaux d'organisation de l'espace, particulièrement le réseau urbain, base logistique de l'intégration économique et idéologique; la fragmentation de l'es-

pace et la formation de régions, comprises comme pouvoir local. La résistance des petits producteurs vise la conquête d'un espace propre, s'effectue sous forme de conflits du quotidien et joue un rôle fondamental dans l'orientation du processus de production de l'espace.

Mots-clés

Frontière — Géopolitique — Haute technologie — État — Amazonie orientale — Appropriation de l'espace — Mobilité — Urbanization — Régions — Formes de Résistance — Brésil — Amazonie.

*ACTUAL SIGNIFICATION OF FRONTIER:
A GEOPOLITICAL INTERPRETATION BASED ON
BRAZILIAN AMAZÔNIA*

ABSTRACT

Based on the national debate on Amazônia and on field research in its eastern and southern portions, a new geopolitical concept of frontier is proposed. The State and high technology are the two historical determinants of the production of the frontier, understood as a non fully structural space with a high political potential. Contemporary conditions for the production of the frontier are basically: land monopoly by various fractions of capital; labor mobility network for spacial ordering, particularly the urban network which is the logistic base for economic and ideological integration; spatial fragmentation and formation of regions, understood as a local power. The resistance of small producers for conquering their own space, expressed in daily conflicts and/or open struggle, has also a basic role in the process of the production of space.

Key words

Frontier — Geopolitics — High technology — State — Eastern Amazônia — Appropriation — Mobility — Urbanization — Regions — Resistance.

Um dos últimos grandes espaços escassamente povoados do planeta, a Amazônia brasileira, vem sendo nos últimos quinze anos envolvido por um intenso movimento de apropriação de suas terras e seus recursos por forças internacionais e nacionais. Em decorrência mobilizou-se o interesse nacional — social e intelectual — pelos fenômenos ligados à expansão da fronteira e, particularmente, por suas conseqüências. O debate sobre a via de desenvolvimento trilhada pela fronteira identificou-se com a do próprio País. Um processo intenso de construção de novas representações sobre a região se desenvolveu, sugerindo estar “em jogo na fronteira uma carga simbólica muito densa na construção do drama do encontro da nação com seu destino” (Velho, 1983).

A centralização da informação e da decisão própria do regime autoritário que vigorou por vinte anos no País e a rapidez das transformações induzidas pela nova ordem econômica internacional dificultaram certamente o conhecimento objetivo da fronteira favorecendo concepções ideológico-simplificadoras que, incapazes de captar a magnitude e a complexidade dos processos em

curso na era da “alta-tecnologia”, dificultam hoje a busca de soluções alternativas para a consolidação de uma sociedade democrática no Brasil.

Tal dificuldade demonstra também a inoperância do conceito tradicional da fronteira. A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa em cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Uma nova definição de fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade — como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório — e a relação desta com a totalidade de que é parte.

Para tanto há que deslocar a análise da fronteira de seu antigo terreno empírico, sem que isso signifique afastar-se da história concreta dos lugares. Entende-se que nossos conceitos são historicamente enraizados, refletem as situações sociais e políticas envolventes, e a “verdade é uma interpretação significativa para o nosso tempo, do mundo social como era, é e será” (Wallerstein, 1979).

Com o objetivo de contribuir para uma nova orientação de pesquisa sobre a fronteira, este trabalho, a partir de uma prática de pesquisa (1) na Amazônia brasileira e buscando numa nova geopolítica seu fundamento teórico, visa responder às questões — Qual a significância da fronteira no final do século XX? Sob que condições se efetua sua expansão?

Numa primeira seção, partindo do pressuposto de que a produção do espaço é um processo não só material como teórico, se discute o processo de produção intelectual da fronteira no Brasil, e se propõe um novo significado para a fronteira. As condições gerais de sua expansão como espaço em incorporação ao espaço social, estatal, e, portanto, não plenamente estruturado são demonstradas numa segunda seção. A terceira seção retoma num outro patamar a questão fundamental no debate sobre a fronteira, sobre o significado teórico e prático da resistência de pequenos produtores no processo de sua expansão.

1. A PRODUÇÃO INTELECTUAL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

1.1. O debate sobre a funcionalidade da fronteira e sobre a “terra liberta”

O debate sobre a expansão da fronteira desenvolveu-se em torno do significado da participação de pequenos produtores e das conseqüências da participação desses produtores e dos grandes empreendimentos capitalistas no processo de ocupação de novas terras.

Duas vertentes se destacam no tratamento da questão: a dos economistas, expressa na tese da funcionalidade da fronteira, e a dos sociólogos e antropólogos na “terra liberta”. Em ambas, a fronteira é inicialmente concebida como *locus* da reprodução camponesa, seja por submissão ao capital, seja, ao contrário, por uma “lógica” camponesa anticapitalista, concepção que vem sendo questionada no decorrer do debate.

(1) Esse trabalho é fruto de pesquisas fundamentadas em trabalho de campo realizadas no âmbito de um projeto que conta com o apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pela autora e de que participam as professoras Lia O. Machado e Mariana P. Miranda.

1.1.1. A tese de funcionalidade da fronteira relaciona-se à questão da permanência de formas não-capitalistas na agricultura brasileira num contexto de intenso crescimento urbano-industrial.

A funcionalidade da agricultura “atrasada” como setor flexível, capaz de atender aos requisitos do processo de desenvolvimento segundo as exigências do mercado consumidor (Paiva, 1971; Castro, 1969), foi concebida no âmbito do pensamento liberal, em contraposição àqueles que consideravam esse setor atrasado como um sistema sócio-econômico em si ou como um entrave ao desenvolvimento.

Foi então retomada pelo pensamento crítico, que a coloca em termos da análise da acumulação do capital, superando a visão dual: a reprodução das formas não-capitalistas de produção na agricultura, e por extensão na fronteira, é funcional ao capital na medida em que o suprem de alimentos e mão-de-obra baratos; oferecendo condições para o crescimento extensivo da produção, a fronteira favorece a reprodução dessas formas (Oliveira, 1975), sendo o excedente mobilizado para alguns autores, sem mudança estrutural ou com ajustamentos.

Embora varie a ênfase quanto aos fatores determinantes dessa expansão, há convergência na aceitação de que a expansão da fronteira se fundamenta na reprodução de formas não-capitalistas de produção.

Para uns, os fatores determinantes daquela expansão são a disponibilidade de terras livres e os excedentes de força de trabalho liberados das áreas capitalizadas. A fronteira constitui, assim, uma “válvula de escape” para as tensões sociais e demográficas produzidas pela expansão capitalista nas áreas povoadas, e o Estado intervém para viabilizar o processo de ocupação de áreas novas favorecendo a reprodução de formas arcaicas, tanto o campesinato na fronteira como o latifúndio nas áreas já povoadas.

Para outros, os parâmetros explicativos seriam a expansão da demanda da produção de alimentos e matérias-primas, expansão efetuada sob a dominação do capital comercial que articula a fronteira mesmo através de formas não-capitalistas de produção que assumem, assim, novo papel. “Nesse processo, a fronteira pode se constituir no *locus* privilegiado da recriação da produção não-capitalista, ou camponesa” (Rego, 1978).

O questionamento à tese da funcionalidade da fronteira deriva de estudos teóricos e evidências empíricas. Os estudos teóricos argumentam que: A) o atraso relativo da agricultura — e da fronteira — decorre da sua subordinação indireta ao capital. Não pode ser explicado pelo crescimento do capital. Não dos setores não-agrícolas, i.e., do mercado urbano e industrial, mas sim pelas formas particulares de desenvolvimento do capitalismo no País, derivadas do desenvolvimento do capitalismo mundial e da divisão internacional do trabalho e sua repercussão a nível nacional. B) Tanto a explicação dualista como funcionalista devem ser rejeitadas, porque obscurecem as contradições desse desenvolvimento. Não há dualismo, pois as relações não-capitalistas existem porque são subordinadas ao capital, mas essa subordinação tampouco deve ser compreendida como funcional, pois que determina contradições específicas e não uma solução para as contradições do capitalismo no Brasil (S. Silva, 1976).

Acresce que o desenvolvimento capitalista transforma o campesinato tradicional, formando uma força de trabalho móvel e uma pequena burguesia rural que, juntamente com os grandes proprietários, respondem hoje pela produção agrícola tanto para exportação como para o mercado interno. Não é, portanto, o campesinato que assegura a produção de alimentos. Segundo o Censo de 1975, aproximadamente metade do número total de estabelecimentos rurais no País (cerca de 2,5 milhões) tem um valor médio de produção menor do que a metade do salário mínimo legal, e sua contribuição para o valor total da produção é menor do que 5%. O maior valor da produção no País, baseado no uso de insumos industriais e facilidades de crédito, é devido a um pequeno grupo de estabelecimentos situado no Estado de São Paulo (S. Silva, 1982).

1.1.2. O mito da “terra liberta”. A temática da reprodução camponesa é também a dos sociólogos e antropólogos, embora desenvolvida com outro foco de preocupações (Musumeci, 1984): o da tendência, a partir de 1970, ao “fechamento” das oportunidades de acesso às terras antes “livres” da Amazônia para o pequeno produtor devido à maciça implantação de grandes projetos agropecuários subsidiados pelo Estado, e envolvendo o alastramento de conflitos na região (G. Silva, 1982).

A questão do confronto, da disputa pela terra entre posseiros e grileiros, unidades camponesas e empresas capitalistas, pequena agricultura e grande pecuária, é tratada como central para entendimento dos processos sociais em curso na região, e a ênfase no antagonismo fez renascer um estilo de análise dualista (Musumeci, 1984), esquecendo visões mais processuais anteriores. A hipótese central de tal modelo é de que o “fechamento” da fronteira envolve o confronto entre dois modos opostos de pensar e utilizar a terra, um que se articula em torno da noção de direitos de posse gerados pelo trabalho e outro que se baseia na noção de propriedade privada que supõe um vínculo jurídico formal e mercantil com a terra, independente do trabalho. Duas lógicas, duas formas de relacionamento opostos, incompatíveis — a primeira constituindo o núcleo do modo espontâneo de ocupação dos camponeses/posseiros, a segunda, o cerne da frente capitalista, simultânea ou posterior.

Numa das formulações do modelo, o dualismo se expressa como produto ou reflexo de modos de produção distintos: o “modo camponês” de ocupar terras livres, expressão de um universo exterior ao capitalismo, oposto ao modo capitalista.

Outra formulação contrasta “frente de expansão” e “frente pioneira”, ambas produto, direto ou indireto, do processo de expansão capitalista no campo, mas instaurando também formas descontínuas e antagônicas de ocupação da terra. A “frente de expansão” é a dos camponeses e posseiros. É definida como faixa intermediária entre a fronteira demográfica (grupos tribais) e a econômica (frente pioneira capitalista), cujas terras livres são ocupadas pelos posseiros para prover a sua subsistência e reprodução através do trabalho familiar; é identificada pela ausência da propriedade privada da terra (Martins, 1975), uma vez que a terra não é por eles concebida como apropriável em si mesma nem como mercadoria, e sim apenas como instrumento de trabalho (Wagner e Mourão, 1978; Fase, 1979; Martins, 1981).

A introdução da lógica capitalista de acesso à terra se traduz num proces-

so de expropriação do campesinato. Pode haver contudo resistência do campesinato à expropriação e luta para perpetuar as “terras livres”, concepção que constitui a chave para explicar o significado político dos conflitos de terra na região.

Uma tendência à incorporação às regras dominantes é, contudo, registrada na resistência do campesinato: vários posseiros aderem ao “sistema dominante” de apropriação da terra buscando a consolidação de suas posses e o acesso à condição de proprietários de terra. Tal adesão é entendida pelos camponeses como uma estratégia de adaptação defensiva, mas que provoca uma “descampesinização” de uma camada de posseiros (Wagner, 1981), diferenciando-os dos verdadeiros camponeses considerados foco da análise bem como da (eventual) aliança política.

Outros estudiosos, contudo, passam a questionar o “modelo”, indagando sobre a possível existência de diferenciações e conflitos internos à própria estrutura da frente de expansão inicial, prévios portanto ao confronto camponês — capitalista. Estas indagações (Velho, 1980, 1983; Soares, 1981; Musumeci, 1984) levam a relativizar a idéia de uma lógica e um sistema de representações específicas ao chamado campesinato de fronteira e oposto aos do sistema capitalista, na medida em que estudos de caso mostram que no interior de um mesmo grupo camponês na fronteira podem existir formas e “lógicas” de ocupação muito diferentes e até contraditórias, e projetos muito distintos de reforma agrária; a pensar a própria referência à terra liberta como *mito*, no sentido de uma remissão a eventos distanciados no tempo e/ou espaço que visa a enunciar algo sobre o presente e legitimar posições, estratégias e projetos individuais ou coletivos, à semelhança das concepções de Turner sobre a fronteira como *locus* do capitalismo utópico; a reconhecer o nexos entre o movimento de colonização “espontânea” e processos históricos mais amplos, destacando-se o papel do capital comercial-usurário na articulação da fronteira, e assim deslocar o foco da análise da “especificidade” do campesinato.

Em decorrência, a fronteira passa a ser entendida como “espaço onde o processo de colonização está instituindo *novas relações sociais* ou *redefinindo antigas*”; a noção de fronteira não pressupõe a inexistência de formas prévias de articulação desses espaços à sociedade, nem um processo de ocupação contínuo, em bloco, como sugerido pela expressão norte-americana “fronteira em movimento”. Pressupõe, essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente “em aberto” associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras” (Musumeci, 1984).

1.1.3. Simultaneamente, pesquisas geográficas empíricas recuperam uma rica tradição de estudos sobre frentes pioneiras no Sudeste do País em meados do século (Monbeig, 1952; Waibel, 1955). Embora nem sempre explicitamente, as análises têm relação com o debate acima referido.

Estudos sobre a expansão das rodovias, a ação das empresas multinacionais e a degradação ambiental, desenvolvidos sob a ótica da denúncia da expansão capitalista selvagem apoiada pelo Estado, aproximam-se da posição que concebe a fronteira como *locus* do campesinato (Valverde *et alii*, 1979; Valverde e Freitas, 1980). Esta posição também transparece, menos explicita-

mente, em estudos com ênfase nos problemas ambientais decorrentes do mau uso da terra (Sternberg, 1981; Peybale e Koechlin, 1981; Riviere D'Arc, 1978).

Outros estudos aproximam-se da posição que procura relativizar a fronteira, na medida em que revelam que a produção da fronteira se destina hoje não ao mercado metropolitano e sim ao seu próprio abastecimento e/ou ao de centros do Nordeste brasileiro; que a fronteira se expanda num contexto de urbanização; que a imigração para a fronteira não é espontânea mas sim principalmente induzida pelo Estado e que no processo migratório se diferencia socialmente o campesinato; que a fronteira é sede não só de grandes projetos subsidiados pelo Estado como de formas de produção vinculadas às várias frações do capital, com financiamento hoje não só do capital comercial-usurário como do capital bancário (Becker, 1982 a, 1983 e 1984 a; Machado, 1983, 1984; Miranda, 1982 e 1984).

É a partir desse conjunto de contribuições que se propõe um novo significado geopolítico para a fronteira.

1.2. O novo significado geopolítico da fronteira

A estratégia reflexiva anti-reducionista e antideterminista sobre a fronteira é parte da reflexão sobre o papel do espaço e sua estreita relação com o Estado na era tecnológica contemporânea.

A fronteira amazônica só pode ser interpretada a partir da inserção do Brasil no capitalismo global decorrente da nova escala da relação capital-trabalho tendo como referência a produção de um espaço planetário onde os Estados nacionais conservam suas funções de controle, hierarquização e regulação, e como base o espaço.

É a partir de então que se torna necessário o Estado, não mais apenas como gerenciador da economia, mas para assegurar as condições da reprodução das relações de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares.

Ao caos das relações sociais, o Estado tende a impor uma racionalidade, a sua, que tem o espaço como instrumento privilegiado. O econômico é reconsiderado em termos espaciais — fluxos e estoques — e o Estado tende a controlá-los e a assegurar a sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior, e produzindo o seu próprio espaço.

Impõe assim uma ordem espacial vinculada a uma prática e uma concepção de espaço global, racional, logística, de interesses gerais, estratégicos, representadas pela tecnoestrutura estatal, *contraditória* à prática e concepção de espaço local, de interesses privados e objetivos particulares dos agentes da produção do espaço. “Engendra, assim, não um novo espaço, mas um produto específico da clivagem privado-público, expresso num espaço de duplo caráter global/fragmentado” (Lefebvre, 1978).

Por sua vez, em contrapartida a tal reconversão do espaço, *movimentos reivindicatórios de usuários do espaço se fazem também pelo espaço inteiro, pela vida quotidiana e não só por condições de trabalho*. O conhecimento do espaço social é, assim, o lado teórico e os movimentos dos usuários o lado prático de um só processo de produção do espaço.

Na última década, aguçam-se as contradições contidas no processo de

produção do espaço global/fragmentado. A revolução tecnológica no campo da eletrônica e da comunicação cria uma nova forma de produção e de organização social baseada na informação e no conhecimento — a alta-tecnologia — (Castells, 1984) que passa a reorganizar as bases do modelo de acumulação.

A implantação da nova ordem planetária, por um lado, na medida em que ainda é viabilizada pela extensão do espaço estatal-político, mantém o papel político-ideológico do Estado na atualidade. Por outro lado, o fortalecimento das corporações representa perda de poder para o Estado na medida em que os países deixam de ser as unidades econômicas da realidade histórica, que o Estado perde o controle sobre a decisão locacional da empresa e sobre o conjunto do processo produtivo, fato agravado nos Estados subdesenvolvidos pela dívida externa (Becker, 1982 b, 1984 b, 1985).

Na produção do espaço global/fragmentado *sob condições de menor autonomia do Estado, amplia-se assim, sobremaneira, a fragmentação* pela apropriação privada de grandes parcelas que, vinculadas a um espaço transnacional, são relativamente autônomas, introduzindo profundas dissociações no espaço estatal. Em consequência, aguça-se a contradição entre os interesses gerais e os interesses privados, os conflitos com as formas construídas anteriores, bem como os movimentos contestatórios dos usuários.

É nesse contexto que se torna possível interpretar a significância da fronteira hoje. Fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros. Tampouco se restringe a um processo de colonização agrícola. Distintivo da situação de fronteira não é o espaço físico em que se dá, mas o espaço social, político e valorativo que engendra. A hipótese alternativa é que a *fronteira constitui um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado* (Becker, 1984); contém assim os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias, e portanto gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O *dado crucial da fronteira é, pois, a virtualidade histórica que contém*: dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas.

Em outras palavras, a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico. Questões atinentes à fronteira podem, assim, ser investigadas em espaços muito distintos das franjas de pioneiros em matas longínquas.

No caso da Amazônia, dadas a vastidão de seu território, às riquezas que contém e à ausência de organizações regionais capazes de resistir à nova apropriação, a fronteira assume excepcional valor estratégico como reserva energética mundial. Em face da nova estratégia das corporações, representa um es-

paço onde é possível exercer o monopólio dos meios de produção — matérias-primas, mão-de-obra barata e terras; um espaço onde há facilidade para implantar novas estruturas abrindo mercados para a alta-tecnologia; um espaço onde é possível estender o controle do mercado financeiro mundial.

A potencialidade política contida em tão ampla escala geográfica torna-a o espaço estratégico por excelência para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para integrá-la no espaço global, ao mesmo tempo em que, na dimensão ideológica, manipula a preservação da imagem do espaço alternativo. Para a nação, a via de desenvolvimento trilhada pela fronteira é símbolo e fato político de primeira grandeza (Becker, 1983 e 1985).

2. CONDIÇÕES ATUAIS DE PRODUÇÃO DA FRONTEIRA (2)

País tropical de dimensões continentais, o Brasil tem sua história, desde o século XVI, vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho como uma grande fronteira de recursos dos chamados países capitalistas centrais.

A condição de fronteira econômica marcou profundamente não só as formas de apropriação e uso da terra e de organização social, como também o quadro institucional e político do País, mesmo após a independência política no século XIX. A formação do Estado Nacional está intimamente associada à imposição e remodelação contínua de uma ordem espacial, coerente com a instabilidade de uma produção dependente das oscilações do mercado mundial. Um verdadeiro *know-how* de fronteira foi assim gerado, com relação à extensão de redes de circulação, à formação subsidiada de grupos empresariais e à produção de um *substratum* de população móvel para atender à contínua redefinição da ordem espacial.

A interdependência entre a organização do Estado e a conquista de novas áreas é patente desde a Proclamação da República; desde os fins do século XIX até 1930 a expansão da fronteira visando a produção de alimentos para suprimento dos trabalhadores urbanos foi acionada por poderosa ação ideológica do Estado, expressa na bandeira da “marcha para o oeste” e em projetos de colonização oficial. A consolidação de uma área produtiva interiorizada por sua vez foi fator de fortalecimento do poder central, o “Estado Novo” autoritário, implantado em 1930.

É, contudo, no pós-guerra, em meados da década de 1950, que se intensifica a relação Estado-espaço e a produção do espaço global, cujas condições de produção são expostas a seguir.

2.1. A implantação de redes de integração espacial

Após 1955, a tendência à acumulação monopolista condiciona tanto a urbanização quanto a expansão da fronteira agrícola. A produção de bens de consumo durável e de capital por empresas estrangeiras torna-se o centro dinâmico da economia, e o capital nacional se desloca para setores especulativos da

(2) Uma parte da análise desta seção foi repensada a partir da referência bibliográfica de 1984a.

economia, diversificando seus investimentos inclusive pela compra de terras. O Estado participa amplamente do processo, não só estabelecendo estímulos econômicos, como difundindo a ideologia desenvolvimentista que garante a um tempo a monopolização da economia, a unificação do mercado nacional e a centralização do poder. “Energia e Transporte” é o *slogan* que mobiliza a nação e a estratégia que lança as bases para a produção do espaço global.

É através da extensão de redes que o Estado promove esta produção. Inicialmente, estende-se a rede viária pioneira para articulação do território. Grandes rodovias de penetração — a Belém-Brasília, e a seguir a Brasília-Acre — quebram as barreiras geográficas que permitiam a coexistência de mercados regionais isolados, acompanhando e estimulando o deslocamento de camponeses (3) e fazendeiros. Produto e condição da centralização econômica e política, a fronteira assume expressão de âmbito nacional, dispondo-se na borda da zona povoada do conjunto do espaço nacional.

Após a instauração do regime autoritário, em 1964, a ocupação da Amazônia torna-se meta prioritária, e o Estado viabiliza e subsidia a ocupação de terras à frente da expansão pioneira. As ideologias da “marcha para oeste” e a desenvolvimentista fundem-se no “Programa de Integração Nacional” (PIN, 1970) indicado como aquele capaz de assegurar simultaneamente o “milagre brasileiro”, o acesso à terra aos pequenos produtores pobres do Nordeste e a segurança nacional, contra ameaças externas e internas.

A extensão de redes de todo o tipo assegura a integração do espaço; a rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos transversais, como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus; a rede de telecomunicações comandada por satélite que assegura a integração ideológica, psicossocial, difundindo os valores dos centros dominantes pela TV e estreitando a comunicação e os contatos por uma rede telefônica que tem um funcionamento exemplar; a rede urbana, sede das redes de organizações privadas e de instituições que comandam as operações econômicas e o controle ideológico.

Na década de 1980, um outro tipo de rede se implanta, a rede hidroelétrica, base da nova política de expansão da fronteira com grandes projetos em que a intervenção estatal se direciona a investimentos vinculados diretamente à produção de insumos básicos e à reprodução do capital.

2.2. *A apropriação monopolista do espaço*

A fronteira não é a alternativa à via latifundiária de desenvolvimento, nem apenas o domínio do latifúndio-empresa. Hipótese alternativa é que nela

(3) Camponeses são entendidos aqui como produtores de dimensões familiares que têm como um de seus elementos característicos o trabalho na terra, sem que esse fato implique a presença de uma lógica própria de funcionamento das unidades produtoras e de uma identidade social particular.

convivem formas de organização da produção diversificadas que podem ser redefinidas.

A centralização de terras nas mãos do Estado e sua redistribuição controlada são uma das bases de sua afirmação.

O monopólio da terra, ou a apropriação privada da terra, que não é sinônimo de concentração de terra, nem é exclusiva da fração monopolista do capital, é condição para gerar a realização futura da renda (S. Silva, 1981), seja através de sua exploração produtiva seja por sua utilização como meio para obtenção de subsídios e crédito (Becker, 1976, 1980); é condição para reproduzir a subordinação do trabalho ao capital (S. Silva, 1981); é também condição para reprodução das classes dirigentes e dominantes (Machado, 1985). Por sua vez, o controle do processo de distribuição da terra é condição de fortalecimento do aparelho de Estado.

Em face do seu projeto de rápida estruturação e controle de tão extenso território, o Estado cria condições para a apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização; na década de 1970, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária capitalista vinculada a firmas nacionais e multinacionais sediadas no Sudeste do País. Na década de 1980, grandes projetos de exploração mineral apropriam-se de vastos territórios e recursos regionais. Mas o Estado também desenvolve programas reformistas em locais estratégicos, de modo a atender a interesses de grupos sociais diversos e a cooptar massas de população rural.

Reproduz-se, assim, na região, o padrão nacional da estrutura fundiária com forte concentração de terras, sem, contudo, significar que a fronteira esteja *fechada*, uma vez que:

A) Existe ainda grande quantidade de terras livres: a área ocupada pelos estabelecimentos representava apenas 24% da área total em 1980;

B) Nela *não se impõe* a existência de uma *só forma de apropriação da terra*, o latifúndio-empresa, verificando-se: a) a apropriação por outros agentes pertencentes a diversas frações do capital tais como: os colonizadores privados, o capital comercial-especulativo, a quem o Estado delegou a iniciativa do povoamento em vastos territórios, que se assemelham a verdadeiros barões feudais ou chefes de mini-Estados fiéis, contudo, ao governo federal; os fazendeiros individuais, pecuaristas por tradição; os colonos e pequenos produtores agrícolas capitalizados; b) a apropriação direta pelo Estado, vinculada à sua face social e à necessidade de legitimação, através: da colonização oficial que, visando à distribuição social da terra pode ser entendida “como processo oposto ao da instauração da propriedade privada da terra, i.e., como uma nacionalização da terra” (Velho, 1983); da criação de territórios para sua gestão direta em áreas de conflitos de terra (GETAT e GEBAM); c) a apropriação conjunta Estado-empresa privada, mais recente forma de apropriação do espaço, criando territórios para exploração econômica do grande capital (Programa Grande

Carajás), ou orientados para o sentido distributivo (projetos de colonização no Mato Grosso) (4).

C) *Não está fechada porque as formas de produção estabelecidas são passíveis de reestruturação.* Há evidências de que as estratégias dos agentes para adaptação a novas conjunturas são flexíveis, podendo alterar as características do processo de ocupação. Nas décadas de 1950 e 1960, a fronteira teve um caráter de fronteira agrícola, impulsionada por frações não-monopolistas do capital. Após 1969, passou a dominar a apropriação especulativa de terras, associada a atividades não-produtivas, efetuada pela fração monopolista do capital. Hoje, no momento da dominância do capital financeiro internacional e de crise, constata-se que:

— o grande capital parece se retrair na fronteira tendendo a se afirmar seletivamente (Sawyer, 1982); os fazendeiros e pecuaristas, fortemente dependentes de incentivos e de crédito, ou ampliam seus investimentos com incentivos fiscais (os grandes) ou os direcionam para produtos de exportação, acompanhando o deslocamento do crédito;

— fortalece-se a condição da fronteira como *locus* de pequenos produtores cuja capitalização decorre de acumulação proveniente de múltiplas atividades distribuídas pelos diversos membros da família, do garimpo à acumulação financeira. Num movimento de verdadeira desproletarização, organiza-se hoje um fluxo do ABC paulista para o norte do Mato Grosso, constituído de metalúrgicos da indústria automobilística desempregados. Quanto ao camponês tradicional, tem intrinsecamente uma estratégia de sobrevivência que lhe permite manter o vínculo com a terra através da “polivalência”, i.e., realizando outras tarefas, sazonal ou eventualmente, numa flexibilidade que é a base do processo de expansão da fronteira.

2.3. A mobilidade do trabalho

A mobilidade do trabalho é condição da formação do mercado de trabalho regional na fronteira, e esta formação não se faz segundo o modelo clássico de proletarização total. A hipótese alternativa é que a fronteira se organiza com trabalho móvel, i.e., com trabalhadores assalariados (temporários e permanentes) e com pequenos produtores que vendem sua força de trabalho empregando-se em atividades rurais e urbanas. A formação desse mercado de trabalho implica um processo de migração e mobilidade predominantemente induzido e de diferenciação social do campesinato.

2.3.1. *A mobilidade do trabalho é o processo espacializado de fracionamento social*, de constituição da força de trabalho pela transformação do campesinato em trabalhadores assalariados rurais e/ou urbanos, e também de constituição das camadas intermediárias que complementam a configuração

(4) A importância política da estratégia distributiva do Estado fica exemplificada no norte de Mato Grosso — os colonos assentados por grandes colonizadores (Sinop e Alta Floresta) na última eleição sustentaram a vitória do governo do Estado enquanto que colonos que permanecem ainda na condição de posseiros representaram voto expressivo de oposição (Colider) exercendo hoje pressão no governo estadual.

capitalista. A mobilidade da força de trabalho é a qualidade de plasticidade que lhe permite se amoldar às necessidades da produção e que, por isso mesmo, é condição necessária, senão suficiente, da gênese do capital e indício de seu crescimento, exprimindo-se na produção da força de trabalho, na sua utilização no processo produtivo e na sua circulação espacial/ocupacional (Gaudemar, 1976).

Na fronteira, intensifica-se a mobilidade de trabalho. Na tarefa de promover a ocupação rápida do vasto território, cria-se uma situação de escassez relativa de mão-de-obra decorrente do fraco povoamento regional e dos interesses das unidades produtoras que só necessitam de mão-de-obra para certas tarefas e em períodos de tempo limitados. A criação de uma força de trabalho dinâmica e versátil torna-se condição fundamental para a organização do mercado de trabalho regional. A mobilidade é a solução encontrada para compatibilizar a contradição entre as necessidades de atrair uma força de trabalho sem lhe conceder legalmente a terra e a necessidade de dar a terra para obter a produção de alimentos e para atenuar tensões sociais. É também uma solução para complementação da renda do “camponês” (Becker, 1978; Becker e Machado, 1980; Becker, 1983).

2.3.2. A mobilidade é fruto das *estratégias* dos agentes sociais para moldar o mercado de trabalho regional e de efeitos não-expirados das ações dos grupos envolvidos.

A *estratégia do Estado* para mobilidade sócio-espacial da população está contida implícita ou explicitamente em todas as suas políticas. Ele promove a atração em massa de migrantes, condiciona os fluxos migratórios, e as políticas de terras e de crédito seletivo resultam na apropriação/expropriação e no processo de proletarianização/diferenciação do campesinato (Becker, 1981). A estratégia da colonização privada é semelhante à do Estado, controlando o fluxo migratório da origem ao destino e promovendo a mobilidade dos colonos no interior do território das próprias companhias. A *estratégia das unidades produtoras capitalistas* vincula-se às condições de produção e varia com o tipo de empreendimento, o grau de sua capitalização e com as políticas públicas.

2.3.3. *No decorrer do próprio processo migratório altera-se a estrutura ocupacional da população, diferenciando-se o campesinato com trajetórias diversas.*

O Nordeste é a principal bacia de mão-de-obra não-qualificada, seguida da zona Bragantina e do sul de Goiás. Migrantes do Centro-Sul, oriundos de cidades médias e pequenas e do campo atendem o mercado para mão-de-obra qualificada em formação e as áreas de colonização, respectivamente. Os dados de campo demonstram que, para o conjunto de migrantes estudados, na Amazônia Oriental dominam as trajetórias descendentes (Becker, 1983) (5): há uma tendência nítida à proletarianização, reduzindo-se à metade as categorias que na origem tinham laços mais estreitos com a terra e crescendo a proporção de assalariados (28% do total) e polivalentes (16%). A forma mais nova de tra-

(5) As trajetórias foram estabelecidas por um indicador grosseiro: a categoria ocupacional, predefinida segundo o critério de acesso à terra e ao capital, e grau de autonomia de trabalho (Becker, 1978).

balho é a mobilidade rural-urbana, seguida de “gatos” (arregimentadores de mão-de-obra) e de ofícios urbanos. As formas móveis com trajetória ascendente representam apenas 35% dos casos estudados e referem-se a pequenos proprietários/comerciantes.

Percebe-se que a questão da reprodução do campesinato relaciona-se intimamente com a mobilidade do trabalho — as contradições contidas nesse modo de expansão provocam a um tempo a dissolução/reprodução do campesinato. Nesse processo, ele se diferencia socialmente: tende à dissolução o camponês tradicional, e sua reprodução se dá por duas modalidades, a do semi-proletário, que paga a renda da terra, e a do pequeno produtor capitalizado.

A “polivalência” configura, portanto, uma tendência à dissolução de relações tradicionais de trabalho, constituindo ao mesmo tempo *um limite* para o processo de proletarização.

Dado o caráter não plenamente estruturado da fronteira, da apropriação pouco produtiva das terras, com investimentos que dependem das facilidades oferecidas pelo Estado, reduz-se a gama de alternativas de produção e de emprego próprias ao capitalismo organizado, e torna as alternativas existentes inseguras, atribuindo à mobilidade o caráter de um doloroso processo de aprendizado social à custa do desenraizamento e forte instabilidade da população, o que dificulta sua organização para formular qualquer tipo de reivindicação.

Conclui-se, através da análise desse processo no contexto da fronteira amazônica, que o próprio conceito de mobilidade deve ser revisto — a mobilidade não é um processo linear, no sentido de fatalmente transformar o campesinato em proletariado. A mobilidade é uma tendência ao assalariamento e, ao mesmo tempo, corresponde a um limite na dissolução do campesinato e das relações de produção tradicionais. É possível hipotetizar que os indivíduos móveis são os novos atores do mercado de trabalho *sem* que essa forma *polivalente* signifique uma transição para a proletarização total. O que se propõe aqui é o reconhecimento de que é essa forma móvel a que tem resolvido (ou contornado) a contradição capital-trabalho em áreas de capitalismo “inacabado” como o Brasil, e talvez mesmo a América Latina, alcançando uma intensidade muito maior na Amazônia dado o seu caráter relativamente desestruturado.

Hoje, uma nova estrutura ocupacional está em implantação nos grandes projetos vinculados à “alta-tecnologia”. Do que foi observado até o momento, a segmentação entre ocupações que processam a informação e aquelas vinculadas à produção material já se faz sentir nas grandes empresas agropecuárias e na montagem dos projetos de exploração mineral. Resta investigar os seus efeitos sobre a mobilidade.

2.4. A urbanização e a ordenação do espaço

A expansão da fronteira não se reduz a um fenômeno agrícola — uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação acompanhando e mesmo antecedendo à expansão de várias atividades.

A fronteira é um espaço em incorporação ao espaço global, que é o espaço urbanizado, e sua incorporação se efetua através do núcleo urbano, condição-chave da ordenação do espaço territorial e social. É fundamentalmente no pro-

cesso de urbanização que a interdependência entre o aparelho de Estado e sociedade civil é mais expressiva, manifestando-se em duas dimensões: a) a do espaço social, global ou urbanização *lato sensu*, referente a um modo de integração não só econômica, social e política capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente modelando uma economia espacial urbanizada (Harvey, 1973), mas também de uma integração ideológica e cultural, capaz de estender a hegemonia, i.e., uma ordenação no espaço social; b) a do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos; a rede hierarquizada de núcleos tem sua configuração e desenvolvimento vinculados a um nexo nas relações econômicas, sociais e políticas sob a égide do capitalismo internacional que hoje situa as cidades do mundo num sistema complexo e numa hierarquia vinculada à nova divisão internacional do trabalho (Cohen, 1981), e os núcleos urbanos em si têm uma feição particular vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente (Harvey, 1973) e como dispositivos espaciais básicos da produção do espaço social, *locus* da articulação Estado-sociedade local.

É assim que o projeto de ocupação da fronteira amazônica teve como estratégia deliberada a urbanização, considerada como meio para fomentar o desenvolvimento econômico regional: “Ao invés do método clássico de desenvolvimento de regiões despovoadas baseado na prospecção de recursos naturais e posterior assentamento da população para sua exploração propôs-se, ao contrário, urbanizar primeiro a região para que, uma vez as pessoas lá instaladas, realizassem elas mesmas as prospecções e adaptações necessárias para explorar os recursos” (Racionero, 1978).

Tal estratégia expressou-se no “urbanismo rural” do Inbra — implantação de núcleos urbanos ao longo da rodovia Transamazônica e em projetos de colonização oficial entre 1970-74 — considerado necessário para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios. Em 1974, esta estratégia passou a expressar-se na política seletiva de pólos de crescimento como o Polamazônia quando se destinou 42% dos recursos para a Amazônia à infra-estrutura econômica.

Dai verificar-se na fronteira a urbanização em suas múltiplas formas, desde o crescimento explosivo de cidades velhas e novas à multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis; os núcleos urbanos têm papel fundamental na incorporação da fronteira ao espaço global.

2.4.1. Os núcleos urbanos são o *locus* onde se concentram e onde circulam o capital, a informação e a força de trabalho. Dado o caráter não-estruturado da fronteira, com apropriação extensa e pouco produtiva da terra e avanços irregulares das frentes, os estoques econômicos são descontínuos e pouco densos enquanto os fluxos são muito amplos. É a circulação que comanda a organização de uma rede indefinida de núcleos fracamente conectados, dotados de serviços precários, que crescem rapidamente em número e em concentração populacional, principalmente como base da organização do mercado de trabalho; neles se processa a mudança nas relações sociais de produção, a concentração e redistribuição da força de trabalho que deve estar disponível, móvel, mas localizada em pontos do território.

Quanto menores os núcleos, mais exclusiva sua função de base de circu-

lação da mão-de-obra, mais precários os equipamentos e menor o seu tempo de permanência, o que lhes atribui o caráter dominante de *espaços de reprodução*. É o caso dos povoados, primeiro elo na grande cadeia de extração e mobilização do produto excedente para as grandes metrópoles nacionais e internacionais.

Onde as operações produtivas se adensam as funções e a estrutura urbana são menos simplificadas. A partir de um certo limiar, os núcleos oferecem oportunidades de emprego no baixo terciário e passam a atuar como mercado para o pequeno comércio local e para a organização da produção regional de alimentos, possibilitando novas fontes de acumulação. Assim, se o núcleo urbano é a base da reprodução da força de trabalho que, uma vez liberada, dele necessita para sobreviver, ele também estimula a permanência e a diferenciação do campesinato, limitando, portanto, a mobilidade. Esse crescimento incipiente marca um limiar no processo de urbanização, quebrando o caráter dominante do núcleo como espaço de reprodução (Becker, 1985 a).

2.4.2. Os núcleos são o *locus* da ação político-ideológica do Estado, sede do aparelho de Estado local, da Igreja e grupos hegemônicos da fração não-monopolista em formação na nova sociedade local, bem como da “preparação” da população para o seu papel na sociedade, através da veiculação de valores dominantes e de sua adequação ocupacional. Neles se efetua a (re)socialização dos imigrantes, cooptados principalmente através do comércio que os induza a desejar e a consumir bens, serviços e informações de todos os tipos; neles se transformam os indivíduos em cidadãos do Estado, obtendo-se o consentimento ativo dos governandos, e assim possibilitando a criação da “teia” da hegemonia (Machado, 1983 e 1984). Sustenta também a imagem ideológica da fronteira como espaço onde se tem acesso à terra, oferecendo possibilidade de apropriação de um lote urbano e assim constituindo verdadeiro regulador das tensões advindas dos movimentos de maior ou menor apropriação da terra pelo grande capital.

A circulação, através das rodovias, e as condições econômicas e políticas locais comandam assim o dinamismo dos núcleos e a rápida organização da rede. Entre 1970 e 1980 a população urbana da Amazônia Oriental cresceu de 1.652.688 para 2.720.140, i.e., passou de 36% para 43% da população total, e isto sem considerar os núcleos pioneiros não computados como urbanos nas estatísticas.

Quatro movimentos podem ser identificados quanto ao crescimento urbano na década 1970-80 (Tabela 1): A) a expansão-consolidação de centros regionais e locais que constituem a base de operações produtivas de frentes ao grupo das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho, destacando-se a concentração de cidades da Belém-Brasília; B) a expansão-concentração nas capitais estaduais, principalmente a de Belém; C) a reprodução de povoados e vilas dispersas, vinculados à mobilidade do trabalho que, finda a frente de trabalho, se retraem ou extinguem, reaparecendo junto a novas frentes; D) a retração de centros tradicionais vinculados à circulação fluvial.

Na década de 1980, acentua-se um novo movimento na urbanização da fronteira: o crescimento das “cidades das companhias” que, já presentes nas

grandes agropecuárias, são agora implantadas nos grandes projetos de exploração mineral.

TABELA 1 – POPULAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO CLASSES DE CRESCIMENTO (1970-1980) E CLASSES DE TAMANHO (1980) DA POPULAÇÃO URBANA

Municípios com População Urbana Superior a 50.000 hab.

Classes de Tamanho (1.000 hab.)	Classes de Crescimento (%)			
	45,0 – 64,9	65,0 – 84,9	85 – 149,9	150 e mais
1.000 e +				
500 – 999	Belém		Manaus	
250 – 499		São Luís		
100 – 249		Santarém	P. Velho Cuiabá	
50 – 99		Macapá	Rio Branco	Ananindeua Rondonópolis Várzea Grande

M. com P.U. de 10-49 hab., com crescimento superior a 150%

(1.000 hab.)	Municípios	
20 – 49	Boa Vista Altamira Conceição do Araguaia Marabá	Tucuruí Santa Inês Barra do Garças Ji-Paraná
10 – 19	Humaitá Maricapura Breves Paragominas Santa Isabel do Pará São Domingos do Capim Coelho Neto Grajaú Presidente Dutra	São Mateus do Maranhão Colinas de Goiás Paraíso de Minas Gerais Barra do Bugre Tangará da Serra Vilhena Pimenta Bueno Cacoal Ariqueme

FONTE: Dados organizados pela geógrafa Olga Buarque de Lima e por ela gentilmente cedidos, segundo o Censo Demográfico de 1970 e 1980.

A rede urbana desenvolvida por incentivo estatal ao longo das rodovias configurou gigantesco arco em torno da Amazônia; essa configuração altera-se hoje pela implantação das franjas urbanas avançadas das cidades das companhias, por iniciativa do capital transacional. Assim, no conjunto de núcleos urbanos da Amazônia, distinguem-se um papel e uma configuração sub-regionais diferenciados. Tal diferenciação corresponde a espaços de atuação dominante de determinados atores, com formas de produção, organização do mercado de trabalho e relações sociais próprias, onde é diferente o peso da ação governamental. Correspondendo a escalas diferentes, tais espaços compõem verdadeiros “circuitos” relativamente independentes, mas obviamente com pontos de relacionamento entre si.

Com base nesses “circuitos” é possível identificar alguns modelos de urbanização na Amazônia Oriental e Meridional:

A — a urbanização decorrente da *iniciativa estatal* de organização da rede urbana para integração da-fronteira ao espaço global. Ela se desenvolve em duas formas: a) a *urbanização dirigida* das áreas de colonização governamental (Transamazônica e Rondônia) e privada (norte de Mato Grosso), baseada num sistema de núcleos urbano-rurais hierarquizados em torno de um pólo, a *rurópolis*; b) a urbanização das *áreas de povoamento subespontâneo*, sob ação apenas indutora do Estado (rodovia, subsídios e créditos a fazendeiros e empresas na Amazônia Oriental), cuja rede se apresenta segmentada em centros regionais desenvolvidos por incentivo estatal, e povoados e vilas destinados à circulação da mão-de-obra;

B — a urbanização vinculada à *circulação da força de trabalho*; existindo quase que exclusivamente como residência e mercado alternativo de trabalho para assalariados temporários e camponeses pobres, destituídos de serviços e de duração efêmera, os povoados e vilas constituem em si um “circuito”, no caso o circuito informal da rede formal de cidades;

C — as franjas urbanas dos *grandes projetos das corporações transacionais* vinculados à exploração de recursos com alta-tecnologia. Localizados em áreas isoladas, são relativamente independentes da vida regional e local, e sua auto-suficiência opera numa base urbana que os comunica diretamente com o exterior através do computador e do avião, abriga as instalações da empresa, e constitui residência do pessoal técnico numeroso e trabalhadores permanentes e sede de atendimento da massa de trabalhadores temporários;

D — a urbanização vinculada de formas de organização *tradicional*, onde se preservou o padrão de um centro regional comandando uma rede de povoados numa artéria fluvial.

É assim que, através da multiplicação de núcleos urbanos, não apenas se ordena o território mas se estabelece a nova ordem do espaço social. Se o núcleo urbano tem sido o mediador-chave para a estruturação da fronteira, viabilizando a acumulação e a imposição da hegemonia e permitindo contornar as contradições inerentes ao processo como sustentáculo ideológico da fronteira, hoje, esse papel vem sendo ameaçado, na medida em que se torna foco de intensos conflitos decorrentes do excedente da população móvel não-absorvido e das lutas entre hegemonias tradicionais e novas que aí se localizam.

2.5. A fragmentação do espaço e a formação de regiões

A fragmentação do espaço e a formação das regiões é fruto e condição da produção do espaço social.

A integração de grandes porções do espaço amazônico à ordem espacial imposta pelo Estado as submete: a) à ordem de um espaço lógico, mas em que a lógica do conjunto homogêneo é desmentida pela fragmentação do detalhe. Produto específico da clivagem público-privada de duas práticas — a global, logística, e a local de interesses particulares — o espaço social é homogêneo/fragmentado. Homogêneo porque nele tudo é equivalente e trocável, e fragmentado porque apropriado seletivamente em parcelas por grupos sociais com poder econômico e político diversos; b) à ordem de um espaço de nova e muito mais ampla escala que destrói, coexiste ou rearticula as modalidades anteriores de crescimento.

Tal fragmentação se materializa por sua localização territorial que determina assim, parcialmente, os pesos relativos das frações de classe ou grupos, e a configuração variada das sociedades locais — conjunto de frações não-monopolistas — que constituem a expressão social das regiões em formação.

Como sociedade territorialmente organizada, como realidade histórica específica, a região é uma força política (Becker, 1982 b, 1984 b, 1985 b). A sociedade local tem uma função social e uma finalidade política que determinam modos específicos de relacionamento com a fração monopolista e com as instituições e organizações estatais.

Por um lado, os novos grupos hegemônicos disputando o aparelho de Estado local organizam a hegemonia, assim participando da produção do espaço social. Por outro lado, a região corresponde também a interesses e reações coletivas que passam pela cultura, pela memória, que podem constituir resistência coletiva à homogeneização econômica e à organização de hegemonia — manifestada em várias formas e intensidades — cujo papel contraditório na produção do espaço social é certamente fundamental, embora não claramente conhecido, sendo objeto de discussão na próxima seção.

Em que pese sua ambigüidade, a região pode ser entendida como “um campo territorial que manifesta a emergência de um poder local específico que o quadro institucional só faz legalizar” (Loinger, 1983).

A fragmentação do espaço e a formação de novos territórios na fronteira resultam, assim, da interação de duas malhas territoriais, com diferentes níveis de concretude (Fig. 1.A e 1.B): A) a malha sócio-política constituída pelo espaço vivido pelos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira, que, dependendo de seu potencial político — como grupo de pressão ou pelo contrário como objeto de manipulação política—, é institucionalizada dando origem a novas unidades da federação, principalmente municípios; B) a malha político-ideológica constituída pelos territórios apropriados e geridos diretamente pelo aparelho de Estado, em áreas dotadas de recursos estratégicos e conflitos potenciais ou reais, tais como áreas limítrofes com outros países e áreas de atrito com limites criados pela malha do espaço vivido. Alguns desses recortes permanecem a nível de plano, não se materializando em construções tangíveis, fato que não reduz o seu poder de atuação; em

APROPRIAÇÃO MONOPOLISTA/FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA

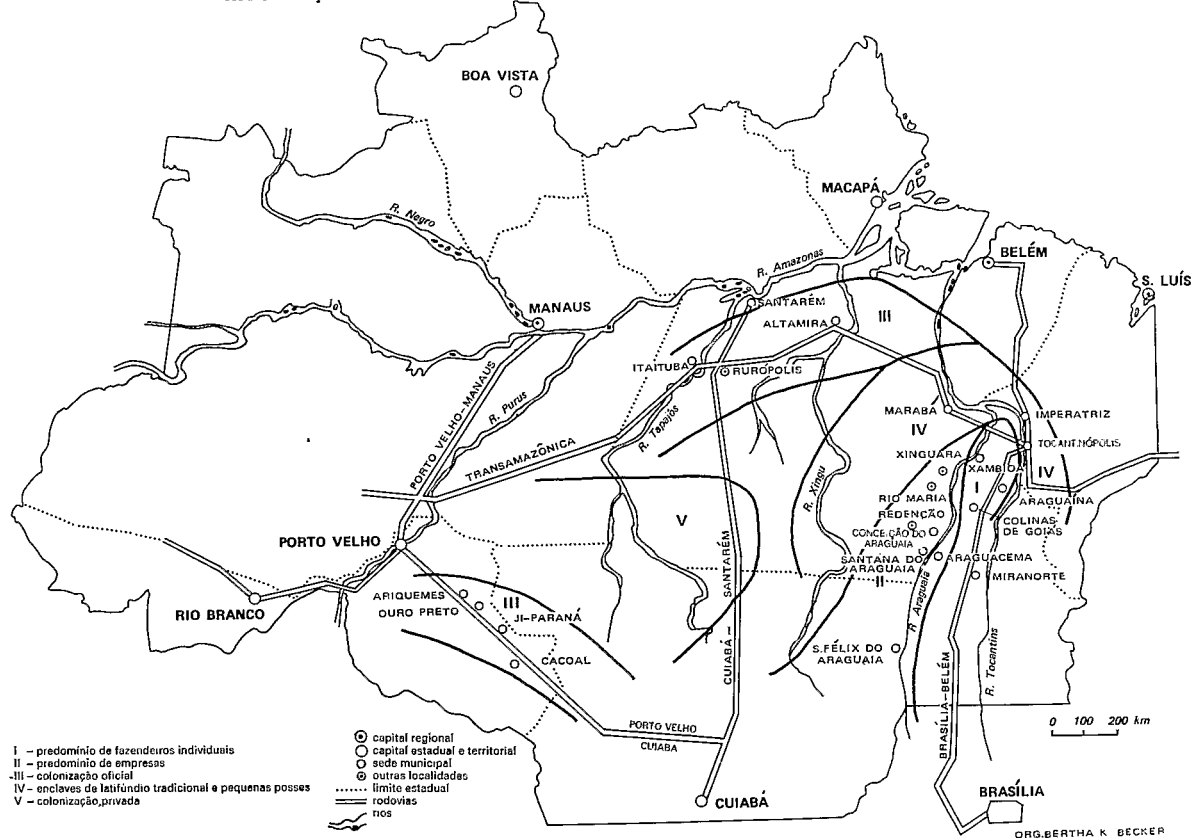


FIGURA 1.A – A MALHA DO ESPAÇO VIVIDO

APROPRIAÇÃO MONOPOLISTA E FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO NA AMAZÔNIA

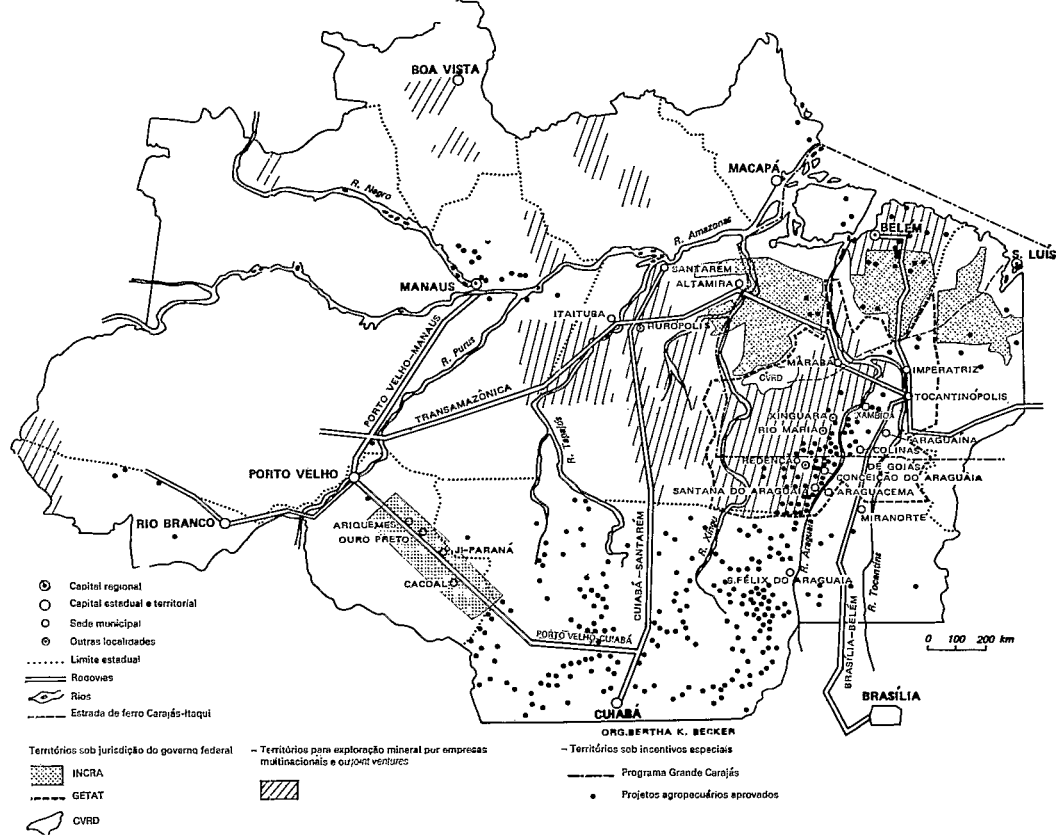


FIGURA 1.B — A MALHA DO ESPAÇO PROGRAMADO E PROJETADO

conjunto produzem uma nova divisão territorial, paralela e conflitante com a divisão oficial, com poder equivalente mas não oficializada e portanto desprovida dos instrumentos político-institucionais que garantam a representatividade da população.

O espaço preexistente é assim reconstituído em conjuntos homogêneos/fragmentados identificáveis em várias escalas.

Um primeiro conjunto homogêneo/fragmentado é identificado na escala nacional-regional, representado pela criação da Amazônia Legal. A homogeneidade regional é fragmentada em dois conjuntos homogêneos sub-regionais: Amazônia Oriental, onde é intensa a ação do aparelho de Estado, e Amazônia Meridional (norte de Mato Grosso) onde é forte a iniciativa privada. Por sua vez, sociedades locais diversas fragmentam essas unidades sub-regionais distinguindo-se: I) o território de ocupação induzida pela rodovia Belém-Brasília e pelo crédito para pecuária, o primeiro a ser ocupado, onde dominam fazendeiros individuais e pequenos produtores, parte dos quais constitui força de trabalho móvel para os fazendeiros; II) o território de ocupação dinamizada por incentivos fiscais, de dominância da grande empresa agropecuária, com trabalho assalariado, no sul do Pará e no quadrante nordeste do Mato Grosso; III) o território de ocupação dirigida pela colonização oficial da Transamazônica e Rondônia onde dominam colônos com trabalho familiar; IV) os enclaves de ocupação tradicional onde latifundiários tradicionais, posseiros e fazendeiros disputam a terra, e a gestão do governo central passou a ser direta (Getat); V) o território da colonização particular, na órbita da rodovia Cuiabá-Santarém, na verdade territórios, dada a variedade dos colonizadores em termos de grau de capitalização, e de controle e organização que exercem (Becker, 1981).

Hoje, uma nova malha se justapõe ou superpõe às anteriores, ampliando a fragmentação da fronteira — a malha dos imensos territórios das empresas agropecuárias e grandes projetos de exploração mineral, extensões locais de conjuntos de escala nacional e/ou planetária em que a conexão entre componentes do conjunto é maior do que as conexões com o ambiente imediato, frente avançada da nova fronteira que se delinea para o século XXI.

3. A RESISTÊNCIA DOS USUÁRIOS — UM PODER LOCAL?

A prática da luta política representada pela multiplicação de movimentos de protesto organizados em bases territoriais e reivindicando contra-espacos evidencia a importância do lado prático do processo de produção do espaço social e coloca questões quanto a essa construção teórica.

Rompe-se a passividade dos usuários do espaço. Significará esse rompimento um escape à ordem imposta pelo espaço social, de ampla escala? Terá a escala local capacidade de um comportamento aleatório, e portanto virtualidade para gerar via política alternativa? (Becker, 1985 b)

Os avanços da física teórica e da mecânica quântica quanto à complexidade do nível microscópico, evidenciando a presença de sistemas estranhos, estruturas dissipativas, cuja evolução é tal que rompe a conservação dos elementos constitutivos do sistema mais amplo, levam a interpretar o crescimento irreversível como expressão do crescimento da desordem molecular e do efeito

de uma evolução de sistemas para estados de probabilidade. Isto é, contraria-se a noção de uma irreversibilidade linear do crescimento, na medida em que processos na escala micro influem no seu redirecionamento; tais propriedades devem ser também inerentes ao corpo social, embora a ciência social não tenha ainda incorporado essas descobertas, empobrecendo sua análise (Gaudemar, 1984).

A construção teórica sobre a produção do espaço em sua abrangência reconhece as contradições e conflitos inerentes à produção do espaço social; no entanto a abstração teórica não dá conta das especificidades com que as contradições se manifestam nem da variedade dos resultados alcançados, i.e., não dá conta das sínteses, das novas situações geradas. Em outras palavras, não prevê o imponderável, a incerteza decorrente de especificidades no corpo social que correspondem a processos em curso em outras dimensões e escalas, por vezes contraditórios com os processos dominantes na escala global e que nele influem.

A análise de conflitos sociais localizados torna-se necessária. Recolocase, assim, a questão da dimensão territorial como poder local específico, agora sob o ângulo da resistência coletiva organizada em base territorial local e de sua possível influência no direcionamento do processo de produção do espaço social.

A experiência de pesquisa na fronteira permite hipotetizar que a resistência de pequenos produtores não emana da defesa de um modo de produção ou uma lógica própria tal como concebido pelos *campesinistas*, mas sim de seu desejo de conquistar um espaço na ordem dominante e que essa resistência tem um papel influente na produção do espaço social. Esse papel não se exerce apenas em conflitos deflagrados e lutas organizadas por problemas específicos — principalmente a disputa pela terra — em tempos determinados, mas sim também em conflitos embutidos no cotidiano, na cadeia de ações e reações que compõem as relações sociais e forjam as regiões. Nesses movimentos, a potencialidade política da fronteira toma corpo. E, embora essas duas formas de ação ocorram em toda a fronteira, são dominantes em certos contextos sociais localizados, respectivamente a Amazônia Oriental e Rondônia, exemplificadas a seguir.

3.1. Formas de resistência na Amazônia Oriental

Situada estrategicamente no contato entre os centros dinâmicos do Centro-Sul, a bacia de mão-de-obra do Nordeste e a fronteira, a Amazônia Oriental foi a primeira área a ser povoada na expansão recente da fronteira, tendo como eixo de penetração a rodovia Belém-Brasília. Compreende hoje o sul e leste do Estado do Pará, o norte de Goiás e o oeste do Maranhão.

Aí, o Estado, por meio de subsídios e créditos, privilegiou nitidamente a acumulação de fazendeiros individuais, empresas de grupos econômicos e, hoje, grandes projetos de mineração. Para tanto, intensa mobilidade da força de trabalho foi estimulada.

Embora sejam numerosos e variados os conflitos na área, em todas as escalas e entre todos os atores, a mobilidade do trabalho constitui a principal raiz dos conflitos e movimentos de resistência. A mobilidade em si do camponês-

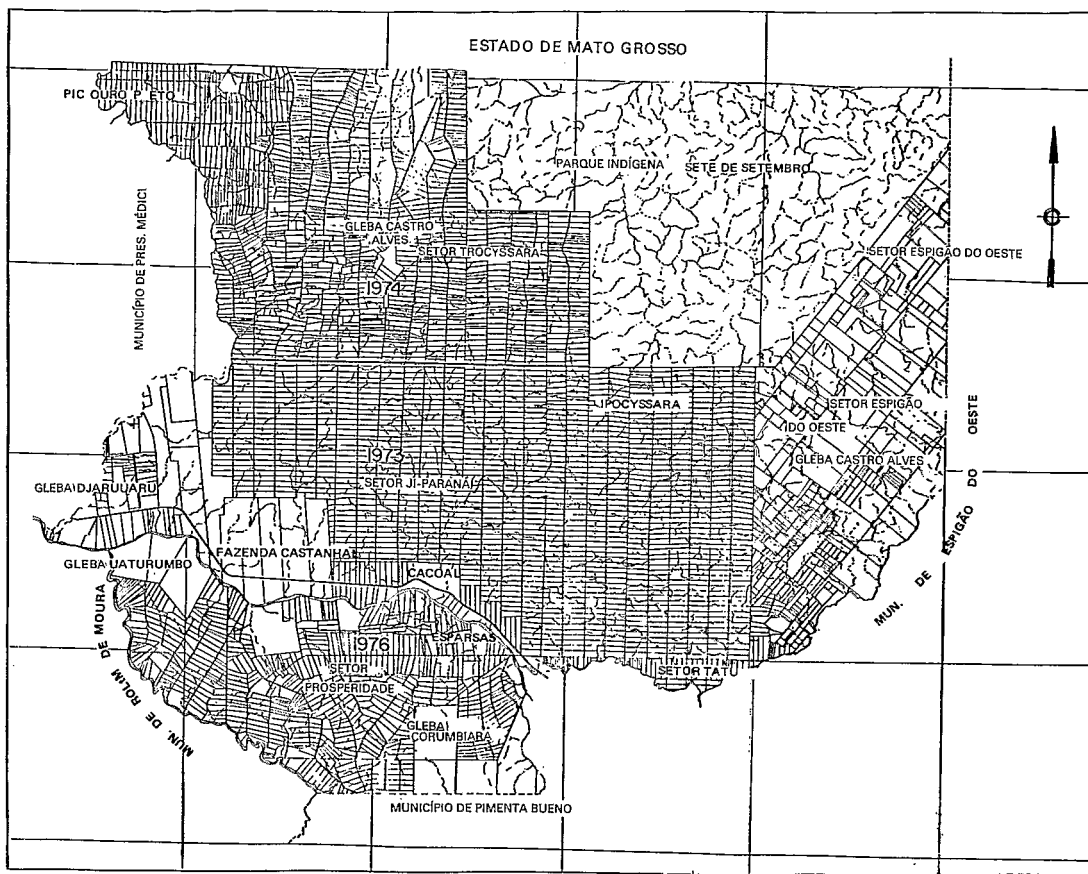


FIGURA 2 — MALHA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CACOAL

peão é uma forma pacífica de resistência do campesinato à sua dissolução, da mesma forma que a mobilidade de membros de família. A resistência pacífica como estratégia de sobrevivência é, pois, um componente importante na forma de organização do mercado de trabalho local.

No processo de expropriação contínua que intensifica a mobilidade, os migrantes se politizam, gerando formas de resistência menos pacífica, com assimilação de táticas de defesa e ataque: a invasão e a luta armada. O grau e a forma de resistência variam segundo: a) renda diferencial da terra, ocorrendo em áreas mais valorizadas por acessibilidade às estradas e núcleos urbanos e por maior riqueza do solo e subsolo; b) a herança histórica e cultural do povoamento, que influi no aprendizado da população.

A invasão organizada se processa em terras de empresas, de fazendeiros, em terras devolutas e em terras das populações locais preexistentes — os índios e os latifundiários tradicionais. Além do que, invadem-se as áreas urbanas reservadas pelo Estado para expansão da cidade.

Se inicialmente o Estado tira partido das invasões, transferindo para a população o ônus da abertura de picadas e lotes nas áreas destinadas à colonização, e utilizando-as como forma de desagregação do latifúndio tradicional, logo elas se convertem em um fenômeno não-controlado.

Dada a estrutura da sociedade local, a reação de fazendeiros e empresários é violenta, conflagrando-se a luta armada, localizada principalmente em torno da cidade de Marabá, entrocamento de rios e estradas, dotada de grandes riquezas minerais, onde fazendeiros, empresários, colonos, posseiros e o governo central se defrontam, e onde há uma tradição de luta herdada de uma guerrilha dissipada nos anos 1970.

Esses movimentos influem no processo através da mobilização de conflitos entre segmentos da sociedade civil e política, inclusive entre camponeses e assalariados. A resistência à expropriação e a defesa de invasões vêm sendo fortalecidas com o apoio da Igreja Católica, acentuando as relações contraditórias desta com a política econômica do Estado que privilegia a empresa, embora no plano político possa haver coincidência de pontos de vista em torno da ideologia do trabalho orgânico, presente tanto na reivindicação da justiça social da Igreja como nos projetos da colonização para legitimação do Estado.

Se a resistência de camponeses e trabalhadores da Amazônia Oriental certamente influiu na opinião pública a favor da abertura política e da reforma agrária, as condições da estrutura social local se manifestam em aguda repressão que tem como resultado um grande número de mortes.

3.2. Formas de resistência em Rondônia

Situado na fronteira política com a Bolívia, o atual Estado de Rondônia foi objeto de uma estratégia de povoamento diversa, de distribuição controlada de terra para pequenos produtores baseados em trabalho familiar, aí se desenvolvendo um dos mais significativos processos de mudança econômica, social e política não só da fronteira como do Brasil contemporâneo.

Desencadeado em início da década de 70, esse processo de povoamento se identifica com a produção de uma nova região hoje institucionalizada como

um Estado da Federação, produção efetivada numa estreita complementaridade entre a iniciativa estatal e as mãos de milhares de migrantes cuja iniciativa é hoje, ao contrário da Amazônia Oriental, dominante. Por razões geopolíticas de ordem externa e interna, cuja análise escapa ao interesse desse trabalho, o governo federal passa nessa ocasião a dirigir e executar o processo de povoamento do então território (Becker, 1985 c).

A afirmação da hegemonia se fundamentou na ideologia da segurança nacional e se apoiou na imagem do eldorado onde terras férteis são acessíveis à população. A estratégia utilizada de distribuição controlada de terras baseou-se em dois instrumentos, a consolidação da rodovia que articula Rondônia a Brasília e ao Centro-Sul (1968), que canalizou o fluxo migratório de pequenos produtores de café expropriados de áreas que foram fronteira na década de 1940, e a apropriação das terras devolutas do território e sua distribuição em projetos de colonização oficial, de grande efeito-demonstração: um pequeno número de colonos foi assentado com toda a assistência do Estado, atraindo grande massa de população que “espontaneamente” se assenta com suas próprias mãos, tendo depois sua situação regularizada. A pressão popular foi tal que, em contrapartida, o Estado se adaptou recorrendo à criação de novos projetos de colonização, novas escalas de gestão e formas novas de assentamento, cada vez em menores lotes, com menor investimento estatal, e sempre a reboque do povoamento, apenas retificando a ocupação.

Essa estratégia foi bem-sucedida em termos da ocupação rápida do território; entre 1970-1984 a população cresceu de 11.064 para 888.430 habitantes. Nos últimos anos, contudo, um efeito *boomerang* se faz sentir: o afluxo populacional excedeu de muito a capacidade de controle estatal, verificando-se as invasões de terras públicas e particulares com fortes conflitos.

A resistência dos pequenos produtores se manifesta, assim, sob duas formas: A) na pressão sistemática representada pelo povoamento espontâneo/induzido no âmbito da estratégia e do controle do Estado, obrigando-o a alterar gradativamente as formas de assentamento; B) nos conflitos gerados pelo povoamento espontâneo/induzido não previsto e não controlado pelo Estado.

O exemplo do Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná criado em 1972 é elucidativo quanto às formas dirigidas e “espontâneas”, controladas e não controladas de povoamento. Inicialmente, em 1973, previu-se o assentamento de 1.000 famílias para o primeiro setor; já em 1974, em face do excedente de pretendentes à terra que se acumulavam na área, estenderam-se as linhas do primeiro setor e criou-se um novo, ao sul, onde o assentamento foi feito através do “mutirão” (ajuda mútua) entre os colonos sob a supervisão do Incra e adotando o modelo oficial. Em 1976, em face da intensa ocupação espontânea, criou-se um novo setor onde a ação estatal se reduziu à abertura do eixo viário central e à demarcação de lotes; concomitantemente, famílias sem terra, num total de 3.500, ocuparam desordenadamente uma área que após a regularização oficial veio a constituir um novo setor. A malha fundiária do município de Cacoal é expressiva das três formas de povoamento: o desenho dos lotes e estradas passa do geométrico ao caótico (Fig.2) que, diga-se de passagem, corrige as distorções do modelo oficial, rígido.

Estatísticas oficiais, embora imprecisas, indicam que, até 1984, a invasão

legalizada responde pelo menos por 40% do total de 34.272 famílias assentadas até 1984, não havendo dados sobre a invasão não-oficializada.

Outras formas de povoamento espontâneo não conflituais específicos à organização da sociedade local se desenvolveram. O mercado de trabalho organizado no circuito da economia camponesa, baseada na própria família e em parceiros — migrantes que enquanto aguardam sua terra vivem nos lotes dos colonos pagando a renda com parte da colheita —, é um expediente que permite ao proprietário contar com mais braços e ao parceiro escapar da proletarização, e abre a possibilidade de absorção de produtores em número muito maior do que o número de lotes demarcados. A multiplicação de cidades de posseiros, centros de áreas agrícolas, com população de 24 a 60.000 habitantes cada uma, situadas a cada 40 km da rodovia, é um dos mais impressionantes indicadores da força do povoamento espontâneo — aí é mais evidente o caráter ideológico da colonização, na medida em que o Estado nada fez pelas cidades construídas pelo trabalho dos migrantes que até hoje são posseiros, não tendo suas posses regularizadas. Hoje, associações de posseiros e pequenos produtores se organizam também com o apoio da Igreja e de partidos políticos para escapar ao controle dos comerciantes.

A resistência por meio de invasões não esperadas e não controladas acelerou-se nos últimos anos, em decorrência do excedente de famílias sem terras — 20.000 ou 40.000 em 1985 segundo informação do governo e da Comissão Pastoral da Terra, respectivamente. Favorecida pela densidade do povoamento, a população realiza invasões organizadas, com táticas baseadas em informação sobre a situação real da titulação das terras apropriadas por fazendeiros e empresas, invadindo áreas de titulação duvidosa e tendo, assim, geralmente, possibilidade de ganho de causa.

Em Rondônia, portanto, a resistência popular não se caracteriza pela luta armada, mas por uma ação sistemática de conquista de um espaço e, hoje, de sua preservação. A sua influência no direcionamento do processo de produção do espaço é visível, inclusive na transformação do território em Estado em 1981, e, por outro, na intensa mobilização da sociedade civil e do aparelho de Estado local em favor da Reforma Agrária.

As questões da resistência de camponeses e semiproletários na fronteira retomam o debate sobre o confronto destes com as empresas e fazendas em um novo patamar. O reconhecimento de um poder local emergente não se faz num contexto dualista na medida em que a resistência e a espontaneidade dos camponeses não se referem a um modo próprio de pensar e utilizar a terra, oposto e exterior ao modo dominante. Pelo contrário, sua luta é pela conquista e preservação de espaços nas regras dominantes — querem dispor da terra para cultivá-la, vendê-la, alugá-la ou até como registrado *in loco*, loteá-la para criar uma vila! E em suas formas de atuação revelam grande capacidade de adotar e corrigir os modelos oficiais, bem como de inovar e se organizar para a defesa de seus direitos, sendo assim capazes de influir no direcionamento do processo de produção do espaço social.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER (B.K.) 1978 — Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. *Rev. Bras. Geografia* 40, nº 1, FIBGE, Rio de Janeiro.
- BECKER (B.K.) 1980 — Agriculture and Development in Brazil — the expansion of the agricultural frontier. *Regional Development Dialogue*, vol. 1, nº 2, UNCRD, Nagoya, pp. 160-184.
- BECKER (B.K.) 1981 — O Estado e a questão da terra na fronteira — uma perspectiva geopolítica. *Geo-journal* 11, nº 1, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht and Boston, 1985, pp. 7-14.
- BECKER (B.K.) 1982a — *Geopolítica da Amazônia, a nova fronteira de recursos*. Zahar, Rio de Janeiro, 233 pp.
- BECKER (B.K.) 1982b — The political use of territory — a third World perspective. *Latin American Regional Conference, IGU. II Simposia and Round Tables*, Rio de Janeiro, pp. 233-242.
- BECKER (B.K.) 1983 — *Migração e mudança ocupacional na Amazônia; estratégias, conflitos, alternativas*, mimeo. SBPC, Belém, 28 pp.
- BECKER (B.K.) 1984 a — A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. In *Espaço e Debates* nº 3, NERU, São Paulo, 1985, pp. 59-73, e *International economic restructuring and the territorial community*, UNIDO, Viena, pp. 473-498.
- BECKER (B.K.) 1984 b — The state crisis and the region — contemporary thoughts from a third world perspective. *Political Geography, Recent advances and future directions*, ed. Taylor, P. and House, J., Croom Helen, U.K. pp. 81-97.
- BECKER (B.K.) 1985 a — Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Bras. Geografia — Ano XLVII nº 3/4, FIBGE*, Rio de Janeiro, pp. 357-371.
- BECKER (B.K.) 1985 b — The crisis of the state and the region: regional planning questioned. *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 3, London, pp. 141-153.
- BECKER (B.K.) 1985 c — Expansão do povoamento e mudança social: o caso de Rondônia. *Conferências, 6º Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, pp. 91-129.
- BECKER (B.K.) e MACHADO (L.O.) 1980 — Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição. *Brazilian Geographical Studies*, IGN, National Comission of Brazil, Rio de Janeiro, pp. 361-390.
- CASTELLS (M.) 1984 — *Technological change, economic restructuring and the spatial division of labour*. Seminar on International Division of Labour and Regional Problems, IGU/UNIDO/IIR, Viena, 26 pp.
- CASTRO (A.B.) 1969 — Agricultura e desenvolvimento no Brasil. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, vol. 1, Forense, Rio de Janeiro, 192 pp.
- COHEN (R.B.) 1981 — The international division of labour, multinational corporations and urban hierarch. *Urbanization and Urban Planning*, ed. Dear, M. and Scott, A., Methuen, London, pp. 287-318.
- DROULERS (M.) e MAURY (P.) 1981 — Colonização da Amazônia Maranhense in *Ciência e Cultura* 33 (8) Agosto de 1981 — pp. 1033-1050.
- FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO (FASE) 1979 — *Pesquisa sobre a força de trabalho agrícola em regiões de fronteira*. Convênio FINEP/INAN/FASE. Terceiro Relatório Semestral, Rio de Janeiro.
- GAUDEMAR (J.P.) 1976 — Mobilité du travail et accumulation du capital. *Economie et socialisme* 28, Maspero, Paris, 272 pp.

- GAUDEMAR (J.P.) 1984 — *Sur la piste des Cavaliers de l'Apocalypse...* mimeo., 3 pp.
- GUICHONNET (P.) e RAFFESTIN (C.) 1974 — *Géographie des frontières*. PUF, Paris, 223 pp.
- HARVEY (D.) 1973 — *Social justice and the city*. Edward Arnold, London, 336 pp.
- KOECHLIN (J.) e PEYBALE (R.) 1978 — Les fronts pionniers du Mato Grosso Méridional: approche géographique et écologique in *Le Bassin moyen du Paraná Brésilien: l'homme et son milieu* — Travaux et Documents de Géographie Tropicale n° 35 — CEGET — Bordeaux — Talence.
- KOHLHEPP (G.) 1982 — *Regional development strategies and economic exploitation policies in Amazonia — recent trends in spatial organization of a tropical frontier region in Brazil*, Seminar on Regional Development Alternatives, IGU, Belo Horizonte, 26 pp.
- LEFEBVRE (H.) 1978 — *De l'État*. 4° vol. Union Generale, Paris, 467 pp.
- LOINGER (G.) 1983 — Une économie politique du spatial et du territorial. *Espaces et Sociétés* 42 Paris, pp. 119-127.
- MACHADO (L.O.) 1983 — *Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia*, mimeo., SBPC, Belém, 23 pp.
- MACHADO (L.O.) 1984 — *Urbanização e monopólio do espaço: o exemplo da Amazônia*, memio., UFRJ, Rio de Janeiro, 34 pp.
- MARTINS (J.S.) 1975 — *Capitalismo e tradicionalismo*. Pioneira, São Paulo.
- MARTINS (J.S.) 1981 — *Os camponeses e a política no Brasil*. Vozes, Petrópolis.
- MIRANDA (M.) 1984 — The role of planned colonization in the expansion of the frontier in Amazônia. *Brazilian Geographical Studies*, vol. 1, IGU, National Commission of Brazil, Rio de Janeiro, pp. 377-406.
- MIRANDA (M.) 1982 — *Government colonization project and expansion of the agricultural frontier: a case study in Altamira*, mimeo., IGU, Belo Horizonte.
- MONBEIG (P.) 1952 — *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Armand Colin, Paris, 376 pp.
- MUSUMECI (L.) 1984 — *O mito da terra liberta. Colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. Tese de Mestrado, PPGA, UFRJ, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA (F.) 1975 — *A economia brasileira; crítica à razão dualista*, Seleções Cebrap n° 1, Brasiliense, São Paulo, pp. 5-78.
- PAIVA (R.M.) 1971 — *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura brasileira. Pesquisa e planejamento econômico*, vol. 4, IPEA, Rio de Janeiro.
- RACIONERO (L.) 1978 — *Sistemas de ciudades y ordenación del territorio*. Alianza Editorial, Madrid, 168 pp.
- REGO (R.M.L.) — *Seminário sobre a expansão da fronteira agrícola*. Grupo de Agricultura, mimeo., Unicamp, Campinas.
- RIVIERE D'ARC (H.) 1978 — La formation du lieu Amazonien. *Cahiers des Ameriques Latines* 18. pp. 181-213.
- SAWYER (D.) 1982 — *A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica*. Seminar on Regional Development Alternatives, IGU, Belo Horizonte, mimeo.
- SILVA (G.) 1982 — *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Zahar, Rio de Janeiro.
- SILVA (S.) 1976 — *Desenvolvimento e agricultura no Brasil*, mimeo., Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SILVA (S.) 1981 — *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo*. Pólis, São Paulo, 159 pp.

- SILVA (S.) 1982 — A via brasileira do capitalismo no campo. *Conferência Regional Latino-americana*, U.G.I., vol. 2, Rio de Janeiro, pp. 91-96.
- SOARES (L.E.) 1981 — *Campesinato: ideologia e política*. Zahar, Rio de Janeiro, 230 pp.
- STERNBERG (H.) 1981 — Frontières contemporaines en Amazonie bresilienne: quelques consequences sur l'environnement. In P. Monbeig (org.), *Les phénomènes de frontiere dans les pays tropicaux*, Institut des hautes études de l'Amérique Latine, Centre de recherche et de documentation sur l'Amérique Latine, Paris, pp. 177-200.
- VALVERDE (O.) et alii 1979 — *A organização do espaço na faixa da Transamazônica*, vol. 1, Rondônia. FIBGE, Rio de Janeiro.
- VALVERDE (O.) e FREITAS (M.L.) 1980 — *O problema florestal da Amazônia brasileira*. Vozes, Petrópolis.
- VELHO (O.) 1976 — *Capitalismo autoritário e campesinato*. Difel, Rio de Janeiro, 261 pp.
- VELHO (O.) 1980 — A propósito da terra e da Igreja. *Encontros com a Civilização Brasileira* 22, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, pp. 157-168.
- VELHO (O.) 1983 — Sete teses equivocadas sobre a Amazônia. *Religião e Sociedade*. 10, Rio de Janeiro.
- WAGNER (A.) e MOURÃO (L.) 1978 — Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. *Pesquisa antropológica* 9/10. UnB, Brasília.
- WAGNER (A.) 1981 — GETAT — Segurança nacional e o revigoreamento do poder regional. *Transformações econômicas e sociais no campo maranhense*, vol. 7, CPT-MA, São Luís.
- WAIBEL (L.) 1955 — As zonas pioneiras do Brasil. *Rev. Bras. Geografia* XVII 4, IBGE, Rio de Janeiro.
- WALLERSTEIN (I.) 1979 — *The capitalist world economy*. Cambridge University Press, Cambridge, 305 pp.

DIVERSIDADE DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA

PHILIPPE LÉNA

Geógrafo do ORSTOM

Museu Paraense Emílio Goeldi, C.P. 399

66.000 Belém, PA

Tradução: MARIA LUÍZA BELLONI

RESUMO

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia é um fenômeno regionalmente diversificado, evolutivo e contraditório. Os modelos interpretativos abstratos e gerais não podem expressar essa diversidade. Uma antiga área de colonização em zona de mata não-amazônica, hoje atingida pelo êxodo rural, é tomada como referência para avaliar as continuidades, as rupturas e as diferenças dentro do processo de expansão da fronteira. A seguir, três situações amazônicas atuais são abordadas: uma área de colonização pública, em Rondônia, a colonização particular no Mato Grosso e a ocupação não dirigida do norte de Goiás. Em face dos discursos pessimistas que prevêm a proletarianização geral e das visões otimistas que vêem na Amazônia o lugar privilegiado para a reprodução do campesinato, o estudo comparativo contribui para tornar relativos os pontos de vista. Não obstante as difíceis condições de produção e de vida, aliadas a fatores gerais limitativos, nada parece definitivo na Região; a diversidade das situações, as contradições e as lutas camponesas abrem novos caminhos, cada vez mais numerosos, apesar de precários. A fronteira amazônica pode ser descrita como uma região “em crise” onde os sistemas de produção, as relações sociais e mesmo a propriedade ainda não conseguiram integrar-se e funcionar de acordo com um sistema reprodutível.

Palavras-chave:

Amazônia — Fronteira agrícola — Colonização — Diferenciação econômica do campesinato.

ASPECTS DE LA FRONTIÈRE AMAZONIENNE

RÉSUMÉ

L'expansion de la frontière agricole en Amazonie est un phénomène régionallement diversifié, évolutif et contradictoire. Les modèles abstraits et globalisants d'interprétation ne peuvent rendre compte de cette diversité. Une ancienne zone de colonisation en milieu forestier non amazonien, aujourd'hui frappée par l'exode rural, est prise comme point de repère afin de mieux évaluer les continuités, les ruptures et les différences dans le processus d'expansion de la frontière. A la suite, trois situations amazoniennes actuelles, sont abordées: une zone de colonisation publique en Rondônia, la colonisation privée dans le

Mato Grosso et enfin l'occupation non encadrée du nord du Goiás. Face aux discours pessimistes prévoyant la prolétarianisation généralisée et aux visions optimistes qui font de l'amazonie le lieu privilégié pour la reproduction du petit paysan, l'étude comparative permet de relativiser les points de vue. Malgré des conditions difficiles et un cadre contraignant, rien ne semble joué à l'avance, la diversité des situations, les contradictions et les luttes paysannes ouvrent des voies nouvelles, chaque fois plus nombreuses mais extrêmement précaires. La frontière Amazonienne peut être décrite comme une région "en crise", où ni les systèmes d'exploitation, ni les rapports sociaux, ni même la propriété n'ont encore réussi à s'intégrer et à fonctionner selon un système reproductible.

Mots-clés:

Amazonie — Frontière agricole — Colonisation — Différenciation économique du paysan.

ASPECTS OF AMAZONIAN FRONTIER

ABSTRACT

The expanding agricultural frontier in Amazônia is a regionally diversified phenomenon that is both evolutionary and contradictory. Its complexity hardly can be accounted for by abstract and holistic approaches only. In this article one particular area in a non Amazonian forested setting colonized some time ago but struck nowadays by rural depopulation, is used as a reference to identify consistencies, irregularities and contrasts that arise in the process of frontier development. Within this framework three current Amazonian situations are examined, which are the following: one area of government-sponsored colonization in Rondônia, one private colonization scheme in Mato Grosso, and one unplanned settlement in northern Goiás. Comparative analysis affords a shading of commonly accepted extreme viewpoints on the process, such as some pessimistic forecasts unrestricted proletarianization and others, more optimistic, that defend Amazônia as a blessed environment for the reproduction of the small peasantry. Actually, and despite much hardship and living constraints, nothing seems to be decided beforehand. The various situations, contradictions and peasant struggles indeed are opening up new opportunities which are increasingly numerous at the same time that they become extremely insecure. In this way, the Amazonian frontier could very well be defined as a region "in crisis", where its various subsystems, of land use, social relations and property tenure, have not succeeded yet to interact so as to function in a reproducible manner.

Key words:

Amazônia — Agricultural Frontier — Colonization — Economic differentiation of peasantry.

INTRODUÇÃO

A noção de “fronteira” se confunde com a história do Brasil. É a progressão contínua da ocupação demográfica e econômica do território, entrecortada de pausas e saltos para frente, de “ciclos econômicos”, baseados numa atividade ou num produto. Um novo ciclo pode integrar, dinamizar ou fazer recuar o povoamento, “reliquia” deixada pelo ciclo precedente, valorizando espaços que até então haviam sido deixados de lado, ou então estender-se a regiões ainda não ocupadas ou fracamente povoadas por populações ameríndias.

No total, o Brasil apresenta uma taxa histórica de aumento das superfícies cultivadas de 3,5% por ano (Homem de Melo, 1982), ligeiramente superior ao crescimento da população. A ocupação agrícola é em geral precedida por uma fase essencialmente extrativa (pequenas explorações mineiras, coleta de produtos naturais valorizados no mercado nacional ou internacional, etc. ...), que é seguida de uma agricultura extensiva, com um mínimo de investimentos.

O caráter histórico da “fronteira” no Brasil, sua permanência, sua importância na vida do País, fazem dela um fato social total, concreto mas também político, ideológico e psicológico. Há uma dimensão cultural da fronteira. Ela é a expressão das características e das contradições da sociedade nacional como um todo, refletindo ao mesmo tempo também os interesses em jogo na economia internacional. Isto explica sem dúvida a extrema diversidade das interpretações da fronteira, como também a tentação permanente de reduzi-la a um esquema explicativo simples que leva em conta apenas um ou outro de seus aspectos. Pode-se assim escolher fazer dela um espaço manipulado por interesses transnacionais, a terra eleita para manobras do “grande capital” ou então o lugar de reprodução do campesinato. Pode-se ainda abordá-la por sua especificidade geográfica, seja ecológica (a floresta tropical, os cerrados...), seja como espaço “periférico” apresentando uma elevada taxa de exploração. De fato, ela é tudo isso ao mesmo tempo e muito mais. E como poderia ser de outra forma, já que a fronteira não é senão o aspecto horizontal do processo global de reprodução da sociedade brasileira? Ela só pode ser um lugar contraditório, onde os conflitos e as linhas de ruptura da sociedade muitas vezes tornam-se mais aparentes em razão da fraca preponderância dos sistemas de controle e das instituições, mas que desempenha ao mesmo tempo o papel de válvula de escape (concreta, mas sobretudo ideológica) para estes mesmos conflitos. É preciso pois, como ressalta Velho (1985), renunciar às explicações unívocas e admitir de uma vez por todas que a “fronteira” pode ser ao mesmo tempo uma coisa e seu contrário: simultaneamente, em espaços vizinhos, ou sucessivamente, no mesmo espaço.

Por outro lado, para compreender a “fronteira” em toda sua dimensão, não podemos contentar-nos em analisar seus aspectos sócio-econômicos e espaciais; é indispensável incluir seus atores com suas motivações. A “fronteira” é também, em oposição à sociedade codificada e controlada, o lugar da liberdade, do acaso (logo, da sorte), o momento de uma possível redistribuição das cartas (Lena, 1985b). O espaço, os recursos naturais que se supõe existir e as possibilidades de promoção social são percebidos de maneira irrealista, magnificados. Estas fantasias, desejos e esperanças podem ser encorajados ou mani-

pulados pelos poderes públicos ou pelas companhias privadas de colonização segundo seus interesses do momento. Nem por isso deixam de fazer parte do patrimônio de representações do homem brasileiro, do grande capitalista ao humilde peão. Expressam um certo modo de perceber, de “sentir” a relação ao espaço nacional. Cada migrante que se dirige para a fronteira, seja qual for sua posição social, alimenta a esperança de dar partida a um processo de acumulação individual, ou de abreviar este processo, assegurando assim sua promoção social e o futuro de seus filhos.

Raciocinar em termos de trajetórias individuais permite assim melhor compreender as freqüentes mudanças de categorias sócio-profissionais ao longo do processo migratório. Cada um tenta tirar o melhor proveito de suas aptidões e das circunstâncias, contrariando teorias da reprodução por classes ou categorias. Em parte é isto que confere à fronteira seu caráter movente, instável e inacabado. Mas é também isto que a torna fascinante e lhe permite catalisar as esperanças.

Não se deve esquecer também o que a fronteira representa de sofrimento humano, de esperanças frustradas. As trajetórias sociais não são todas ascendentes, longe disto (Cf. Becker, 1982), mas há sempre (pelo menos até o momento) novos espaços para sustentar a esperança. Paradoxalmente o fracasso e as estratégias individuais, que visam contorná-lo, contribuem para a expansão da fronteira.

É a configuração amazônica e agrícola da fronteira que será abordada neste artigo, isto é, sua extensão até a floresta densa, tropical e úmida, com toda a carga simbólica que isto pode representar. Subjetivamente, a floresta é de fato sempre percebida como um espaço mais “virgem”, mais “natural” do que, por exemplo, os cerrados. É verdade que seus ecossistemas são mais ricos e mais diversificados, mas sob outros aspectos esta distinção não se justifica. Para as populações indígenas, entre outras, o resultado da expansão da fronteira é o mesmo, qualquer que seja o ambiente ecológico.

No passado, outras “fronteiras” brasileiras tiveram uma divisão das atividades agrícolas em função dos diferentes tipos de meios. Assim, os pequenos agricultores ocupavam as florestas e galerias florestais, consideradas férteis, enquanto os pecuaristas ocupavam os cerrados que quase não se prestavam à agricultura. Um certo grau de complementaridade era assim realizado. Os pecuaristas substituíam eventualmente os pequenos agricultores quando estes tinham esgotado a fertilidade natural dos solos. Desde os anos sessenta, esta divisão de tarefas foi abalada: graças ao tratamento com calcário, possibilitando reduzir a acidez dos solos, e aos preços subsidiados da soja, que permitiram financiar as benfeitorias, a agricultura mecanizada e capitalizada penetrou rapidamente nos cerrados, ao mesmo tempo que a cultura de gramíneas possibilitava substituir a floresta por pastagens. Existe pois, atualmente, concorrência pelos espaços florestais entre a agricultura (ainda essencialmente de subsistência, no entanto) e a pecuária, esta última ponta-de-lança da especulação fundiária.

Discutiremos neste trabalho as chances de formação e manutenção de uma classe de pequenos produtores na Amazônia. As causas dos fracassos e os fatores que favorecem a acumulação camponesa, a “fixação do homem à terra”

(tal como é anunciada nos programas oficiais) serão analisados a partir de exemplos situados em quatro regiões diferentes:

- Uma antiga zona de colonização do Mato Grosso do Sul, hoje abandonada por sua população rural.
- Uma zona de colonização privada no norte do Mato Grosso.
- A colonização federal em Rondônia.
- A colonização espontânea do norte de Goiás.

1. A FRONTEIRA AMAZÔNICA

A Região Norte do Brasil, isto é, os Estados do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia, bem como os territórios do Amapá e Roraima, representa 3.581.180 km² (42% do território nacional) e 5.880.706 habitantes (cerca de 5% da população brasileira), ou seja, 1,64 hab./km² em 1980. Se, por um lado, ela constitui bem em seu conjunto uma região de “fronteira”, na medida em que se trata de espaços em processo de integração onde as iniciativas públicas se multiplicam e as do setor privado são facilitadas, onde projetos grandiosos de exploração dos recursos sem ligação direta com a sociedade local são implantados (complexo mineiro de Carajás, barragem hidroelétrica de Tucuruí, etc...); por outro lado, somente uma parte de seu espaço é atingida pela imigração e pela colonização. A maior parte do Estado do Amazonas, o norte do Pará e o Amapá escapam ainda a esta dinâmica que depende intimamente do programa de abertura de estradas, cujas principais foram realizadas durante os anos 1960/1970. Este projeto de integração, cujas finalidades eram com toda evidência sobretudo geopolíticas (tratava-se de assegurar a soberania nacional e o controle do Estado sobre uma região subpovoada e logo potencialmente ameaçada por ingerências externas), teve como efeito modificar radicalmente a organização do espaço e a distribuição da população amazônica.

A sociedade amazônica tradicional, polarizada pelo Amazonas e sua foz atlântica (Belém), organizava-se em torno dos cursos d’água. Em 1960, esta sociedade tem 2.600.000 habitantes, com uma taxa de urbanização de cerca de 30%. É uma sociedade ribeirinha; o hábitat é disperso ou agrupado em pequenas comunidades alinhadas ao longo dos cursos d’água, com pequenas cidades aqui e acolá. Ocorre nesta época ao mesmo tempo um movimento de concentração da população urbana nas cidades maiores e um êxodo rural significativo que atinge numerosos distritos. Em resumo, uma economia estagnada que nunca se refez da queda das cotações da borracha a partir de 1917. Ela é ainda hoje baseada, de um lado, na coleta da castanha-do-pará e na extração do látex (num sistema socialmente pouco satisfatório) e, de outro lado, numa pequena agricultura praticada nas beiras fertilizadas pelas enchentes. Os pequenos camponeses vendem alguns produtos de coleta, de caça e de pesca, bem como a farinha de mandioca, cuja produção familiar dificilmente pode ser aumentada, enquanto crescem as necessidades monetárias. Algumas tentativas de colonização dirigida (Rondônia, Pará...) haviam sido feitas. Quase todas tinham fracassado.

A abertura das estradas (Belém-Brasília; Cuiabá-Porto Velho; Cuiabá-Santarém; Estreito-Santarém...) vai reorientar uma parte do espaço amazôni-

co para o centro econômico do País (Sudeste e Sul) possibilitando às dinâmicas vindas destas regiões penetrarem os novos espaços abertos (exploração mineira, pecuária, especulação fundiária, colonização agrícola — controlada ou espontânea — etc. ...). As estradas recortam ao mesmo tempo zonas até então ocupadas somente por populações indígenas em grupos extremamente reduzidos, e um pequeno número de regiões de povoamento tradicional com suas cidades ribeirinhas, que elas vêm tirar de sua letargia: Altamira, Santarém, Porto Velho, etc. ...

Com exceção destas poucas cidades, recuperadas pela nova rede de estradas, pode-se dizer que as novas formas de ocupação constituem uma criação *ex nihilo*, um sistema sem nenhuma ligação com a sociedade tradicional ou os modos de vida nativos, sem nenhuma base histórica. Existe aí um risco tanto maior quanto mais rápidos são os ritmos de valorização.

Do ponto de vista do meio ecológico, trata-se de uma ocupação das terras firmes, dos divisores de águas e não mais dos vales aluvionários. Não se dispunha até o presente momento de nenhuma experiência em grande escala de valorização destes meios. As roças freqüentemente poliestratificadas das populações nativas parecem dificilmente transponíveis, e a região bragantina, densamente povoada, apresenta um tal grau de esgotamento de seus solos que dificilmente pode ser citada como exemplo.

Do ponto de vista demográfico, a população imigrante é originária de regiões muito diferentes e não dispõe de nenhum sistema de reconhecimento e avaliação das características do meio. Este é um fato mais importante do que parece à primeira vista. Moran (1981) mostrou que os 30% dos colonos de origem local (caboclos) integrados ao Projeto de Colonização de Altamira (Transamazônica) apresentavam melhores desempenhos que os 30% de nordestinos e os 40% de camponeses oriundos do Centro-Oeste e do Sul.

Por outro lado, esta população imigrante apresenta taxas de crescimento muito elevadas (16% por ano em Rondônia durante o período 1970/1980), a tal ponto que a população de “terra firme” é hoje (1980) mais numerosa do que a população ribeirinha, se excetuarmos os dois grandes pólos regionais de Belém e Manaus. É verdade igualmente no que diz respeito à população agrícola e é ainda mais verdadeiro se integramos no cálculo a faixa florestal da região Centro-Oeste que, com a região Norte, forma a Amazônia Legal (1). Porém esta “fronteira agrícola” apresenta igualmente elevadas taxas de urbanização: a população urbana da região Norte passa de 35,9% em 1970 a 51,7% em 1980, graças a uma taxa de crescimento cerca de duas vezes maior do que a taxa da população rural.

No entanto, a região Norte é a única região do Brasil a apresentar uma taxa de crescimento absoluto de sua população rural (3,71% por ano) durante o período. Vem em seguida o Nordeste que, com uma taxa de 0,55%, amplamente inferior a seu crescimento natural (3,4%), aparece como uma região de êxodo rural relativo. Todo o resto do Brasil rural apresenta um déficit absoluto de po-

(1) Isto é: 5.005.426 km², 50% do território e perto de 11.000.000 de habitantes em 1980.

pulação, inclusive o Centro-Oeste considerado todavia como zona pioneira. De fato, seria preciso distinguir, nesta última região, as zonas de ocupação já antigas (principalmente o Sul e o Centro), que conhecem o êxodo rural, e as franjas amazônicas nas quais ocorre seja o êxodo, seja o crescimento de sua população rural, segundo a situação geográfica e as atividades anteriores.

O saldo migratório da região Norte deve representar cerca de 850.000 pessoas entre 1970 e 1980. Na realidade a imigração foi bem superior, pois as regiões tradicionais continuam a estagnar e mesmo a acusar perdas relativas ou absolutas de população, principalmente na zona rural. Com exceção das grandes cidades, estes ganhos de população devem ser colocados quase integralmente no ativo das novas regiões de povoamento. Seria fácil demonstrar que estes ganhos são pequenos a nível do Brasil (Lena, 1985a) e que só a cidade de São Paulo recebeu sem dúvida mais imigrantes do que a fronteira amazônica.

E no entanto, em dez anos, são cerca de 100.000 famílias de camponeses sem terra, de minifundiários e de pequenos produtores que, de uma maneira ou de outra, puderam ter acesso à terra da Amazônia. Isto pode parecer pouco em comparação com o projeto de instalação de 100.000 famílias nordestinas em 5 anos somente ao longo da Transamazônica (como tinha sido previsto em 1970) que até hoje não conseguiu fixar nem 10.000 famílias. É porém bem mais do que em todo o resto do Brasil, onde certamente as distribuições de terra foram inexpressivas frente ao vasto movimento de expulsão.

Em conseqüência, a Amazônia aparece não somente como o espaço onde ocorre uma especulação financeira desenfreada, onde a concentração da terra é em média mais acentuada do que no resto do País, mas também, e paradoxalmente, como o único espaço oferecido à reprodução do pequeno camponês sem capital. Seria porém um erro considerar apenas este camponês. A Amazônia é também um espaço de reprodução simples ou ampliada para outras camadas sociais. Há os pequenos produtores do Sul, possuindo um pequeno capital, que integram os projetos privados de colonização; os colonos de segunda ou terceira geração dos projetos públicos que vêm substituir os colonos originais e são cada vez mais capitalizados; os espaços reservados pelo Incra ou pelos Estados para a instalação de pequenas fazendas para pecuária (500 a 3.000 ha) ou plantações, sem falar das grandes fazendas e das empresas agroindustriais.

O mecanismo de substituição dos colonos, observado historicamente nas zonas de fronteira, não convida nem um pouco ao otimismo quanto às perspectivas de crescimento destes pequenos camponeses sem capital. Não é fácil porém saber em que medida eles não constituem senão um exército de desbravadores destinados a ceder o lugar para produtores capitalizados. De toda maneira não se pode trazer uma resposta global para a Amazônia. Com efeito, já é agora amplamente reconhecido que o modo de intervenção do Estado e as dinâmicas sociais diferem o bastante de um ponto a outro deste imenso território, não somente para proibir qualquer extrapolação simples, como também para constituir a base de um processo de regionalização cada vez mais acentuado (Baumfeld, 1983; Becker, 1982 e 1985).

1.1. A pressão sobre o ecossistema amazônico

Diante da imensidão da floresta amazônica, numerosos autores (Klatz-

man, 1975; Gourou, 1982; etc. ...) duvidaram que se pudesse dispor do capital e da mão-de-obra suficientes para conseguir, em futuro próximo, acabar com ela. Mas seria raciocinar segundo uma lógica capitalista que não nos parece aplicar-se integralmente aqui. No entanto, a mesma opinião é difundida também no Brasil, uma vez dissipados os temores legítimos gerados pela política de concessão de incentivos fiscais e de créditos subsidiados às grandes empresas que aceitavam implantar fazendas de pecuária na Amazônia. Lembremos que o módulo mínimo fora fixado pela Sudam em 25.000 ha e que todas as armas eram válidas para realizar, o mais depressa possível, vastos desflorestamentos, inclusive os desfolhantes (Eglin e Thery, 1982).

Quando a Sudam desacelerou seriamente a concessão de incentivos fiscais, a rentabilidade no mínimo duvidosa de tais operações tornou-se evidente e se tende a considerar que o vento de euforia passou definitivamente. É com efeito pouco provável que vejamos instalar-se, nas condições atuais, complexos de produção de carne com entreposto frigorífico, pista de aviação, etc., como foi o caso no passado. Todavia, se as ameaças que pesam sobre a floresta são algo diferentes, nem por isso elas são menos graves.

Fearnside (1984) mostrou, a partir de fotos do satélite Landsat, que, se o volume global dos desflorestamentos era ainda relativamente modesto em 1980, a evolução das curvas desde 1975 estava muito próxima de um crescimento exponencial. Tal ritmo levaria à destruição da floresta em 1989 para o caso do Mato Grosso, 1990 para Rondônia e 1993 para o Acre. Tais curvas não são quase levadas a sério, particularmente desde as críticas feitas às previsões do Clube de Roma há uns doze anos. São consideradas na melhor das hipóteses como alarmes que possibilitam a tomada de consciência das tendências perigosas. No caso da Amazônia, parece importante de todo modo continuar a manter a opinião pública alerta e não ceder ao otimismo provocado pela supressão (parcial) do apoio à "política do boi". O volume global dos desflorestamentos não foi, ao que parece, influenciado por estas mudanças. Em janeiro de 1986, imensos incêndios voluntários foram detectados pelos satélites de observação no sul do Pará (2). Acreditamos, entretanto, que não serão mais observadas curvas exponenciais no futuro, por razões ligadas tanto às dinâmicas internas das empresas quanto às incertezas fundiárias. O resultado final porém não será modificado, somente o prazo será adiado. O exemplo do Paraná, cujas florestas foram reduzidas a 5% no espaço de 30 anos, aí está para lembrar-nos; ainda mais que os ritmos atuais de desflorestamento em certas regiões da Amazônia (em particular Rondônia e certas zonas do sul do Pará) são superiores aos que ocorreram no Paraná entre 1940 e 1970.

Em definitivo, a manutenção de blocos florestais importantes dependerá da capacidade dos poderes públicos de fazer respeitar as reservas indígenas, os parques nacionais e as florestas de rendimento, bem como de medidas que possibilitariam a valorização econômica da floresta, ao mesmo tempo por uma legislação adequada e pelo desenvolvimento da pesquisa em silvicultura

(2) *O Liberal*, 4/2/86.

amazônica. Não parece, com efeito, que se deva contar com o fim da migração para a Amazônia num futuro próximo.

É sempre difícil fazer previsões quanto ao volume dos fluxos migratórios, na medida em que eles dependem intimamente do quadro econômico geral. Pode-se entretanto constatar que o volume da imigração em Rondônia, apesar de uma relativa saturação fundiária, não parou de crescer: 153.325 pessoas em 1984, ou seja, um aumento de 15% com relação a 1983; um ligeiro aumento foi registrado em 1985. Ao que parece, uma tendência semelhante pode ser observada no sul do Pará.

Basear uma esperança na falta de mão-de-obra ou de capitais significaria negligenciar o formidável “exército agrícola de reserva”, que continua a se constituir no Brasil graças à conjunção de vários fatores: um crescimento demográfico acentuado, sobretudo no campo; a modernização da agricultura do Sul e Sudeste; uma estrutura fundiária muito desigual e a utilização crescente na indústria de técnicas poupadoras de mão-de-obra. O Projeto Nacional de Reforma Agrária previa a atribuição de terras a 7 milhões de famílias em quinze anos. Isto representaria a integralidade da região Norte (suposta vazia para efeitos de demonstração) à razão de 50 ha por família. De fato, durante estes quinze anos os 7 milhões de famílias provavelmente se teriam tornado 10 milhões.

Este “exército” certamente não tem capitais, mas constitui uma força de trabalho considerável, que não busca o rendimento médio do capital mas simplesmente assegura sua subsistência e a de seus filhos, podendo, em consequência, ignorar os cálculos econômicos que lhe apresentam a pequena agricultura na Amazônia como uma atividade não-rentável. Do ponto de vista dos desflorestamentos, esta força de trabalho pode ser tão eficaz quanto as empresas capitalistas. Basta comparar as curvas de Rondônia, onde o essencial dos desmatamentos é obra de pequenos camponeses, com as do Mato Grosso (Fearnside, *op. cit.*), onde eles são realizados em maioria por grandes empresas ou fazendas, para dar-se conta de que elas não são sensivelmente diferentes.

A única medida que teria possibilitado relaxar as pressões sobre a Amazônia de modo significativo teria sido a aplicação de uma reforma agrária verdadeira, que combatesse as grandes fazendas subutilizadas de outras regiões do Brasil. Mas, como era de temer (Lena, 1985b), o Projeto de Reforma afinal adotado apresenta um nítido recuo com relação ao projeto inicial. Diante da multiplicação dos setores privados visando a defesa das grandes propriedades e a influência ainda forte dos latifundiários a nível político local e mesmo federal, o governo finalmente renunciou a desapropriar em grande escala. A situação atual se parece muito com o que ocorrera há vinte anos: a publicação do estatuto da terra, em 1964, havia alimentado grandes esperanças, rapidamente desmentidas pelos fatos; a luta contra o latifúndio se havia rapidamente transformado em imposto sobre terras não-produtivas (ele próprio raramente coletado) e as esperanças dos trabalhadores sem terra e dos minifundiários deviam doravante reorientar-se para os projetos de colonização. Também o novo Projeto conta com as terras públicas e com a colonização para atender à demanda ...

É preciso notar, todavia, que este “exército agrícola” potencial certamen-

te não é mobilizável nem totalmente nem imediatamente. Não é porque um camponês do Sul perde a terra onde trabalhava e se torna trabalhador rural sem terra que ele vai ser automaticamente tentado pela aventura da fronteira. Se tal fosse o caso, já não haveria floresta amazônica. Se a Amazônia fascina, ela também dá medo. O isolamento, a violência, as condições sanitárias e escolares precárias não são enfrentadas com alegria. Aí estão em jogo fatores psicossociológicos. Alguns preferem desenvolver estratégias familiares multiformes em seus locais de origem a emigrar. Não se rompe assim a rede de inserção familiar e social. A apreciação da situação individual e a avaliação das perspectivas são naturalmente subjetivas. As mesmas condições podem levar alguns a permanecerem e outros a emigrarem. Por outro lado, o candidato à emigração pode optar por ir para a cidade grande, sobretudo se, como é provável, ele já tenha parentes ali. A escolha da fronteira não se impõe, pois, como solução única. Mas é uma opção que pode ser considerada por um número crescente de migrantes potenciais na medida em que o efeito da influência familiar e de relações pessoais aumenta enquanto a fronteira vai sendo povoada. Na região de Dourados (MS) praticamente não existe um pequeno camponês que não tenha um parente ou um amigo emigrado para Rondônia ou Roraima. Além disso, a fronteira não atrai apenas agricultores; as migrações interurbanas e rural-urbanas são agora superiores às migrações puramente rurais em Rondônia. Mecânicos, comerciantes, profissionais liberais e empregados dirigem-se para a fronteira (Becker, 1985). Alguns são urbanos de longa data (entre eles, alguns tentam ao contrário, e pela primeira vez, uma aventura rural).

O volume e o tipo de migração para a Amazônia vão então variar em função da evolução das diferentes regiões amazônicas e das oportunidades que aí serão oferecidas. Mas a pressão global deverá permanecer muito forte.

1.2. As condições de produção na Amazônia: colonos e pecuaristas

Não se pode deixar de concordar com os autores que pensam que os capitais públicos e privados investidos nas operações de colonização ou de implantação de fazendas de pecuária na Amazônia teriam sido melhor utilizados no Sul e no Sudeste do País, já desenvolvidos (Gourou, 1982) (3).

Igualmente de acordo com a idéia de que mais vale fazer “pequeno e intensivo” do que grande e extensivo (*op.cit.*) e que seria necessário orientar-se para uma “gestão prudente das rendas do capital natural” (Thery, 1985). Deve-se, entretanto, constatar que as dinâmicas atuais não se encaminham neste sentido (salvo em algumas situações, importantes para o futuro, que tentaremos definir); elas correspondem de fato a uma racionalidade econômica poderosa que nos parece justamente característica das zonas de “fronteiras”, com os custos sociais e ecológicos que isto implica. As formas de acumulação que aí ocorrem impõem condições draconianas à formação de um campesinato estável. Querer instaurar práticas correspondentes a uma racionalidade que está

(3) Mas, na ausência de reforma agrária, teriam estes capitais atendido as necessidades das categorias sociais que emigraram para a Amazônia?

apenas começando no Sul desenvolvido seria colocar a carroça à frente dos bois. A expansão da fronteira é um processo histórico cuja lógica não é fácil romper. Pode-se sem dúvida acelerar o curso deste processo, e mesmo tomar alguns atalhos graças a políticas adequadas, nem por isso a extensão até a “periferia” dos sistemas e das relações de produção do “centro” (que goza de uma propriedade privada estável, de um mercado consolidado e de uma legislação trabalhista relativamente respeitada) deixará de exigir tempo. Este tempo é justamente o da “fronteira”.

A ausência de integração e de controle institucional destes espaços (com todas as características que isto implica) condena-os a formas predatórias de acumulação e elimina de vez as formas de produção mais elaboradas.

Examinaremos rapidamente as restrições que pesam sobre o pequeno camponês sem capital, típico das zonas pioneiras:

De modo geral, a fertilidade dos solos não é renovada. A queimada possibilita obter um ou dois anos de boas colheitas, incorporando à terra os elementos minerais acumulados pela vegetação durante um período muito longo. Visto que, conforme a qualidade do solo, seria preciso esperar de 15 a 30 anos para pretender obter uma colheita semelhante no mesmo lugar, o camponês deve abandonar a parcela e ir desmatar mais adiante. No melhor dos casos, as madeiras de lei serão vendidas antes da queimada e uma parte da colheita de arroz será comercializada. Nenhum investimento em trabalho ou em capital é realizado com o objetivo de prolongar a vida útil da parcela. Trata-se somente de extrair uma riqueza natural que acaba por ser destruída no processo. Ao que parece, somente com esta condição é que o pequeno camponês pode manter-se. E isto por diversas razões:

- O preço de compra ao produtor dos produtos alimentares (isto é, o essencial de sua produção) é mantido baixo a fim de não exercer pressão sobre os salários urbanos (4). Na fronteira, os custos de transportes, as dificuldades de acesso, a multiplicação dos intermediários e a posição desfavorável do camponês na negociação dos preços contribuem para fazer baixar os preços ainda mais.
- Para sobreviver na entressafra, o camponês será obrigado a vender sua produção a estes intermediários que vêm buscar o produto em sua casa (ao contrário dos compradores do governo, cujas instalações são de toda maneira insuficientes) e lhe concedem empréstimos a taxas usurárias. O camponês pode comprometer de antemão uma parte ou a totalidade de sua colheita. O intermediário obtém um lucro importante jogando com a inflação e com a estocagem. Prova disto é que, após o bloqueio dos preços em 27 de fevereiro de 1986, a grande colheita de arroz do sul do Pará não mais encontrou compradores, pois os intermediários recusaram-se a honrar seus contratos, na ausência de perspectiva inflacionária e sem possibilidade de modificar seus preços.
- Se ele não possui sua terra, o pequeno camponês tem que ceder parte de

(4) Os déficits em produtos alimentares de base, os numerosos intermediários e as perdas de colheita tendem a obstaculizar esta política sem por isso favorecer o camponês.

sua colheita ao proprietário. Esta sangria complementar o mantém a um nível nulo de acumulação. No Sul, pode-se encontrar camponeses sem terra que pagam uma renda e acumulam; em zona de fronteira isto é excepcional.

- Tudo na fronteira é mais caro do que no “centro”. Isto se deve em parte aos custos de transporte e às dificuldades de acesso, mas traduz igualmente a monopolização do comércio local.
- Com um nível de acumulação nulo, fraco ou irregular, o camponês pode ser desestabilizado pelo menor acidente climático, ecológico (pestes) ou de saúde. As dívidas então contraídas podem levá-lo a vender seu direito à terra. De outro lado, ele nunca consegue obter o capital que lhe seria necessário para aumentar sua renda. Este investimento não seria, aliás, forçosamente rentável, dadas as condições de preço e mercado. Assim o crédito, associado ao título definitivo de propriedade, revelou-se com frequência uma faca de dois gumes; o camponês, incapaz de pagar o empréstimo, vê-se na obrigação de vender sua terra.

É inútil dizer que estas condições difíceis impedem também qualquer acumulação cultural e técnica.

O camponês não pode passar sem a boa colheita do primeiro ano que, de fato, permite-lhe apenas manter-se, e não investir. Sua racionalidade econômica é baseada exclusivamente no máximo de produção, que permite a destruição do capital natural. É o nível abaixo do qual ele não pode se permitir descer.

A situação é apresentada voluntariamente de maneira esquemática a fim de poder ressaltar os caminhos que se abrem à acumulação. É, no entanto, uma situação vivida por numerosos camponeses na fronteira.

Se o camponês não está em situação de acumular, em contrapartida os circuitos comerciais parecem realizar uma importante acumulação, tanto maior quanto mais inacessível é a região.

Os latifundiários sofrem as mesmas restrições que os pequenos camponeses. Eles também comprometem o capital natural, comercializando a madeira e aproveitando a fertilidade “gratuita”. Porém eles apostam também em outras vantagens. O emprego da mão-de-obra condiciona a mudança de escala e permite a acumulação. Em troca da autorização de cultivar a terra do proprietário, o camponês cede uma parte de sua colheita e se compromete a plantar uma pastagem antes de abandonar a parcela. Assim o latifundiário recebe ao mesmo tempo uma renda em produto e trabalho gratuito. Mas, para fazer isto, é-lhe indispensável controlar ao mesmo tempo a terra e o trabalho. Esta é a lógica do latifundiário. Uma vez que a lógica camponesa visa evitar o pagamento da renda, seja em produto ou em trabalho, aí se encontram as raízes do eterno conflito. Com a diferença que na fronteira ele não é amenizado por leis e controles institucionais, conservando em consequência todo o seu potencial de violência.

Está na lógica latifundiária provocar a rarefação artificial da terra através de vastas imobilizações fundiárias, obtidas graças ao baixo preço da terra ou com recursos a práticas ilegais. O camponês vê-se assim constrangido a aceitar relações de produção que lhe são desfavoráveis. Em zona de fronteira, trata-se

sempre de uma relação instável, sempre a recomeçar ou a manter pela coerção, na medida em que existem espaços vazios que podem levar o camponês a emigrar. Velho (1981) mostrou que, quando a propriedade da terra não está claramente definida como era o caso das atividades extrativas (borracha, castanha-do-pará), a captação do valor só pode ser feita através das relações de força. No caso da fronteira, ocorrerá de preferência o controle, às vezes violento, do espaço: de um lado, para extrair os rendimentos do capital natural, de outro, para evitar as hemorragias de mão-de-obra. De fato, o interesse do latifundiário não é forçosamente a expulsão pura e simples do posseiro (a menos que este último esteja em condições de fazer valer um direito sobre a terra), mas de preferência o controle da força de trabalho e a captação de uma renda (trabalho e/ou produto).

Certos autores, transpondo a situação que apareceu recentemente no Sul do Brasil, temem um vasto movimento de proletarização na fronteira. Globalmente, isto parece pouco provável, pelo menos num futuro próximo. A instauração de verdadeiras relações salariais generalizadas teria como efeito fazer baixar as taxas de acumulação. Em contrapartida, uma estratégia de utilização de mão-de-obra temporária destinada a evitar o recurso aos camponeses contratados que, cada vez com maior frequência, buscam permanecer na propriedade já pode ser observada em certas regiões (norte de Goiás, sul do Pará...).

É preciso mencionar uma terceira forma de acumulação, válida tanto para os pecuaristas como para os pequenos agricultores: a rápida valorização da terra em zona de fronteira. Para aproveitá-la, porém, é necessário poder assegurar o direito sobre a terra, e nesta luta os camponeses não são os mais preparados.

Entretanto, e isto é um fato novo, os sucessos dos pequenos posseiros em suas lutas pela terra tendem a aumentar em número. Mais conscientes e melhor organizados, eles conseguem cada vez com maior frequência fazer valer seus direitos. Os pecuaristas das regiões onde a pressão fundiária é forte vêem seus bens constantemente ameaçados de invasão e são obrigados a gastar somas importantes na manutenção de milícias privadas. Wood (1983) cita o caso de pecuaristas da região de Conceição do Araguaia que encorajam a instalação de colonos, munidos de lotes suficientemente grandes, em torno de suas propriedades, a fim de se proteger das invasões. A estabilidade da propriedade é procurada, sinal de que a fronteira entra em outra fase.

Em Rondônia, Becker (1985) nota que a pressão popular, legitimada *a posteriori* pelo Estado, permitiu uma significativa distribuição de terras. Ianni (1983) evocava "a reforma agrária espontânea" em curso em certas regiões da fronteira. Em outros locais, entretanto, os conflitos são mais violentos do que nunca (sul do Pará) e as expulsões de camponeses continuam. Isto mostra a grande diversidade das configurações espaciais-históricas encontradas atualmente na Amazônia. Mas o problema é saber se, mais além dos eventuais sucessos passageiros, o processo tende para a fixação e o crescimento de camadas camponesas cada vez mais numerosas, ou se, ao contrário, os pequenos agricultores preenchem a função de desbravadores e estão destinados a ceder o lugar para outras atividades. Foweraker (1982) considera o fenômeno de fronteira como um processo de acumulação primitiva no qual a separação dos produto-

res dos meios de produção se desenrolaria no tempo, acarretando a reprodução de frentes pioneiras no espaço e coincidiria exatamente com o fenômeno chamado “expansão da fronteira”. As numerosas migrações dos colonos pesquisados (três, às vezes cinco tentativas de fixação à terra) tendem a confirmar este esquema de expulsão e de grande mobilidade que, como ressalta Moran (1980), não favorece a acumulação. Que uma pequena proporção de colonos consiga fixar-se e prosperar não mudaria grande coisa no esquema geral. Para nuançar seriamente o modelo é preciso que um vasto movimento se desenhe no sentido da emergência de um campesinato estável, com rendas razoáveis. Após quinze anos de colonização, pensamos que é possível procurar suas primícias ou pelo menos suas condições de formação.

Constatemos antes de tudo que se o conflito pecuaristas/posseiros é quase geral nas zonas de fronteiras, os projetos de colonização não são atingidos. A luta pela apropriação da terra desenvolve-se aí de um modo mais policiado: os lotes são vendidos e seu valor não traduz somente os benefícios que serão obtidos pela destruição do capital natural, mas também a estabilidade do título de propriedade e o valor do trabalho incorporado (pastagem, plantação de cacau, etc. ...). Neste caso a expulsão toma a forma da substituição dos primeiros colonos por imigrantes mais capitalizados, através de uma transação monetária. O resultado final não seria o mesmo? Os primeiros colonos não contribuíram para inserir a terra no circuito mercantil e fazer subir seu preço, obrigando-se e a seus semelhantes a ir buscar sempre mais longe um espaço para sua reprodução? Sua substituição é inelutável? Seus sucessores serão capazes de desenvolver uma lógica de reprodução e não mais da depredação? Quando terminará este processo de reprodução de frentes pioneiras no espaço?

A esta última questão pode-se trazer alguns elementos de resposta. Teoricamente a fronteira não deveria ter necessidade de esgotar até a última parcela de floresta para passar a um outro estágio. Bastaria que o valor da terra fosse estabilizado (a fim de evitar qualquer ganho especulativo importante) e a um nível suficientemente elevado para que a simples destruição do capital natural representasse uma vantagem reglenciável (e até um inconveniente), em face da obrigação de rentabilidade a longo prazo que implicaria a importância do investimento. Seria preciso, entretanto, que o controle do espaço acompanhasse o movimento, caso contrário os candidatos à extração dos benefícios do capital natural não deixarão de invadir qualquer bloco florestal, mesmo que tenha proprietário, como é o caso atualmente (as terras indígenas e os parques nacionais sendo obviamente os primeiros ameaçados).

Em definitivo, a transformação da economia de fronteira e sua superação dependerão da capacidade da sociedade de integrar seus excluídos e de acelerar a sucessão das diferentes fases pioneiras.

O papel dos poderes públicos é, pois, de primeira importância e deve-se perguntar que papel desempenha a fronteira frente ao Estado nacional. Além dos argumentos clássicos: soberania nacional, abrandamento das tensões sociais, etc. ..., a fronteira parece realmente ser o lugar de uma acumulação significativa e de uma transferência de valor para o Sul (Foweraker, *op. cit.*). Todavia é sobre um outro aspecto que gostaríamos de insistir. Parece-nos que a expan-

são da fronteira seja, no estado atual das coisas, o meio de evitar uma ruptura do abastecimento alimentar básico. Considerando o aumento das rendas, o crescimento da população e o ritmo de aumento dos rendimentos, Homem de Melo (1982) calculou as necessidades anuais de crescimento da superfície cultivada para diferentes produtos alimentares básicos: 4% para o arroz e 5% para o feijão, a mandioca e o milho. Isto representa, no período 1977/85, respectivamente 36,9% e 53,5%. A taxa de crescimento da superfície cultivada brasileira deveria então ser de 4,4% por ano, quando a taxa histórica observada é de 3,5%.

Note-se que existe uma redução da superfície cultivada para estes produtos nas regiões Sul e Sudeste (substituídos pela cana-de-açúcar e pela soja). Na falta de uma reforma agrária, as zonas de fronteira seriam chamadas a contribuir de maneira significativa para o abastecimento. E a um custo relativamente barato, visto os baixos preços da terra e a ausência de capitalização dos produtores. Entretanto, além do fato que estas vantagens são em parte absorvidas pelos intermediários, as cifras apresentadas acima e as más condições de produção deixam pairar uma dúvida sobre a capacidade da fronteira de desempenhar este papel. O preço dos alimentos corre o risco, pois, de continuar a exercer uma pressão inflacionária, e uma reforma agrária seria provavelmente o verdadeiro remédio.

Qual é o espaço deixado para a formação de um campesinato na Amazônia em meio a este imenso campo de forças contraditórias? São talvez justamente as contradições, as disparidades regionais, as diferentes etapas justapostas que lhe deixam alguma chance. Será considerado como camponês aquele que escapa à “zona de fragilidade”, que acumula e reinveste na produção. Para saber como alguns conseguem chegar a este estágio, serão abordados os mecanismos de diferenciação interna do campesinato em diferentes regiões.

2. UMA ANTIGA FRONTEIRA DO MATO GROSSO DO SUL: A REGIÃO DE DOURADOS

A região de Dourados pode parecer bem afastada da Amazônia, tanto do ponto de vista geográfico como dos problemas que ela tem que enfrentar. Mas é justamente isto que a torna interessante, na medida em que ela permite pôr em evidência os traços que são comuns às regiões de fronteiras, para além das diferenças aparentes. Por outro lado, a colonização pelos pequenos produtores também aí se desenvolveu nas zonas florestais, e ela contribui atualmente para a dinâmica da fronteira amazônica pelo êxodo de seus pioneiros de outrora.

A “Grande Dourados” representa 20 municípios e abrange a totalidade do sul do Mato Grosso do Sul. A floresta está localizada principalmente ao sul e a leste. Grandes manchas de cerrados (entre os quais alguns, despojados de qualquer vegetação arbórea, são chamados “campos limpos”) e algumas manchas de floresta de pequenas dimensões (município de Aral notadamente) ocupam o resto da região.

Os solos são muito variados, mas existe uma oposição nítida entre os que evoluíram a partir de um substrato basáltico (argiloso) e aqueles que se desenvolveram a partir do granito (argilo-arenoso). Encontram-se pequenas manchas de terra roxa em torno de Dourados e no sul. Os latossolos vermelho-es-

curo são encontrados principalmente nas zonas de campos e cerrados, têm uma fertilidade média mas são sobretudo ácidos, e, por conseguinte, têm necessidade de ser tratados. Os solos mistos, arenosos, são muito sensíveis à erosão e menos férteis. Se as zonas de floresta concentram a maior parte das terras roxas, elas se localizam igualmente em grande parte sobre solos arenosos.

Desde o fim do século XIX, pecuaristas gaúchos colonizaram os campos e cerrados sobre os quais eles praticam uma pecuária muito extensiva. A partir de 1969, agricultores mecanizados compraram-lhes a terra, que eles obtêm a preços muito mais vantajosos do que em sua região de origem, e cultivam trigo e soja. Mas sem apoio técnico e infra-estrutura suficiente para o tipo de agricultura mais tecnificada que a sua, muitos vão fracassar (Pebayle e Koechlin, 1978).

Por outro lado, desde 1940, programas de colonização municipais (Itaporã), federais (colônia federal de Dourados que abrange 5 municípios) e depois privadas (Bataiporã) vão permitir a pequenos agricultores o acesso à terra. Em Itaporã e Dourados trata-se de lotes de 30 ha de floresta onde colonos, em sua maioria nordestinos, cultivam arroz, milho, feijão, mandioca e café. A principal fonte de renda devia ser o café, mas as geadas dos anos cinquenta desencorajaram muitos produtores que começam então a cultivar algodão e amendoim. O esgotamento dos solos, trabalhados sem adubos, a erosão (solos arenosos) e o baixo nível técnico conduziram cada vez mais os pequenos produtores a entrarem em um processo de fragilização e de superexploração do trabalho familiar tal que desde os anos sessenta numerosos são aqueles que partem para o norte (centro do Mato Grosso ou pré-Amazônia). Atualmente, o Incra está implantando dois projetos de colonização no sul (Sete Quedas e Mundo Novo) em condições totalmente semelhantes.

A colonização privada se dirige a uma camada de agricultores um pouco mais favorecidos, uma vez que é necessário pagar a terra. Trata-se, nos anos cinquenta, de pequenos cafeicultores oriundos de São Paulo, expulsos pelo esgotamento dos solos. Visto que seu café vai sofrer os mesmos problemas, eles vão igualmente adotar o algodão, o amendoim e a mamona.

Na mesma época, cafeicultores de São Paulo e, mais tarde, do Paraná, onde suas plantações de café apresentam graves baixas de rendimento devido ao esgotamento dos solos, são atraídos pelos baixos preços da terra e criam plantações. Atingido pelas geadas e pela evolução dos preços, o café vai ser progressivamente abandonado e substituído por pastagens. Estas grandes plantações de café do leste vão assim dar lugar a grandes fazendas de pecuária, em geral pela substituição de proprietários (*op.cit.*). Grandes pecuaristas vão então se instalar nas zonas florestais, vindos de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul. A mão-de-obra que trabalhava nas plantações de café fica desempregada.

As transformações mais profundas vão ocorrer durante os anos setenta e são expressas pelos dados demográficos: a população, que tinha aumentado de 120,4% de 1960 a 1970, não cresce mais de 35,78% (superior à média brasileira, mas inferior à média do Estado). A população urbana cresce de 177,6% enquanto a zona rural perde 20% de sua população. Quatorze municípios apresentam perda absoluta de população rural (alguns perdem 50%, e mais); dois

outros têm uma perda relativa (crescimento inferior à média brasileira), quatro vêem sua população rural crescer: são estes os municípios que acolhem projetos de colonização públicos ou privados destinados a pequenos agricultores.

As regiões mais atingidas são aquelas que abrigam os antigos projetos de colonização. Mas esta evolução demográfica inclui na realidade situações muito diferentes ligadas, em particular, às aptidões agronômicas dos solos.

Já nas zonas de campos e cerrados, e após os primeiros fracassos, os agricultores do Sul vão buscar as melhores terras, contribuindo para valorizá-las. Um número significativo de pecuaristas vai então recusar-se a vender suas terras e achar mais vantajoso arrendá-las segundo contratos que implicam a plantação de uma pastagem após a cultura. O pecuarista pode assim aumentar sua capacidade de suporte graças ao tratamento com calcário, ao nitrogênio fixado pela soja e às gramíneas selecionadas.

Nas antigas zonas de floresta (hoje totalmente desbravadas) correspondentes ao projeto de colonização dos anos quarenta, a situação é mais complexa. A partir de sistemas de produção relativamente homogêneos há 15 anos, a região evoluiu no sentido da diversificação. A primeira mudança seguiu-se à substituição do café pelo algodão e amendoim. O café estava associado aos agregados, famílias que habitavam o lote do proprietário e cultivavam arroz, milho e feijão, além de plantar café para o proprietário. Eles podiam continuar as culturas alimentares entre os cafeeiros durante vários anos e faziam também a colheita do café.

As rendas menores do algodão e do amendoim e a impossibilidade de cultivar entre as linhas contribuíram para eliminar esta forma de trabalho que foi substituída pela utilização sazonal de uma mão-de-obra residente na cidade.

Mas a grande mudança foi causada pela aparição da soja. As terras roxas de floresta adquiriram rapidamente um grande valor monetário. Os rendimentos da soja são, nestas terras, cerca de duas vezes mais elevados do que nas terras de campos e cerrados. Os custos de produção são inferiores, pois não é indispensável fazer tratamento com calcário. Além disto, a maior capacidade de retenção d'água dos solos permite a cultura de inverno de trigo e, por conseguinte, rendas superiores. Nas zonas de campos e cerrados, os agricultores em geral abandonaram a cultura do trigo porque os resultados são demasiado aleatórios.

A alta do preço da terra foi tal que hoje mesmo os gaúchos não podem comprar e são obrigados a alugar a terra. A irregularidade dos contratos os leva com muita frequência a morar na cidade. Num primeiro tempo, esta alta acarretou a partida de numerosos pequenos proprietários que, desprovidos de capital, não podiam comprar máquinas nem ampliar sua propriedade. Estes partiram para a compra de uma terra maior no norte do Mato Grosso. Outros, em contrapartida, tiveram sucesso na passagem ao novo sistema de produção, seja com a compra de máquinas, graças a empréstimos bancários (entre eles, muitos se endividaram e tiveram que vender sua terra), seja alugando as máquinas. Os da primeira categoria buscaram rentabilizar ao máximo suas máquinas, arrendando terras pertencentes a outros proprietários e entraram assim em competição com os agricultores do Sul. Os lotes sendo pequenos, a soja substituiu todas as outras culturas no caso daqueles que adotaram o novo sistema de pro-

dução. Por outro lado, alguns agricultores não quiseram endividar-se junto aos bancos e continuam a praticar uma pequena agricultura de subsistência, alugando ao mesmo tempo alguns hectares a produtores de soja para obter rendas monetárias. É notadamente o caso daqueles que se encontram nas partes mais argilosas das terras argilo-arenosas.

A situação é bem diferente a leste de Dourados onde as terras arenosas predominam. Se nas terras roxas os sistemas tradicionais haviam podido manter-se mal ou bem até a chegada da soja, que acarretou o êxodo rural e a concentração fundiária, tal não ocorreu nos solos menos favorecidos. A erosão e o esgotamento dos solos, a ausência de acumulação, o baixo nível técnico e o crescimento da família haviam acarretado a partida de numerosos camponeses desde os anos sessenta. Alguns lotes foram subdivididos por ocasião das heranças ou de necessidades imediatas de liquidez. Outros, em contrapartida, foram reunidos nas mãos de um mesmo proprietário. A concentração fundiária é quase tão grande quanto nas “terras da soja”, aqui porém a causa é a pecuária, principalmente leiteira. Visto que o capital que o camponês pode obter pela realização do valor de sua propriedade é mais baixo do que quando se trata de terras roxas, os que partiram procuraram de preferência os projetos de colonização de Rondônia onde a terra é quase gratuita.

As parcelas que oferecem um acesso à água foram invadidas por pastagens. Nas outras, o sistema tradicional (incluindo algumas plantações remanescentes de café) mantém-se ainda (algodão e feijão nas melhores terras, mamona, milho e alguns pastos nas outras). O arrendamento da terra, pouco rentável, não é freqüente. A mecanização é sobretudo representada pela tração animal. As rendas são baixas, mas em troca a produção é mais diversificada. Se em certas zonas a pecuária substituiu quase totalmente a pequena agricultura (o que se traduz por uma parada do êxodo rural em 1980), em outras zonas, onde a policultura subsiste, existe ainda um potencial de êxodo rural importante que os programas de assistência ao pequeno produtor tentam barrar (luta antierosiva, piscicultura, ervilhas, ovinos e caprinos, etc.). Devido à exigüidade dos lotes, as únicas atividades rentáveis são as que apresentam um alto valor comercial por unidade. Para o desenvolvimento de tais atividades, paradoxalmente, a mão-de-obra pode vir a faltar. O êxodo rural acarretou o fechamento de escolas e a péssima manutenção das estradas. Alguns colonos um pouco afastados têm a impressão de haver voltado à situação do início da colonização.

Os novos projetos do Incra do extremo sul parecem engajar-se pelo mesmo caminho: saídas para o Norte e para a Amazônia, substituição dos colonos e extensão das pastagens.

O exemplo da região de Dourados é interessante por mais de uma razão. Trata-se de um caso de êxodo rural e de transformação/substituição de projetos de colonização, para o qual não se pode incriminar o caráter não integrado da região, a falta de estradas e a multiplicação de intermediários captando uma parte do valor. Ao contrário, a região é bem servida de estradas, a infra-estrutura bancária, escolar e comercial é satisfatória e existe mesmo uma rede de pequenas cooperativas. No entanto o resultado é o mesmo do que nos projetos amazônicos.

O êxodo rural é devido aqui a uma conjunção de vários fatores:

- Uma situação econômica estagnada; fracas possibilidades de acumulação; impossibilidade de assegurar o futuro da família em lotes muito pequenos; a queda dos rendimentos em solos pobres, a estagnação em outros. Estes fatores bastaram para dar início ao êxodo rural.
- A chegada de uma nova cultura, muito vantajosa, mas que reclama um nível técnico ao qual os pequenos camponeses não podem ascender. Isto acarreta a valorização rápida das boas terras e um êxodo acelerado. Sobre as terras menos boas, a pecuária vai desempenhar este papel, num ritmo mais lento.
- Estratégias de reprodução familiar: com efeito, numerosos camponeses dizem que seus filhos os impelem a vender e emigrar para o Norte. Caso contrário, estes últimos seriam obrigados a se tornar trabalhadores temporários ou a se colocarem no mercado urbano de trabalho, em posição pouco vantajosa.

O motor da migração é, pois, em definitivo, a valorização da terra, quando esta representa uma defasagem demasiado grande frente às rendas que a família pode esperar obter da propriedade. Isto é válido em termos relativos, é a diferença que conta, e não o valor real, visto que há ainda terra disponível no Norte a qualquer preço, inclusive gratuita.

Os fatores estruturais agravantes são a impossibilidade de aumentar rápida e significativamente as rendas camponesas, sem modificação da estrutura fundiária, e a pequena oferta de empregos urbanos locais capazes de absorver o crescimento demográfico das famílias camponesas. Mas estes empregos seriam de qualquer modo atraentes o bastante para desviar os emigrantes potenciais de uma estratégia familiar patrimonial baseada em bens fundiários? Pode-se duvidar disto, na medida em que este patrimônio é, cada vez mais, susceptível de adquirir rapidamente um grande valor sem o menor esforço.

3. A EVOLUÇÃO DOS PROJETOS FEDERAIS DE COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA

Rondônia é a região da Amazônia cuja ocupação é ao mesmo tempo mais rápida e mais densa. As áreas atingidas pela imigração passaram em 15 anos de menos de 1 a mais de 10 hab./km². O Inkra pôde realizar aí, mal ou bem, um verdadeiro trabalho de “reforma agrária” pelo meio indireto da colonização. O estatuto de território federal (até 1982) bem como a jurisdição sobre a zona fronteira (150 km) e os 100 km de cada lado da rodovia federal deram ao Inkra o domínio fundiário indispensável para fazer face às pretensões dos antigos proprietários ou detentores de direitos de posse. Por outro lado, é inegável que o Inkra foi constantemente impulsionado pela dinâmica pioneira à qual ele próprio havia contribuído a dar partida.

Ultrapassado constantemente pelo número de imigrantes, o Inkra não consegue implantar as infra-estruturas (notadamente as estradas vicinais) no ritmo necessário, acarretando assim a desaceleração do desenvolvimento econômico dos projetos. Foi obrigado a pôr em prática procedimentos cada vez mais simplificados e com menor assistência para a recepção dos colonos. Ocor-

rem, por conseguinte, em Rondônia, todos os tipos de ocupação do espaço, desde o núcleo original realmente planejado e assistido dos projetos iniciais de colonização até as propriedades fundiárias invadidas por posseiros à espera de solução jurídica, passando pelos diferentes projetos de instalação rápida e áreas de regularização fundiária.

Passado um tempo que varia conforme os projetos, sua data de implantação e o grau de assistência fornecido, pode-se constatar em todos os lugares um fenômeno de substituição dos colonos originais. Esta taxa é de cerca de 30%, segundo os responsáveis, para os projetos mais antigos (ela pode ultrapassar 70% em certas áreas). Alguns lotes foram divididos enquanto outros, ao contrário, foram concentrados nas mãos de um único dono. A utopia igualitária dura pouco e a estrutura fundiária parece adaptar-se progressivamente às dinâmicas sociais reais.

A diferenciação econômica é sensível. Numa amostra de 100 colonos instalados no Projeto Ouro Preto (Lena, 1981) e que, em 1980, tinham em média 5,26 anos de ocupação do lote, 18 tinham desmatado mais de 40 ha, 56 entre 20 e 40 ha e 26 menos de 20 ha. O tempo de ocupação do lote varia em função da data de implantação de cada parte do projeto, mas depende também de uma eventual mudança de proprietário, somente o último ocupante sendo aqui tomado em consideração. Percebe-se que a taxa de aproveitamento não depende unicamente da duração da ocupação. É preciso, por conseguinte, considerar os ritmos anuais de aproveitamento da terra (isto é, superfícies desmatadas ou plantadas anualmente, por medida de simplificação). Nota-se então que, se os lotes que mudaram de proprietário tinham, no momento da transação, pequenas superfícies desmatadas (causa e consequência do fracasso do ocupante anterior), seus ritmos de desmatamento são, agora, bem superiores àqueles dos lotes que conservaram seus colonos originais.

Entre os lotes que têm menos de 20 ha desmatados, os que foram comprados (que perfazem em média 2,18 anos nas mãos do novo proprietário) apresentam um ritmo anual de desmatamento de 3,50 ha contra 2,67 ha para os outros lotes.

Encontramos esta diferença, acentuada, para as outras classes de colonos.

Por outro lado, os que desmataram 40 ha ou mais (sejam colonos originais ou substitutos) apresentam um ritmo de desmatamento de 8,09 ha por ano, cerca de três vezes maior do que o grupo de menos de 20 ha. O fosso se aprofunda.

Estas disparidades a nível dos ritmos de aproveitamento são ligadas a profundas diferenças no uso do solo. Quando as superfícies desmatadas e os ritmos de aproveitamento são importantes, as pastagens constituem a forma dominante de ocupação do espaço. Certos lotes já estão totalmente plantados com pasto, contrariando a legislação do IBDF que autoriza teoricamente apenas 50% de desmatamento do lote. Esta extensão geral das pastagens (precárias e ecologicamente muito pouco satisfatórias) é sem dúvida grave, mas não deve mascarar uma outra realidade: com exceção de um certo número de colonos que se dedicam quase exclusivamente à pecuária (geralmente antigos pecuaristas que compraram um ou vários lotes), a policultura permanece um traço distintivo da colonização em Rondônia. Os 18% de colonos mais importantes da

amostra estudada detinham, com efeito, 37% das superfícies de pastos, mas também 30% do café e 32% do cacau. Por outro lado, 94% dos lotes têm uma pastagem (apesar de apenas 53% terem gado).

Pode-se assim estabelecer uma classificação dos colonos: os mais desfavorecidos são aqueles que têm um ritmo lento de valorização da terra, que têm dificuldades para implantar um sistema de ocupação permanente do espaço após a colheita anual (arroz, mas também feijão, mandioca e milho). Isto se traduz pela existência de grandes capoeiras e pela ausência ou pouca representatividade das culturas permanentes e das pastagens. São estes os colonos mais frágeis, os mais suscetíveis de vender seu lote e prosseguir sua migração. A grande maioria dos casos de fracasso pesquisados pertencem a este grupo. Os mais ricos são naturalmente os pecuaristas e os policultores que possuem superfícies grandes para cada tipo de utilização do solo. Entre estes dois, situam-se vários grupos que apresentam combinações diferentes de culturas, superfícies em produção e ritmos de aproveitamento diferenciados.

Alguns compraram máquinas de descascar arroz, serras elétricas para fabricar tábuas, caminhões, etc... Eles vendem estes serviços aos pequenos colonos, emprestam-lhes dinheiro, vendem-lhes gado e os empregam quando o dinheiro torna-se raro na entressafra. Como se chegou a isto?

No entanto, o Incra parecia ter tomado, desta vez, mais precauções do que nas zonas de colonização mais antigas: os lotes eram suficientemente grandes (100 ha) para que o esgotamento da terra não fosse uma causa imediata de abandono e para que os filhos dos colonos pudessem trabalhar na propriedade; as terras tinham sido escolhidas em função de sua fertilidade, notadamente por sua aptidão à cultura do cacau; a promoção das culturas perenes devia assegurar um nível de vida mais elevado.

Seria preciso naturalmente denunciar uma vez mais a utopia igualitária, a idéia de que se iria criar uma “democracia rural amazônica” pelo simples fato de oferecer condições de instalação consideradas como homogêneas. Trata-se de uma negação da história e das dinâmicas sociais, características das construções utópicas. O mito igualitário é um dos temas míticos indissolúvelmente ligado ao registro imaginário da fronteira ao longo de sua história, mas expresso com mais ou menos força segundo os contextos: desde os escravos fugitivos que formaram os quilombos, passando pelos posseiros que fogem dos fazendeiros e fundam “centros” na floresta, até os modernos projetos de colonização públicos e privados (o tema do “homem novo”, de uma “nova sociedade” é às vezes explicitamente utilizado nas propagandas). Como se o espaço “virgem” bastasse para engendrar relações sociais libertas do peso do passado e dos atuais determinismos sociais e econômicos. No caso da Amazônia, há uma fusão entre estas representações e todo o registro imaginário ambivalente ligado ao imenso espaço florestal (fascinação/repulsa, eldorado/“inferno verde”, esperança/perigo, etc...). Os projetos de colonização representam, de maneira geral (isto é, não somente no Brasil mas no mundo inteiro), a realização, pelos poderes públicos ou sociedades privadas, de uma construção utópica com todas suas características (obsessão pela ordem, pela organização, pelo geométrico) que acaba em última análise na elaboração de uma estrutura vazia de sentido, na qual foram negligenciados os mecanismos reguladores, que pode-

riam eventualmente possibilitar a correção das tendências evolutivas decorrentes das dinâmicas sociais reais. Assim, todos os projetos de colonização conhecidos derivam ou se ajustam a estas dinâmicas, num tempo variável, mas em geral curto.

Toda tentativa simples (isto é, apoiada num só fator ou grupo de fatores) para explicar o processo de diferenciação social e econômica no interior dos projetos está condenada ao malogro. Trata-se de um processo extremamente complexo, do qual não se pode captar todas as variáveis e todas as combinações. Por outro lado, os caminhos da diferenciação são diferentes de um país para outro, de uma região e mesmo de um projeto para outro (para além, é claro, de um certo número de traços comuns). Não se pode senão buscar identificar tendências e dinâmicas, que são resultados de processos, de sinergias, extremamente variados. Procurar, a partir de tais análises, construir um ideal seria sucumbir à cilada utópica já denunciada. É preciso reconhecer claramente a impossibilidade de evitar um processo de diferenciação. Poder-se-ia, entretanto, evitar a concentração fundiária, diminuir o número de fracassos e favorecer a promoção social de um número maior de colonos, graças a políticas adequadas. Um certo número de erros poderiam ser evitados desde o início, integrando de saída a dimensão histórica e social (isto é, prevendo os desvios e instalando mecanismos reguladores), mas sobretudo respondendo à evolução da demanda durante a história dos projetos, concebidos de maneira dinâmica. Para isto é indispensável favorecer a organização e a conscientização dos colonos a fim de que a demanda possa ser formalizada e identificada e que os poderes públicos possam tratar com sujeitos coletivos representativos de interesses definidos. Paradoxalmente, é provavelmente ao reconhecer seu fracasso social e ao integrar suas lutas internas que um projeto pode avançar e garantir uma verdadeira promoção social para a maioria de seus participantes.

Atualmente certas organizações se esforçam para catalisar estas dinâmicas, com êxito variável. Trata-se das comunidades de base católicas, comunidades protestantes de diferentes credos, sindicatos e comunidades criadas pelos poderes públicos. Deve-se, de passagem, saudar sua ação, pois elas oferecem uma via de socialização, de conscientização e de ação que vem preencher muito a propósito o vazio da estrutura proposta aos colonos. Quase todos seus responsáveis queixam-se, todavia, dos numerosos fracassos que acompanham toda tentativa de ação coletiva bem como da rotatividade acentuada dos participantes.

Boa parte dos casos de fracasso parece decorrer da perpetuação do mito igualitário e da não-consideração do caráter individualista das estratégias de promoção social. Os colonos entram num grupo quando julgarem que este pode lhes trazer alguma coisa num dado momento, e saem dele quando seu interesse individual não coincide mais com o interesse coletivo. Este fenômeno é ainda aumentado pelas lutas políticas locais e pelo clientelismo. A socialização com base ideológica mantém-se melhor no caso das seitas mais fanatizadas, sem no entanto impedir a diferenciação econômica. Esta pode mesmo ser integrada às representações do grupo e valorizada, o que não é o caso das comunidades católicas em geral.

Os sindicatos representam uma tentativa de lutar com base nos interesses

concretos dos participantes e de formular as reivindicações a partir de um discurso político; mas as lutas internas pelo poder, o fracionamento político (que nem sempre corresponde a situações concretas reais mas antes a conflitos entre pessoas ou a “sensibilidades” diferentes) entravam sua ação. O processo político sofre dos mesmos males que a fronteira em geral, falta-lhe ainda maturidade. Por isso os colonos costumam às vezes a se identificar com os agrupamentos que lhes são propostos e permanecem desconfiados.

Examinemos, rapidamente os fatores de diferenciação social mais aparentes nos projetos públicos de colonização de Rondônia.

3.1. Fatores gerais

1. O capital inicial. Este é naturalmente um fator muito importante que permite a certos colonos alcançarem a primeira colheita sem trabalhar para outros, plantarem culturas perenes sem se endividar (e sem passar pelos numerosos procedimentos administrativos que representam uma perda de tempo considerável) e até mesmo empregarem mão-de-obra. O processo de acumulação pode ser iniciado imediatamente com menores riscos. Trata-se, entretanto, de uma explicação necessária, porém insuficiente. Para dar-nos conta disto, basta comparar colonos com o mesmo capital inicial.

2. A experiência anterior. Moran (1978) mostrou, com o estudo de uma agrovila da Transamazônica, o quanto os colonos se diferenciam no que diz respeito a sua experiência agrícola anterior. Alguns sempre foram dependentes, sejam assalariados sejam meeiros, outros, ao contrário, foram pequenos produtores autônomos, já contraíram empréstimos, encarregaram-se da comercialização de seus produtos e tentaram adaptar-se ao mercado urbano produzindo em função da demanda. Alguns colonos têm mesmo uma verdadeira experiência urbana. Estas diferenças são perceptíveis a nível das práticas, das atitudes, dos projetos de vida e do grau de integração ao modelo econômico dominante. Elas induzem diferentes capacidades de iniciativa e de adaptação. É fácil porém encontrar antigos meeiros, sem capital inicial, que “venceram” e outros que estagnaram ou mesmo fracassaram. Além dos fatores específicos que serão mencionados adiante, dois outros fatores gerais exercem sua influência nestes casos.

3. A estrutura da família. A fase da evolução demográfica familiar, na qual a relação entre o número de bocas a alimentar e o número de pessoas ativas é mais favorável, constitui um fator importante não somente, como mostrou Chayanov, no que diz respeito à disponibilidade em trabalho, mas também do ponto de vista da dinamização da unidade de produção (inovação, pressão dos jovens, etc. ...). Trata-se de um multiplicador de outros fatores.

4. Os fatores sócio-culturais. É relativamente fácil isolar colonos para os quais os três fatores acima são equivalentes e que apresentam todavia uma diferenciação acentuada depois de alguns anos. Eder (1982) dedicou-se a buscar as causas deste fenômeno numa situação de fronteira nas Filipinas. Estes fatores são freqüentemente eludidos nas pesquisas por duas razões: de um lado, parecem estar próximos de explicações de caráter psicológico, e até mesmo genético; de outro lado, estes fatores se integram mal nos modelos racionais

de interpretação e nas estratégias de ação. Eles representam, todavia, um núcleo irreductível que interfere constantemente com os outros fatores. Próximos das categorias descritas por Moran, estes fatores, entretanto, não se confundem com elas. Consideramos, com Eder (*op. cit.*), que eles são o resultado, hoje perceptível a nível das atitudes e comportamentos, de “experiências de vida” passadas cujas circunstâncias concretas podem ser objetivamente descritas e compreendidas sem por isso enveredar pelo caminho de um determinismo ingênuo. Haverá sempre uma parte de imponderável e seríamos tentados a dizer “felizmente”. O essencial não está aí mas nos eventuais mecanismos que permitiriam limitar as tendências à desigualdade e sobretudo romper os mecanismos de reprodução da desigualdade, sem com isso amarrar os colonos ao pelourinho e retirar-lhes toda iniciativa.

Estes quatro fatores gerais apresentam entre si múltiplas combinações, que se vêm acrescentar aos fatores específicos, entre os quais citaremos apenas os principais:

— A situação do lote. O traçado geométrico do lote praticamente não leva em consideração a qualidade dos solos e os acidentes topográficos. As estradas cortam numerosos *talwegs* e as construções necessárias para as vias de acesso são freqüentemente destruídas na estação de chuvas. Numerosas estradas vicinais são transitáveis apenas dois ou três meses por ano, isolando os colonos e tornando quase impossível a comercialização da colheita. Certas parcelas não têm acesso à água, outras são parcialmente inundadas durante vários meses ou apresentam uma topografia muito acidentada. As boas terras são repartidas de maneira muito desigual, favorecendo a diferenciação dos modos de utilização do solo e a renda diferencial. O afastamento com relação aos centros urbanos e à estrada principal repercute sobre: o grau de valorização da terra; a qualidade da assistência técnica, médica e escolar; o grau de integração aos procedimentos administrativos e bancários, assim como os preços ao produtor praticados pelos intermediários. O acesso ao crédito é assim ligado a um modelo espacial.

— A doença, principalmente a malária, que é responsável pela perda de um grande número de dias de trabalho e de um enfraquecimento dos colonos atingidos.

— O atraso na execução das obras de infra-estrutura. Alguns colonos esperam dois anos pela abertura de uma estrada vicinal dando acesso a seu lote, comercializando alguns sacos de arroz transportados nas costas, a pé, através de alguns quilômetros.

— A ausência de conhecimento do meio; os métodos empíricos de seleção dos solos, notadamente para as culturas perenes, acarretaram custosos malogros.

Se é fácil compreender que, neste jogo, aqueles que têm o hábito de gestão de um negócio e possuem um pequeno capital inicial têm mais chances que os outros, é particularmente interessante saber como alguns, dentre os mais desfavorecidos, conseguem manter-se e acumular.

O acesso às culturas perenes e a presença de agregados no lote são os dois pontos fundamentais. O esquema clássico é o seguinte:

— Uma estrutura favorável da mão-de-obra familiar possibilita produzir um excedente, comprar sementes de café e cacau (ou plantar as

sementes de café trazidas por eles) e fornecer alimentos a uma ou duas famílias de agregados, esperando que estes obtenham sua própria colheita. Estas condições favoráveis de produção puderam ser substituídas pelo crédito na época em que a inflação e os juros não eram muito altos (5). Era necessário além disto estar próximo da estrada e ter boas terras.

- Quando a plantação começa a produzir, os agregados participam da manutenção e da colheita em troca de uma parte do produto. É pois uma mão-de-obra que não custa nada, pelo menos diretamente, e permite também tornar mais firme a base alimentar da propriedade (especialmente em casos de doença ou de azares climáticos ou ecológicos). Constata-se, com efeito, que os lotes que possuem agregados sofrem muito menos fracassos.
- Para valorizar o lote e o trabalho de desbravamento, o colono planta freqüentemente uma pastagem sobre a parcela onde ele colheu o arroz e o milho. O dinheiro ganho com a plantação é poupado sob a forma de gado. Este último é um capital que não se desvaloriza e não está submetido às flutuações dos preços dos produtos alimentares. O camponês vende conforme suas necessidades.

Utilizando este triplo sistema — agregados, culturas perenes, poupança sob a forma de gado — antigos meeiros, totalmente desprovidos de recursos iniciais, tornaram-se hoje proprietários de um caminhão e comercializam sua própria colheita.

Perto das cidades, alguns apostam no leite, nos ovos, galinhas e porcos. Outros, em condições pedológicas difíceis, tentam os ovinos e caprinos. Colonos recém-chegados (Rio Grande do Sul) alugam ou compram tratores e apostam na cultura mecanizada do arroz, do milho e do feijão. É ainda cedo para avaliar as conseqüências desta última prática a nível da erosão e do empobrecimento dos solos; o exemplo de outras “fronteiras” todavia não é nada encorajador.

Nota-se uma tendência generalizada a fazer experiências, a diversificar as fontes de renda, notadamente no que se refere às culturas perenes: guaraná, seringueira, castanheira-anã, mamona, etc. ... Quando a localização e as condições de comercialização permitem, numerosos colonos tentam melhor repartir suas rendas ao longo do ano, obtendo assim um certo grau de segurança.

É certo que são sobretudo os novos colonos, aqueles que compraram um lote, os “administradores”, os responsáveis por estas dinâmicas, mas os antigos colonos, que até o momento estagnavam, são arrastados por esta eferescência (6).

A aceleração do processo de fronteira em Rondônia, a relativa densidade

(5) De fato o crédito agrícola sempre foi subsidiado, mas as altas taxas de inflação, a fixação dos preços de compra muito meses antes da colheita e o jogo dos intermediários tornavam muito difícil uma saudável gestão dos empréstimos.

(6) As mudanças nos sistemas de produção e a diversificação das culturas acarretam uma forte demanda de mão-de-obra. Constatamos que a fixação à terra dos proprietários de lote passa pela utilização de mão-de-obra externa. Mas, no caso estudado, não se trata de relação salarial.

das infra-estruturas, as culturas perenes, o crescimento do fenômeno urbano, o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho levaram a uma valorização rápida da terra segundo um esquema espacialmente diferenciado que acarretou numerosas vendas de lotes. Assim, um pequeno produtor de cacau à beira da estrada vendeu recentemente sua plantação por 700.000 cruzados para comprar um comércio na cidade. Certos colonos afastados aceitam 7.000 cruzados por seu lote e tentam recomeçar em outro lugar, mais longe, desta vez com um pequeno capital. O verdadeiro fracasso é a venda do lote para pagar uma dívida, o que infelizmente ocorre com frequência.

De um lado a renda diferencial (devida, seja à localização, seja à qualidade da terra) seleciona duramente os colonos, de outro assiste-se à multiplicação das estratégias de resistência. Se o otimismo ingênuo está excluído pelos fatos, parece que não se deve também entregar-se ao pessimismo sistemático: alguma coisa está acontecendo em Rondônia, dinâmicas positivas aparecem pouco a pouco na luta e na experiência cotidiana.

O papel dos poderes públicos deveria ser o de ajudá-las a se implantarem.

4. A COLONIZAÇÃO PRIVADA NO MATO GROSSO

As empresas de colonização são empresas que diversificam seus investimentos (Andrade Gutierrez, por exemplo) ou cooperativas agrícolas do Sul, ou então empresas de colonização que já têm uma experiência no Paraná ou no Estado de São Paulo. O preço a pagar pela terra seleciona uma categoria de camponeses relativamente abastados. Não se encontra entre seus aderentes camponeses sem experiência, como é o caso dos projetos públicos, cuja função social era primordial, ao menos até 1974.

Frente aos custos da colonização pública, a seu papel negligenciável para o abastecimento do mercado interno e às dificuldades crescentes encontradas pelo pequeno campesinato do sul para se reproduzir localmente, o Estado encorajou fortemente a colonização pelo setor privado.

A seleção dos colonos sendo realizada no ponto de partida e não no lugar de chegada (como é o caso da colonização pública), estes projetos não sofrem a pressão demográfica que obriga a precipitar a execução das obras de infra-estrutura. Cada gleba do projeto vai sendo aberta segundo o ritmo da demanda e da valorização do solo.

A maioria das colonizadoras privadas adotaram um esquema “em espinha de peixe” a fim de construir as estradas sobre os divisores de água, evitando assim numerosas e precárias obras. Cada lote tem em princípio acesso a um curso d’água e a uma estrada transitável durante a maior parte do ano. O Incra, aliás, adotou este modelo para seus últimos projetos em Rondônia.

É importante notar que é o Estado (federal ou local) que permite a valorização da terra (e, por conseguinte, assegura os lucros da empresa), através da abertura e manutenção das estradas, da concessão dos títulos definitivos de propriedade, da implantação de agências do Banco do Brasil, do sistema federal de créditos, etc. ...

Tratar-se-ia, enfim, do modelo ideal de colonização? A resposta só pode ser negativa e sobretudo muito nuançada. Constatemos antes de tudo que ape-

sar de algumas características comuns, enumeradas acima, os projetos privados diferem fortemente entre si. Alguns sofreram fracassos notórios, como o da Coopercana (Dos Santos, 1985), no qual ocorreu até mesmo o retorno ao local de origem de 50% dos colonos; ou ainda o da Colider onde o Incri teve que substituir em parte a empresa a partir de 1982, para evitar uma degradação ainda mais grave da situação dos colonos. Outros, ao contrário, parecem bem administrados (Alta Floresta, Sinop, ...), mas ainda assim enfrentam numerosos problemas. A má gestão de uma sociedade privada de colonização coloca os colonos numa situação semelhante àquela dos colonos “espontâneos”, em curso de regularização, da periferia dos projetos públicos: sem acesso à estrada; impossibilidade de comercializar a produção, de obter crédito sem título definitivo; problemas de saúde e de escolarização para os filhos; etc.... Os participantes dos projetos privados são por outro lado mais exigentes do que os dos projetos públicos. Eles pagaram. Habituaados a comercializar sua produção e a ter acesso a serviços escolares e sanitários de qualidade média, eles exigem condições decentes e a possibilidade de operacionalizar rapidamente um sistema lucrativo de produção.

O projeto Sinop parece ser um modelo deste tipo. Bem concebido e bem administrado, está integrado a uma fábrica de produção de álcool de mandioca. Os administradores confessam 10 a 15% de desistências, em geral durante o primeiro ano, o que é inferior aos projetos públicos.

Contudo, se a cidade parece muito ativa, a zona rural parece viver em ritmo desacelerado. A produção é fraca, e o fato que o município de Sinop seja o 4.º do Estado, em termos de recolhimento de impostos sobre as mercadorias que saem de seu território, não deve iludir: é a madeira, subproduto dos desmatamentos, que o explica. Isto ocorrerá apenas durante um tempo; em seguida será necessário achar novos recursos.

A maioria dos colonos vêm do Paraná e são antigos pequenos proprietários. A origem social é, pois, mais homogênea do que nos projetos públicos. Ocorrem, no entanto, diferenças importantes: como em todos os projetos privados, encontra-se colonos que esgotaram totalmente seu capital (produto da venda do minifúndio no lugar de origem) na compra da terra e se acham em condições muito semelhantes àquelas dos colonos do Incri. Estes pequenos colonos em geral não utilizavam máquinas, cultivavam o café e as culturas alimentares de base. No projeto Sinop, eles logo descobriram que as terras eram de má qualidade e que o café suporta mal a estação seca (maio a outubro); enfraquecido, o café é atacado pelos parasitas. Além disto, o IBC não atua na região. O café, sem classificação, é vendido ao mais baixo preço.

Um outro problema se coloca para os colonos que querem dedicar-se a culturas grandes consumidoras de trabalho: a escassez de mão-de-obra. A compra da terra e a seleção dos colonos no lugar de origem apresentam talvez a vantagem de evitar a anarquia das migrações espontâneas, mas, em contrapartida, desencorajam os camponeses sem terra a tentarem sua sorte e a esperarem uma eventual seleção (ou a possibilidade de efetuar uma posse), trabalhando para outros. Os imigrantes não param no projeto Sinop, eles continuam em direção ao norte (Colider, Guarantã, ...), onde o Incri desenvolve suas atividades.

Os colonos sem capital devem, pois, recorrer a outras estratégias: criação

de porcos e galinhas, pequena criação leiteira. O essencial é repartir as rendas ao longo do ano. Alguns fazem um contrato com a fábrica de álcool e plantam mandioca. Mas, apesar do preço ser indexado ao custo da gasolina, trata-se de uma atividade pouco rentável: os rendimentos são 50% inferiores aos que se pode obter no projeto Colider. Cultivada em parcelas não-destocadas, a mandioca necessita de muita mão-de-obra na ocasião da colheita; por outro lado, o baixo custo da unidade de volume torna proibitivo o transporte em longas distâncias.

Os colonos mais capitalizados se dividem em dois grupos:

- Os que tentam a mecanização e efetuam a destoca (em geral depois de alguns anos de cultura manual, a fim de que as raízes comecem a apodrecer). Estes recorrem ao crédito bancário e à assistência técnica da Emater. Eles plantam arroz, milho, e feijão; alguns fizeram também um contrato de venda de mandioca com a fábrica (as culturas alimentares podem, aliás, ser feitas entre as linhas de mandioca). Estão à procura das estratégias mais rentáveis e por isto tentam um pouco de tudo: seringueira, guaraná, urucum, mamona, criação de porcos e frangos, criação de pomares. Muitos parecem ter esperança na soja.
- Os que esperam que as condições de produção se modifiquem e que a terra seja valorizada. Se 80% dos lotes demarcados foram vendidos, em compensação somente 30% foram aproveitados. As terras parecem estar “em reserva”, à espera da difusão de uma atividade rentável. Os proprietários ainda habitam sua propriedade no Paraná ou então vivem na cidade. De qualquer forma eles não necessitam destas terras para assegurar sua sobrevivência. A soja, cujos primeiros campos já se podem observar, teria podido sem dúvida desempenhar um papel dinamizador sem a queda relativa de seu preço de compra. O movimento está atualmente desacelerado; até quando?

Apesar do baixo preço da terra e da insuficiência relativa dos investimentos, podemos perguntar-nos se a região tem interesse em fazer concorrência com o Sul em produtos como o arroz, o milho e o feijão. Somente a soja, graças aos subsídios e à organização do mercado, poderia ser rentável em agricultura mecanizada.

Melhor seria explorar uma vantagem natural (“renda de situação”) graças às culturas perenes tropicais. Seria necessário, contudo, realizar estudos agronômicos e de mercado. A seringueira parece adaptar-se à região, mas exige a abertura de linhas especiais de crédito, atualmente inexistentes no local.

De maneira geral, não se assiste à implantação de um sistema de produção estável, produtivo, mas muito antes a uma série de tentativas. Mais ao norte, onde as terras são melhores, as culturas perenes são muito mais importantes, chocando-se, porém, com os eternos problemas de mão-de-obra, de crédito e de comercialização.

No projeto Sinop, o apoio ao surgimento de um pequeno campesinato capitalizado e produzindo para o mercado, através de projetos privados de colonização, não parece estar em melhor caminho do que nos projetos públicos. Num caso há substituição dos colonos, no outro, desaceleração das atividades, mas o resultado é pouco diferente do ponto de vista do mercado.

A propriedade privada da terra pode ser uma condição necessária mas não suficiente. Os pequenos posseiros sabem disto.

Uma dúvida paira igualmente sobre a estrutura fundiária destes projetos. Não é certo que eles possam manter indefinidamente o módulo de propriedade rural estabelecido por eles (cerca de 80 a 200 ha).

Em Alta Floresta, já se nota uma concentração e um desmembramento dos lotes. Além disto, a valorização da terra elimina pouco a pouco a clientela de pequenos camponeses. Estes não podem mais comprar. Para conservar um número suficiente de compradores potenciais (os mais capitalizados não compram nos projetos e exigem boas terras) algumas companhias colocam à venda lotes de menores dimensões. Assim o Incra autorizou, em 1984, a venda de lotes de 30 ha. Os projetos privados correm o risco de assemelhar-se cada vez mais aos projetos públicos. Tanto mais que os pequenos proprietários preferem obter um lote quase gratuito do Incra e assegurar um bom começo do que esgotar seu capital na compra da terra. Estes são cada vez mais numerosos a procurar os projetos do Incra.

Enfim, se os projetos privados puderam parecer, durante certo tempo, ao abrigo das dinâmicas sociais da fronteira, já não é mais assim hoje em dia. As invasões, seja das reservas florestais dos projetos, seja dos próprios projetos (como é o caso do projeto da Andrade Gutierrez no Pará), são susceptíveis de comprometer a rentabilidade de tais operações.

5. A MIGRAÇÃO NÃO-CONTROLADA: LUTA PELA TERRA NO NORTE DE GOIÁS

Região de florestas, de pastagens naturais e de babaçuais (*Orbignya martiana*), o norte do espigão entre o Araguaia e o Tocantins é, desde há muito tempo, conhecido por suas terras devolutas que acolheram, há mais de um século, migrantes vindos do Maranhão e do Nordeste. A região de Tocantinópolis foi a primeira a ter um estabelecimento permanente (1818). Todo o espigão era então povoado pelos índios Apinagés, contatados pela primeira vez em 1774, e cuja população era estimada em 4.200 hab., divididos em 4 aldeias. As primeiras cabeças de gado aparecem por volta de 1860 e ocupam as pastagens naturais. Os pequenos posseiros se instalam ao longo dos cursos d'água nas galerias florestais, cultivam arroz, mandioca, feijão e exploram o babaçu por seu óleo, mas também por uma série de subprodutos. A procura do ouro, de peles e de madeira de lei atrai cada vez mais pessoas entre as quais alguns acabam por se fixar. Todavia é apenas pelo fim do século que a imigração se torna realmente importante. O rebanho bovino cresce sensivelmente e Tocantinópolis torna-se um pequeno centro regional. O interior do espigão, em particular o extremo norte onde as florestas são mais densas, permanece não ocupado.

Esta imigração será, como em todos os outros lugares, fatal para os índios: em 1859 a varíola reduziu-os a 1.800 ou 2.000. Em 1897, eles não são mais do que 400, em 1928, 150. Somente após a Segunda Guerra Mundial eles vão apresentar um início de recuperação, para atingir atualmente o número de 483

habitantes (Unkel, 1956). Eles não puderam, pois, opor nenhuma resistência à ocupação de seu território.

Uma nova onda de pecuaristas chegou nos anos 1945-50, sem provocar conflitos com os pequenos posseiros, já que eles não exploravam o mesmo meio ecológico. A partir de 1950, os pequenos posseiros, fugindo da seca e da concentração fundiária do Nordeste, não param de chegar à região. Eles se instalam lá onde existem terras devolutas, isto é, no meio do espigão e no extremo norte, perto da confluência. Às vezes, o primeiro a chegar dá seu nome ao povoado. Estes são com freqüência chamados de “centros”, refletindo a velha oposição centro/beira; o centro é um espaço interior, selvagem; a beira é a margem do rio ou da estrada, o lugar de passagem, a civilização, em suma. Isto mostra que os primeiros ocupantes se embrenharam na floresta, longe de todo lugar habitado, para criar sua posse, sua roça. Os mais antigos povoados do extremo norte datam do início dos anos cinquenta: Sítio Novo, 1950; Axixá, 1956; São Miguel, 1954; São Sebastião e Buriti, 1961; Augustinópolis, 1962; Sampaio, 1967; Centro dos Mulatos, 1968; etc. ...

Assim, em 1960 a região de Tocantinópolis (7) já apresenta uma densidade demográfica de 4 hab./km², superior à média de Goiás (2,98 hab./km²) e sobretudo bem superior à região de Araguaína, imediatamente ao sul e a sudeste onde a densidade não passa de 0,77 hab./km².

De 1960 a 1970, a região de Tocantinópolis vai registrar um crescimento próximo da taxa de crescimento natural de sua população (35%). Deve-se, no entanto, distinguir o sul da zona, onde a ocupação é antiga (século XIX) e onde ocorre uma perda relativa de população, e o norte, ocupado recentemente por pequenos posseiros, que vê sua população aumentar de 47,5%, e mais ainda nos municípios do extremo norte. Mas é a região de Araguaína que apresenta a mais alta taxa de crescimento (355%). Esta é uma consequência da abertura da rodovia Belém-Brasília. O fluxo leste-oeste dos migrantes nordestinos vem encontrar aqui o fluxo sul-norte dos pecuaristas e especuladores.

De 1970 a 1980, o Estado de Goiás não aparece mais como uma “fronteira” do ponto de vista demográfico, seu crescimento é próximo da taxa natural; em compensação, ele perde 14,3% de sua população rural.

Esta é, ao sul e no centro, a época da expansão da soja, da pecuária e da expulsão dos pequenos posseiros. O norte é afetado à sua maneira por esta dinâmica: se a região de Araguaína apresenta um crescimento significativo, ele se deve a suas cidades, pois sua população rural cresce a um ritmo inferior à taxa natural (23%); quanto à região de Tocantinópolis, ela registra uma ligeira perda relativa de população, mais forte na zona rural. Somente os dois municí-

(7) Administrativamente, o norte de Goiás está dividido em duas regiões, cada uma abrangendo vários municípios: região de Tocantinópolis (17.495 km²) e região de Araguaína (19.757 km²). Com o sul do Pará e o oeste do Maranhão, elas constituem a zona de jurisdição do Getat, órgão federal criado em 1980 e diretamente ligado ao Conselho de Segurança Nacional. Sua missão oficial era de “pôr ordem” na anarquia da ocupação fundiária (fonte de violentos conflitos) e fixar a propriedade da terra a fim de tornar possível a gestão do imenso pólo mineiro, agrícola e industrial de Carajás, onde os capitais nacionais e estrangeiros deviam poder investir com toda a segurança.

pios do extremo norte, São Sebastião e Augustinópolis, apresentam um crescimento absoluto de sua população rural (58,4%), bem inferior contudo ao crescimento urbano (377%). Em todos os outros lugares, ocorre êxodo rural, relativo ou absoluto. Ele é absoluto (— 20%) nos dois municípios mais densamente povoados: Axixá (63,56 hab./km²) e Sítio Novo (22,86 hab./km²). Ao sul da região de Tocantinópolis, onde existe desde o século passado uma população de fazendeiros tradicionais e de pequenos posseiros vivendo em relativa harmonia, a imigração é fraca e os conflitos mais raros.

É nas zonas pouco ocupadas do Norte que vão explodir os conflitos mais violentos. Os pecuaristas e especuladores do Sul são atraídos pela abertura da Transamazônica (1970) e pelo asfaltamento da Belém-Brasília (1974) que prometem uma valorização rápida da terra. Situado praticamente no cruzamento destes dois eixos, o norte de Goiás vai sofrer fortes pressões. Por outro lado, os fazendeiros buscam agora a floresta e não mais somente as pastagens naturais. Os pastos cultivados permitem uma melhor capacidade de suporte, e a exploração da madeira rentabiliza os investimentos. A região vai então conhecer uma onda de grilagem; notários e advogados inescrupulosos falsificam títulos de propriedade ou os fabricam totalmente. Eles se apóiam em títulos muito antigos cuja evolução ninguém é capaz de reconstituir, ou então fabricam atos de venda provando que uma terra mudou várias vezes de proprietário. Assim a propriedade adquire um valor jurídico pela multiplicação das transações. Em todo caso, a menos que ocorra uma vigorosa ação jurídica da qual os posseiros, analfabetos em sua maioria, são incapazes, estes documentos são aceitos pelas autoridades locais, que oferecem até mesmo o apoio da polícia e do exército para expulsar os posseiros. Com frequência, sobretudo quando temem uma ação jurídica, os fazendeiros recorrem à intimidação e à violência. O caso mais famoso de intimidação e de conluio entre os poderes públicos e os fazendeiros é, sem dúvida, o “bombardeio” de Sampaio em 23 de julho de 1979 (8). Numerosos posseiros foram assassinados por pistoleiros; o que é novo em contrapartida é a réplica dos camponeses: desde há alguns anos pistoleiros e fazendeiros também perderam a vida nos conflitos.

Os conflitos são diretamente ligados à chegada da “gente do Sul”. Em Araguatins, grilagem e expulsões violentas ocorrem entre 1970 e 1973; em Itaguatins a partir de 1972, com recrudescência de 1975 a 1980; em Axixá os problemas começam em 1974; no Centro dos Mulatos se seguem à chegada de três fazendeiros em 1974 e 1975, com uma confrontação violenta em 1979; em Sampaio tudo começa em 1975, etc. ... Embora a imigração dos pequenos posseiros tenha sido contínua, os povoados citados já eram importantes na época dos conflitos (Sampaio tinha 300 casas em 1975), não sendo, pois, como dizem os fazendeiros, a chegada dos posseiros que veio desestabilizar uma situação outrora equilibrada. O que ocorre é exatamente o inverso.

Desde há alguns anos os posseiros, apoiados por religiosos pertencentes à Comissão Pastoral da Terra — CPT, vêm se organizando, resistindo e tentando

(8) Cinco bombas foram jogadas de um helicóptero na periferia do povoado. Os ocupantes desceram em seguida e ameaçaram os habitantes caso estes continuassem a invadir as propriedades alheias.

fazer valer seus direitos. Em quase todas as vilas, uma seção local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi criada com ajuda do Partido dos Trabalhadores (PT). Advogados ligados ao sindicato ou à CPT oferecem seus serviços. Pequenas cooperativas dão seus primeiros passos à sombra destes organismos.

O movimento já pode contabilizar um certo número de vitórias: posseiros permaneceram na terra apesar dos esforços do fazendeiro; certas fazendas foram desmembradas e divididas em lotes distribuídos aos posseiros. É todavia bem pouco em comparação com a amplitude do problema.

Recentemente, as reivindicações dos posseiros tomaram uma forma mais política: a luta por uma verdadeira reforma agrária e a aplicação, no norte de Goiás, do módulo amazônico de 100 ha por família.

Desde 1980, o volume global da imigração tende a aumentar, de um lado em razão dos dois anos de forte seca que afetam o Nordeste, mas também sob o efeito da evolução da estrutura fundiária no Maranhão (concentração, extensão das superfícies dedicadas à cana-de-açúcar, substituição dos agregados de fazenda por uma mão-de-obra assalariada). O norte de Goiás goza ainda de sua reputação de terra devoluta, sendo de outro lado a porta da Amazônia e a proximidade dos garimpos (especialmente Serra Pelada).

Atualmente, porém, os imigrantes têm mais dificuldades de efetuar uma posse; daí sua concentração nas cidades onde encontram pequenos empregos urbanos, em geral complementados por um trabalho de diarista agrícola. Alguns alugam terras, seja de fazendeiros, seja de posseiros mais antigos.

Isto é uma consequência direta das imobilizações fundiárias realizadas pelos fazendeiros. A estrutura fundiária aparece efetivamente muito desequilibrada; em Araguatins, onde o processo de expulsão foi levado a seu ponto mais extremo, 15,5% dos proprietários possuem 85,5% das terras enquanto que 46% partilham 3,1% do solo.

Lá onde os posseiros são em maior número e mais organizados, o processo pôde ser desacelerado, ou mesmo interrompido. Entretanto, um outro fenômeno vem aumentar a demanda potencial da terra: os fazendeiros deixam de empregar em suas terras famílias de pequenos camponeses (como era o caso anteriormente) com medo de que estes não queiram mais sair. Por outro lado, a situação de bloqueio fundiário devido à presença dos fazendeiros desorganiza a economia tradicional regional na medida em que os proprietários não deixam mais os camponeses entrar em suas terras para colher o babaçu, cujas rendas, melhor distribuídas ao longo do ano, são indispensáveis à economia camponesa.

Num certo número de municípios, a reforma agrária radical, na base de 100 ha por família, já era impossível em 1980. Sem contar os empregados agrícolas residentes nas cidades, e supondo a exclusão de todos os fazendeiros (isto é, redistribuindo a totalidade do espaço entre as famílias rurais), ter-se-ia obtido, naquela data, 72 ha por família em São Sebastião e Augustinópolis, 40 ha em Sítio Novo e 18 ha em Axixá. Hoje os números seriam ainda menores. Sérias adaptações dos sistemas de produção e das práticas camponesas serão portanto necessárias em todos os casos.

Em caso de conflito ou de fragmentação demasiado grande da propriedade, a política do Getat é oferecer terras no sul do Pará. Alguns aceitaram, mas

muitos dentre eles voltaram. O isolamento e a precariedade das infra-estruturas são as causas. Trata-se, com efeito, de camponeses habituados a viver em povoados; ora, nos projetos de colonização, a manutenção da solidariedade é extremamente difícil.

Os pequenos camponeses vieram atraídos pelas terras devolutas do Estado de Goiás e se apropriam delas segundo o sistema da posse, origem de numerosas ambigüidades, tanto do ponto de vista jurídico como das práticas sociais. Se não há título de propriedade no sentido jurídico moderno do termo, existe contudo apropriação individual na medida em que os camponeses sabem que tal capoeira pertence a tal agricultor e a respeitam. Esta capoeira não retorna, pois, a um fundo comunitário após a cultura e pode mesmo ser vendida. Não observamos sistemas de “comunais” como esperávamos encontrar após a leitura de certos trabalhos. Além disto, a posse não se refere apenas ao trabalho passado (capoeira), ela antecipa igualmente as necessidades futuras: às vezes o lote é demarcado (fenômeno recente); com maior freqüência trata-se de direções de desbravamento, limitadas pelos acidentes naturais e pelas frentes de desbravamento dos vizinhos. Em caso de venda, esta parte ainda intacta é igualmente incluída na transação.

Isto quer dizer que não existe diferença alguma entre este sistema e a lógica da apropriação jurídica em que se apóiam os fazendeiros e os órgãos estatais? É preciso antes de tudo ressaltar que os camponeses falam de uma verdadeira ruptura. Eles têm efetivamente a impressão de que o estabelecimento da propriedade jurídica da terra acarreta uma modificação importante do sistema deles, no sentido de um fechamento, de um bloqueio, tanto do ponto de vista do acesso à terra quanto das relações sociais no interior da comunidade. Mas estas transformações são provavelmente menos a consequência da propriedade privada (jurídica) da terra em si do que da reunião de uma série de fatores que ela vem de algum modo amplificar e cristalizar. Entre outros: a saturação fundiária (provocada pela extensão das fazendas e acentuada pelo aumento dos fluxos migratórios) e a valorização da terra. Existe assim o desaparecimento das terras devolutas, acessíveis sem nenhum capital e sem conflito. Os novos migrantes e os filhos dos antigos vêem, pois, suas esperanças frustradas por aquilo que eles consideram ser a intervenção de fatores externos. Por outro lado, a valorização do solo leva cada vez mais camponeses a venderem suas terras; alguns (pouco numerosos contudo) buscam obter terra para revendê-la, outros reivindicam superfícies superiores a suas necessidades, pois elas representam agora um real valor mercantil. Daí o surgimento de conflitos entre posseiros.

Ocorre, pois, desestabilização de um sistema, não pela introdução de princípios que lhe seriam radicalmente estranhos, mas antes pela conjugação da pressão fundiária, da valorização do solo e do doravante indispensável título de propriedade. Anteriormente, o pequeno valor mercantil de uma terra ainda abundante tornava fácil o acesso à terra e raras as vendas. O valor de uso do solo era privilegiado (embora não exclusivo) e ninguém teria podido constituir reservas fundiárias que excedessem suas necessidades. Hoje, os novos dados são o pomo da discórdia introduzido no interior das próprias comunidades (sem falar dos conflitos com os fazendeiros). Com efeito, trata-se realmente de

uma ruptura, do fim de um sistema que havia até então funcionado de maneira relativamente aberta e mesmo baseado no bom convívio.

Em contrapartida, o sistema é grande consumidor de floresta, pois o retorno a uma parcela que já foi cultivada acarreta a queda da renda camponesa. No segundo ano, a produção de arroz pode baixar de 50%. Nos solos médios, e em primeira cultura, rendimentos de 1.400 kg de arroz por ha são freqüentes. Em compensação, nas zoñas de solos pobres, onde a densidade demográfica leva a cultivar várias vezes a mesma parcela os rendimentos caem a 600 kg. O desbravamento, a cada ano, de uma nova parcela, é percebido como uma invasão pelos fazendeiros, que reivindicam a propriedade desta mesma floresta.

A cultura é integralmente manual e muito pouco diversificada, sem adubo e quase sem pesticidas, sem culturas perenes e com somente algumas raras cabeças de gado. Nestas condições, as perspectivas de acumulação são quase nulas. O sistema é relativamente estável, mas é a reprodução da miséria.

Quanto à lógica dos fazendeiros, ela repousa na apropriação jurídica da terra e em sua valorização como mercadoria. Este conflito de interesses leva cada uma das partes a desbravar a floresta restante o mais rápido possível a fim de forçar o reconhecimento de uma situação de fato e fazer desaparecer o objeto da cobiça. As reservas florestais ainda existentes estão todas situadas no interior de grandes fazendas que as abatem a um ritmo acelerado.

Para permitir uma acumulação sem transformar os posseiros em assistidos, seria necessário auxiliar as formas embrionárias de organização camponesa, notadamente as cooperativas que tentam romper a dependência em relação aos comerciantes, estocando produtos de primeira necessidade, que serão revendidos a baixos preços aos associados em período de escassez. Elas poderiam ser dotadas de um pequeno capital que lhes permitiria a compra a crédito de máquinas de descascar arroz e fazer farinha de mandioca. Armazéns já são construídos graças ao trabalho comunitário; a compra de um caminhão ou de um barco possibilitaria um grau suplementar de autonomia no processo de comercialização. Às vezes uma roça comunitária é cultivada, e o produto da venda da colheita é destinado ao funcionamento do sindicato. Por que não se faria o mesmo com a cooperativa?

Enfim, os poderes públicos poderiam aumentar os “salários indiretos” sob a forma de uma melhor assistência médica e escolar, de melhoria dos transportes, etc. ...

O crédito rural, até agora difícil de obter dada a precariedade dos títulos de ocupação do solo, não parece atrair nem um pouco os colonos. Alguns tiveram que vender seu lote para pagar seu empréstimo e assim desencorajaram os outros. De fato, o crédito rural não consegue romper a dependência para com os intermediários e acrescenta assim uma segunda dependência que torna a situação ainda mais difícil de administrar.

Porém sem desenvolvimento de culturas perenes (de acesso mais fácil do que a mecanização) as vias da acumulação parecem lentas e difíceis (9). A ma-

(9) Elas permitiriam também uma melhor redistribuição da renda, pois seriam sem dúvida acompanhadas do aumento do número de agregados.

mona, o guaraná poderiam ser difundidos, o que tornaria necessária uma adaptação dos circuitos comerciais. A cooperativa e o sindicato poderiam agir no sentido de estimular as inovações como foi o caso no plano político.

Dada a estrutura e a história destas vilas, onde a população é, no início, muito homogênea, as práticas de tipo comunitário parecem ter melhores chances do que nos projetos de colonização controlada. Entretanto, a ação do Getat, baseada na propriedade privada da terra, desorganizou, segundo dizem os posseiros, a sociedade tradicional, rompendo a unidade do mundo camponês.

Com efeito, alguns obtiveram o reconhecimento pelo órgão de uma posse de 100 ha, enquanto que outros, em uma situação fundiária menos favorável, não receberam mais do que 30 ha, e às vezes menos. Há também os que recusaram os lotes propostos pelo Getat porque eram muito pequenos ou muito afastados, ou ainda em razão das conseqüências trazidas pela privatização da terra (notadamente a expulsão em casos de dúvida), e que hoje se encontram numa situação legal precária. Enfim, há os que não receberam nada e que começam a alugar a terra de antigos posseiros com mais sorte, dando assim início a um processo de diferenciação econômica e social.

No interior do sindicato observam-se dois discursos, cujo aspecto contraditório os dirigentes nem sempre conseguem dissimular: o daqueles que querem dar prioridade à luta pela terra e à reforma agrária e o dos proprietários que reivindicam condições de produzir.

Nem a CPT nem o sindicato conseguem reunir todos os camponeses. Além disto, os “sem terra” que alugam terras pertencentes aos fazendeiros temem as conseqüências de uma luta radical que poderia privá-los de seu meio de ganhar a vida por medida de represália.

Diante da impossibilidade de acumular em seus lotes, numerosos são aqueles que se voltam para o garimpo, deixando a família em uma situação precária, durante longos meses, por uma esperança freqüentemente frustrada. Outros vendem seu lote logo após havê-lo obtido, rompendo assim com a solidariedade camponesa. Estes tentam obter, pela mobilidade espacial, a ascensão social que lhes é recusada na região.

Aqui também, e apesar da solidariedade e de organizações das mais fortes que se possam encontrar na Amazônia, esboça-se a sombra do fracionamento do mundo camponês.

CONCLUSÃO

O que há de comum entre os quatro exemplos que acabamos de mencionar? *A priori*, poucas coisas. Não se trata nem mesmo de buscar no tempo uma similaridade que o estudo sincrônico não permite resgatar: estas configurações regionais da fronteira não representam momentos diferentes de uma evolução linear. A observação simultânea de diferentes fases justapostas no espaço, isto é, o esquema linear que possibilita um certo grau de visão prospectiva, só pode dizer respeito a configurações semelhantes ou muito próximas (por exemplo: os projetos públicos de Rondônia, da Transamazônica e, em certa medida, de Roraima). Ainda assim, não se deve esperar encontrar uma cópia fiel, as diferenças são importantes. Parece-nos, contudo, que um esquema geral possa ser

destacado. Não se trata de renunciar às leis gerais em nome dos particularismos, mas de pôr em evidência a originalidade de cada elaboração regional em seu compromisso entre fatores gerais e locais (geográficos, culturais, técnicos). Dito de outra forma, trata-se de apreender estas situações regionais como configurações históricas que manifestam um certo grau de autonomia e de criatividade em seu tratamento dos dados do real concreto.

Constatemos antes de tudo que a expansão da fronteira agrícola é obrigatória e funcionalmente ligada à modernização de uma minoria de camponeses. Isto é, entretanto, o efeito de uma opção. Entre 1965 e 1995, o Brasil deve poder multiplicar por 2,2 sua produção de alimentos, simplesmente para manter o *status quo* (isto sem contar o crescimento das culturas de exportação). Para realizar este salto para a frente, o Estado optou por não tocar na estrutura fundiária e por apostar nas camadas camponesas susceptíveis de acompanhar o movimento de modernização. O resultado é a exclusão de um grande número de camponeses que perdem sua terra ou seu trabalho. Visto que o fenômeno é agravado por um forte crescimento demográfico e uma fraca capacidade de absorção industrial, a concessão de terras na fronteira representa uma solução custosa, mas dificilmente substituível. Num primeiro momento, trata-se, aliás, de um investimento mais social do que produtivo, uma espécie de salário de sobrevivência. Aliás, o Estado não tem recursos para financiar ao mesmo tempo a modernização do Sul e a instalação de colonos em boas condições. Isto se manifesta na pouca representatividade dos projetos oficiais e num imenso *laissez-faire* no qual o Estado não intervém senão como regulador da apropriação fundiária.

A realização das infra-estruturas, o aproveitamento do solo e a demanda permanente de terras acarretam a valorização diferencial do fundiário, verdadeiro motor da “fronteira em movimento”, segundo a feliz expressão de Turner. Esta valorização leva à substituição dos colonos e, com freqüência, dos sistemas de produção. A partir do momento em que o solo assume um valor mercantil, deixa de ser acessível aos mais desfavorecidos dentre os excluídos do processo de modernização. À medida que o valor da terra aumenta, grupos de camponeses cada vez mais abastados vêm proibir-se-lhes o acesso à terra. A única solução é então buscar, sempre mais longe, espaços não-estruturados e não-valorizados. A vida é aí particularmente difícil, mas é o preço a pagar para ter acesso à propriedade. Níveis diferentes de valorização podem ser observados em curtas distâncias, principalmente em Rondônia. Mas, neste caso, a evolução e a sucessão de diferentes fases são em geral extremamente rápidas. Atualmente a saída “lógica” da fronteira de Rondônia (praticamente saturada e, em todo caso, cada vez mais dificilmente acessível ao camponês sem terra) é Roraima.

Em princípio a valorização da terra acarreta uma modificação dos sistemas de produção, porém segundo vias muito diferenciadas. No Mato Grosso do Sul, houve expulsão dos pequenos produtores pela modificação do perfil agrícola e uso de capital intensivo. Trata-se de uma substituição do trabalho pelo capital segundo um modelo semelhante ao do Sul do País. Nas zonas onde o café foi substituído por pastagens, não se pode dizer que o novo sistema produza um maior valor por hectare e por ano. Em contrapartida, ele com-

bina várias vantagens: terra menos valorizada, exploração da madeira, renda em produto paga pelo agricultor (que além disto planta gratuitamente a pastagem), alta produtividade do trabalho que compensa a fraca produtividade do espaço. Enfim, o café apresentava rendimentos baixos e irregulares que não lhe permitiam concorrer com o novo sistema. Em uma escala mais reduzida, observa-se a extensão das pastagens nos solos cansados e inaptos à cultura da soja. O preço relativamente baixo da terra e a produtividade do trabalho possibilitam sua extensão (10). Trata-se igualmente de uma forma de substituição do trabalho pelo capital, na qual este último é imobilizado na terra e no gado.

Em contrapartida, as culturas perenes — nas quais Rondônia, a Transamazônia (ao menos em algumas partes) e alguns projetos privados parecem ter apostado — não acarretam a substituição do trabalho. Por certo pode existir, e já existe, uma via capitalista da plantação, com utilização de mão-de-obra assalariada, e isto mesmo em Rondônia: os proprietários são obrigados a recrutar mão-de-obra no Nordeste, a fim de evitar o recurso à mão-de-obra local, rara e cara, e que, visto a intensidade das lutas pela terra, poderia em seguida recusar-se a deixar a fazenda. Entretanto, a instauração da plantação capitalista depende da estrutura da propriedade; ora, em Rondônia, a intervenção do Estado privilegiou o pequeno produtor, e este se apóia de preferência nos agregados e meeiros. Esta forma de utilização da mão-de-obra permite uma interessante redistribuição das rendas; não se vê meeiros que cultivam o café no Espírito Santo comprarem terras e carros novos? (Aproveitando, é verdade, um crescimento excepcional do preço do café este ano.) Este é seguramente o caminho que parece mais satisfatório para a Amazônia, ao mesmo tempo social, ecológica e economicamente. É também o caminho mais acessível para os agricultores sem capital e o mais promissor do ponto de vista da promoção social.

Não se pode, contudo, evitar uma certa inquietude diante das centenas de milhares de hectares de cacau que são plantados anualmente da Ásia à América Latina, passando pela África, pois, uma queda das cotações mundiais acarretaria o fracasso e a saída de numerosos colonos. Esta estreita dependência com relação às cotações mundiais torna aleatório este tipo de agricultura. Uma grande diversificação dos produtos e um sistema eficaz de estabilização nacional dos preços seriam indispensáveis.

Os projetos privados eliminam de saída os camponeses mais desfavorecidos, mas tendem a produzir outros, pela imobilização da totalidade de seu magro capital na compra da terra (pelo menos para os mais modestos). Isto explica que estes projetos estejam freqüentemente divididos entre uma estratégia baseada no trabalho (plantação) e uma estratégia baseada no capital (mecanizada ou pecuária). Deve-se, entretanto, constatar que a via “moderna” marca passo na Amazônia. Isto mostra que o que poderia ser o último estágio da fronteira, segundo os esquemas lineares — isto é, a seleção dos camponeses com

(10) Em todo o caso, é preciso nunca esquecer o papel das estratégias fundiárias familiares, patrimoniais e/ou especulativas.

melhor desempenho e a implantação de uma agricultura capitalizada utilizando grandes quantidades de insumos —, não é rentável nas condições atuais da fronteira. Além disto, visto que as culturas perenes gozam na Amazônia de uma espécie de vantagem natural, não está comprovado que a cultura mecanizada seja chamada a desempenhar algo mais do que um papel marginal. A baixa dos preços da soja não permitiu testar sua capacidade de substituir as outras culturas na Amazônia. Antecipemos, entretanto, que a soja se teria propagado em detrimento das superfícies de pastagens, mas que as plantações teriam resistido; não somente por razões técnicas e culturais, mas sobretudo em razão do preço já muito alto alcançado pelas superfícies plantadas.

Contudo, esta “capacidade de resistência” da economia pioneira de plantação está longe de ser uma situação já conquistada, como revela a história das antigas frentes do café nos Estados de São Paulo e Paraná. A baixa dos preços e dos rendimentos (seja em conseqüência da queda dos preços, seja pelo empobrecimento dos solos e envelhecimento das plantas) levou muitas vezes à substituição das plantações por pastagens. Na Amazônia, o aspecto cíclico da flutuação dos preços acarretou, em passado recente, a destruição de numerosos pés de pimenta, a estagnação e o quase abandono de importantes superfícies cacaeiras e mesmo cafeeiras. Ao contrário, o reestabelecimento espetacular dos preços da pimenta há dois anos e o aumento de 280%, em termos reais, do preço do café pago ao produtor durante a campanha 1985/1986 levam, neste momento, a uma retomada rápida da extensão das superfícies plantadas. Mas, por quanto tempo? Os preços vantajosos manter-se-ão até a primeira colheita? O desenvolvimento de sistemas agroflorestais pluriespecíficos com ciclos complementares traria uma garantia de rendas mais regulares, mas sua implantação se choca com numerosos problemas.

Logo que a fronteira se estende por um determinado espaço, ela inicia um processo de estruturação que vai culminar com a consolidação de relações não-iguais, sancionadas pelo acesso à terra (e pela possibilidade de manter-se nela), e reproduzidas por ritmos de acumulação diferenciados. Consta-se assim que quanto mais elevada é a origem dos migrantes mais rapidamente eles acumulam. A cada etapa, porém, um certo número dentre os mais desfavorecidos consegue concretizar um autêntico processo de promoção social (às vezes vendendo seu lote e recomeçando em outro lugar). A fronteira oferece, por conseguinte, reais oportunidades enquanto o processo de consolidação não está demasiado avançado. Este é o momento, o espaço e a única chance dos camponeses sem terra e sem capital. A eliminação destes não é inevitável, do mesmo modo que sua permanência; há espaços de liberdade, homens em luta.

O exemplo dos pequenos posseiros do norte de Goiás mostra a importância para o camponês de poder obter a garantia da propriedade fundiária. É isto que permite a acumulação, ali mesmo ou pela venda, nos projetos de colonização. Porém a luta pela terra é uma coisa, produzir é outra. Para estes posseiros como para todos os camponeses mais modestos da fronteira, a difusão rápida de sementes de culturas perenes e uma boa assistência técnica parecem indispensáveis, se se quer realmente diminuir o número de fracassos.

A mudança de governo e a promessa de uma reforma agrária tiveram como efeito mobilizar o mundo camponês. Isto se manifesta numa recrudescên-

cia das lutas pela terra, na recusa de emigrar, num nível superior de conscientização e de organização, bem como, fato novo, numa forte demanda referente às condições de produzir. Por conseqüência, os dados estão mudando, sendo todavia demasiado cedo para analisar seus efeitos a nível da fronteira. Esta é com efeito o lugar de uma intensa diferenciação do campesinato e privilegia ainda as estratégias individualistas e oportunistas.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMFELD (C.M.) 1983 — Mutations agraires et mobilité de la force de travail. Le cas brésilien. In: *L'avenir du Sous développement*. Critiques de l'économie politique n° 25, pp. 41-61.
- BECKER (B.K.) 1982 — *Geopolítica da Amazônia* — Zahar, Rio de Janeiro — 233 pp.
1985 — *Expansão do povoamento e mudança social* — O caso de Rondônia. Conferências — 6º Encontro Nacional de Geografia Agrária, Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, pp. 91-129.
- DOS SANTOS (I.V.T.) 1985 — A gestação da recusa: o "colono retornado" dos projetos de colonização na Amazônia. In: *Revoluções camponesas na América Latina*, I.V.T. dos Santos ed. Icone, São Paulo, 286 pp.
- EGLIN (J.) e THERY (H.) 1982 — *Le pillage de L'Amazonie*, Maspero — Paris.
- EDER (J.F.) 1982 — "Who Shall Succeed? Agricultural development and social inequality on a Philippine Frontier". Cambriedge Univ. Press — N.Y. — 264 pp.
- POWERAKER (J.) 1982 — "A luta pela terra". Zahar — Rio de Janeiro, 315 pp.
- FEARNSIDE (P.M.) 1984 — A floresta vai acabar. *Ciência Hoje*, vol. 2, pp. 45-52.
- GOUROU (P.) 1982 — Terres de bonne esperance. *Le Monde Tropical* — Plon — Paris — 456 pp.
- HOMEM DE MELO (F.) 1982 — A produção de biomassa e o crescimento da área cultivada no Brasil. *Anais do Seminário "Expansão da Fronteira Agropecuária e meio ambiente na América Latina"* — Brasília, nov. 1981, UnB — CEPAL.
- IANNI (O.) 1979 — "O Trabalhador Rural em Busca de Terra". Encontros com a civilização brasileira n° 11 — pp. 89-100.
- LENA (P.) 1981 — Expansão da fronteira agrícola em Rondônia: evolução da estrutura agrária e o aproveitamento dos lotes — 35 pp.
Anais do Seminário: "Expansão da fronteira agropecuária e meio ambiente na América Latina". UnB; CEPAL; PNUMA; ANPEC; CNPq — Brasília.
1985a — Colonisation et modernisation agricole en Amazonie brésilienne. Seminaire: *Economies rurales* — CIRAD — Montpellier — pp. 16-20 septembre.
1985b — L'occupation humaine de l'amazonie. Seminaire de l'ORSTOM: *Le milieu amazonien* — Paris, pp. 16-19 octobre.
- MORAN (E.F.) 1980 — Mobility and resource use in Amazonia. In: *Land, people and planning in contemporary Amazônia*, F. Barbira-Scazzochio — ed., Cambridge Univ. Press.
1981 — *Developing the Amazon* — Bloomington: Indiana Univ. Press.
- MORAN (E.F.) e FLEMING-MORAN (R.) 1978 — O surgimento de classes sociais numa comunidade planejada para ser igualitária. *Boletim do Museu P.E. Goeldi*, Série antropologia, n° 69 — Belém (PARÁ), pp. 1-35.
- PEBAYLE (R.) et alii 1978 — Le bassin moyen du Paraná brésilien — L'home et son milieu. *Travaux et documents de Geographie Tropicale* n° 35 — CEGET-Bordeaux-Talence.

- SKILLINGS (R.F.) e TCHEYAN (N.O.) 1979 — *Economic development prospect of Amazon region of Brazil*. World — Bank.
- THERY (H.) 1985 — *Le Brésil*. Masson — Paris — 231 pp.
- UNKEL (C.) 1956 — Os Apinayé — *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, — Belém.
- VELHO (O.G.) 1979 — *Capitalismo autoritário e campesinato*. Difel — São Paulo — 261 pp. 1985 — “Seven equivocal theses about Amazonia”. *Environment and planning*. Society and Space, vol. 3, pp. 231-238.
- WOOD (C.H.) 1983 — *Peasant and capitalist production in the Brazilian Amazon: A conceptual framework for the study of Frontier expansion in: The dilemma of Amazonian development* — E.F. MORAN, ed. Westview Press, Boulder, Colorado.
- WOOD (C.H.) / SCHMINK (M.) 1979 — Blaming the victim: Small farmer production in an Amazon colonization project. *Studies in Third World Societies*, 7, pp. 77-93.

**OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E AS DINÂMICAS
DAS REGIÕES PIONEIRAS: O CASO DA COSTA ATLÂNTICA
NICARAGÜENSE E DA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

FRANÇOIS LÉVÊQUE

Agroeconomista

*Pesquisador do Centro de Economia de Recursos Naturais, ENSMP
60, Bld Saint Michel, 75272 Paris Cedex 06*

RESUMO

Duas questões são tratadas neste artigo: Quais são os fatores nacionais na origem da colonização pioneira? Como caracterizar de forma dinâmica o sistema pioneiro de exploração?

Duas teses são avançadas: a primeira é que a criação de regiões pioneiras se articula fundamentalmente aos fatores políticos de soberania territorial, da legitimidade do Estado e da identidade nacional. Ela resulta secundariamente dos fatores sociais (crises demográficas e agrárias) e econômicos (ampliação das bases do crescimento).

A segunda tese é que o sistema de exploração pioneiro tem sua base na atividade extrativa dos recursos primários. Sua dinâmica produtiva é determinada pela existência de rendas geradas a partir desta atividade. Ela pode ser acompanhada por uma dinâmica especulativa fortemente articulada às transferências realizadas pelo Estado para as regiões de colonização. As dinâmicas pioneiras são caracterizadas por fenômenos de apropriação e de criação de excedente.

O futuro das regiões pioneiras depende então fundamentalmente das condições de passagem de uma economia rentista e redistributiva a uma economia industrial e agrícola não-extrativa.

Estas teses apóiam-se em dois casos concretos: a costa atlântica nicaragüense e a Amazônia brasileira.

Palavras-chave:

Regiões pioneiras — pioneiros — exploração fundiária — rendas — dinâmicas econômicas — Nicarágua — Amazônia — Brasil.

**LES PROCESSUS DE FORMATION ET LES DYNAMIQUES
DES RÉGIONS PIONNIÈRES. LES CAS DE LA CÔTE
ATLANTIQUE NICARAGUAYENNE ET DE
L'AMAZONIE BRÉSILIENNE**

RÉSUMÉ

Deux questions son traitées dans cet article. Quels sont les facteurs nationaux à l'origine de la colonisation pionnière? Comment caractériser de façon dynamique le système pionnier de mise en valeur?

Deux thèses sont avancées. La première est que la création des régions pionnières se rapporte principalement aux facteurs politiques de la souveraineté territoriale, de la légitimité de l'État et de l'identité nationale. Elle résulte secondairement des facteurs sociaux (crises démographiques et agraires) et économiques (élargissement des bases de la croissance).

La seconde thèse est que le système pionnier de mise en valeur est fondé sur l'activité extractive des ressources primaires. Sa dynamique productive est déterminée par l'existence des rentes issues de cette activité. Elle peut être accompagnée d'une dynamique spéculative liée aux transferts de l'État vers les régions de colonisation. Les dynamiques pionnières sont marquées par les phénomènes d'appropriation et de création des surplus.

L'avenir des régions pionnières dépend dès lors fondamentalement des conditions de passage d'une économie rentière et redistributive à une économie non extractive de développement productif.

Ces thèses prennent appui sur deux cas: la Côte Atlantique nicaraguayenne et l'Amazonie brésilienne.

Mots-clés:

Regions pionnières — pionniers — système de mise en valeur — rentes — dynamiques économiques — Nicaragua — Amazonie — Brésil.

THE ECONOMIC DYNAMICS OF PIONEER AREAS. THE EXAMPLES OF BRAZIL AND NICARAGUA

ABSTRACT

Two topics are discussed in this paper: The main national factors involved in the making of pioneer regions? The dynamics of the pioneer land use system?

We propose two theses. The first holds that the making of pioneer areas is mainly tied in with political factors, viz., territorial sovereignty, State legitimacy and national identity. In second position come social factors (overpopulation and land use crises) and economic factors (widening of the grounds for economic growth).

The second thesis is that the pioneer land use system is based on the exhausting exploitation of natural resources. Productive dynamics are governed by the rents produced by this activity. A speculative dynamics related to state financial transfers to pioneer regions, goes along with this productive dynamics.

The future of pioneer areas will depend, to a large extent, on the changeover conditions from a rental and distributive economy to a non exhaustive production-oriented economy.

The Brazilian Amazon Basin and the Nicaraguan Atlantic Coast are given as examples.

Key Words:

Pioneer regions — pioneers — land use system — rents — economic dynamics — Nicaragua — Brazil — Amazon.

*“Pionnier: n.m. (1382;
“fantassin”, déb. XIIème;
de pion).*

*1.º Soldat employé aux
travaux de terrassement
V. Sapeur — Soldat du
Génie ou d’une unité
auxiliaire du Génie.*

*2.º (1828, d’apr. angl.
pioneer, d’o. fr.) Colon
qui s’installe sur des
terres inhabitées pour les
défricher. V. Défricheur.
(...)”
(in dictionnaire Le Petit
Robert, 1979).*

Duas questões principais são tratadas neste artigo. Quais são os fatores nacionais na origem da colonização pioneira? Como caracterizar de maneira dinâmica o sistema de valorização das novas terras?

Os elementos de resposta apóiam-se no estudo de dois casos: a Costa Atlântica nicaragüense e a Amazônia brasileira.

1. OS PROCESSOS NACIONAIS DA FORMAÇÃO DAS REGIÕES PIONEIRAS: O PESO DOS FATORES POLÍTICOS

Quais são os fatores fundamentais da criação dos espaços pioneiros? Como hierarquizá-los?

O período pelo qual nos interessamos aqui é o da formação da região pioneira. Ele pode ser definido como o estágio das campanhas de povoamento e do desdobramento da ocupação pioneira(1).

A formação das regiões de colonização é estudada unicamente no seu quadro nacional. O peso dos fatores internacionais é analisado em numerosas publicações (em particular J.P. Raison, 1978 e D. Slutsky, 1981).

Quatro séries de fatores podem ser distinguidas: os fatores demográficos, os fatores agrários, os fatores do crescimento econômico, e enfim os fatores da política nacional. Os fatores demográficos referem-se ao crescimento da população, tanto urbana quanto rural, e ao aumento do subemprego. Os fatores agrários referem-se aos elementos consecutivos às transformações da agricultura nas regiões de ocupação humana antiga, em particular às crises no campo.

(1) Para a Amazônia brasileira, por exemplo, esse período cobre os anos 50, 60 e início dos anos 1970. Ele se inicia com a fundação da Amazônia Legal (1953) e termina com a chegada ao poder do general Geisel e a programação do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974)).

Os fatores do crescimento econômico referem-se principalmente à ampliação das bases de acumulação (novas alternativas para os capitais, aumento da produção, principalmente de matérias-primas) e, em segundo lugar, à ampliação da redistribuição. Enfim, os fatores de política nacional referem-se à soberania e à legitimidade dos Estados, e à identidade nacional.

Eis um exemplo: o caso da Costa Atlântica da Nicarágua. A hierarquia dos diferentes fatores e suas ligações com a política dos Estados são a seguir discutidas.

1.1. *A formação da colonização da Costa Atlântica da Nicarágua*

Por ocasião da independência da Nicarágua, em 1821, o território nacional se encontrava dividido em duas partes. As regiões do Pacífico e do Centro-Oeste pertenciam à Espanha. A metade Atlântica estava sob o domínio da Inglaterra; suas populações indígena e caraba não têm nada em comum com a do resto do País. A expulsão definitiva dos ingleses é realizada no fim do século XIX. É obra do general J.S. Zelaya, que dará seu nome à província Atlântica. A comunicação efetiva entre as duas faixas litorâneas somente será realizada no início dos anos 1960. Ela ocorre após os fracassos sucessivos do canal intra-oceânico e de uma linha férrea. A estrada Manágua-Rama é concluída em 1965; atinge-se em seguida Bluefields por barco. O grande programa de colonização somozista, o projeto Rigoberto Cabezas (abreviado Prica), situa-se ao sul de Rama, na região de Nueva Guinea. É “com a construção da estrada um dos esforços mais significativos empreendidos para incorporar essa zona (a Costa Atlântica) ao processo de desenvolvimento integral do País” (IAN, 1969). O Prica insere-se no desígnio cada vez remanifestante da integração política dessa metade do território tão pouco nicaraguense.

O desenvolvimento da lavoura do algodão e da atividade pecuarista é o principal fator da migração pioneira. A introdução da cultura do algodão data dos anos 50; ela estende-se rapidamente pelos departamentos de Leon e Chinandega, tradicionalmente especializados na criação extensiva e na produção alimentar. Entre 1952 e 1962, as exportações algodoeiras passam de menos de 1% a 40% das exportações totais (R. Le Guen, 1978). Para o ano de 1965, elas representam sozinhas a totalidade das exportações de 1962. Com a extensão do mercado norte-americano, a pecuária toma na Nicarágua bem como em todo o istmo centro-americano um impulso considerável. Entre 1955 e 1965, as exportações nicaraguenses de carne duplicam em volume (F. Lévêque, 1983). No final dos anos 1960, elas ocupam o terceiro lugar no fornecimento de divisas, depois do algodão e do café. A produção bovina do Pacífico estende-se rapidamente ao Norte Central (departamentos de Boaco e Chontales) depois à província de Zelaya. A atividade de criação, muito extensiva, aumenta por crescimento na superfície das pastagens. O campo de extensão privilegiado é aquele das margens e progressivamente do interior da floresta tropical úmida.

Há então dois tempos síncronos: “liberação” da mão-de-obra dos campos do Pacífico e reemprego para implantar pastagens nas parcelas florestais no Norte Central, depois em Zelaya. Os antigos latifundiários se tornam ou são

substituídos por empreendedores capitalistas, não têm mais interesse em contratar uma mão-de-obra permanente ou semipermanente. As parcelas deixadas de graça ou alugadas aos camponeses para a produção alimentar são retomadas para estender as superfícies de algodão. A mão-de-obra é despedida ou, mais freqüentemente, expulsa pela violência. Tornando-se migrante e pioneira, ela abre espaço à criação. A abertura do espaço florestal está fundamentada sobre o movimento articulado: desmatamento pelos pioneiros/apropriação e utilização para pastagens pelos criadores. O pioneiro, em troca do direito à lavoura alimentar, desmata para o grande proprietário. Mais a miúdo, nenhum acerto existe entre as duas partes. O primeiro ocupante é mais tarde expulso. O pioneiro troca. ou perde todos os direitos sobre a terra desmatada.

A população da província de Zelaya aumenta de 82% entre 1963 e 1974, contra 30% em média pelo conjunto do País. Uma das conseqüências do desenvolvimento do algodão é o deslocamento da produção alimentar. No decorrer dos anos 60, mais de 25.000 ha de produção de grãos na zona do Pacífico são substituídos pelo algodão. Em 1965, a superfície cultivada em milho da província de Zelaya representa 7,5% da área de produção nacional; 7,4% para o feijão. Dez anos mais tarde, as porcentagens respectivas são de 16,5% e 13%. A nível nacional, o desvio amplia-se entre o crescimento da população e o aumento da produção de alimentos. "Além de oferecer oportunidades econômicas aos pioneiros assentados, previa-se que a zona do projeto (Prica) aprovisionaria o mercado interior com produtos alimentícios, aliviando desse modo o déficit de produtos básicos decorrente da transformação da zona do Pacífico em região de produção de exportação" (J.R. Taylor, 1968).

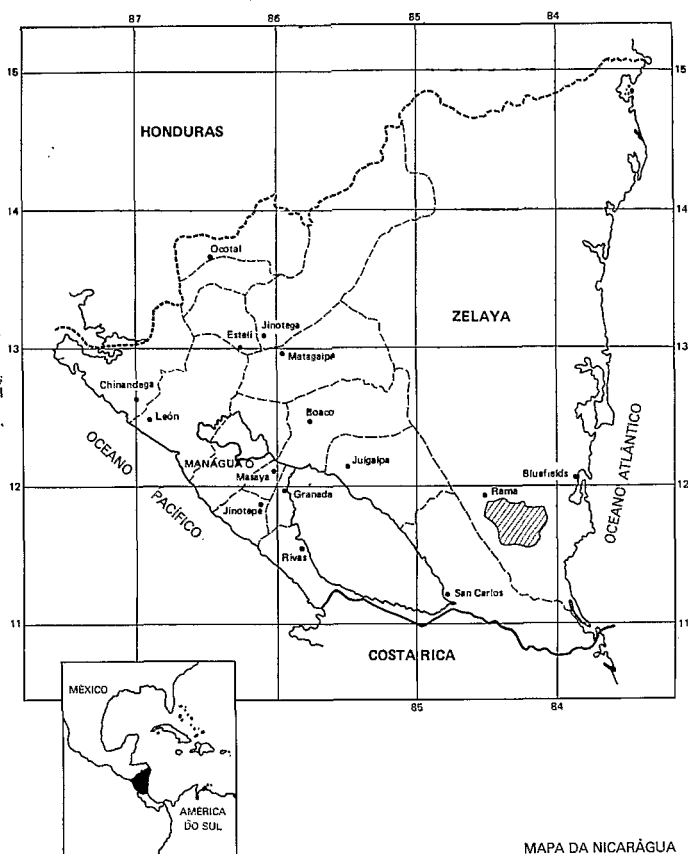
A integração econômica da Costa Atlântica visada deve permitir também o aproveitamento das instalações portuárias de Bluefields e assim proporcionar uma saída mais favorável aos produtos de exportação rumo aos mercados internacionais.

1.2. *A hierarquização dos diferentes fatores*

As quatro séries de fatores citadas são entrosadas. Este entrosamento difere de um país ao outro. Nos países asiáticos, por exemplo, o peso dos fatores demográficos é mais forte que na América do Sul. Ele evolui igualmente nos tempos posteriores à formação da região pioneira. A periodização estabelecida por M. Foucher (1977) para o caso da Amazônia brasileira é uma demonstração disso. Essa diversidade não deve impedir a procura de uma hierarquização dos fatores, no tempo em que nos interessamos aqui pela constituição da região pioneira. Esta procura conduz a observar uma superdeterminação dos fatores da política nacional sobre os fatores estritamente econômicos e sociais.

A criação das regiões pioneiras arrasta na América do Sul uma redistribuição muito modesta da população, no nível nacional (F. Guitard, 1977). As possibilidades efetivas de absorção do crescimento demográfico são limitadas tanto no Brasil quanto na Nicarágua, e a principal alternativa para os colonos sem terra e sem trabalho é a migração urbana.

Três argumentos permitem redimensionar o peso dos fatores econômicos (à sua justa proporção). O primeiro é que os inventários de recursos são poste-



MAPA DA NICARÁGUA

riores à ocupação do povoamento. No Brasil, o projeto Radam (Radar da Amazônia) é lançado em 1975. Ele é concluído no início dos anos 1980. Para o Sudeste da Nicarágua, os primeiros estudos de reconhecimento do meio datam de 1973, ou seja, 8 anos após a instalação dirigida dos colonos. A riqueza admitida dos novos territórios não é inicialmente fundamentada. O segundo argumento é que, pela firmas não-extrativas e os grandes proprietários criadores, as possibilidades de acumulação a partir da produção ou da especulação não se limitam às novas regiões. Os criadores, por exemplo, podem investir seus capitais na intensificação de sua produção ou na especulação imobiliária e financeira. Isto explica o aumento da necessidade para o Estado de oferecer cada vez mais incentivos para aplicação dos capitais em zonas pioneiras (caso da criação da Zona Franca de Manaus). O terceiro argumento enfim é que os fundos públicos necessários à realização dos programas de colonização são consideráveis. Para os Estados, as possibilidades de reembolso dos investimentos são arriscadas; elas só são realizáveis, eventualmente, a longo prazo.

Resta então explicar a diferença entre, de uma parte, as perspectivas oferecidas pela abertura dos espaços pioneiros no plano social e econômico, e, de

outra, os meios materiais e sobretudo de propaganda utilizados para colonizar os novos territórios.

Esse excesso tem sua significação no plano político. O caso brasileiro permite ilustrá-lo. Na formação da Amazônia pioneira, como na Nicarágua, está em jogo a realização da soberania nacional. É preciso povoar a fronteira: "Ocupemos a Amazônia hoje ou a perderemos" (2). Há uma necessidade da extensão do controle estatal e da integração política. Mas, mais fundamentalmente, a Amazônia está sob o regime populista de Vargas e sobretudo sob o regime militar, o ponto de apoio essencial do nacionalismo brasileiro. O período de 1968-1973 pode ser caracterizado como o estabelece M. Foucher (1977) como "o Brasil na hora amazonense"; a figura nacional proposta pelo Estado para firmar sua legitimidade é Brasil = Amazônia. No decorrer desse período, a crítica da colonização amazonense é julgada antibrasileira. O cidadão oposto à colonização é suspeito de ser um não-brasileiro. Na França, o oponente à guerra da Argélia não era um antifrancês?

A abertura dos espaços pioneiros constitui-se principalmente a partir da questão nacional. Secundariamente, ela resulta dos fatores sociais e econômicos. As possibilidades de tratamento dos problemas demográficos, agrários e do crescimento econômico, pela colonização interior, são objetivamente limitadas.

Podemo-nos interrogar em conclusão a esta primeira parte sobre a vontade real do Estado de operar através da execução do desenvolvimento pioneiro, um verdadeiro tratamento das questões sociais, econômicas e políticas. Podemos disso duvidar se observarmos as formas tomadas pela intervenção das instituições estatais encarregadas da colonização. As características comuns às suas primeiras intervenções são solidamente estabelecidas (J.P. Raison, 1978). Simplesmente nós as lembraremos. São em número de quatro: o enquadramento dos pioneiros, se quer total, a distribuição dos meios postos à disposição dos colonos, se quer igualitária; a existência da população aborígine não é levada em consideração, as perspectivas de evolução do perímetro enquadrado são ocultadas. A exaustividade, o igualitarismo, a negação de uma ocupação anterior e a rigidez ajustam-se com o comportamento burocrata e tecnocrata. Estas características estão sobretudo ligadas também à visão ideológica pioneira. O igualitarismo teórico dos projetos é uma concretização da utopia pioneira. Mas no fundo a negação dos processos de diferenciação social e econômica é indissociável das etapas posteriores à ocupação da povoação. O Estado desobriga-se em seguida da corrida seletiva que se desenrola entre os pioneiros, os grandes proprietários-criadores e as firmas e no seio de cada uma dessas categorias.

Seria então a colonização pioneira uma alternativa de não-tratamento dos problemas confrontados pelo Estado? Seria ela uma saída provisória permitindo evitar as contradições internas sociais, econômicas e políticas?

É preciso examinar agora a que leva o jogo dos fatores nacionais na origem da colonização pioneira.

(2) Discurso de Costa e Silva em Belém em 1968, citado por M. Foucher (1977).

2. A DINÂMICA DO SISTEMA PIONEIRO DE VALORIZAÇÃO: criação e apropriação das rendas, redistribuição dos excedentes provenientes da atividade de extração e das transferências do Estado.

Como caracterizar o sistema de valorização das regiões pioneiras? Qual é a sua dinâmica? Em que direção ele pode evoluir?

2.1. O sistema pioneiro de valorização

O sistema de valorização de uma região dada pode ser definido como a combinação do conjunto das atividades materiais, sociais e biológicas que aí se desenrolam (G.R. Larrere, e A. Brun, 1983). Seu estudo é em geral circunscrito nas características agrícolas. No caso das regiões pioneiras, torna-se indispensável considerar o conjunto das práticas da exploração do meio: extração mineral ou petroleira, exploração florestal, aproveitamento das águas e valorização agrícola. Esta última pode, com efeito, ser localmente subordinada às outras atividades.

Caracteriza-se o sistema pioneiro de valorização como sendo fundamentado sobre a atividade extrativa dos recursos primários. Sua dinâmica é marcada pelos movimentos de criação, de apropriação e de redistribuição da renda.

É preciso, entretanto, partir de um fato: as regiões pioneiras são espaços pouco “antropizados”; os ecossistemas são aí fracamente “artificializados”.

Em nenhum caso, entretanto, esses territórios podem ser considerados como vazios ou virgens de qualquer ocupação humana. No século XVII, na Amazônia brasileira viveram de 1 a 2 milhões de índios. A epopéia da borracha fixou 300.000 nordestinos entre 1872 e 1910 (De Oliveira, 1983). A ocupação indígena produziu uma “artificialização” muito limitada do meio. Na primeira metade do século XX, o aproveitamento das terras pelo caboclo é sobretudo aquele das várzeas. As atividades, naquela época, são centradas sobre as margens dos rios e dos cursos d’água. A segunda maior colonização amazonense será aquela da estrada. As modificações do meio que ela trará serão profundas.

Os pioneiros são oriundos de regiões cujas condições naturais diferem das da floresta úmida. Sobre o novo território, eles não dispõem de nenhum saber empírico. Nenhuma regra, por exemplo, para identificar as qualidades de um solo, ou antecipar a pluviometria. Eles não se beneficiam de nenhuma história social do meio. A situação dos empresários agrícolas pode ser considerada, de certo modo, como análoga. Os referentes culturais ou zootécnicos (técnico-científicos) são pouco numerosos e frágeis. É o exemplo do manejo das pastagens plantadas após desmatamento (cf. S. Hecht, 1984).

Essa característica é essencial; contrariamente à situação comum, o sistema de valorização que então se coloca não saiu de uma transformação endógena, ao menos em parte, de um sistema tradicional. Trata-se de uma valorização em formação, sem verdadeira antecedência. Desse fato singular, deduz-se que a valorização pioneira fundamenta-se sobre a atividade de extração dos recursos do meio natural: pistas florestais traçadas para a exploração das essências comerciais, minas e poços para extrair as riquezas do subsolo, desmatamento

por queimadas para criar a fertilidade necessária às culturas anuais, esgotamento dos solos pela atividade da criação.

Sabê-se que a exploração dos recursos naturais é marcada pelos fenômenos de renda. Cada jazida mineral, cada parcela de terreno apresentam características naturais únicas. Supondo, em condições técnicas dadas, um investimento em trabalho e em capital equivalente em 2 terrenos o custo de exploração será diferente. Por outro lado, existe em geral um preço único de mercado. A renda é vista aqui como a diferença entre o custo de produção, compreendidos a remuneração dos investimentos e do capital, e o preço de mercado.

A dinâmica produtiva do sistema pioneiro é determinada pela existência da renda diferencial, resultante da exploração dos recursos primários. Esta dinâmica produtiva pode ser duplicada por uma dinâmica especulativa ligada às transferências freqüentemente maciças do Estado em relação a regiões pioneiras. A apropriação e a redistribuição desses excedentes constituem a aposta permanente e conflituosa entre as diferentes categorias de atores da colonização. As principais categorias de atores que se pode distinguir por sua lógica de comportamento são quatro. A categoria dos pioneiros designa o conjunto das famílias ou dos indivíduos, deslocados na zona de fronteiras, que exercem uma primeira atividade de extração do meio. Ela agrupa tanto os colonos agrícolas instalados pelas autoridades do Estado, os desmatadores não-enquadrados, quanto, por exemplo, os garimpeiros da Amazônia. Sua característica comum é que eles, inicialmente, não dispõem de nenhum capital. Os grandes proprietários pecuaristas procuram assegurar o controle do espaço pioneiro para realizar sua pecuária extensiva ou simplesmente para fins especulativos. As firmas de extração se desdobram, nas perspectivas de pecuária e de apropriação lucrativas. As firmas não-extrativas respondem às incitações fiscais propostas pelo Estado. As instituições públicas e parapúblicas, enfim, acompanham a lógica estatal fundamentada sobre o enquadramento total e o igualitarismo formal.

Esta tese pode ser brevemente ilustrada pelos casos brasileiro e nicaraguense.

2.2. Lucros agrícolas no Sudoeste da Nicarágua, lucros da mineração e especulação no Norte do Brasil

A valorização da região de Nueva Guinea é marcada pela existência de lucros sobre as madeiras de cor e sobre os grãos de base (milho e feijão). Será examinado este último caso, muito original. Para essas duas produções, a superfície cultivada foi multiplicada por 20 entre 1970 e 1981. Esse crescimento apresenta uma amplitude sem relação com o crescimento populacional. O autoconsumo abrange a metade da produção, o resto é comercializado. Para o feijão, a região de Nueva Guinea representa o quarto das negociações comerciais do País. De 1965 a 1979, a produção da zona recebe entre 22 e 30% do preço da venda varejista em Manágua (F. Lévéque, 1983). Esta produção de feijão transita aí por quatro intermediários. Em média, o preço de compra ao produtor é inferior a 20% do preço de compra médio nacional. É interessante constatar

que quando o ano de colheita é ruim na região a diferença entre o preço de compra ao produtor da zona e o preço de compra médio nacional se reduz, ou mesmo se anula. E inversamente, nos anos bons, essa diferença aumenta. O feijão e o milho são cultivados na região por “roçada-apodrecimento” (3). Esta técnica agrícola apresenta uma excelente produtividade em termos de toneladas colhidas por unidade de trabalho, apesar de ter um rendimento por unidade de superfície muito medíocre. Ela é muito superior àquela obtida pela “roçada-queimada” (não precisa semear com pau de cavar). Ela é igualmente mais forte que aquela observada nas outras regiões. Até 1979, essa renda sobre o milho e o feijão era retirada antecipadamente pelos comerciantes e transportadores. Ela é amplamente exportada da zona. A partir de 1980, com a aplicação de uma nova política de comercialização, o preço de compra ao produtor aumentou consideravelmente (ele é multiplicado por 3 no decorrer das 3 primeiras campanhas).

A produção dá um salto adiante. Assiste-se mesmo a uma migração sazonal para produzir o feijão. Os produtores passam aproximadamente 1 mês na zona, em dois períodos. No final do segundo período, eles entregam sua colheita diretamente ao organismo público coletor. Em seguida, eles tomam o ônibus para Matagalpa ou Esteli.

Na Amazônia brasileira, a dinâmica produtiva é fundamentalmente marcada pelas perspectivas e a existência das rendas da mineração.

Os recursos florestais são ainda pouco explorados para a sua madeira. As serrarias e as fábricas de compensado são pouco desenvolvidas.

A produção agrícola comercial é destinada aos mercados intra-regionais, principalmente urbanos. A produção cacaueteira de Rondônia parece a única exceção; ela oferece lucros elevados. Os produtores pioneiros ficam em condições de extrema instabilidade e de precariedade. Vindos sem capital, a realização de um começo de acumulação, com a ausência de rendas, lhes é impossível. Se, por sorte, descobrem boas terras, aptas a lavouras interessantes, eles são expulsos. Produtores de terras desmatadas e descobridores eventuais de fontes de renda são excluídos grosseiramente dos processos de acumulação.

A pecuária repousa essencialmente sobre uma dinâmica especulativa. Em zona de pecuária da Amazônia oriental, os donos de mais de 10.000 ha controlam 56% das terras; esta porcentagem eleva-se a 85% se o limite é abaixado para 1.000 ha. Aqui, as perspectivas de lucro na produção bovina, às vezes nulas, não são o verdadeiro motor dos grandes proprietários. Sabe-se que na Amazônia brasileira a apropriação do território está ligada às taxas de inflação elevadas, aos incentivos fiscais, aos créditos subsidiados, ou às perspectivas de reali-

(3) A “roçada-apodrecimento” é uma técnica de produção do milho ou do feijão amplamente difundida no trópico úmido centro-americano. Em algumas palavras, ela consiste em semear diretamente à-toa numa capoeira de 3-5 anos. Esta vegetação é em seguida cortada; os caules, galhos e folhas são espalhados pela parcela. A semente repousa sobre um manto de matéria orgânica em decomposição avançada, proveniente do corte da capoeira do ciclo precedente. Seu aparelho radicular desenvolve-se então. Por cima, a plantinha cresce no meio do emaranhado frouxo dos pedaços de matéria vegetal que acaba de ser cortada.

zação de futuras infra-estruturas ou de descobertas de minerais. O valor das terras aumenta mesmo se as capacidades produtivas declinam (Hecht, 1984).

A produção mineira desenvolve-se consideravelmente. Em 7 anos (1977-1983), a produção de ouro amazonense passou de menos de 25% a mais de 90% da produção nacional. Com a implementação do projeto Carajás, a produção de ferro representará o terço da produção nacional (o Brasil é, com a Austrália, o primeiro produtor mundial). Para o estanho, desde os anos 1970, a Amazônia produz 10.000 toneladas/ano, ou seja, a metade da produção nacional. A valorização das jazidas de ouro, de estanho e de pedras preciosas opõem os garimpeiros e as firmas mineiras. Estas encontram as maiores dificuldades para interditar efetivamente o acesso dos garimpeiros aos seus pontos de extração. Cada vez que a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) quer interditar Serra Pelada, os garimpeiros ameaçam sabotar a via férrea Carajás-São Luís. Notar-se-á que as firmas e os chefes dos garimpeiros apropriam-se na totalidade das rendas mineiras. A arrecadação do Estado é nula.

A redistribuição das rendas da mineração toca uma população considerável. A população dos garimpeiros pode ser avaliada em torno de meio milhão de pessoas. Conhece-se igualmente as grandes concentrações humanas, ligadas à redistribuição ou às suas perspectivas, em torno dos pólos mineiros, ou de suas infra-estruturas vinculadas (hidrelétrica de Tucuruí por exemplo). Vê-se bem, então, que na Amazônia brasileira a redistribuição dos excedentes não é unicamente aquela das rendas da atividade de extração. As transferências maciças operadas pelo Estado alimentam uma dinâmica especulativa muito forte. Os principais beneficiários disso são os grandes proprietários-pecuaristas e as firmas.

2.3. *O futuro das regiões pioneiras: deserto dos campos e cidades-fantasma ou desenvolvimento produtivo?*

O sistema pioneiro de valorização tem um só tempo: o do esgotamento dos recursos primários. As rendas permitem iniciar um processo de acumulação, mas sua realização permanece indissociável da destruição dos recursos primários.

A questão é saber (4) se a acumulação de origem extrativa ou especulativa pode ela própria dar origem ou ser substituída por um processo de acumulação produtivo baseado sobre a atividade agrícola e industrial não-extrativa. A passagem do círculo vicioso: exploração do meio baseada na renda diferencial — acumulação — extensão desta exploração — esgotamento dos recursos, ao círculo virtuoso: a acumulação de origem extrativa (ou especulativa) — investimentos produtivos não-extrativos — extensão da produção não-extrativa — reprodução econômica e ecológica de conjunto, não é simples.

(4) E não parar ou frear a destruição dos recursos primários. É assim que, na agricultura, o problema reside menos na destruição do abrigo florestal climático que na execução de um sistema de valorização agronomicamente e economicamente reprodutível que lhe sucederia.

Não se trata aqui de examinar a questão geral fundamental da passagem de uma lógica baseada na exploração da renda e de redistribuição a uma lógica de crescimento produtivo. Procuraremos simplesmente destacar os principais obstáculos e os agentes potenciais de uma valorização produtiva e não-extrativa para os dois casos de ilustração. O nível de exame é o da análise de conjunto. A diferenciação e a heterogeneidade locais das regiões de estudo não são então levadas em consideração.

Na região de Nueva Guinea, observa-se um início manifesto de acumulação camponesa. Seu produto está longe de ser na totalidade reinvestido na produção agrícola local. Uma parte é diretamente consumida e permite a melhoria do nível de vida familiar. Os bens de consumo comprados (querosene, vestimentas, açúcar...) são produtos do exterior da região. Uma outra parte está alocada à compra de terras dentro e fora da zona (caso dos produtores sazonais). O futuro de uma valorização agrícola ecologicamente e economicamente reproduzível é incerto. Será o sistema de "roçada-apodrecimento" ecologicamente estável (balanços importação-exportação da matéria orgânica e de elementos minerais) ? Em consequência do seu fraco rendimento em volume por unidade de superfície, não será ele ameaçado pelo prosseguimento do crescimento demográfico? A introdução das lavouras permanentes ou semi-permanentes é feita em condições muito difíceis: variedades mal-adaptadas, problemas de escoamento e de conservação dos produtos. Enfim, a produção baseada na renda dos grãos, mesmo na hipótese de uma degradação a longo prazo dos solos, é levada a prosseguir pelo atrativo das vantagens que ela oferece.

Na Amazônia brasileira, as perspectivas de uma valorização não-extrativa sobre o conjunto do espaço são incertas. Os projetos não-extrativos, agrícolas, florestais e pecuários das firmas são condenados, no seu conjunto, como hoje, ao prejuízo financeiro ao menos até meio-termo. É necessário às firmas, pelo fato de o volume dos capitais aplicados (sob condições que esses capitais procedem, em parte, de fundos próprios), assegurar a reprodução agrônômica de seus sistemas de produção. A ausência de referências técnicas sólidas torna difícil sua realização. Ela é muito onerosa. É o exemplo do Jari e de suas dificuldades de implementar seu programa de reflorestamento. A vantagem de custo em relação às produções fora do trópico florestal úmido é difícil de resgatar. A produção de massa de papel do Jari não é, por exemplo, competitiva com a de Aracruz. O obstáculo reside também no confronto das firmas e das populações pioneiras. Como manter um enclave produtivo num espaço econômico submisso às leis de redistribuição e de exploração de rendas?

De um modo geral, a rentabilidade da produção de carne mostrou-se nula ou negativa. É pouco provável, salvo talvez a muito longo prazo, que a pecuária amazonense rivalize, para demanda interna ou o mercado internacional, com a produção extensiva dos cerrados. Hoje, os grandes índices de mortalidade, o difícil controle da cobertura vegetal, a ausência de protóxido de cálcio são alguns dos elementos que aí se opõem. Além disso, a intensificação da pecuária extensiva é mais favorável fora da Amazônia. Pode-se desde então fazer a hipótese de uma estagnação da pressão fundiária ligada à pecuária. Já sensível, ela é reforçada pela diminuição das ajudas do Estado que alimentam esta especu-

lação. Assistir-se-á a um congelamento das terras. Trata-se, para os criadores, de esperar pacientemente os resultados da pesquisa zootécnica em trópico úmido.

Na Amazônia brasileira, apesar das aparências, o antagonismo produtores pioneiros/grandes proprietários pecuaristas não é nítido. Pode-se mesmo esperar o domínio de uma terceira categoria de agentes: os produtores agrícolas da segunda onda de colonização. Antigos produtores médios paulistas, por exemplo, ocupam ou compram boas terras de Rondônia desmatadas pelos primeiros pioneiros, e aí investem seus meios de produção.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre as dinâmicas econômicas das regiões pioneiras apresenta então um duplo interesse teórico.

As zonas de colonização constituem um dos únicos lugares de observação de uma organização social e de uma “artificialização” do meio em formação. O sistema de valorização inicial é necessariamente fundamentado sobre a exploração dos recursos primários. Ele é determinado pelos fenômenos de criação, de apropriação e de redistribuição das rendas, e mais amplamente dos excedentes (transferências operadas pelos Estados). É desde então um lugar privilegiado para estudar concretamente as modalidades da passagem, ou não, de uma economia baseada na exploração da renda e redistributiva a uma economia de produção não-extrativa.

Por outro lado, o estudo da formação das regiões pioneiras contribui como um excelente revelador das políticas nacionais colocadas em ação pelos Estados. A sorte reservada aos pioneiros é em particular uma ilustração. Ela é como a dos soldados de infantaria nas batalhas. Em todos os casos, com certeza, o corpo de infantaria é, de todas as armas, o pior colocado nos campos de guerra. Mas seu destino não é aleatório, variando de uma ofensiva a outra e em função dos meios à sua disposição. Ele é regido fundamentalmente pelo que está diante dele e pelo que vem depois. O adiante do pioneiro é o meio natural que ele deve desmatar. São também as populações aborígenes. Os acontecimentos afrontando garimpeiros e índios da Amazônia estão aí para lembrá-lo. Aqueles que lhe sucedem, e lhe empurram adiante, são os grandes proprietários-pecuaristas, as firmas, ou os migrantes da segunda onda. Os meios colocados à disposição do pioneiro pelo Estado são, por vezes, nulos ou simplesmente ineficazes. Pode-se admitir sob caução da Aventura, ou da grande capacidade de adaptação dos pioneiros, que o Estado não leve em conta suas necessidades e sua ausência de saber empírico sobre o novo meio?

BIBLIOGRAFIA

- DE OLIVEIRA (A. ENGRACIA) Ocupação humana. In “*Amazonia: desenvolvimento, integração e ecologia*”. CNPq, ed. Brasiliense, 1983, pp. 144-327.
- I.A.N. Proyecto Rigoberto Cabezas. *Estudio de prinversion socio economica*. Manágua, 1969.

- FOUCHER (M.) Le Brésil et l'Amazonie nouvelle. In "Amazonies nouvelles", *Travaux et Mémoires de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*. Univ. Paris III n° 30 — Paris, 1977, pp. 105-110.
- GUITART (F.) Caractéristiques des mouvements migratoires en Amazonie, dans les llanos colombo-vénézuéliens et la Guyane vénézuélienne entre 1950 et 1970. In "Amazonies nouvelles", *Travaux et Mémoires de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*. Univ. Paris — III, n° 30 — Paris, 1977, pp. 265-181.
- HECHT (S.) Cattle Ranching in the Eastern Amazon: Environmental and Social Implications. In *The Dilemma of Amazonian Development*. Ed. by E.F. MORAN 1984. pp. 155-187.
- LARRERE (G.R.), BRUN (A.) La forêt dans l'espace rural. In *Actes du Séminaire Agriculture et Forêt*. Nancy 20-21 Avril 1983. ENGREF, pp. 33-48.
- LE GUEN (R.) La "Révolution" du coton au Nicaragua (1950-1976). première partie: l'agro-exportation, base d'une dictature dépendante in *Notes du GEREI* n° 8 Nov. 1978, ed. INRA, pp. 16-37.
- LÉVÊQUE (F.) La dynamique de la frontière agricole — Ses conséquences énergétiques: le cas de Nueva Guinea (Nicaragua). *Rapport d'expertise*. Agence Coopération Aménagement — Institut Nicaraguayen de l'Energie, Octobre 1983.
- RAISON (J.P.) L'encadrement des colonisations organisées: réflexion sur quelques exemples africains in: "L'encadrement des paysanneries dans les zones de colonisation en Amérique Latine". *Travaux et Mémoires de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*. Univ. Paris-III n° 32, Paris 1978, pp. 161-168.
- SLUTSKY (D.) El avance de la frontera agrícola con especial referencia a la Costa Atlántica de Nicaragua. In *Actas de II seminario nacional de recursos naturales y del ambiente*. Managua 26-28, Agosto 1981: pp. 99-106.
- TAYLOR (J.R.) *Agricultural settlement and development in eastern Nicaragua*. Land Tenure Center-Madison, February 1968.

O CAMPESINATO COMO PONTA DE LANÇA TERRITORIAL DO ESTADO: O CASO DA MALÁSIA

RODOLPHE DE KONINCK

Geógrafo

Departamento de Geografia

Universidade Laval

Québec, Canadá, G 1K 7P4

Tradução: MARIA LUÍZA BELLONI

RESUMO

As tentativas de controle de um campesinato colonizador das margens agrícolas estão estreitamente ligadas à história do poder do Estado no sudoeste da Ásia. O caso da Malásia, onde poderosas agências de colonização foram estabelecidas desde a independência, em 1957, é um exemplo. Ao consolidar sua influência territorial, gerando a extensão e a intensificação do domínio agrícola, o Estado confia ao setor da pequena produção uma parcela maior de responsabilidade de produção das principais culturas comerciais, vulneráveis no mercado mundial.

Palavras-chave:

Sudoeste da Ásia — Malásia — Estado — fronteira agrícola — campesinato — territorialidade.

LA PAYSANNERIE COMME FER DE LANCE TERRITORIAL DE L'ÉTAT: LE CAS DE LA MALAYSIA

RÉSUMÉ

Les tentatives de contrôle d'une paysannerie colonisatrice des marges agricoles sont étroitement liées à l'histoire du pouvoir d'État en Asie du Sud-Est. Le cas de la Malaisie, où de puissantes agences de colonisation ont été établies depuis l'indépendance en 1957, est exemplaire à cet égard. Tout en consolidant son emprise territoriale en gérant l'extension et l'intensification du domaine agricole, l'État confie au secteur de la petite production parcellaire une plus grande part de la responsabilité de production des principales cultures commerciales, vulnérables sur le marché mondial.

Mots-clés:

Asie du Sud-Est — Malaisie — État — Frontière agricole — Paysannerie — Territorialité.

THE PEASANTRY AS THE TERRITORIAL INSTRUMENT OF THE STATE: THE CASE OF MALAYSIA

ABSTRACT

The attempts at controlling a pioneering peasantry have been closely linked to the history of State power in Southeast Asia. The case of Malaysia, where large state agencies have been established since the 1957 Independence

in order to administer the frontier, is particularly eloquent in this respect. While consolidating its territorial hold, through monitoring the extension and the intensification of the agricultural sector, the State is gradually transferring to the smallholder sector the responsibility of producing a larger proportion of the major cash crops, vulnerable on the world market.

Key words:

Southeast Asia — Malaysia — Agricultural frontier — Peasantry — Territoriality.

1. OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS (1)

No sudoeste da Ásia, a intervenção do Estado na gestão espacial da agricultura repousa em uma tradição muito antiga e rica de ensinamentos. Basta pensar nos grandes impérios da península indo-chinesa, notadamente o dos khmers no século XII, cuja própria dinâmica se baseava na extensão e no controle das redes de irrigação que possibilitavam a rizicultura camponesa. Em que pese a complexidade da organização social própria do que foi qualificado como o modo de produção asiático (Sedou, 1968), aceita-se em geral hoje em dia a tese segundo a qual o desenvolvimento ou o recuo da própria articulação entre controle social e gestão espacial da agricultura teria assegurado os êxitos e os declínios de tais impérios (Sahai, 1970; Gourou, 1944; Groslier, 1979).

A fixação dos pequenos camponeses preparando a terra de parcelas rizícolas — das quais Bray assinalou recentemente o quanto elas se prestam mal à consolidação (1983, p.12) — constituiu também um objetivo central dos administradores coloniais em vários países da região durante os séculos XIX e XX. Uma característica essencial da maioria dos campesinatos do Sudoeste asiático, ainda aparente em nossos dias e contradizendo o suposto atavismo do “camponês asiático”, principalmente na Malásia e na Indonésia (Coutllard, 1982), sempre foi uma propensão à mobilidade espacial (Peltzer, 1945; Spencer, 1966). Em se tratando de agricultura, os estados coloniais visaram seja à reabilitação ou à consolidação de antigos perímetros irrigados ou mesmo a organização de novos conjuntos; seja a integração de frentes pioneiras que tinham sido espontaneamente abertas por camponeses.

Mesmo na Alta Birmânia pré-colonial, políticas fiscais haviam sido estabelecidas a fim de favorecer o cultivo das áreas periféricas por pequenos camponeses (Scott, 1888, p. 136). Na mesma época, isto é, ao fim do século XIX, os britânicos, que tinham estabelecido o controle sobre a Baixa Birmânia, acha-

(1) Os poucos parágrafos que compõem esta primeira parte são tirados de uma comunicação intitulada *Les Politiques Spatiales des Etats à l'endroit des paysanneires en Asie du Sud-Est*, que apresentei em 11 de novembro de 1984 num colóquio intitulado *Estrutura do emprego e dinâmica espacial da força de trabalho*, realizado na Universidade Federal da Bahia (Salvador), sob a responsabilidade do Centro de Recursos Humanos (CDRH) da UFBA e do CREDAL/CNRS da França.

vam-se confrontados a uma sociedade onde não existia a propriedade jurídica permanente da terra (Furnivall, 1920, p. 4 e seg.). Esta situação parecia inadmissível para os administradores coloniais que buscavam então desenvolver uma agricultura mercantil e exportadora. Em algumas décadas, seu duplo objetivo tinha sido alcançado: primeiro, fixar o campesinato, estabelecendo novas regras de propriedade e criando uma classe de pequenos proprietários agrícolas, para em seguida obter um excedente rizícola exportável (Furnivall, 1948, p. 114 e seg.).

Nas Filipinas, entre 1918 e 1935, o Estado encorajou o desbravamento, por pequenos camponeses, de vastos perímetros agrícolas na ilha de Mindanao (Peltzer, 1945, pp. 90 e 134). Três objetivos eram perseguidos e todos foram alcançados: a integração, pela colonização agrícola, de um território centrifugo insuficientemente controlado pelo Estado central filipino; a fixação de um campesinato parcelar que podia desempenhar o papel de proletariado fundiário; a redução dos custos do desbravamento e da colonização para os grandes proprietários (*land grabbers*) que conseguiram enganar, ou expulsar pela força, os pequenos camponeses (*ibid.*).

Na Indonésia, a colonização de tipo *transmigrasi*, aplicada pelos administradores coloniais a partir de 1905, inspirava-se em uma lógica comparável (Boeke, 1946, p. 155 e seg.). Tratava-se, em primeiro lugar, de descongestionar a ilha de Java, densamente povoada, e de aí aplacar o problema da pobreza rural. Em segundo lugar, a busca de uma maior integração das ilhas periféricas, as *Outer Islands* precisamente, a um território nacional, centrado e gerido a partir da ilha de Java, podia apoiar-se em parte na colonização pelos pequenos camponeses javaneses. Em terceiro lugar, estes deslocamentos de população javanesa iriam permitir prover de mão-de-obra as grandes plantações de Sumatra. Este foi o caso notadamente da *cultuurgebied*, também chamada *Deli*, este cinturão de plantações rodeando Medan na costa leste da grande ilha. Entre o início do século e 1930, o número de trabalhadores de plantações passou de 55.000 a 336.000 (Stoler, 1985, pp. 31 e 43). Este crescimento deveu-se essencialmente à imigração de *coolies* javaneses, preferidos aos *coolies* chineses. Como bem mostrou Stoler em seu notável estudo, uma característica essencial desta população de trabalhadores javaneses, característica eventualmente favorecida pela “plantocracia” européia, era sua fixação por parcelas de subsistências. Apesar de todas as confrontações que isto pôde acarretar entre os fazendeiros e “seu” proletariado fundiário, tal situação apresentava dupla vantagem do ponto de vista dos interesses dos primeiros. A população de trabalhadores estava melhor fixada em sua propriedade parcelar, sua subsistência e sua reprodução sendo igualmente menos custosas para os proprietários do capital. Embora tenha considerado evoluído em suas modalidades durante as últimas décadas, a política atual do Estado indonésio em matéria de transmigração permite buscar objetivos equivalentes àqueles que eram visados pela administração colonial holandesa. A colonização agrícola dirigida permite desafogar demograficamente a ilha de Java e integrar novas regiões, consolidando assim o território nacional e ao mesmo tempo articulando melhor os diversos setores da produção agrícola.

É contudo na Malásia e mais particularmente na península malaia — isto é,

a Malásia propriamente dita — que, sem dúvida, a intervenção estatal na agricultura mais se desenvolveu. Aqui os componentes espaciais das políticas agrícolas foram e permanecem muito explícitos, notadamente na gestão da fronteira agrícola.

2. O CASO DA MALÁISIA (2)

2.1. Os antecedentes do Estado moderno

Sabe-se o quanto na época pré-colonial as elites malaias tentaram fixar os campesinatos que praticavam a agricultura itinerante. Este foi o caso notadamente na planície do Kedah, situada a nordeste da península malaia, quando os diversos sultões que se sucederam no poder de 1664 a 1816 fizeram realizar grandes obras de drenagem (Zaharah, 1966, p. 47 e seg.). Esta colonização agrícola visava sedentarizar um campesinato, graças, primeiro, ao trabalho obrigatório de construção dos canais e, em seguida, às excelentes vias de comunicação e margens de fixação que asseguravam estes mesmos canais (Hill, 1977, pp. 58-59). Porém, durante todo o século XIX, a fronteira agrícola no nordeste iria permanecer marcada pela instabilidade (Shanon, 1969, p. 5 e seg. e Cameron, 1865, p. 331) de uma colonização pioneira, realizada primeiramente por famílias camponesas (Afifuddin, 1978, p. 45 e seg.) e depois mais ou menos controlada pelas elites locais.

Desde o início do século XX, sob a administração colonial britânica, a fixação, a imposição de tutela ao campesinato malaio vão progredir mais rapidamente. Do mesmo modo que sob os sultanatos, as medidas tomadas vão depender de uma política ao mesmo tempo territorial, social e econômica, na qual se tratará de controlar e gerir um território e uma população, de suscitar e controlar um excedente agrícola. Sob os britânicos, no entanto, estes objetivos vão se inserir em um esquema muito mais amplo, onde se buscará uma verdadeira divisão étnica e espacial do trabalho: os malaios nos arrozais, os trabalhadores “importados”, chineses e indianos, nas plantações. Com esta finalidade, os administradores coloniais vão estabelecer uma legislação visando confinar os malaios no interior de vastos perímetros designados como reservas nas quais, em princípio, os membros das outras etnias não terão o direito de adquirir terras. O *Malay Reservations Enactment* de 1913 tinha precisamente como objetivo, segundo os próprios termos de um administrador colonial, promover a existência de um pequeno campesinato parcelar, a *Malay yeoman peasantry* (citado por Lim, 1977, p. 111). Esta legislação, de protetora que era no início

(2) O termo Malásia designa aqui a Federação da Malásia, formada em 1963, incluindo então Cingapura que se separou em 1965. A Malásia compreende dois grandes conjuntos: de um lado a península malaia, isto é, a antiga *Malaia* Colonial, a Malásia propriamente dita, agrupando onze estados; e de outro lado cerca de 700 km a leste, na parte setentrional da ilha de Bornéu, os Estados de Sarawak e Sabah. A península cobre 131.587 km² e, no início de 1986, conta com cerca de 13 milhões de habitantes, enquanto Sarawak (com 124.449 km² e mais de 1,5 milhão de habitantes) e Sabah (com 74.398 km² e mais de 1,2 milhão de habitantes) cobrem cerca de 200.000 km² mas reúnem menos de três milhões de habitantes.

(Kratoska, 1983, pp. 149-150), iria entretanto tornar-se senão repressiva, pelo menos restritiva: em 1917, foram acrescentados o *Rice Lands Enactment* que dava aos administradores coloniais o poder de obrigar os camponeses malaios a trabalharem em culturas de subsistência, isto é, essencialmente, na rizicultura — o objetivo era limitar a dependência alimentar dos Estados “federados” da península (Perak, Selangor, Negeri, Sembilan e Pahang) — e os *Straits Settlements* dirigidos aos Estados vizinhos, principalmente a Birmânia e o Siam (Lim, 1977, p. 120 e seg.). Com isto buscava-se igualmente desencorajar as iniciativas pioneiras dos camponeses. Em consequência — mesmo se o confinamento dos malaios na rizicultura esteve longe de ser atingido, pois um bom número de pequenos camponeses lançaram-se na cultura ilegal da seringueira; e mesmo que, em consequência, a colonização pioneira e individual das zonas florestais do interior da península tenha continuado — o desenvolvimento da fronteira agrícola foi consideravelmente desacelerado.

Desta forma os administradores coloniais tinham contribuído, de algum modo, para constituir uma reserva de campesinato parcelar necessitando colonização de um lado, e uma fronteira agrícola a reativar, de outro lado. Isto estava, aliás, explícito no discurso colonial (Kratoska, 1982, p. 302 e seg.). No momento da passagem dos poderes, com a independência de 1957, a elite malaia dispunha de um campesinato a modelar, de um projeto territorial latente para aí chegar e de um discurso já preparado para justificá-lo (Rudner, 1971, p. 190).

2.2. Os problemas do Estado independente

Na verdade, por trás do discurso paternalista dirigido ao campesinato malaio, a nova administração vai efetivamente voltar-se para a fronteira agrícola no quadro da busca de soluções para os problemas políticos, sociais e econômicos, muito agudos, que ela herdou.

Em primeiro plano, situam-se os problemas de controle do território nacional: este, notadamente na península, está longe de estar assegurado de maneira uniforme e total. Isto se deve em parte à presença de rebeldes comunistas que, tendo-se oposto à volta dos britânicos após 1945, opõem-se doravante ao novo governo implantado em 1957(3); está também ligado ao problema da integração dos diversos grupos aborígenes que vivem geralmente no interior montanhoso e florestal da península, afastados das planícies e terras baixas da periferia. Num segundo plano, o novo Estado deve enfrentar os problemas ligados à pobreza rural, dos pequenos camponeses, principalmente rizicultores, e sobretudo majoritariamente de etnia malaia. Ora, é junto a este campesinato malaio que a classe dirigente baseia e pensa continuar baseando sua legitimidade, no interior de uma nação tensa, senão dividida pelas diferenças étnicas. Num terceiro plano, enfim, estreitamente ligado ao segundo, situa-se o problema da baixíssima produtividade do setor camponês, tanto para as culturas co-

(3) Esta oposição, hoje marginal em termos políticos e territoriais, foi combatida militarmente e com bastante sucesso no quadro que foi chamado de *Emergency* (1948-1986). Cf. Short, 1977.

merciais quanto para a do arroz, o País tendo por isso que enfrentar um sério déficit rizícola.

As tentativas de resolução destes problemas passarão, pois, pela elaboração progressiva, mais rápida e eficaz, de políticas agrícolas baseadas em verdadeiras estratégias espaciais (De Koninck, 1981 a). A agricultura vai consolidar-se, diversificar-se e se estender.

2.3. As políticas agrícolas modernas

Os novos administradores do Estado vão voltar-se para o conjunto da agricultura parcelar, inclusive a que é praticada por pequenos seringueiros chineses. A luta pela produtividade agrícola e contra a pobreza rural vai apoiar-se em investimentos maciços, particularmente a nível da infra-estrutura. Ela vai iniciar com os primeiros planos quinquenais da Federação da Malásia (1956-1960 e 1961-1965) e se acentuar com o primeiro plano da Malásia (1966-1970). Depois, durante os três planos que se seguiram, a *New Economic Policy* foi estabelecida. Esta NEP visa à redução da desigualdade sócio-econômica da etnia malaia com relação à minoria chinesa(4), e se concentra primeiro na área da agricultura, lá onde os malaios são a grande maioria. Tanto em números absolutos, ao mesmo tempo em que o orçamento do Estado cresce de modo fenomenal, quanto em termos relativos, a agricultura e, em particular, a colonização vão beneficiar-se de alocações totalmente excepcionais (Quadro 1). Durante os anos setenta, os recursos efetivamente consagrados à colonização, ao *land development*, vão representar mais da metade do orçamento total da agricultura, que contava então com mais de 20% do orçamento do Estado federal. Neste mesmo período, a Malásia gastará mais com a colonização do que com a defesa nacional de um lado, e com educação de outro (De Koninck, 1981a, p. 113); dificilmente se pode encontrar melhor ilustração da importância geopolítica da colonização agrícola!

Pois trata-se justamente disso. Aumentando suas intervenções junto aos agricultores, o Estado central bem como seus agentes a nível da administração regional e estadual — tal como em Pahang ou em Kedah — vão aumentar o controle do próprio território. Esta expansão vai basear-se em dois tipos de programas. Os primeiros visarão à consolidação ou à melhoria dos grandes perímetros irrigados, que se situam nas terras baixas da periferia do território e dos quais o mais importante é, de longe, o *Muda Irrigation Scheme* em Kedah, cobrindo perto de 100.000 hectares e envolvendo cerca de 60.000 famílias de rizicultores (De Koninck, 1981b e 1986). Porém o tipo de programa mais elabora-

(4) Segundo o recenseamento de 1980 (Department of Statistics, 1983, p. 18), na península os malaios representam 55,3% da população, os chineses 33,8% e os indianos 10,2%. Em Sarawak, as proporções correspondentes são de 69,3%, 29,5% e 0,2%; em Sabah, de 82,9%, 16,2% e 0,6%. Entretanto, deve-se precisar que nestes dois casos a categoria de recenseamento não designa “Malaio”, mas, respectivamente, *Bumiputera* (“filhos da terra”, autóctones) e *Pribumi* (autóctones); isto permite associar estatisticamente e, espera-se, politicamente os verdadeiros autóctones de Bornéu aos malaios da península e à sua causa. Sem este artifício os “malaios” estariam em minoria nos Estados de Bornéu. Assim, sabe-se que em Sarawak os *iban* significam 30,3% da população e os malaios propriamente ditos 19,7%. (Idem.).

QUADRO 1 — *IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS ORÇAMENTOS AGRÍCOLAS E DOS ORÇAMENTOS ALOCADOS À COLONIZAÇÃO NA MALÁSIA, 1966-1985.*

Planos Quinquenais	Orçamento do Governo Federal (em milhões de \$ <i>ringgit</i> malaios) ^a					
	1. Orçamento Total	2. Orçamento Agrícola		3. Orçamento da Colonização ^b		
		milhões de \$	% de 1	milhões de \$	% 1	% 2
First Malaysia Plan 1966-1970(1)	4.242,2	1.141,1	26,3	363,6	8,6	31,8
Second Malaysia Plan 1971-1975(2)	10.255,5	2.369,0	21,7	1.252,7	11,6	52,9
Third Malaysia Plan 1976-1980(3)	31.147,0	6.464,3	20,7	3.432,5	11,0	53,1
Fourth Malaysia Plan 1981-1985(4)	48.859,0	7.986,0	16,3	3.543,0	7,3	44,4

FONTES: 1. Government of Malaysia, 1971, p. 68 e seg.
 2. Government of Malaysia, 1976, p. 240 e seg.
 3. Government of Malaysia, 1981, p. 242 e seg.
 4. Government of Malaysia, 1984, p. 208 e seg.

NOTAS: a) Durante o período considerado, o valor do \$ *ringgit* malaio evoluiu entre 0,33 e 0,45 dólar americano.

b) Por colonização entende-se, aqui, o que é designado na Malásia pelo termo *land development*, isto é, em primeiro lugar e sobretudo a abertura propriamente dita de frentes pioneiras, mas também a consolidação ou a reabilitação de plantações camponesas em situação precária.

do, o que caracteriza realmente a *land policy*, a política espacial do Estado malaio, é o de organização das frentes pioneiras.

3. A COLONIZAÇÃO INTERIOR NA MALÁSIA

3.1. A agência Felda

Em 1956-1957, foi implantada a *Federal Land Development Authority* — FELDA. Esta agência tinha por missão reativar esta fronteira agrícola, sobre a qual foi referido acima que ela tinha sido desativada pelos administradores coloniais, notadamente por razões de segurança. Porém, enquanto que durante o período da *Emergency* (1948-1960) havia-se começado a confinar os povoa-

mentos agrícolas nas terras baixas melhor controláveis da periferia da península, após 1957, os administradores do Estado independente vão tentar a conquista do interior, por meio da colonização.

Durante seus primeiros anos de atividade, isto é, de 1957 a 1961, a agência Felda apenas apoiava financeiramente os novos programas de colonização dos diversos Estados da península (Blair e Noor, 1981, p. 4). Aliás, tais programas visaram então somente pôr um pouco de ordem nas práticas de desbravamento e de colonização mais ou menos espontâneas que, sem nunca terem cessado,

**QUADRO 2 — O DESENVOLVIMENTO PELO ESTADO DAS TERRAS CAMPO-
NESAS DE CULTURAS COMERCIAIS, NA MALÁISIA.**

PROGRAMAS	PLANOS QÜINQÜENAIIS				
	1961 - 1965 ⁽¹⁾	1966 - 1970 ⁽¹⁾	1971 - 1975 ⁽²⁾	1976 - 1980 ⁽³⁾	1981 - 1985 ⁽⁴⁾
			(em hectares)		
Programas das Agências Federais					
Felda	46.060	69.110	155.600	218.105	161.581
Felcra	47.720	19.995	22.492	28.218	41.142
Risda	—	—	18.243	13.220	9.770
<i>TOTAL</i>	<i>93.780</i>	<i>79.105</i>	<i>196.335</i>	<i>259.543</i>	<i>232.493</i>
Programas dos Estados da Península	63.320	33.590	58.342	97.320	143.872
Programas dos Estados de Sabah e Sarawak	1.545	40.926	77.875	56.606	73.279
<i>TOTAL</i>	<i>64.865</i>	<i>74.516</i>	<i>136.217</i>	<i>153.926</i>	<i>217.151</i>
Programas do Estado e Setor Privado (<i>Joint Ventures</i>)	?	?	52.951	67.096	100.000
<i>TOTAL GERAL</i>	<i>158.645</i>	<i>153.621</i>	<i>385.503</i>	<i>480.565</i>	<i>549.644</i>

FONTES: (1) Government of Malaysia, 1971, pp. 125-126.

(2) Government of Malaysia, 1976, p. 302.

(3) Government of Malaysia, 1981, p. 270.

(4) Government of Malaysia, 1984, p. 232 (estimativas).

NOTA: Nos três primeiros planos, o sistema inglês de medidas prevalecia; os dados em hectares foram, pois, calculados pela relação: 2,59 acres = 1 hectare.

reapareciam com mais força. Depois, progressivamente, a agência ia ser dotada de maior autonomia e tornar-se o mestre-de-obras do desenvolvimento da fronteira agrícola, particularmente na península (Quadro 2). Superfícies consideráveis, a maior parte situadas nas zonas florestais do interior, foram colocadas a sua disposição. Estas terras destinadas à colonização são em geral propriedade dos Estados ou são adquiridas por estes e é então com as administrações locais que a agência negocia a transferência dos “poderes”. O Estado local (Pahang ou Johore ou Negeri Sembilan, etc.) permanece proprietário, mas é a agência Felda que se torna administradora e assume a responsabilidade de desenvolver a infra-estrutura ou de contribuir para o desenvolvimento desta, notadamente em termos de estradas de acesso.

Cabe geralmente à agência identificar e avaliar as áreas potenciais que devem ser abertas à colonização. Ao fazerem isto, seus representantes são chamados a colaborar com os diversos ministérios envolvidos, tanto a nível federal como dos Estados. A agência possui, todavia, escritórios regionais e emprega grande número de engenheiros, agrônomos e especialistas que asseguram ao que se tornou um poderoso aparelho de Estado um alto grau de autonomia e uma notável abrangência do território (Figura 1).

A estrutura de administração da agência Felda é ao mesmo tempo complexa e eficaz. Segundo os últimos dados oficiais, referentes ao ano de 1981 (Felda, 1983, p. 4), a agência propriamente dita emprega 7.385 pessoas, das quais 754 no escritório central em Kuala Lumpur, 1.077 nos escritórios regionais e 5.419 no próprio campo, isto é, no interior dos projetos que ela administra. Mas ela controla também oito corporações distintas que empregam 9.093 pessoas. Estas “corporações” são na realidade divisões administrativas do aparelho de gestão, responsáveis por atividades especializadas(5). Se acrescentarmos as três companhias, associadas à Felda, que operam na refinação de azeite-de-dendê e da cana-de-açúcar e empregam 854 pessoas, o total de empregados do grupo Felda ultrapassa 17.000 pessoas.

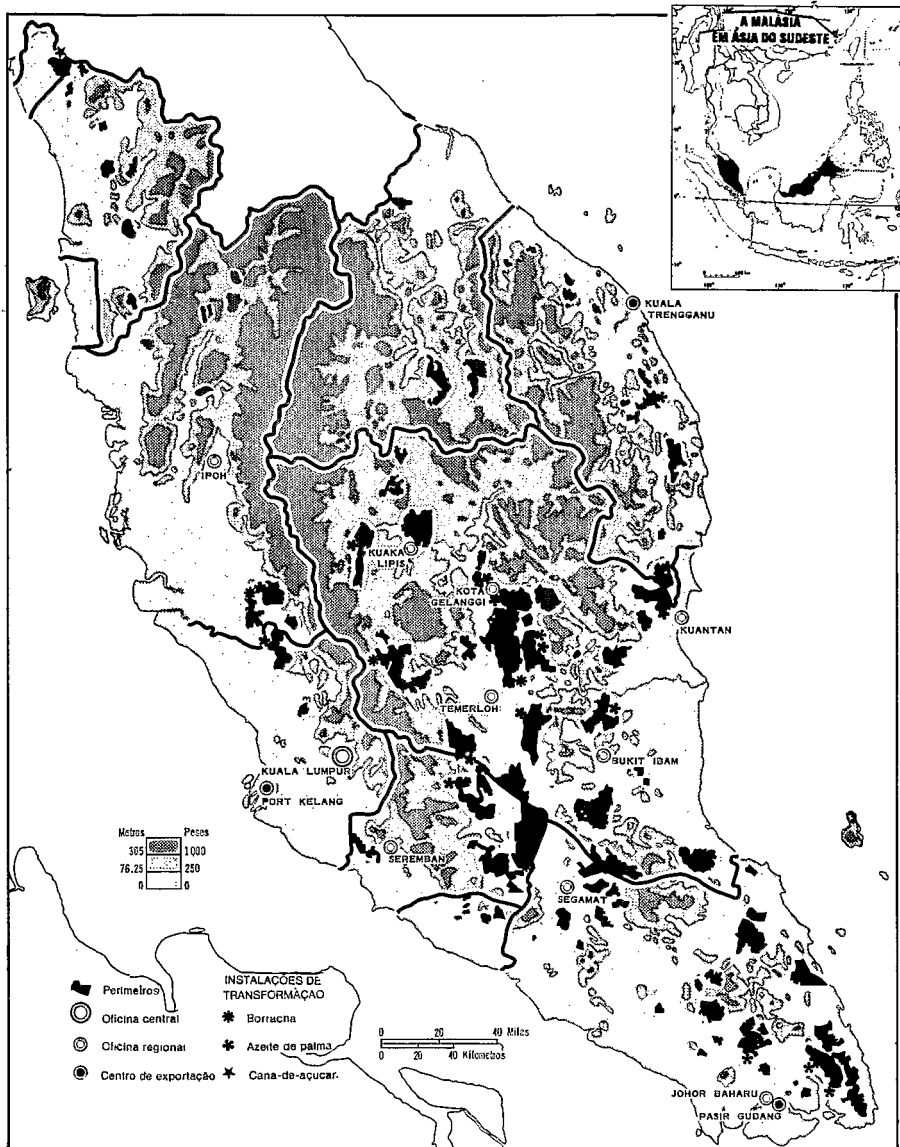
Este poderoso aparelho teve, pois, como primeira função organizar o desenvolvimento das frentes pioneiras desde a independência em 1957 e sobretudo desde o segundo plano quinquenal da Malásia (1961-1965). Desde então, Felda estabeleceu 308 perímetros cuja grande maioria (cerca de 300) situa-se na península. Ao fim de 1981, podia-se contar um total de 564.910 hectares já desbravados no interior destes perímetros acolhendo então 70.500 famílias de colonos (Quadro 3). Segundo os primeiros relatórios sobre a realização do quarto plano quinquenal da Malásia (1981-1985), pode-se estimar que, no início de 1986, a agência Felda dispõe de mais de 700.000 hectares já desbravados, mas nem todos suficientemente “desenvolvidos” para serem inteiramente aproveitados pelas quase 90.000 famílias de colonos já estabelecidas (6).

(5) Estas oito corporações são responsáveis por atividades designadas do seguinte modo: *Mills, Marketing, Transport, Latex Handling, Trading, Security Services, Agricultural Services, Construction* (Felda, 1983, p. 1).

(6) Os dados referentes às atividades da agência Felda estão em geral disponíveis com certo atraso e podem variar segundo apareçam nos relatórios anuais da agência ou nos planos quinquenais. Além disto, são pouco detalhados e ilustram mal os detalhes de utilização do solo no interior dos projetos.

FRENTES PIONEIRAS DENTRO DA PENÍNSULA MALÁSIA

Perímetros e instalações da Agência Felda em 1981



Fonte: MINISTRY OF EDUCATION, 1977
SHAMSUL & PERERA, 1977
FELDA, 1983

QUADRO 3 – TERRAS DESENVOLVIDAS PELA AGÊNCIA FELDA, NA MALÁISIA ATÉ 1981.

Culturas	Perímetros		Superfícies		Famílias Estabelecidas	
	n.º	%	hectares	%	n.º	%
Azeite-de-dendê	177	57,5	335.741	59,4	40.256	57,0
Borracha	117	38,0	178.322	31,6	29.685	42,1
Cacau	11	3,6	15.059	2,7	182	0,6
Cana-de-açúcar	2	0,6	5.118	0,9	440	0,3
Café	1	0,3	529	0,1	0	0
Infra-estrutura	—	—	30.141	5,3	—	—
TOTAL	308	100,0	564.910	100,0	70.563	100,0

FONTE: Felda, 1983, pp. 6 e 7.

NOTA: As superfícies ditas desenvolvidas ainda não estão todas ocupadas; a dimensão das parcelas familiares efetivamente trabalhadas raramente ultrapassa cinco hectares.

Pois é a própria agência que é responsável pelo “desenvolvimento” dos perímetros. Após estudos apropriados (topografia, cobertura vegetal, solos, clima, acesso, etc.), a agência adquire a autorização para desenvolver um perímetro. Este terá em média 1.500 a 2.000 hectares e deverá ser preparado e loteado para acolher 400 a 500 famílias de colonos. Pois aqui a cultura da seringueira ou do dendê é realizada com muita eficácia: nas condições atuais de rendimento, quatro a cinco hectares são considerados suficientes para uma família (Alladim, p. 5).

Para o desmatamento, o desbravamento e a implantação da infra-estrutura, a agência Felda oferece contratos às empresas privadas, através de concorrência pública. São mal conhecidas as somas assim empregadas, mas sabe-se que no total elas são consideráveis e é evidente que a *land policy* é um motor de atividade econômica altamente importante através de todo o País. Uma vez um perímetro preparado, os lotes traçados e construídas as casas dos colonos, estes podem vir estabelecer-se.

As famílias de colonos são escolhidas segundo um processo de avaliação muito rigoroso onde são tomados em consideração cinco tipos de critérios: a idade do candidato (21-50 anos), seu estado civil (casado), sua situação fundiária, sua experiência agrícola, seu estado de saúde (Shamsul e Perera, 1977, p. 56 e seg.). De modo geral, são favorecidos os candidatos jovens, casados e com filhos, não possuindo terras mas gozando de boa saúde e tendo experiência de trabalho na agricultura: ou seja, os jovens camponeses sem terra e suas famílias (7).

As casas dos colonos são agrupadas em aldeias cujo número varia segundo a dimensão dos projetos e a época de seu estabelecimento: com efeito, du-

rante os últimos anos, a política da agência evoluiu para uma maior concentração do hábitat. Enquanto que entre os perímetros mais antigos podia-se encontrar até uma dezena de aldeias, hoje a tendência é o planejamento de uma ou duas aldeias por projeto. No caso dos perímetros particularmente extensos, isto pode significar agrupamentos de 500 a 600 famílias. Além disto, como a tendência atual é de desenvolvimento de perímetros contíguos, a concentração das atividades e serviços é cada vez mais acentuada. É o caso notadamente do centro do Estado de Pahang, ao norte de Temerloh, onde cerca de vinte perímetros estão “aglomerados” (Figura 1).

Ao tomar posse de sua casa familiar, o colono assina um contrato com a agência referente ao eventual reembolso do preço da casa, do lote e da alocação mensal que ele vai receber enquanto espera que as árvores comecem a produzir. De fato, quando os colonos estão estabelecidos, eles só têm alguns meses a esperar, pois a plantação foi feita muitos meses antes de sua chegada (8). Durante estes meses, eles deverão desenvolver o jardim contíguo a sua casa e cuidar de sua parcela, segundo as instruções fornecidas pelos funcionários da Felda que doravante não cessarão de controlar os colonos. Estes podem também se empregar como trabalhadores na direção do perímetro a fim de participar dos numerosos trabalhos de desbravamento e preparação.

Se a manutenção e depois a cultura da parcela permanecem sob a responsabilidade do colono e de sua família, estes contam com os conselhos e serviços fornecidos pelos técnicos da Felda. De fato os colonos são cada vez mais operários agrícolas, com a única diferença, fundamental do ponto de vista da gestão do trabalho, de que sua renda é função do rendimento da parcela que eles estão comprando. Eles trazem sua colheita aos centros de coleta geridos pela agência no interior mesmo do perímetro dos projetos. Sua renda bruta é calculada em função do peso do látex ou dos frutos colhidos, de sua qualidade e do preço do mercado (9). Para a determinação da renda líquida, deduz-se da renda bruta: de um lado, as mensalidades da hipoteca (geralmente parceladas em 15 anos), da casa, o preço do lote, o reembolso da alocação; e, de outro lado, as despesas de estabelecimento (bens e serviços) efetuadas junto à agência. Os rendimentos agrí-

(7) Na realidade, ao longo dos anos, as políticas da agência evoluíram consideravelmente não somente na seleção dos colonos mas também na dimensão das superfícies alocadas, o tamanho e a natureza das casas, o estado dos lotes oferecidos, etc. De modo geral, a quase totalidade dos colonos que se apresentam sendo malaios e muçulmanos, a questão do sexo se coloca raramente: os candidatos são quase sempre do sexo masculino. Deve-se notar que isto só poderá acelerar a erosão das relativas vantagens fundiárias de que se beneficiam as mulheres na sociedade malaia tradicional.

(8) Também aqui as práticas evoluíram. De um lado, a melhoria das plantações é tal que diminuiu o número de anos necessários para que a seringueira verta seu látex (5 anos em vez de 7), ou para que o dendezeiro produza frutos prontos para a colheita (apenas 3 anos). De outro lado, busca-se estabelecer os colonos em uma data mais próxima da época de início da produção.

(9) Ainda uma vez, impõem-se nuances, pois as condições mudaram muito nos últimos anos. Nos perímetros dedicados à cultura do dendê, o trabalho da colheita, de longe o mais importante, é cada vez mais organizado em equipe. Assim, por exemplo, um grupo de vinte colonos, cujas parcelas contíguas constituem um “bloco”, trabalham em equipes. Então é o peso da colheita coletiva que é levado em conta: isto já tem acarretado sérios problemas de injustiça e insatisfação (Massard, 1984, p. 34 e seg.).

colas sendo excepcionalmente elevados nos perímetros Felda, a renda dos colonos é em geral nitidamente superior à renda dos membros das comunidades camponesas das quais eles vêm, ou àquela dos trabalhadores nas plantações privadas.

Os colonos dos projetos Felda, apesar dos problemas que vão aparecendo com o passar dos anos — e aos quais voltaremos brevemente mais adiante —, representam no interior das comunidades rurais do País uma minoria relativamente privilegiada: no total eles representam apenas cerca de 10% das famílias agrícolas do País. Entretanto, apesar do isolamento geográfico de um certo número de perímetros Felda, a *política espacial* da agência não está isolada, pois aí se articulam ou pelo menos se acrescentam as de outros agentes.

3.2. As agências Felcra e Risda

Os programas da *Federal Land Consolidation and Rehabilitation Authority* iniciaram em 1960 (10). Esta agência tem por missão recuperar as zonas agrícolas marginais, prestando assistência aos pequenos produtores que praticam a agricultura em condições geográficas difíceis: isolamento, infra-estrutura precária, parcelas mal desbravadas ou dispersas. Menos importante, menos rica e sobretudo menos poderosa do que a agência Felda, a agência Felcra intervém mesmo assim junto a um número de pequenos produtores quase tão elevado. Pois se o conjunto de áreas de culturas delimitadas como partes dos projetos desta agência mal ultrapassa os 160.000 hectares (Quadro 2), ou seja, menos de um quarto do “domínio” da agência Felda, os produtores controlados por Felcra em geral cultivam parcelas de cerca de dois hectares, onde a seringueira predomina ainda.

Uma terceira grande agência foi implantada no início dos anos setenta: a *Rubber Industry Smallholders Development Authority*. A agência Risda tem por missão principal incentivar os pequenos plantadores de seringueira a melhorar o estado de suas culturas. Com efeito, devido ao tamanho reduzido das parcelas que eles cultivam, estes pequenos produtores têm a tendência de conservar em produção árvores muito velhas, o que só pode baixar o rendimento médio de sua propriedade. A agência fornece-lhes então a assistência técnica e os créditos necessários para abater as árvores velhas e plantar outras novas em uma parte de sua parcela, seguindo um princípio de rotação que assegurará uma produtividade máxima. Com efeito, na península em 1983, o rendimento médio da cultura camponesa de seringueiras (monocultura ou não), que envolve mais de 400.000 famílias, é da ordem de menos de uma tonelada de látex por hectare: nas grandes plantações privadas bem como nos perímetros da agência Felda, os rendimentos médios chegam a uma tonelada e meia por hectare (Ministry of Finance, 1984, p. 114).

(10) A agência Felcra foi constituída somente em 1968, porém os programas e projetos que passaram para seu controle a partir desta data haviam começado em 1960.

Também em termos de área de intervenção, a agência Risa não pode competir com a agência Felda (Quadro 2). Porém o número de seus clientes atuais é tão elevado quanto o da outra agência, pois eles são todos pequenos produtores (que não dispõem muitas vezes de mais de um ou dois hectares) que “replantam” ao mesmo tempo apenas uma fração de hectare. Assim, quando as estatísticas relativas à ação desta agência mencionam 100 hectares “replantados”, é preciso esclarecer que isto implica várias centenas de produtores.

Estas três agências, Felda, Felcra e Risa, desempenharam um papel central na política de desenvolvimento e de consolidação da fronteira agrícola na Malásia e sobretudo na península. Além disto, sua ação não se limitou, e se limita cada vez menos, exclusivamente ao setor da produção agrícola. Com efeito, todas as três diversificam suas atividades principalmente com o comércio e a indústria de transformação, como já foi mencionado acima a respeito da agência Felda. Aliás, estas agências, e em particular a Felda — graças à taxa cobrada sobre os produtos cujo escoamento elas asseguram, graças aos preços que elas cobram por seus serviços — são verdadeiras potências financeiras que souberam diversificar suas atividades e haveres.

Elas podem também confiar progressivamente a responsabilidade da fronteira agrícola aos Estados locais e facilitar a participação do setor privado. De fato, durante os últimos planos quinquenais, os programas sob a dependência das administrações locais desenvolveram-se consideravelmente, a tal ponto que, durante o plano de 1981-1985, os programas pioneiros dos Estados foram quase tão ambiciosos quanto os das agências federais. Isto é verdade sobretudo na península, pois no interior dos Estados da ilha de Bornéu, Sabah e Sarawak, as agências federais nunca haviam conseguido dar, a este ponto, continuidade às iniciativas locais. Enfim, o papel das *joint ventures* entre o Estado e o setor privado cresce consideravelmente (Quadro 2).

3.3. Os “*integrated agricultural development projects*”

A descentralização dos poderes no desenvolvimento e na consolidação da fronteira agrícola não implica uma desaceleração das atividades. Ao contrário, com a multiplicação dos agentes federais e locais, a área social e espacial das atividades de controle estatal do mundo camponês está em plena expansão. Nada ilustra melhor esta tendência do que o desenvolvimento progressivo, durante o último plano quinquenal, dos *Integrated Agricultural Development Projects* (IADP). Por este termo são designados imensos perímetros, nos quais todas as atividades agrícolas são em princípio planejadas e constituem objeto de uma gestão integrada com vistas à “eliminação da pobreza rural”. Em vários casos, a designação IADP se aplica a áreas de intervenção estatal já “consagradas” há muito tempo. É o caso notadamente do *Muda Irrigation Scheme*, mencionado acima, que representa o mais importante e o de maior êxito, em termos macroeconômicos, dos projetos de desenvolvimento *in situ* espalhados através da península. Mas há também novos projetos integrados, em zonas outrora negligenciadas tanto pelas agências federais como pelas administrações

locais. Estes IADP, distintos dos projetos das três grandes agências federais em ação na fronteira agrícola propriamente dita, são pois essencialmente localizados nas terras baixas onde predomina a rizicultura. Sua administração está sob a responsabilidade de um aparelho de gestão que deve responder ao mesmo tempo ao governo central e ao estadual, mantendo, contudo, uma grande autonomia. Em fins de 1983, quinze dos vinte e dois projetos integrados eram considerados como estabelecidos: eles envolviam 480.100 famílias agrícolas, trabalhando 847.500 hectares. (Government of Malaysia, 1984, p. 246). A densidade agrícola destas áreas de terras baixas é, como se pode ver, nitidamente mais elevada do que as margens pioneiras do interior.

Há previsões de que ao fim dos anos 80 o domínio dos IADP estender-se-á para cerca de dois milhões de hectares cultivados por cerca de um milhão de famílias camponesas (Kassim et alii, 1983, II, Quadro 1). Se somarmos todos os espaços administrados e todas as populações agrícolas controladas pelas agências federais e locais, constataremos que em breve o essencial do setor camponês estará diretamente sob a tutela dos aparelhos de Estado (*ibid.* p. 234). O mapa da agricultura malaia torna-se cada vez mais o mapa dos territórios diretamente administrados pelo Estado que tomou o controle de todas as fronteiras agrícolas, antigas, novas ou em potencial, com conseqüências múltiplas.

4. A EXPANSÃO DO SETOR AGRÍCOLA

Durante os últimos vinte anos, quando a intervenção estatal na agricultura intensificou-se, o setor agrícola malaio teve uma expansão notável em vários planos: político, econômico e espacial.

No plano político, a atenção concedida a este setor pelos representantes do principal partido (UMNO), que domina o governo de coalizão (Alliance), e pelos de seu principal oponente (PAS), não diminuiu ao longo destes vinte anos. Todos os programas políticos, todos os planos de desenvolvimento ressaltam a necessidade de lutar contra a pobreza rural que é antes de tudo a dos pequenos camponeses malaios (Gibbons, 1984). Em conseqüência, como vimos, esforços consideráveis foram realizados. Os orçamentos alocados para a agricultura, e em particular para sua expansão no espaço, foram e permanecem consideráveis.

Concretamente, isto acarretou um crescimento totalmente excepcional das superfícies agrícolas. Entre 1965 e 1985, o total das superfícies reservadas às cinco principais culturas(11) passou de 2,7 a 4,6 milhões de hectares, ou seja, um crescimento de 70% (Quadro 4). Porém isto não é tudo, pois esta expansão realizou-se em um contexto onde várias modificações ocorreram na repartição dos setores de produção. Na época da independência, a parte ocupada pela

(11) Os dados disponíveis sobre o conjunto do setor agrícola são demasiado confusos para que se possa estimar um número exato. Pode-se estimar que o total de superfícies *cultivadas* em todo o País não deve ultrapassar cinco milhões de hectares. Em outras palavras, as cinco principais culturas cobriram cerca de 90% deste total.

borracha nas exportações da Malásia era excepcionalmente importante, situando-se ainda em 55% do total em 1961 (OOI, 1963, p. 334); em 1983, esta parte não era mais de 11% (Ministry of Finance, 1984, p. 152). Entre estas duas datas a diversificação das atividades exportadoras realizou-se não somente na própria agricultura mas na economia como um todo. De uma economia baseada em dois produtos essenciais, a borracha e o estanho (21% em 1961), passou-se a uma economia de exportação, na qual o petróleo representa um quarto do total, os produtos manufaturados um pouco mais, a madeira cerca de 15% e a borracha e o dendê representam cada um cerca de 10%. O conjunto das outras exportações agrícolas (onde a parte do cacau não pára de crescer, ultrapassando mesmo a da copra) agora supera em valor as exportações de estanho que não significam mais que 5% do total nacional (*ibid.* p. 117 e seg. e 152). Enquanto em 1961 as exportações de origem agrícola representavam cerca de 65% do total nacional (Malásia), elas representam hoje menos de 30% (*ibid.*). Em termos de ocupação da população, a parte da agricultura evoluiu mais ou menos do mesmo modo: cerca de 75% em 1961, passou a 37% em 1983 (Government of Malaysia, 1984, p. 127).

Estes declínios nas proporções camuflam contudo a natureza e a importância das operações de diversificação e de intensificação realizadas desde o início dos anos sessenta no próprio interior desta agricultura, que permanece o principal motor da economia do País, segundo os analistas do Banco Mundial (World Bank, 1983, p. 18). *Em primeiro lugar*, o total das superfícies dedicadas à seringueira não mais se expande. *Em segundo lugar*, um formidável programa de expansão da cultura do dendê foi lançado e continua atualmente (Quadro 4). *Em terceiro lugar*, mesmo sendo objeto de um aperfeiçoamento nas técnicas de produção, a cultura do coco apresenta uma redução em termos de superfície, enquanto que a do cacau se difunde, algumas vezes em substituição ao coqueiro, ou simplesmente em culturas intercalares. *Em quarto lugar*, a rizicultura foi objeto de uma intensificação totalmente excepcional, a Malásia sendo o país onde a dupla safra se difundiu mais: enquanto em 1961 esta cultura era praticada de modo totalmente marginal (OOI, p. 225), em 1981 ela abrangia mais de 50% das superfícies, contra 11% na Indonésia (Taylor, 1981, p. 178). Em consequência, enquanto durante os anos que se seguiram à independência o País devia importar até a metade do arroz necessário ao consumo nacional, esta proporção é atualmente da ordem de 10%.

Este crescimento da produção, também muito marcante nas duas outras principais culturas, a borracha e o dendê (Quadro 5), não está ligado somente à extensão das superfícies em produção, particularmente no caso do dendê e da rizicultura pela dupla safra, mas também e sobretudo está ligado ao crescimento dos rendimentos. Isto representa uma *quinta* mudança fundamental bem ilustrada pelo caso do dendê e, sobretudo, da borracha natural, dos quais a Malásia assegurava ainda, em 1983, respectivamente 51% e 39% da produção mundial (Far East and Australasia Yearbook, 1984, p. 56). Entre 1961 e 1981, os rendimentos médios do dendê quase dobraram (Muhamad, 1982, p. 9). Entre 1951 e 1983, os rendimentos médios do látex passaram de 463 a cerca de 1.300 kg/hectare (*ibid.* p. 9 e Ministry of Finance, 1984, p. 114). E mesmo se os desempenhos das grandes plantações em termos de produção por unidade de superfí-

QUADRO 4 — EVOLUÇÃO DA SUPERFÍCIE DAS CINCO PRINCIPAIS CULTURAS NA MALÁISIA, 1965-1985 (EM HECTARES)

Culturas	1965 ⁽¹⁾	1977 ⁽²⁾	1980 ⁽³⁾	1983 ⁽³⁾	1985 ⁽³⁾
Seringueira	1.892.000	2.000.000	2.010.000	1.990.000	2.012.000
Azeite-de-dendê	102.000	730.000	1.070.000	1.226.000	1.400.000
Padi (arroz) ^a	500.000	650.000	735.000	764.000	775.000
Coco	266.000	347.000	300.000 ⁽⁴⁾	250.000 ⁽⁴⁾	200.000 ⁽⁴⁾
Cacau	—	50.000	109.000	205.000	237.000
TOTAL	2.760.000	3.777.000	4.224.000	4.435.000	4.624.000

- FONTES: 1. Government of Malaysia, 1971, pp.122-123. Para o padi, trata-se de estimativa. Em 1965, a cultura do cacau era pouco importante.
 2. Ministry of Agriculture, 1982, p. 7 e seg. Para o cacau, trata-se de estimativa.
 3. Government of Malaysia, 1984, p. 231. Para 1985, trata-se de estimativas governamentais.
 4. Estimativas estabelecidas a partir de dados contidos em: Ministry of Finance, 1984, p. 117.

NOTA: a) As superfícies em padi levam em conta a dupla safra anual, cuja prática acentuou-se durante os anos setenta e explica por si só o crescimento das superfícies.

cies permanecem superiores aos dos *smallholders*, a diferença está se reduzindo rapidamente, em particular no caso dos produtores controlados por Felda, Felcra e Risda. Assim, em 1983, os rendimentos médios entre os *smallholders* “não-controlados” eram de 973 kg/hectare; no interior das áreas administradas pela agência Risda, subiam para 1.440 kg; e nas grandes plantações da península chegavam a 1.544 kg/hectare (*ibid.* p. 114).

Mais importante ainda, *em sexto lugar*, é o processo de transferência da responsabilidade de produção das culturas de exportação para as mãos dos camponeses ou, se preferirmos, dos pequenos produtores parcelares. Com efeito, desde a independência, iniciou-se a retirada progressiva dos grandes capitais para fora do setor das plantações (Abdul Aziz, 1962, p. 245). Embora tenham ocorrido perturbações, notadamente com o desenvolvimento da cultura do dendê durante os anos sessenta, este processo continua; a parte do setor camponês cresce em substituição à parte das plantações. Em 1964, os *smallholders* eram responsáveis por 39% da produção nacional de látex; em 1983, por 62% (Ministry of Finance, 1975, p. 60 e 1984, p. 114). No caso do dendê, a parte dos *smallholders*, ainda totalmente negligenciável no início dos anos setenta, atingia 33% em 1983 (Ministry of Finance, 1984, p. 115). Esta produção provinha já em sua maior parte dos pequenos produtores que operavam no interior dos perímetros administrados pela agência Felda que, desde o primeiro plano quinquenal da Maláisia (1966-1970), desacelerava a abertura de novas frentes pioneiras de cultura da seringueira para se voltar decididamente para o desenvolvimento das frentes dedicadas ao dendê.

Todas essas modificações que, mesmo assegurando uma melhor repartição espacial da população, foram realizadas em termos de expansão ou de redução, de realocação ou de adaptação, de intensificação ou de crescimento articulam-se em torno de um *processo central*, o de pôr sob tutela o campesinato. Por sua vez, este processo baseia-se na dinâmica pioneira do campesinato, isto é, no exercício de seu papel de ponta-de-lança territorial do Estado (De Koninck, 1984, p. 264).

QUADRO 5 – ÍNDICES DA EVOLUÇÃO DAS TRÊS PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS NA MALÁISIA, 1970-1985.

<i>Produções</i>	1970	1975 (1975=100)	1980	1985
Borracha	85,9	100	108,3	112,1
Azeite-de-dendê	34,3	100	205,9	309,6
Padi (arroz)	83,4	100	111,5	129,3

FONTE: Governo da Malásia, 1981, p. 264. Para 1985, trata-se de estimativas que em geral parecem ter sido confirmadas.

5. O ESTADO, OS CAMPONESES, O TERRITÓRIO

Como foi mencionado, foram efetivamente o Estado e seus aparelhos em vários níveis, inclusive cada vez mais com a ajuda da empresa privada (12), que se encarregaram de organizar o conjunto das alocações territoriais da agricultura. Isto se realiza em um contexto no qual tanto a função de ocupação do território, principalmente nas margens pioneiras, quanto a função de produção agrícola são cada vez mais confiadas ao setor camponês. Quanto às atividades de controle administrativo e financeiro, quanto àquelas de que dependem o provisionamento para trás e a transformação para a frente, é o Estado que as assegura ou que designa os agentes. O campesinato é verdadeiramente colocado sob tutela, social, econômica e territorialmente.

Porém como isto é possível? Esta tutela, como vimos, é o resultado de uma série de intervenções, de natureza social, demográfica, econômica e territorial, que puderam ser efetivadas no quadro da busca de um objetivo de melhoria da

(12) A transferência progressiva ou pelo menos parcial das operações de desenvolvimento da fronteira agrícola para as administrações locais e para o setor privado, por meio das *joint ventures* (Quadro 1), explica-se em parte pelo custo cada vez mais alto da colonização. Em 1976, para a agência Felda, o custo médio da instalação de uma família era de 26.000,00 \$ (Mal.), em 1980 de 37.500,00 \$ e em 1983 de 51.200,00 \$, isto é, cerca de 20.000 dólares americanos (Shamsul e Perera, 1977, p. 79 e Government of Malaysia, 1984, p. 232). Na realidade, o verdadeiro custo para a agência não está muito claro. Com efeito, se por um lado a colonização propriamente dita tem despesas substanciais, por outro lado a agência consegue receitas também substanciais da administração do produto, isto é, sua transformação e sua colocação no mercado (Figura 2). A contabilidade destas despesas e receitas não está disponível.

condição camponesa. Porém há mais do que isto. O que o Estado da Malásia soube fazer, talvez melhor do que qualquer outro, assegurando ao mesmo tempo a reprodução do campesinato, foi utilizar a *territorialidade* do pequeno produtor parcelar. Esta territorialidade é uma relação a um certo espaço de trabalho, um espaço no qual foi acumulado trabalho, e que faz ao mesmo tempo a força e a fraqueza do pequeno produtor parcelar. E que, e isto é verdadeiro para muitos contextos, pode ser uma vantagem e uma armadilha (De Koninck, 1984, p. 266). Na Malásia, isto significa concretamente que a alocação parcelar do trabalho, por mais controlada e mesmo arbitrária que ela possa ser⁽¹³⁾, permite ao Estado realizar objetivos de integração social, política e econômica que se articulam com, que até exploram, o trabalho “territorializado” dos pequenos produtores e em particular o das mulheres (De Koninck, 1981c e 1985, p. 167).

Do ponto de vista da condição camponesa, os efeitos são ambíguos (Gibbons et alii, 1980). No conjunto do País, a taxa de pobreza rural mal regrediu ao longo da última década. Em 1983, cerca de 55% da população agrícola vivia ainda no limiar da pobreza (Government of Malaysia, 1984, p. 80); no interior dos *Integrated Agricultural Development Projects*, esta população ultrapassa em média os 50% (Kassim et alii, 1983, vol. 1, p. 122). Quanto aos colonos da agência Felda, embora a maioria receba uma renda que os coloca nitidamente acima da média dos pequenos produtores agrícolas do País, eles estão em uma situação de extrema dependência. Neste ponto eles representam, com os rizicultores do projeto Muda, o último protótipo de uma categoria de produtores agrícolas, hiperespecializados, cuja sobrevivência é direta e exclusivamente dependente do Estado ... e do mercado mundial (De Koninck, 1983). Com efeito, em se tratando das culturas comerciais, tais como a borracha e o azeite-de-dendê, seus preços variam consideravelmente e tendem a baixar desde há alguns anos (Ministry of Finance, 1980, p. XIV e 1984, p. XX). A vulnerabilidade dos colonos é total e seu isolamento, notadamente geográfico, é grande. Aliás, um dos problemas essenciais no interior dos projetos da agência Felda é o êxodo dos jovens (Blair e Noor, 1981, p. 19). Se, por um lado, a colonização agrícola parece ter sido objeto de um planejamento rigoroso, seus sucessos ressaltaram, por outro lado, a ausência de um verdadeiro planejamento do emprego. Com efeito, a fronteira agrícola (Figura 1) não teve até hoje senão um impacto marginal sobre o desenvolvimento das cidades do interior ou pelo menos sobre um crescimento bem distribuído das pequenas cidades (Figura 2). Pode-se, contudo, esperar que uma atenção toda especial seja dada a esta questão no quadro do próximo plano quinquenal (1986-1990). Porque a tutela dos camponeses e de seus espaços de produção, inclusive na fronteira agrícola, não poderá ser mantida sem que se assegure igualmente sua integração aos setores urbano e manufatureiro. Então poder-se-á melhor compreender o papel da fronteira “agrícola”, em um país tal como a Malásia, e a importância das responsabilidades que pesam sobre aqueles que nela trabalham, os camponeses.

(13) Assim, nos perímetros administrados pela agência Felda, a propriedade real do bem fundiário está longe de ser confirmada para os colonos: a agência cede a propriedade da parcela “deles” aos colonos, uma vez que estes pagaram o empréstimo hipotecário, com a condição que eles não a vendam, não subdividam, não mudem sua utilização...

BIBLIOGRAFIA

- ABDUL AZIZ, 1962. — *Subdivision of Estates in Malaya 1951-1960*. Kuala Lumpur, University of Malaya, Dept. of Economics, 260 pp.
- AFIFUDDIN OMAR, 1978. — *Peasants, Institutions and Development in Malaysia: the Political Economy of Development in the Muda Region*. Alor Setar, M.A.D.A. Monograph n° 36, 362 pp.
- ALLADIN HASHIM, 1981. — Development and Planned Population Distribution. *Land Development Digest*, 4(1) : pp. 4-27.
- BLAIR (J.) e NOOR (N.), 1981. — Migration and Land Development in Peninsular Malaysia. *Land Development Digest*, 3(2) : pp. 1-30.
- BOEKE (J.H.), 1946. — *The Evolution of the Netherlands Indies Economy*. New York, Institute of Pacific Relations, 180 pp.
- BRAY (F.), 1983. — Patterns of Evolution in Rice-Growing Societies. *Journal of Peasant Studies*, 11(1) : pp. 3-33.
- CAMERON (J.), 1865. — *Our Tropical Possessions in Malaya India*. Londres, reproduit en fac-similé Kuala Lumpur, Oxford University press, 1965, 408 pp.
- COUILLARD (M.A.), 1982. — A Brief Exploration into the Nature of Men and Women Relations Among Pre-colonial Malayan People. *Institute of Southeast Asian Studies*, Singapour, 22 pp. multigr.
- DE KONINCK (R.), 1981a. — Enjeux et stratégies spatiales de l'État en Malaysia. *Hérodote*, 21 : pp. 84-115.
- 1981b. — Travail, espace, pouvoir dan les rizières du Kedah, Malaysia: réflexions sur la dépossession d'un territoire. *Cahiers de géographie du Québec*, 15(66) : pp. 441-450.
- 1981c. — Riziculture et capitalisme. *Travail, Capital et Société*, 14 (1) : pp. 41-52.
- 1983. — Our Work, Our Problems, Your Solutions. Murmurings from the Muda Scheme. *Akademika*, 22 : pp. 3-19.
- 1984. — Pourquoi les payssans? Interrogations sur la territorialité de l'agriculture paysanne et notes sur les cas québécois. *Cahiers de géographie du Québec*, 28(73-74) : pp. 261-274.
- DE KONINCK (R.), 1985. — Les fondements territoriaux de la persistance de l'agriculture familiale en Chine. *L'Espace Géographique*, 14(3) : pp. 161-173.
- 1986. — Les politiques du développement agricole en Malaysia ou l'impatience de l'État tutélaire. *Archipel*, 31 (sous presse).
- DEPARTMENT OF STATISTICS, 1983. — *Population and Housing Census of Malaysia, 1980. General Report*, vol. 1, Kuala Lumpur.
- FAR EAST AND AUSTRALASIA YEARBOOK 1984-1985, 1984. — London, Europa Publishers.
- FELDA, 1983. — *Annual Report 1981*. Kuala Lumpur, 25 pp.
- FURNIVALL (J.S.), 1920. — Land as a Free Gift of Nature. *Burma Studies and Pamphlets* (Cambridge), 2 : 12 pp.
- 1948. — *Colonial Policy and Practice*. London.
- GIBBONS (D.S.), 1984. — *Paddy Poverty and Public Policy*. Penang, CPR, USM, 60 pp.
- GIBBONS (D.S.), DE KONINCK (R.) e IBRAHIM HASAN, 1980. — *Agricultural Modernization, Poverty and Inequality*. Farnborough, Saxon House, 225 pp.
- GOUROU (P.), 1944. — Les changements de civilisation et leur influence sur les paysages. *Impact, Science et Sociétés*, 14(1) : pp. 63-77.
- GOVERNMENT OF MALAYSIA, 1971. — *Second Malaysia Plan 1971-1975*. Kuala Lumpur, 266 pp.

- _____. 1976. — Third Malaysia Plan 1976-1980. Kuala Lumpur, 429 pp.
- _____. 1981. — *Fourth Malaysia Plan 1981-1985*. Kuala Lumpur, 414 pp.
- _____. 1984. — *Mid-Term Review of the Fourth Malaysia Plan, 1981-1985*. Kuala Lumpur, 424 pp.
- GROSLIER (B.P.), 1979. — La cité hydraulique angkoriennne. *Bulletin de l'École Française d'Extrême-Orient*, 46 : pp. 161-202.
- HILL (R.D.), 1977. — *Rice in Malaya. A Study in Historical Geography*. Kuala Lumpur, Oxford University Press, 234 pp.
- KASSIM (S.), GIBBONS (D.S.), LIM (T.G.) et NAJIMUDIN (M.), 1983. — *Study of Strategy, Impact and Future Development of Integrated Agricultural Development Projects*. Penang, CPR, USM, 2 vol.
- KEMENTERIAN PELAJARAN, 1977. — *Atlas Kebangsaan Malaysia*. Kuala Lumpur, 152 pp.
- KRATOSKA (P.H.), 1982 — Rice Cultivation and the Ethnic Division of Labor in British Malaya. *Studies in Society and History*, 24 (2) : pp. 280-314.
- _____. 1983. — "Ends that we cannot foresee": Malay Reservations in British Malaya. *Journal of Southeast Asian Studies*, 14 (1) : pp. 149-168.
- LIM TECK GHEE, 1977. — *Peasants and their Agricultural Economy in Colonial Malaya 1874-1941*. Kuala Lumpur, O.U.P., 291 pp.
- MASSARD (J.), 1984. — De l'économie de subsistance à l'agro-industrie: les projets FELDA en Malaisie de l'Ouest. *Archipel*, 27: pp. 31-44.
- MINISTRY OF FINANCE, 1975. — *Economic Report 1974-75*. Kuala Lumpur, 197 pp.
- _____. 1980. — *Economic Report 1979-80*. Kuala Lumpur, 263 pp.
- _____. 1984. — *Economic Report 1983-84*. Kuala Lumpur, 272 pp.
- MUHAMMAD, 1982. — Productivity in Agriculture. *Land Development Digest*, 5 (1) : pp. 1-14.
- OOI JIN BEE, 1963. — *Land, People and Economy in Malaya*. London, Longman, 426 pp.
- _____. 1976 — *Peninsular Malaysia*, London, Longman, 437 pp.
- PELTZER (K.), 1945. — *Pioneer Settlement in the Asiatic Tropics*. New York, American Geographical Society, 290 pp.
- RUDNER (M.), 1971. — Malayan Quandry: Rural Development Policy Under the First and Second Five-Year Plans. *Contributions to Asian Studies*, 1 : pp. 190-204.
- SAHAI (S.), 1970. — *Les institutions politiques et l'organisation administrative au Cambodge ancien (VIe — XIIe siècles)*. Paris, Ecole Française d'Extrême-Orient.
- SCOTT (J.G.), 1882. — *The Burman, his Life and Notions*. London, 609 pp.
- SEDOV (L.), 1968. — La société angkoriennne et le problème du mode de production asiatique. *La pensée*, 138 : pp. 71-84.
- SHAMSUL BAHRAIN et PERERA (P.), 1977. — *FELDA. 21 Years of Land Development*. Kuala Lumpur, 157 pp.
- SHARON AHMAT, 1969. — *Tradition and Change in a Malay State. A Study of the economic and Political Development of Kedah, 1879-1923*. Thèse de PhD, University of London, 362 pp.
- SHORT (A.), 1977. — *The Communist Insurrection in Malaya 1948-1960*. London, Frederick Muller.
- SPENCER (J.E.), 1966. — *Shifting Cultivation in Southeastern Asia*. Berkeley, University of California Press, 260 pp.
- STOLER (A.L.), 1985. — *Capitalism and Confrontation in Sumatra's Plantation Belt, 1870-1979*. New Haven, Yale University Press, 244 pp.

- TAYLOR (D.C.), 1981. — *The Economics of Malaysian Paddy Production and Irrigation*. New York, Agricultural Development Council, 202 pp.
- WORLD BANK, 1983. — *Country Economy Report. Malaysia Structural Change and Stabilization*. Washington, World Bank, 102 pp.
- ZAHARAH MAHMUD, 1966. — *Change in a Malay Sultanate. An Historical Geography of Kedah before 1939*. Thèse de maitrise, University of Malaya, 298 pp.

*DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA
PERIFERIA AMAZÔNICA
Organização do espaço, conflitos de interesses e programas
de planejamento dentro de uma região de "fronteira"
O caso de Rondônia **

MARTIN COY

Geógrafo

Geographisches Institut

Universität Tübingen

Hölderlinstraße 12

7400 Tübingen 1, RFA

Tradução: ELIZABETH MARIA SPELLER

RESUMO

A região analisada é considerada uma das frentes pioneiras mais dinâmicas da Amazônia brasileira. Durante os últimos anos, o desenvolvimento regional rondoniense era caracterizado por fluxos migratórios contínuos de camponeses "expulsos", procedentes das regiões rurais do Sul e Sudeste brasileiro. Por outro lado, a colonização pública feita pelo Incra na base da distribuição de lotes de 50 a 100 hectares constituiu outro fator decisivo para o desenvolvimento rondoniense. Embora Rondônia tenha sido considerado freqüentemente uma fronteira agrícola "bem-sucedida", constatam-se atualmente processos de diferenciação social no campo, reproduzindo assim as estruturas sociais das regiões de "expulsão rural" no "centro" sócio-econômico do País. Do mesmo modo, mostra-se um aumento dos conflitos de terra, sobretudo em função do desequilíbrio cada vez maior entre demanda e oferta de terras de colonização.

Uma das explicações básicas para esta problemática regional encontra-se no modelo brasileiro de desenvolvimento, no qual os interesses existenciais do campesinato sempre obtiveram pouca atenção. A expressão disso tudo nas frentes pioneiras revela-se na competição desigual entre diferentes "modos de produção".

As estratégias do planejamento público, explicadas no trabalho apresentado para o exemplo do programa Polonoroeste, mostram-se incapazes de reestruturar o desenvolvimento regional. Mesmo se fossem orientadas dentro das necessidades básicas da população camponesa, os problemas de realização daquelas estratégias e, sobretudo, a influência do quadro geral de um modelo

* Este trabalho faz parte de uma tese de doutorado, atualmente redigida pelo autor, sob a direção do Prof. Dr. G. Köhlhepp, "Geographisches Institut der Universität Tübingen". As pesquisas no Brasil, de abril de 1983 a novembro de 1984, foram possíveis graças a uma bolsa da "Fundação Friedrich Ebert", Bonn. No Brasil, o projeto de pesquisa está ligado ao "Núcleo de Altos Estudos Amazônicos" da Universidade de Belém e ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

de desenvolvimento desfavorável a uma “autodeterminação” regional revelam a posição dependente das frentes pioneiras no sistema das relações desiguais entre “centro” e “periferia” no Brasil.

Palavras-chave:

Amazônia brasileira — Rondônia — Migração — Colonização — “Fronteira” camponesa — Diferenciação social — Conflitos fundiários — Programa Polonoroeste, NUAR.

*DÉVELOPPEMENT RÉGIONAL À LA
PÉRIPHÉRIE AMAZONIENNE
Organisation de l'espace, conflits d'intérêts et programmes
d'aménagement dans une région de "frontière":
le cas du Rondônia*

RÉSUMÉ

La région analysée constitue un des fronts pionniers les plus dynamiques en Amazonie brésilienne. Le développement régional du Rondônia est caractérisé, pendant les dernières années surtout, par une migration continue de paysans “expulsés” provenant des régions rurales du sud et sud-est du Brésil, et par la colonisation publique basée sur une distribution de parcelles de 50 à 100 ha. Bien que le Rondônia ait été considéré comme “frontière paysanne réussie”, on peut observer actuellement une différenciation sociale dans l'espace rural tendant à reproduire des structures socio-économiques des “régions d'expulsion rurale” des zones centrales du Brésil. La région voit surgir des conflits fonciers, provenant d'un déséquilibre croissant entre demande et offre de terres. On peut en chercher la cause dans les choix de la politique brésilienne qui néglige les intérêts du paysannat. Sur la frontière, cela se traduit par une compétition inégale entre différents “modes de production”.

Les stratégies d'aménagement de l'Etat, à l'exemple du program Polonoroeste se révèlent incapables de restructurer de développement régional. Même si ces stratégies sont orientées vers les besoins fondamentaux de la population paysanne, les problèmes de réalisation de ces stratégies et surtout l'influence du cadre général de développement défavorable à une “autodétermination” régionale, reflètent la position dépendante des fronts pionniers dans les relations entre “centro” et “périphérie” au Brésil.

Mots-clés:

Amazonie brésilienne, Rondônia, migration, colonisation, “frontière” paysanne, différenciation sociale, conflits fonciers, programme Polonoroeste, NUAR.

*REGIONAL DEVELOPMENT IN THE AMAZON PERIPHERY
Spatial Organization, Conflicts of Interests and Regional
Planning on the Frontier: The Case of Rondônia*

ABSTRACT

The analyzed region represents one of the most dynamic frontier zones of the Brazilian Amazon. During the last few years the regional development of

Rondônia was mainly characterized both by the migration of "expulsed" peasants from the south and southeast of Brazil, which still continues, and by the governmental directed colonization based on the distribution of 50 to 100 ha land-lots. Though Rondônia is regarded as a "successful frontier", one can actually observe a social differentiation in the rural areas which tends to reproduce the agrarian structures of meanwhile consolidated rural areas in the core regions, the regions of expulsion. As a result of an increasing disequilibrium between supply of and demand for land Rondônia also faces an increasing number of land conflicts. The reasons for these facts are to be found in the Brazilian development strategy which neglects basic interests of peasant agriculture. On the frontier this is expressed in unequal conditions for competition between different "modes of production".

The national development strategies as demonstrated in this paper for the Polonoroeste program, are incapable to organize the development processes of Rondônia. Even if the development strategies should be oriented towards the basic needs of the rural population, the problems of the realization of those strategies would reflect the overall influence of the general framework of the development model which is unfavourable towards a regional "self-determination". This illustrates the dependent position of the frontier within the system of disparities between "core" and "periphery" in Brazil.

Key words:

Brazilian Amazon Region, migration, colonization, agrarian "frontier", social differentiation, land conflicts, Polonoroeste program, NUAR.

REGIONALENTWICKLUNG AN DER AMAZONISCHEN PERIPHERIE

Raumorganisation, Interessenkonflikte und Regionale Entwicklungsprogramme and der Pionierfront: das Fallbeispiel Rondônia

ZUSAMMENFASSUNG

Die Untersuchungsregion ist eine der dynamischsten Pionierfronten des brasilianischen Amazonasgebietes seit 1970. Die Regionalentwicklung Rondônias war während der letzten Jahre auf der einen Seite hauptsächlich gekennzeichnet durch anhaltende Zuwanderung "verdrängter" ländlicher Bevölkerungsgruppen vorwiegend aus ländlichen Regionen Süd- und Süd-ost-Brasiliens. Auf der anderen Seite, in Ergänzung hierzu, stand staatlich gelenkte Kolonisation in Rondônia auf der Basis der Verteilung von 50 bzw. 100 ha — Parzellen. Obwohl Rondônia wiederholt als Beispiel einer "gelungenen" kleinbäuerlichen Pionierfront angesehen wurde, kann man in der letzten Zeit soziale Differenzierungsprozesse im ländlichen Raum feststellen, die Tendenz zur Reproduktion von Agrarsozialstrukturen, wie sie aus den Zentralregionen des Landes, den "Verdrängungsräumen", bekannt sind, erkennen lassen. Ebenso ist in der Region eine Zunahme der Land- und Interessenkonflikte festzustellen, hauptsächlich als Folge des sich verschärfenden Ungleichgewichts zwischen Landnachfrage und —angebot in den offiziellen Kolonisationsprojekten. Eine der wesentlichsten Erklärungen für all dies liegt im Stil

der brasilianischen Entwicklung, in der wesentliche Lebensinteressen der Kleinbauern von jeher vernachlässigt wurden, begründet. An der Pionierfront drückt sich dies in der Konkurrenz, bzw. den ungleichen Entwicklungschancen, verschiedener "Produktionsweisen" aus.

Die Planungs- und Entwicklungsstrategien des Staates, die in dieser Arbeit am Beispiel des Polonoeste-Programms erläutert werden, zeigen sich nicht geeignet, die regionalen Entwicklungsprobleme in den Griff zu bekommen, geschweige denn zu lösen. Obwohl diese Strategien theoretisch an den Grundbedürfnissen der ländlichen Bevölkerung orientiert sind, zeigen die konkreten Umsetzungsprobleme dieser Strategien, wie besonders auch der Einfluß der Rahmenbedingungen des, einer regionalen "Selbstbestimmung" entgegenstehenden nationalen Entwicklungsmodells die abhängige Position der Pionierfronten im disparitären System von "Zentrum" und "Peripherie" innerhalb Brasiliens.

Schlüsselwörter:

Brasilianisches Amazonien, Rondônia, Migration, Kolonisation, Kleinbäuerliche Pionierfront, soziale Differenzierung, Landkonflikte, Polonoeste-Programm, NUAR.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do século XX as frentes pioneiras têm representado um fenômeno comum à formação sócio-econômica do espaço rural nos países da América Latina (Credal, 1981; Hennessy, 1978). No Brasil, este fenômeno sempre chamou a atenção de pesquisadores de disciplinas diversas (Waibel, 1955; Monbeig, 1952; Moog, 1969; Katzman, 1975; Velho, 1976; Foweraker, 1981, etc.) mesmo que suas tentativas de explicação variem muito segundo as bases teóricas e ideológicas de cada um. Neste estudo, ressaltamos duas interpretações possíveis para frentes pioneiras: uma como expressão de "um espírito de liberdade", da vontade colonizadora, isto é, pelo conteúdo positivista da palavra "pioneiro" (Hennessy, 1978; Velho, 1976), e outra como parte integrante da exploração acelerada do setor primário pela economia capitalista, isto é, como processo permanente de expulsão (Martins, 1982, 1983, 1984; Silva, 1982; Foweraker, 1981; Wood, 1983). O que quer que seja, as frentes pioneiras no Brasil sempre tinham que contribuir para resolver os problemas das estruturas sociais e econômicas de outras regiões, deslocando-as na verdade do "centro" em direção à "periferia".

Nos últimos 20 anos, as frentes pioneiras no Brasil se deslocaram das regiões do Sul (Paraná) e Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) em direção à Amazônia. Devido à existência de "terras novas", é na Amazônia que hoje podemos observar a sucessão de diferentes "fronteiras" (Becker 1982, Silva, 1982; Mueller, 1983; Sawyer, 1983; Martins, 1975; Katzman, 1975, etc.). O papel do Estado dentro deste contexto foi destacado (Mahar, 1979; Kohlhepp, 1980). Mantidos pelo regime militar desde 1964, os projetos de construção das

grandes estradas (Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Santarém) facilitaram a integração da região Norte ao conjunto do espaço social nacional. No início deste período, a política de colonização, fundada sobre a pequena propriedade, foi primordial para apaziguar conflitos sociais virulentos das “velhas regiões” agrícolas (Nordeste, Sudeste). A colonização da Amazônia se propaga como “alternativa” à reforma agrária necessária, ainda que o mesmo governo tenha criado em 1964, com o “Estatuto da Terra”, a legislação agrária mais progressiva até os dias de hoje no Brasil.

No que se refere ao desenvolvimento regional de Rondônia, os dois fatores acima mencionados são de particular importância: 1) a política colonizadora do Estado autoritário na região amazônica — figurando por ordem de importância Rondônia logo depois da “Transamazônica” — e 2) a expulsão da “população excedente” das zonas rurais de ocupação anterior (sobretudo no Estado do Paraná) através da modernização capitalista do setor primário reforçado pelo modelo de desenvolvimento brasileiro.

2. DESCRIÇÃO DA REGIÃO

Estado mais novo da Federação brasileira desde 1982, Rondônia se situa no sudoeste da Amazônia, na região da fronteira com a Bolívia. Sua superfície, de cerca de 243.000 km², pode ser comparada à da República Federal da Alemanha. Rondônia faz parte da zona de transição entre a bacia Amazônica e o Maciço Central brasileiro, entre as florestas tropicais que cobrem a maior parte da região e os “campos cerrados”, as savanas arboradas do Brasil central.

Durante a primeira década deste século, a fase de extração da borracha na Amazônia influenciou também a ocupação humana de Rondônia devido à construção da estrada de ferro EFMM de Porto Velho a Guajará-Mirim. Esta última se torna responsável pela aparição das primeiras cidades (Porto Velho, Guajará-Mirim) e por um desenvolvimento efêmero ao longo de seu percurso. Logo em seguida, a construção, pelo marechal Rondon, da linha telegráfica de Cuiabá a Porto Velho é a primeira tentativa de reconhecimento e de integração do interior desconhecido desta região (Lévi-Strauss, 1955; Valverde, 1979; Thery, 1981).

A descoberta de jazidas de cassiterita no norte de Rondônia durante os anos 50 representa um dos motivos essenciais da construção da estrada Cuiabá-Porto Velho — única ligação terrestre de toda a Amazônia ocidental ao centro do País. Esta começará sob o governo Kubitschek e terminará em meados dos anos 60 (Leal, 1984). A proclamação do “Programa Nacional de Integração” (PIN) pelo governo Médici em 1970, que se insere à “Operação Amazônia” (Foucher, 1974; Mahar, 1979; Eglin/Thery, 1982), representa o ponto de partida da ocupação atual do espaço rondoniano (Mueller, 1980; Thery, 1981; Hebette/Marin, 1982).

3. FATORES DETERMINANTES DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RONDONIANO

A análise dos fatores determinantes da organização do espaço, sobretudo rural, se resume em dois fatores predominantes: a migração e a colonização.

3.1. A migração

O desenvolvimento demográfico regional de Rondônia é caracterizado por uma taxa de crescimento anual de 15,8% durante os anos 70, a mais elevada do Brasil. As ondas migratórias rumo às frentes pioneiras atuais, vindas das frentes pioneiras “consolidadas” (Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, etc.) e das regiões de ocupação antiga, são responsáveis por este fenômeno, tratando-se assim de uma migração do centro para a periferia. Bret et al. (1984) demonstraram muito bem as duas direções deste movimento migratório em direção à “fronteira”: rumo a Rondônia e ao Pará, sendo que este último absorvia uma maioria de migrantes vindos do Nordeste brasileiro.

Embora a importância das migrações em direção às frentes pioneiras deva ser relativizada quanto ao conjunto de todos os movimentos migratórios no Brasil (Martine, 1982; Wood/Wilson, 1982; Bret et al., 1984), migrar em direção às frentes pioneiras representa, contudo, uma forma importante de “estratégia de sobrevivência” para milhares de camponeses. No caso de Rondônia, a migração se mostra cada vez mais marcante: em 1980, mais de 50% da população de Rondônia vivia há menos de 10 anos na região. Além disso, a migração continua a crescer no decorrer destes últimos anos (Fig. 1): de 1981 a 1984 a região absorveu 364.320 migrantes em comparação com 254.374 migrantes de 1970 a 1980 (Seplan/RO-Nure, 1984, 1985).

QUADRO 1 – RONDÔNIA-POPULAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL

1950 – 1985					
	1950	1960	1970	1980	1985*
População	36.935	69.792	111.064	491.069	1.028.429
Crescimento por década (%)	—	89,00	59,00	342,00	109,00
Crescimento anual (%)	1960-1970: 4,80			1970-1980: 15,80	

* estimativa.

Fonte: IBGE (1984): Anuário Estatístico do Brasil, 1983, Rio de Janeiro.

Seplan/RO – Coplan (1985): Projeção populacional, Porto Velho.

A análise social da migração é importante para a compreensão dos problemas atuais da organização espacial desta região. As regiões de procedência dos migrantes são, por ordem de importância (entre 1979 e 1984): Paraná (30% dos migrantes), Mato Grosso (16%), o Estado de São Paulo (9%), Mato Grosso do Sul (8%), Espírito Santo (7%) e Minas Gerais (7%) — (Fig. 1). Se fizermos uma distinção entre procedência rural e procedência urbana, observaremos uma mudança recente e importante: no final dos anos 70, a procedência rural domina com cerca de 70% dos migrantes, representando apenas 30% em 1983

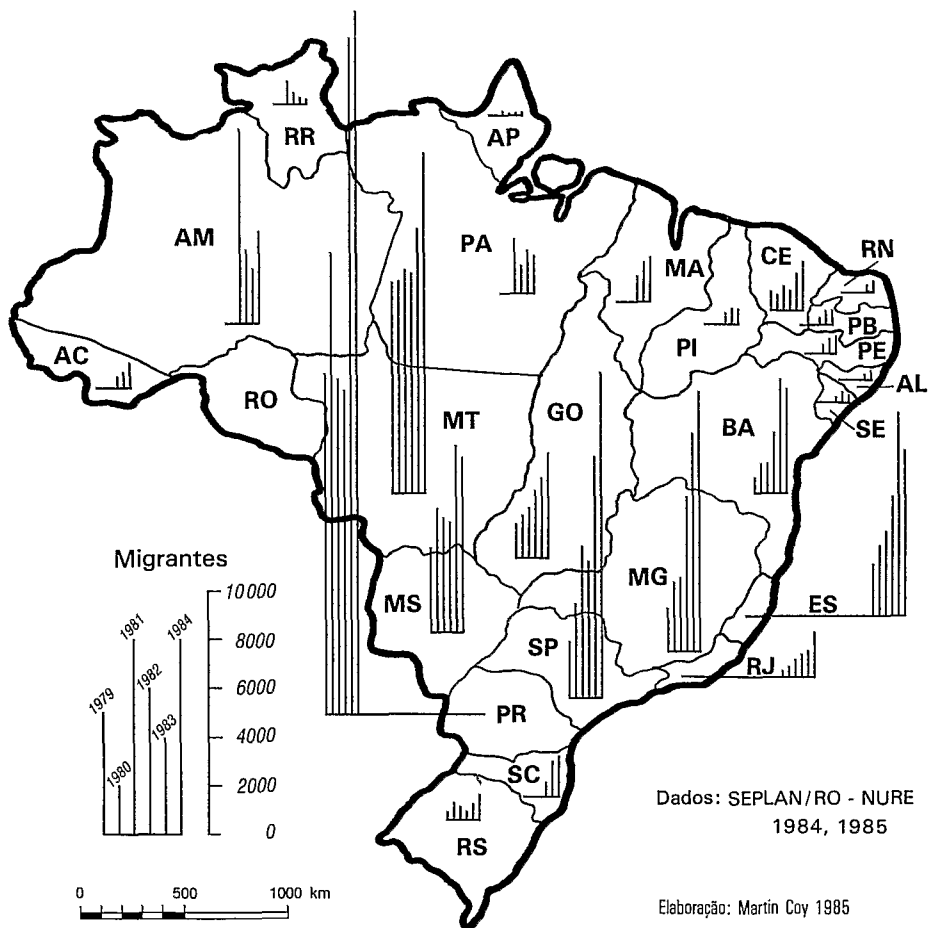


FIGURA 1 — *DESENVOLVIMENTO DA MIGRAÇÃO PARA RONDÔNIA 1979-1984. PROCEDÊNCIA DOS MIGRANTES.*

(Seplan/RO-Nure, 1984). As razões deste fenômeno podem ser encontradas: 1.º em Rondônia, mesmo durante a evolução da frente pioneira, a consolidação das cidades pioneiras aumenta a atratividade da região a outros grupos sociais além dos rurais; 2.º nas regiões de origem, nas grandes e médias cidades do Sudeste e do Sul do Brasil, pode-se observar, em função da crise econômica, uma deterioração contínua das condições de vida das classes médias e inferiores, o que tem por efeito um *push-factor* bastante importante.

Entretanto, devemos levar em consideração a história migratória que, em muitos casos, se caracteriza por uma série de etapas. Frequentemente não há concordância entre região de procedência e local de nascimento. A análise da história migratória de 170 colonos, efetuada pelo autor em 1983/84, na zona rural do PIC Ouro Preto (Fig. 2), mostra que 25% vieram diretamente de seu Es-

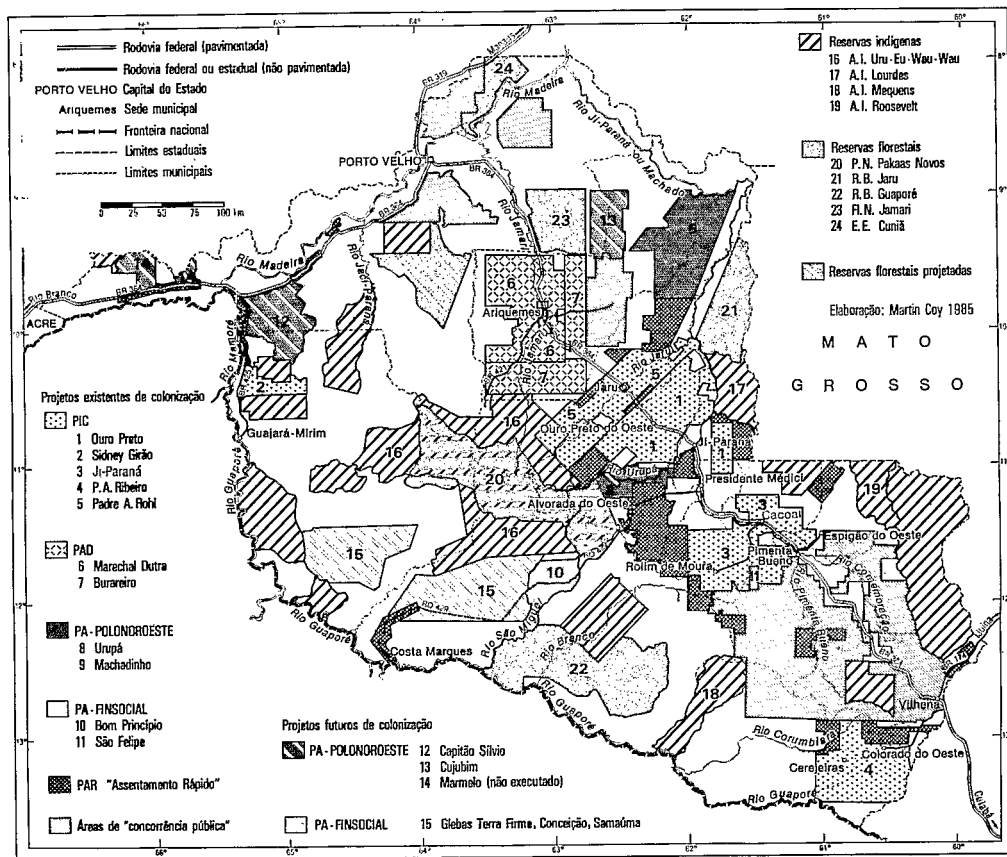


FIGURA 2 — ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE RONDÔNIA — COLONIZAÇÃO PÚBLICA, RESERVAS INDÍGENAS, RESERVAS FLORESTAIS.

tado de nascimento para Rondônia; que para 45% Rondônia já é a segunda etapa fora do Estado de nascimento, para 18% a terceira, para 8% a quarta e para 4% a quinta, sexta ou sétima etapas, sem levar em consideração as migrações intra-regionais, nem nas etapas anteriores, nem dentro de Rondônia. Da mesma forma, 34% dos interrogados passaram pelo menos por uma etapa urbana no decorrer de sua história migratória. Este fato pode explicar as mudanças recentes acima mencionadas, na medida em que uma certa porcentagem destes “migrantes urbanos” possui, na realidade, raízes rurais, tentando agora voltar ao meio rural.

A história migratória de inúmeros habitantes de Rondônia é reveladora do processo de deslocamento das frentes pioneiras (*The moving frontier*) no Brasil. Nascidos em Minas Gerais ou nos Estados do Nordeste, passaram frequentemente pelos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul ou Mato Grosso antes de alcançarem Rondônia. A continuação da migração rumo a frentes pioneiras ainda mais recentes, como Roraima, tem demonstrado que podemos colocar em dúvida se Rondônia será o ponto final deste processo.

A motivação mais importante que leva à fixação em Rondônia é a pretendida abundância de terras novas na “fronteira”, reforçada pelo fato de um grande número de migrantes fazer parte da classe dos “sem-terras” (bóias-frias, parceiros, etc.) em suas regiões de origem e procedência (da amostragem de 170 colonos no PIC Ouro Preto, interrogados pelo autor em 1983/1984, 41% nunca possuíram terra, 31% eram proprietários de terra em sua região de procedência, na maioria das vezes proprietários de um minifúndio, 28% não trabalharam com agricultura, portanto também não eram proprietários de terra).

3.2. A colonização

A partir de 1970, a colonização pública em Rondônia se desenvolve graças ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Baseados na distribuição de lotes de 100 ha, cinco “Projetos Integrados de Colonização” (PIC) e, um pouco mais tarde, dois “Projetos de Assentamento Dirigido” (PAD) são estabelecidos no centro de Rondônia ao longo da estrada Cuiabá-Porto Velho que se transforma então em “eixo de desenvolvimento” principal da região, no Noroeste e Sul do estado federal.

A escolha de Rondônia como região prioritária de colonização tem várias razões: a localização da região na continuidade da direção do movimento das frentes pioneiras do Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso) rumo ao Norte; a existência da estrada Cuiabá-Porto Velho mantendo esta extensão da frente pioneira; a situação jurídica das terras de Rondônia facilitando a colonização oficial pela existência de uma porcentagem relativamente elevada de terras públicas; a existência de terras mais férteis do que dentro da média da região amazônica (sobretudo no centro de Rondônia onde está localizado o primeiro núcleo de colonização, o PIC Ouro Preto, em 1970), etc. O sistema de colonização começa então pela construção rudimentar de estradas de penetração, e pela delimitação de lotes retangulares cobertos por floresta virgem. Dos 100 ha distribuídos aos colonos (com exceção do PAD Burareiro onde 250 ha foram distribuídos), 50 deveriam ter sido conservados como “reserva flores-

tal". As técnicas agrícolas aplicadas são sempre as mais simples (plântio direto após queimada); as culturas de subsistência (arroz, milho, feijão) são completadas por uma série de culturas de mercado (*cash-crops*) propostas por instituições governamentais (como no caso do cacau ou da borracha) ou trazidas pelos colonos (como no caso do café).

A forte migração incessante rumo a Rondônia, por um lado, e, por outro, a capacidade de absorção limitada dos projetos de colonização pública têm como resultado, em fins dos anos 70, um forte desequilíbrio entre a demanda e a oferta das terras públicas. O Estado reage através de mudanças de política de colonização cada vez mais limitada à distribuição de lotes de 50 ha, só que sem nenhuma implantação de infra-estruturas ("Assentamento rápido" — Fig. 2). Podemos também considerar estas mudanças como uma reação ao aumento de conflitos fundiários na região, conflitos entre posseiros e índios, etc. (Davis, 1977; Gall, 1978). Embora tenha sido possível, desta forma, distribuir um grande número de lotes (Quadro 2), esta mudança não teve o efeito preconizado, já que sem infra-estrutura a fixação dos colonos à terra se revelou impossível.

QUADRO 2 — COLONIZAÇÃO PÚBLICA EM RONDÔNIA — PROJETOS DO INCRA.

(SITUAÇÃO: JULHO DE 1985)				
Projeto de Colonização	Área do projeto (ha)	Ano de fundação	Parcela média (ha)	Famílias assentadas
PIC Ouro Preto	512.585	1970	100	5.162
PIC Sidney Girão	60.000	1971	100	638
PIC Ji-Paraná	486.137	1972	100	4.756
PIC P. A. Ribeiro	293.580	1973	100	3.106
PIC Padre A. Rohl	407.219	1975	100	3.689
PAD Marechal Dutra	494.661	1975	100	4.767
PAD Burareiro	304.925	1974	250	1.540
PA Urupá	75.460	1981	30	1.212
PA Machadinho	382.940	1982	42	2.920*
PA Bom Princípio	190.000	1983	65	1.200
PA São Felipe	s.i.	1984	50	450
"Assentamento Rápido"	s.i.	depois de 1980	50	12.315
"Soldados da Borracha"	s.i.	vários	variável	1.393
"Gleba G"	s.i.	s.i.	variável	890
TOTAL	3.207.507			44.038

*Até julho de 1985.

s.i. = sem indicação.

PIC = Projeto Integrado de Colonização, PAD = Projeto de Assentamento Dirigido, PA = Projeto de Assentamento.

Fonte: MEAF-Incra-CEER, Porto Velho, novembro de 1984, Mirad-Incra-DR/RO, Porto Velho, julho de 1985.

3.3. A cidade pioneira

Ligada ao processo de colonização do espaço rural, observamos, no decorrer dos anos 70, a aparição de uma série de cidades novas, principalmente ao longo da estrada Cuiabá-Porto Velho, no centro de Rondônia (Fig. 2). Isto corresponde a uma profunda mudança das estruturas regionais; os centros urbanos, antes de 1970, se situavam entre Porto Velho e Guajará-Mirim, exclusivamente no norte de Rondônia.

Algumas das novas cidades pioneiras se desenvolveram no local dos antigos postos da linha telegráfica de Marechal Rondon (Vilhena, Pimenta Bueno, Ji-Paraná, Ariquemes). Outras, como Colorado do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Cacoal, surgiram ao redor das sedes dos projetos de colonização, contrariando freqüentemente a intenção explícita das instituições governamentais (Ouro Preto do Oeste, Cacoal). Paralelamente à “interiorização” da ocupação do espaço, ao deslocamento da frente pioneira interior de Rondônia rumo ao Oeste, em direção ao vale do Guaporé, observa-se, pouco tempo depois, uma “interiorização” da urbanização. O nascimento de cidades como Rolim de Moura ou Alvorada do Oeste, hoje entre as cidades pioneiras mais dinâmicas, é um revelador deste processo. Ainda que a taxa de urbanização de Rondônia seja em 1980, com 46,5%, inferior à taxa de urbanização da região Norte (51,6%) e também bastante inferior à taxa nacional (67,6%) (IBGE 1984) (resultado da importância da ocupação rural durante a primeira fase da frente pioneira), os próximos anos verão, no decorrer do processo de “consolidação da fronteira”, uma urbanização acelerada. A migração, atualmente em crescimento inquietante, vai acentuar consideravelmente este fenômeno.

No sistema urbano, podemos constatar uma nítida hierarquia das localidades centrais. Depois da capital (Porto Velho) foi Ji-Paraná que se tornou o centro regional mais importante graças a sua localização (ponte sobre o rio Machado, etc.) e ao apoio do Estado no início da colonização, etc. Depois de Ji-Paraná se afirmam Cacoal, Ariquemes e Vilhena (Fig. 2). Por outro lado, cidades como Presidente Médici, Ouro Preto do Oeste, Jaru, etc., próximas a um centro regional maior, desempenham um papel polarizador menor. As atividades comerciais urbanas e os outros serviços do setor terciário são da maior importância para o abastecimento do *hinterland* rural. Entretanto, é exclusivamente em função deste *hinterland* que estas cidades pioneiras se desenvolvem. Dentro deste contexto, a comercialização da produção agrícola através de quaisquer intermediários representa uma das atividades mais importantes; apenas na pequena cidade de Ouro Preto do Oeste, com cerca de 10.000 habitantes em 1984, se estabeleceram 15 negociantes em produtos agrícolas. As madeireiras de todos os tamanhos figuraram dentre as mais importantes atividades industriais pioneiras. Nas regiões de desmatamentos recentes, elas se instalam principalmente na tentativa de trabalhar com madeiras preciosas para exportação (principalmente o mogno e a imburana). Desta forma, encontramos, nada mais nada menos do que, na novíssima cidade de Rolim de Moura, mais de 100 serrarias em atividade. A falta absoluta de um setor de tratamento das matérias-primas regionais demonstra que a região se encontra no estágio inicial de seu desenvolvimento industrial, e, além disso, poderia também ser um revela-

dor de um modo de desenvolvimento periférico de Rondônia em função dos interesses do “centro” econômico do Brasil.

Além disso, a cidade pioneira serve, desde o começo do processo de ocupação rural de Rondônia, de “sala de espera” para muitos migrantes em busca de uma atribuição de terras na zona rural. Enquanto isso, procuram trabalho no setor comercial urbano onde ampliam o setor informal. Tendo em vista a atual aceleração da migração e a penúria de terras de colonização, esta situação já não é mais transitória para uma grande parte desta população urbana, mas torna-se permanente. O perigo de uma marginalização já não parece fictício devido à capacidade de absorção limitada da economia urbana. A cidade de “fronteira” não é local de produção. Sua principal função é ser um local de intercâmbio entre o mundo rural, que fornece os produtos da frente pioneira, e os centros industriais do País, interessados nestes produtos, bem como ao mercado que a frente pioneira representa para o escoamento de sua própria produção. A cidade funciona, portanto, como mediadora entre “centro” e “periferia”.

3.4. *A periferia amazônica na política nacional*

A incapacidade (ou falta de vontade) do Estado de encontrar respostas adequadas aos fluxos migratórios rumo a Rondônia e ao aumento da demanda de terras deve ser inserida no âmbito da política de desenvolvimento da região amazônica durante a segunda metade dos anos 70 (Mahar, 1979; Kohlhepp, 1980; Wood/Schminck, 1979; Moran, 1983; Wood, 1983). Esta política é caracterizada pelo apoio dado ao *agro-business*, isto é, à modernização capitalista do setor primário (programa Polamazônia) e, deste modo, pela negligência dos problemas do campesinato tanto anível nacional quanto amazônico. A colonização é considerada cada vez mais como sendo da área das empresas privadas (projetos do norte do Mato Grosso). Este processo é qualificado de “fechamento da fronteira” (Schminck, 1981; Silva, 1982). Apesar desta política de “fechamento da fronteira”, e apesar da existência e expansão de um setor agrícola capitalista em Rondônia, a assistência ao pequeno produtor ficou sendo, contudo, um dos primeiros objetivos da política de desenvolvimento de Rondônia. O programa Polonor oeste, organizado em 1981, enquanto grande projeto de organização regional do último governo militar, vem ilustrar esta política com seus segmentos “Desenvolvimento Rural Integrado” e “Novos Projetos de Colonização”. À primeira vista, isto parece ser uma ruptura com a política do “fechamento da fronteira”, atribuindo a Rondônia uma certa individualidade com relação às outras frentes pioneiras da Amazônia. A persistência quanto à importância da pequena propriedade em Rondônia é certamente uma das razões para a qualificação da região como “fronteira de êxito” na opinião pública. Contudo, o autor se propõe a demonstrar que o espaço rural em Rondônia encontra, como outros, problemas e mudanças sociais importantes em função das escolhas políticas do Brasil, tanto no plano nacional quanto regional.

4. DIFERENCIAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NO ESPAÇO RURAL

4.1. *Problemas sócio-econômicos*

Interrogando colonos sobre suas condições de vida (pesquisa de campo do autor no PIC Ouro Preto 1983/84), podemos identificar um conjunto de problemas sócio-econômicos predominantes dentro do espaço rural rondoniano. É necessário diferenciar os problemas resultantes dos caracteres específicos da região, os resultantes de seu recente desenvolvimento e os resultantes do contexto nacional. Dentro da primeira categoria, mencionamos sobretudo as conseqüências sócio-econômicas da malária, perigo permanente para a força de trabalho familiar, base da economia camponesa. Da mesma forma, outras doenças amazônicas (Moran, 1981 e Smith, 1982), problemas de agrotóxicos (doenças das principais culturas) e restrições geográficas (situação topográfica, hidrográfica, variações na distribuição dos solos, etc.) exercem uma influência direta e nefasta sobre a produção agrícola. Com relação à segunda categoria, a insuficiência da infra-estrutura é predominante. Trata-se, neste caso, da insuficiência da rede rodoviária, da impraticabilidade de muitas estradas de penetração durante a estação das chuvas, que dura de sete a oito meses, e, conseqüentemente, do isolamento de muitos camponeses, além da falta de entrepostos para a produção agrícola, falta de escolas rurais, bem como insuficiência de assistência médica. Dentro da terceira categoria, em primeiro lugar devem ser considerados os problemas de comercialização e de financiamento da produção agrícola. Tais problemas são fortemente influenciados pela política econômica enquanto expressão do modelo brasileiro de desenvolvimento, no qual os problemas dos pequenos camponeses não são representados senão de forma insuficiente.

O problema dos preços da produção rural é crucial. Estes preços são geralmente percebidos pelos colonos como insuficientemente remuneradores ou caracterizados por grandes oscilações, como no caso dos produtos negociados no mercado internacional (principalmente o cacau). Além disso, os problemas de comercialização são reforçados pela dependência do colono em relação aos intermediários. As medidas governamentais referentes ao apoio à comercialização são insuficientes nestas regiões periféricas (Wood/Schmink, 1979 e Bunker, 1983).

No setor de financiamento, o crédito agrícola é percebido pelos camponeses cada vez mais como um perigo, tendo em vista a freqüência das vendas de propriedades devido ao endividamento e ao nível elevado dos juros bancários, etc. A disponibilidade de créditos oficiais de investimento diminuiu consideravelmente a nível nacional durante os últimos anos devido à crise econômica e às imposições restritivas do FMI.

4.2. *Um exemplo de diferenciação sócio-econômica*

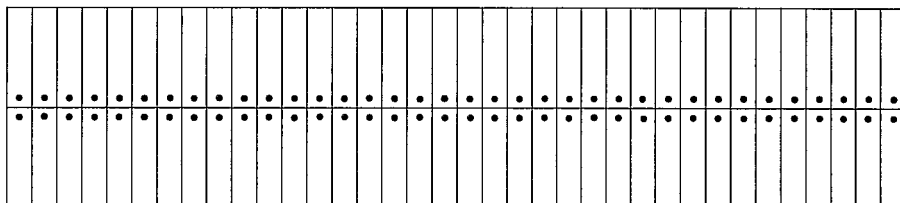
Uma das conseqüências mais visíveis destes diferentes problemas constatados dentro do espaço rural é a venda freqüente de estabelecimentos agrícolas que hoje atinge, segundo os funcionários do Incra dentro dos projetos de Ari-

quemes e Ouro Preto, até 50% do total dos estabelecimentos. Esta tendência à venda das explorações representa igualmente um dos pontos de partida de uma diferenciação social dentro do espaço rural que trataremos através de um exemplo no PIC Ouro Preto.

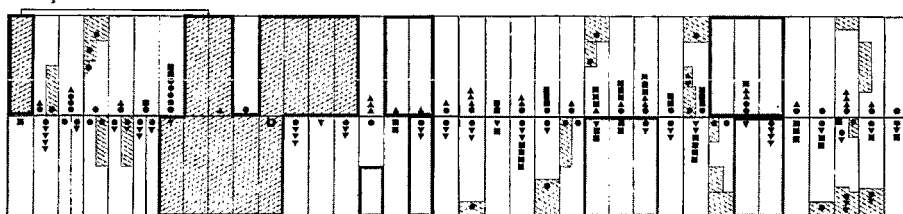
A base de nosso estudo de caso é uma linha (uma estrada de penetração) de 18 km com 72 parcelas de 100 ha distribuídas pelo Incra em 1973 a 72 famílias de camponeses. Destes 72 proprietários de origem, apenas 27 ainda vivem em suas parcelas. Isto significa que 63% dos colonos estabelecidos pelo Incra venderam suas propriedades inteiras e deixaram, no decorrer dos 11 anos, a região estudada. As razões das vendas se explicam, excluindo os problemas pessoais, pelas dificuldades de condições de vida acima mencionadas. Em geral, esta emigração se dirige rumo a:

1. outras partes da zona rural de Rondônia, mais próximas da "frente de desmatamento". Estabelecem-se em outro lote comprado com a renda da venda do lote atribuído pelo Incra;
2. cidades pioneiras da região, atrativas por seu desenvolvimento acelerado criando às vezes situações de *boom* e prometendo assim uma vida

Situação 1972/1973

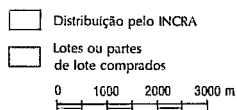


Situação 1984

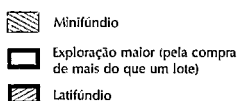


Elaboração: Martin Coy, 1985

Aquisição da terra



Formas de exploração



Posição social das famílias

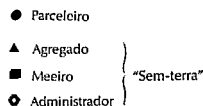


FIGURA 3 — DIFERENCIAÇÃO SOCIAL DE UMA "LINHA" DO PIC "OURO PRETO".

mais tranqüila enquanto comerciante. Frequentemente, por falta de experiência, estes sonhos se revelam irrealizáveis;

3. os Nuar, novas localidades centrais planejadas no espaço rural que têm uma atratividade comparável àquela das cidades já mais consolidadas, com a vantagem de darem “mais chances aos pobres”, pelo menos dentro da percepção dos camponeses;

4. as frentes pioneiras ainda mais recentes do que Rondônia (sobretudo o Território de Roraima: no momento da pesquisa, quatro famílias haviam partido para lá). A volta às regiões de origem é bastante rara.

Dos 27 colonos de origem que vivem no conjunto da linha estudada, apenas 14 ainda não venderam nenhuma parte de sua parcela.

No que se refere ao modo e à forma de propriedade das terras, observamos mudanças de dois tipos:

1. *A fragmentação dos estabelecimentos*, que corresponde a uma tendência ao minifúndio: 23 proprietários de terra no exemplo estudado possuem menos que a metade de um lote de 100 ha. Na maioria dos casos, trata-se de menos de 10 ha, o que corresponde, nas condições regionais, a um minifúndio de uma viabilidade econômica duvidosa.

2. Seja, ao contrário, uma *concentração das propriedades* pela acumulação de parcelas de 100 ha nas mãos de um só proprietário. Seis propriedades se compõem de mais de um lote. No entanto, é necessário tirar a diferença entre os “estabelecimentos maiores”, que não diferem dos estabelecimentos médios com relação a seu “modo de produção”, e o latifúndio (no nosso caso, 12 lotes de 100 ha adquiridos por um só proprietário). Este último se distingue nitidamente das outras formas de exploração: o proprietário vive na cidade, utiliza exclusivamente o trabalho assalariado, e dá preferência à criação extensiva de bovinos. Tal modo de produção pode ser qualificado de capitalista.

Paralelamente a esta diferenciação dentro do tipo de propriedade rural, notamos uma diferenciação entre os adquirentes. A clientela tradicional dos projetos de colonização, pequenos camponeses e “sem-terras”, participa principalmente da fragmentação dos estabelecimentos, devido ao estrangulamento da oferta de terras públicas. Em geral, sua situação não permite sequer a aquisição de um lote de tamanho “subeconômico”. Ao contrário, podemos observar, no decorrer de uma certa “consolidação da fronteira”, a aparição de migrantes com meios financeiros suficientes para adquirir um estabelecimento já valorizado, a fim de “pular” a etapa inicial de valorização da terra virgem.

Finalmente, a burguesia regional emergente (intermediários, funcionários, advogados, médicos, etc.) se engaja cada vez mais no setor agrícola, sobretudo com um objetivo especulativo de “reserva de valores”.

Ao lado destas mudanças e diferenciações dentro da estrutura da propriedade rural, o exemplo estudado mostra nitidamente a *emergência de uma classe de “sem-terras”* na “fronteira”, devido ao crescimento da parceria (principalmente no caso de culturas permanentes, tais como o café e o cacau) e à existência do agregado (relação social típica do campo no Brasil, a base de “intercâmbio de trabalho”). Neste contexto, é também necessário considerar o aumento do trabalho agrícola assalariado no curso do processo de “consolidação” da

frente pioneira. Dele participam os “sem-terras” e uma parte dos proprietários (os minifundistas e os proprietários menos afortunados).

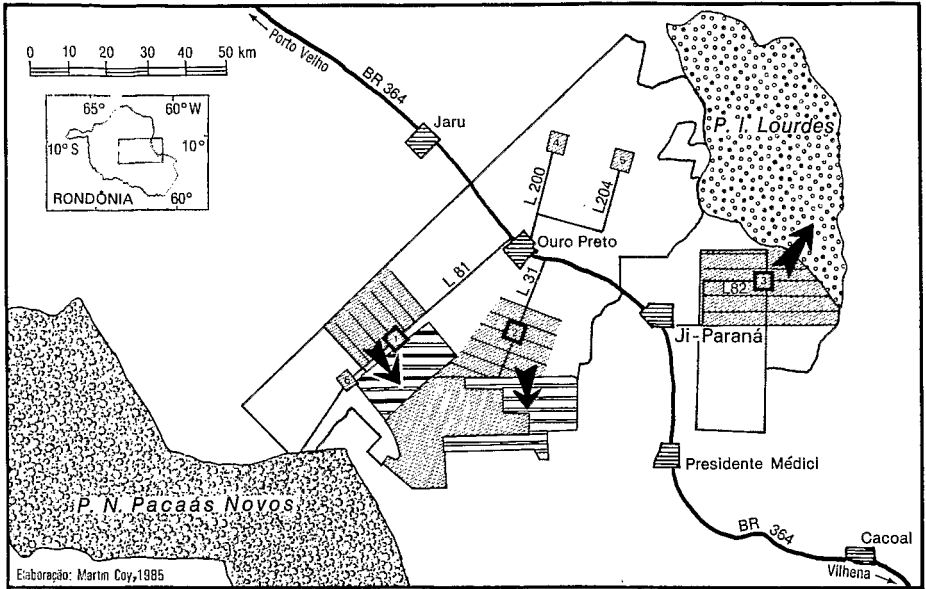
No exemplo estudado, 63% das 193 famílias que vivem nos 72 lotes pertencem à classe dos “sem-terras” (36% sob a forma de parceria). Ainda que este processo não seja novo para a região, um grande número destas famílias não terá, ao contrário dos anos precedentes, a possibilidade de adquirir um lote da colonização oficial, tendo em vista o estrangulamento da oferta de terrenos.

Este exemplo demonstra claramente que a diferenciação sócio-econômica dentro do espaço rural tende a reproduzir as estruturas sócio-econômicas das regiões de onde vieram os migrantes em busca de uma “estratégia camponesa de sobrevivência” às frentes pioneiras. Em todo o caso, a idéia oficial da colonização pública no Brasil, enquanto alternativa para a reforma agrária, visando uma “homogeneização” social, se revela um fracasso no sistema de desenvolvimento capitalista no Brasil. A partir deste exemplo, se a diferenciação social se ampliar ainda mais, esta poderia conduzir à supressão do “modo de produção camponês” e a sua substituição pelo “modo de produção capitalista” na “fronteira” (Wood, 1983). Mas podemos também considerar a fragmentação atual das parcelas como uma reprodução da economia camponesa em condições pouco viáveis, tanto do ponto de vista regional quanto nacional. Concluindo, esta situação talvez seja o signo precursor da supressão definitiva do modo de produção camponês e portanto do começo de um novo processo de expulsão. Será Rondônia apenas uma outra etapa do *moving frontier* no Brasil?

5. CONFLITOS DE INTERESSES, CONFLITOS DE TERRA

A competição entre “modo de produção camponês” e “modo de produção capitalista” se reflete na “fronteira” através de uma concorrência para a utilização de recursos espaciais, e se manifesta em conflitos de interesses entre os diferentes grupos sociais que participam do desenvolvimento da frente pioneira. A nível espacial, se expressa principalmente em conflitos fundiários. Propomo-nos demonstrar este problema com o exemplo de três conflitos recentes também no PIC Ouro Preto.

Diferentes grandes fazendas, cuja estratégia de exploração econômica se baseia principalmente na criação extensiva de bovinos e na cultura comercial do cacau e da borracha, se encontram inseridas ou limítrofes ao projeto de colonização. Duas destas fazendas (9.000 e 12.000 ha), limítrofes ao “setor 6” do PIC Ouro Preto, pertencem a uma grande empresa cuja sede social se localiza no Rio de Janeiro. Em 1984, a fazenda menos valorizada foi invadida por várias centenas de camponeses “sem-terras” que tinham vivido até então nas explorações de outros colonos dos arredores. Sua ação tinha por fim reivindicar a repartição desta fazenda sem utilização econômica, portanto, com finalidades especulativas, tendo em vista a penúria de terras na região. Depois de muita violência, os invasores foram expulsos pelas forças policiais. Em um outro caso, no “setor 2” do PIC Ouro Preto, uma fazenda de 33.000 ha reivindicada e explorada por uma empresa do setor de indústria de madeiras, com sede social no Rio Grande do Sul, foi invadida, em 1984, por um grande número de campo-



- | | | | |
|--|--|--|--|
| | Colonização | | POLONOROESTE |
| | PIC Ouro Preto
Assentamento Rápido
Regularização Fundiária | | Projeto de colonização Urupá |
| | Colonização POLONOROESTE | | NUAR (Núcleo Urbano de Apoio Rural) |
| | Fazenda (com título de propriedade) | | NUAR existentes |
| | Fazenda (sem título de propriedade) | | 1 Nova União |
| | Reserva indígena | | 2 Teixelópolis |
| | Parque Nacional | | 3 Nova Colina |
| | Conflito fundiário atual (invasão) | | NUAR planejados
ou em situação inicial |
| | | | 4 "Linha 200" |
| | | | 5 "Linha 204" |
| | | | 6 Mirante da Serra |
| | | | Área de abrangência do NUAR
(construção de estradas vicinais,
assistência técnica, organização social rural) |

FIGURA 4 — COLONIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS NO PIC "OURO PRETO".

neses vindo da zona vizinha de colonização superpovoada de parceiros e agregados sem-terra. A empresa não possui título algum de propriedade autêntica. Está, acima de tudo, engajada na exploração de madeira, no terreno reivindicado. Surgiram conflitos violentos entre invasores e pistoleiros da fazenda, havendo mortes de ambos os lados. Tal conflito ainda não encontrou uma solução definitiva. Atualmente há alguma esperança para os invasores graças a um processo intentado contra a empresa devido à ilegalidade do título de proprie-

dade. O terceiro conflito difere consideravelmente dos dois primeiros no que se refere aos grupos interessados. Trata-se da invasão do parque indígena “Lourdes” (Fig. 4) por 500 famílias, no qual viviam, já há alguns anos, de 150 a 200 famílias de modo ilegal, mas tolerado pelas instituições competentes (Inkra e Funai). Em 1984, os índios Arara e Gavião tomaram vários invasores como reféns a fim de chamar a atenção das instituições e da opinião pública sobre a gravidade do problema. Depois de longas negociações e muita agitação, os invasores foram forçados, na primavera de 1985, a deixar suas terras no interior do parque. O Estado prometeu a atribuição de terras em um novo projeto de colonização apenas a sessenta famílias. Os outros irão aumentar o exército dos “sem-terras” de Rondônia (para os conflitos mencionados, ver os diferentes artigos nos jornais de Porto Velho *A Tribuna*, *O Estadão de Rondônia*, *Alto Madeira* e os documentos da “Comissão Pastoral da Terra”, CPT, Porto Velho).

Estes exemplos não têm nada de extraordinário, e se inserem no número crescente de conflitos fundiários no Brasil (CPT, 1983, 1984, 1985). A fronteira amazônica ocupa aí uma posição de preeminência (Martins, 1982; Schminck, 1982). Podemos tirar destes três exemplos uma série de conclusões válidas além do caso concreto: os dois primeiros ilustram a competição entre o modo de produção camponês e o modo de produção capitalista na fronteira. A estratégia camponesa de sobrevivência, caracterizada pela necessidade de “terra para trabalhar” e para a reprodução do pequeno produtor, entra em conflito com o interesse capitalista de exploração racional de recursos. Estes dois primeiros casos mostram ao mesmo tempo a relação desigual entre grupos dominantes e grupos dominados no sistema brasileiro de desenvolvimento, isto é, conflito entre “centro” e “periferia” da sociedade brasileira. Entretanto, o caso da invasão do parque indígena “Lourdes” mostra que também existe, dentro dos grupos dominados, conflitos de interesses, isto é, conflitos no interior da “periferia”, entre diferentes “tipos de vida”, “frente pioneira” contra “tipo de vida indígena”, por exemplo.

A regularização das relações desiguais entre “centro” e “periferia”, sob forma de conflitos reais como sob a forma mais dissimulada — da diferenciação social e da expulsão que dela decorre —, se traduz pelo conceito de *violência estrutural* (Galtung, 1971, 1975), violência indireta, freqüentemente impessoal, estabelecida no sistema de desenvolvimento capitalista, que determina desta forma não somente as relações sócio-econômicas mas também a organização do espaço.

6. ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO REGIONAL: o programa Polonoroeste

O papel do Estado como “planificador” do espaço foi de grande importância durante todo o processo da recente ocupação de Rondônia. Foi o próprio Estado, como mostramos antes, que desencadeou este processo. No entanto, sua ação foi reduzida nos últimos anos a um planejamento posterior ao desenvolvimento regional acelerado, isto é, o Estado perdeu a iniciativa e, portanto, não domina mais o processo de desenvolvimento.

Qual é então a “resposta” atual do Estado aos problemas e processos de

mudanças na fronteira de Rondônia introduzidos pelos mecanismos inerentes à sociedade brasileira e a seu modelo de desenvolvimento?

É a partir de 1981 que o Estado brasileiro, principalmente com o programa Polonoroeste, tenta ordenar a ocupação do espaço rural de Rondônia. Com um volume de cerca de 1,5 bilhão de dólares, o Polonoroeste é um dos maiores programas de planejamento do último governo militar. O Banco Mundial participa deste programa com 34% do financiamento. A influência desta instituição sobre o conceito concreto do programa não deve portanto ser subestimada (The World Bank, 1981; Mahar, 1982; Goodland, 1985; Skillings, 1985). No centro do programa encontramos o asfaltamento da BR 364, Cuiabá-Porto Velho, com uma extensão de cerca de 1.400 km, terminado em 1984. Esta medida central consumiu 42% de todos os meios financeiros do programa (Cepa-RO, 1983). Os outros segmentos do Polonoroeste acompanham esta medida central e visam evitar os efeitos concomitantes negativos de tal medida dentro da região-programa. Esta última se estende sobre 14 municípios no Mato Grosso e sobre todo o Estado de Rondônia. Estes segmentos são:

- o estabelecimento de cerca de 20.000 camponeses em novos projetos de colonização, dos quais 15.000 se estabelecerão em Rondônia (24% dos meios financeiros do programa);
- o desenvolvimento rural integrado nas áreas de influência da estrada BR 364 no Mato Grosso e em Rondônia (23%);
- o combate à malária em Rondônia (2%);
- a proteção das populações indígenas na zona de influência da BR 364 (3%);
- a proteção do meio ambiente na região-programa (1%).

O fenômeno concomitante mais visível durante o asfaltamento da BR 364 (evidentemente ligado à deterioração das condições de vida devido à crise econômica) é atualmente o aumento da migração rumo a Rondônia. A estrada asfaltada garante, ao contrário dos anos anteriores, o mesmo acesso durante o ano todo, o que se traduz por movimentos migratórios contínuos independente das estações (Seplan/RO-Nure, 1984, 1985).

Por outro lado, não devemos negligenciar a importância da propaganda direta e indireta feita pelo Estado (por exemplo, pela TV) na região quando da conclusão dos trabalhos.

Para o que propomos, o segmento “Desenvolvimento Rural Integrado” em Rondônia e o estabelecimento de novos projetos de colonização merecem uma análise mais detalhada.

6.1. O “Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado” de Rondônia

O quadro institucional da realização de um desenvolvimento rural integrado em Rondônia é fornecido pelo PDRI-RO (“Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado”). O objetivo essencial é consolidar a situação nas zonas de colonização existentes em Rondônia. As metas são, portanto, orientadas, pelo menos a nível da concepção em direção às necessidades fundamentais dos camponeses interessados.

A medida central do PDRI-RO é a instalação de “Núcleos Urbanos de Apoio Rural” (Nuar), pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural

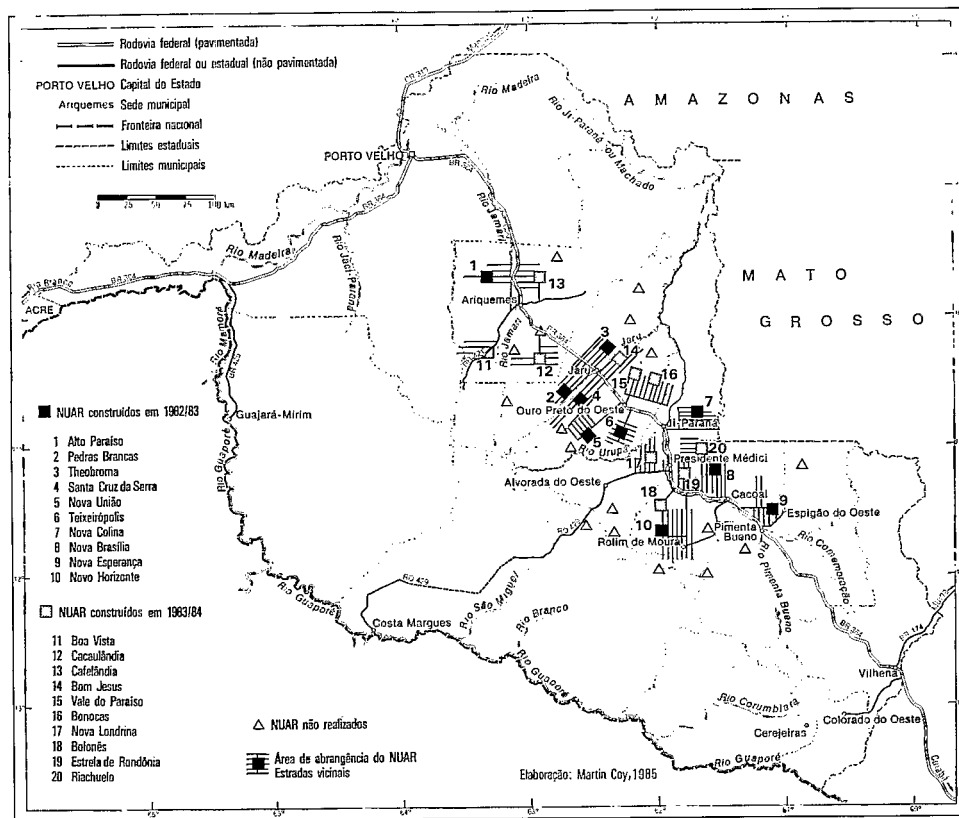


FIGURA 5 — PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM RONDÔNIA — NÚCLEOS URBANOS DE APOIO RURAL (NUAR).

no curto raio de ação para um total de cerca de 1.000 famílias de camponeses. No início, foi prevista a instalação de 39 Nuar. Entretanto, os planos foram limitados aos 20 Nuar realizados até 1984.

A assistência do Estado, qualquer que seja o setor, no âmbito do Polonoroeste, está ligada ao Nuar. É dentro da zona de influência definida do Nuar (Fig. 5) que as estradas de penetração são reconstruídas. É nesta parte da zona rural que os camponeses deveriam receber uma assistência agrícola reforçada. Nestas áreas de influência dos Nuar o Estado deveria aumentar a assistência médica e sanitária. Enfim, é nestas partes do espaço rural que o Estado tenta, através da formação de “Comissões de Desenvolvimento Rural” (CDR), organizar a participação da população para a realização do programa. As instituições responsáveis por estes diferentes aspectos se localizam no Nuar e, desta forma, estão próximas aos camponeses. No Nuar, estão localizadas, além destas instituições que trabalham na zona rural, um posto de saúde, uma escola primária e um armazém da Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem).

Dentro da zona urbana do Nuar, são distribuídas parcelas aos camponeses da área de influência para que estes possam construir uma segunda casa no Nuar com a finalidade de aproveitamento de seus serviços. São também distribuídas parcelas a comerciantes interessados (para um exemplo de Nuar veja a Fig. 6).

O Nuar é, portanto, fundado sobre a idéia de melhorar as condições de vida da população rural, aperfeiçoando assim a infra-estrutura rural e intensificando a assistência. Para se chegar a este ponto, o meio utilizado é a proximidade com os “serviços centrais” e com a assistência governamental para com os camponeses. O Nuar tem, portanto, de alguma forma, uma função de mediador entre “cidade” e “campo”. Entretanto, o modelo do Nuar nos faz pensar no sistema das localidades centrais dentro dos projetos de colonização da Transamazônica (Agrovila — Agrópolis — Rurópolis, Smith, 1976; Kohlhepp, 1978) que, aliás, fracassou.

No que se refere à realização das medidas do PDRI-RO, devemos constatar, entretanto, um contraste considerável entre plano e realidade.

Encontramo-nos, efetivamente, em confronto com problemas de ordem técnica, problemas ligados à qualificação e às características do pessoal, mas, sobretudo, problemas de ordem mais geral, provocados pelo desenvolvimento inquietante da região (aumento da migração, aumento dos conflitos de terra) e ligados, assim, direta e indiretamente, à política nacional.

A assistência rural pela Emater-RO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) se vê, por exemplo, limitada em sua eficiência pela difusão de métodos pouco adaptados e pela falta de formação de seus colaboradores, mal integrados às condições regionais. A introdução e a difusão de culturas e de sistemas de produção adaptados, medidas que são de importância prioritária na concepção da assistência rural, são deficientes pelas ausências de créditos agrícolas convenientes e de um sistema de comercialização adequado.

Da mesma forma, no que se refere à participação dos camponeses no Polonoroeste, podemos constatar que a formação das “Comissões de Desenvolvimento Rural” (CDR) permanece, na maioria dos casos, como uma ação pura-



Casas de habitação

- em construção
- construída, não habitada
- habitada
- abandonada

Casas de uso comercial (incl. habitação)

- em construção
- construída, não utilizada
- utilizada
- abandonada

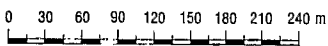
- Bar, "bolicho"
- Bazar
- ▲ Cerealista (Máquina de arroz)
- ◆ Escola de datilografia
- ◊ Oficina mecânica
- * Serraria
- ▲ Farmácia
- ◆ Dentista
- + Igreja

Construções de infra-estrutura pública

- 1 Centro administrativo
- 2 Posto de saúde (PS II)
- 3 Colégio
- 4 Casa de trânsito (reservado aos técnicos)
- 5 Área reservada à CIBRAZEM
- 6 Caixa de água
- 7 Gerador de energia (motor de óleo diesel)

Desenvolvimento urbano

- Levantamento
- 1.8.1983
- 1.11.1983
- 1.11.1984



Elaboração: Martin Coy, 1985

FIGURA 6 — MAPA FUNCIONAL DO NUAR "NOVA COLINA".

mente administrativa, sem nenhuma vida própria. A metodologia da instituição responsável e a falta de colaboradores preparados para um trabalho participante contribuem para este insucesso. Em nível mais elevado, podemos pensar que nunca houve interesse político em se promover uma verdadeira participação da população. Segundo a lógica do Estado autoritário, não há lugar para isso. Assim, a hipótese, segundo a qual o aspecto participante tem mais função de álibi, pode parecer legítima.

A reação tão brusca do Estado às iniciativas próprias dos camponeses, organizados em “Associações de Pequenos Camponeses” regionais (p. ex. Arcopam, Araopam, Arjopaam) para defender seus interesses econômicos e políticos, se insere dentro do mesmo contexto (o apoio da Igreja católica e luterana a estas associações certamente reforçou esta reação do Estado).

6.1.1. O desenvolvimento urbano dos Nuar no PIC Ouro Preto

Com relação ao desenvolvimento urbano dos Nuar, levantamentos realizados nos três Nuar existentes no PIC Ouro Preto demonstram uma atividade considerável nestas novas localidades pouco tempo depois de sua fundação, mesmo que este desenvolvimento seja talvez mais fraco do que em muitas novas cidades “espontâneas” (p. ex. Rolim de Moura, Alvorada do Oeste, etc.).

Para os “serviços centrais”, contudo, a atratividade dos Nuar ainda se mantém restrita para a população das zonas rurais, já que o setor comercial é fraco (os comerciantes mais importantes ainda não abrem filiais nos Nuar em conseqüência dos problemas técnicos do abastecimento de água e de energia). A localização das instituições de maior importância nas cidades e a inexistência de uma agência bancária ou postal reduzem igualmente esta atratividade. A isto se acrescentam os problemas de funcionamento dos serviços públicos (p. ex. o Estado não garante o funcionamento dos postos de saúde e não há entreposto da Cibrazem).

Também nesta área constatamos o contraste entre a concepção inicial e a realidade. A meta inicial do Nuar de ser um local de residência para a população rural de sua área de influência demonstrou ser irrealizável, em razão dos recursos limitados desta população e porque esta prefere a residência no próprio local de exploração. Daí um grande número de camponeses que receberam uma parcela no Nuar ter diretamente vendido esta parcela, ou construído uma casa como “reserva de valores” ou simplesmente começado uma construção como garantia de propriedade (as parcelas sem construção, depois de um certo prazo, eram redistribuídas). A Fig. 6 mostra o grande número de casas em construção. A pesquisa realizada junto a 90 habitantes dos três Nuar no PIC Ouro Preto (Nova Colina, Nova União, Teixeirópolis, Fig. 5) mostra que 47% dos interrogados receberam sua parcela urbana da administração pública (destes 47% muitos não vêm da zona de influência do Nuar propriamente dito), 43% compraram sua parcela, prova da existência de um mercado imobiliário considerável nos Nuar, e 10% moram em casas alugadas. Sobre o mercado imobiliário, observamos igualmente uma certa tendência à concentração: 22% dos interrogados já possuem mais de uma parcela urbana, o que era proibido no projeto inicial.

Tudo isto se reflete na estrutura sócio-econômica dos habitantes: apenas 23% dos interrogados possuem uma propriedade agrícola na zona rural, 16% venderam sua propriedade rural antes de se estabelecerem no Nuar, 48% não possuem nenhuma exploração rural na região, 8% possuem uma chácara (um “minifúndio” nos arredores do Nuar), 6% reivindicaram uma marcação (um terreno invadido no parque indígena “Lourdes” — trata-se de habitantes do Nuar Nova Colina, limítrofe ao parque indígena), (levantamentos realizados pelo autor no PIC Ouro Preto 1983/1984).

A explicação é encontrada, mais uma vez, no desenvolvimento regional de ordem mais geral: muitos migrantes, recentemente chegados em Rondônia e não vindo mais a realização de suas idéias iniciais de obtenção de terras de colonização, se estabelecem nestes Nuar tentando ganhar a vida com um trabalho urbano (construção, artesanato, comércio, etc.). Outros trabalham como assalariados ou parceiros nas explorações rurais dos arredores.

A procedência dos interrogados nos Nuar é também um indicador destas tendências atuais: 41% dos interrogados são de origem urbana (em comparação aos 14% da amostragem da população interrogada na zona rural), dos quais 21% vêm diretamente de uma cidade no Sul ou Sudeste do Brasil (levantamentos realizados pelo autor no PIC Ouro Preto 1983/1984).

Tudo isto insere o Nuar no âmbito mais geral da problemática da frente pioneira dentro do contexto do modelo de desenvolvimento capitalista do Brasil.

A diferenciação social se manifesta igualmente no Nuar na medida em que a população atual é composta principalmente de camponeses que “fracassaram” (aqueles que venderam suas explorações) e de migrantes, expulsos de suas regiões de procedência, em busca de uma “volta ao campo” (a intenção de 76% dos interrogados dentro da zona urbana dos Nuar era adquirir terras em um projeto de colonização). Estes se vêem agora impedidos de realizar suas intenções e contribuirão, portanto, para a formação de uma classe de “sem-terras” na frente pioneira.

Tendo em vista a capacidade restrita do setor comercial dos Nuar, apenas uma minoria poderá ganhar a vida a longo prazo no Nuar através de um emprego urbano propriamente dito. Mas o “inchamento” do setor terciário, já observado neste Nuar (a quantidade de “bares” e “boliches” no exemplo demonstrado — Fig. 6), e o nascimento de um “setor informal” devem também ser considerados como “estratégias de sobrevivência”.

Não podemos negar o risco de marginalização. A este propósito: o argumento, freqüentemente usado pelos pesquisadores no Brasil, de uma instalação dos Nuar com o único fim de fornecer uma “reserva” de força de trabalho destinada a grandes explorações futuras, nos parece exagerado. Tendo em vista o processo de mudança e de diferenciação, ele poderia, contudo, um dia se revelar certo.

6.2. *Os novos projetos de colonização*

Para terminar, algumas indicações a respeito da instalação de novos projetos de colonização no âmbito do programa Polonoeste. Os quatro novos

projetos de colonização (Urupá, Machadinho, Cujubim, Capitão Sílvio, Fig. 2) poderão absorver 15.800 famílias de camponeses. Um desses projetos (Urupá) já está realizado, e um outro se encontra em fase de realização (Machadinho).

Considerando o elevado número (20.000 famílias) que já foi selecionado pelo Incra em 1982 (última seleção) para receber uma exploração dentro de um projeto de colonização, veremos que apenas uma parte destas famílias — elas já moram há pelo menos três anos em Rondônia — poderá aproveitar destes novos projetos. Assim, até agora 14.000 famílias, apesar de selecionadas, ainda não receberam terra (informações fornecidas pelo Mirad/Incrá-Dr/RO, Porto Velho, julho de 1985).

Tendo em vista o crescimento da migração nestes últimos anos, o número de famílias que espera a atribuição de terras de colonização deveria ser, na realidade, ainda mais elevado. Constatamos, então, que a distância entre a demanda e a oferta de terra não diminuirá com os novos projetos. Ao contrário, esta distância aumentará devido à migração, ligada — como já vimos — ao Polono-roeste pelo asfaltamento da BR 364.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da região “ultrapassa” a realização do planejamento. Desta forma, as estratégias do Estado se revelam incapazes de estruturar este desenvolvimento. As conseqüências serão, portanto, uma continuação do processo de diferenciação social, a aceleração da urbanização, o agravamento de conflitos fundiários, aliás, já visível (invasões de grandes fazendas, p. ex., fazenda “Santa Júlia”, fazenda “Catuva” — durante o último conflito, em julho de 1985, um padre italiano foi assassinado por pistoleiros).

O conflito de interesses entre a estratégia camponesa de “terra para trabalhar” e a necessidade de proteção das populações indígenas e do meio ambiente se agrava a cada dia (as invasões das reservas florestais nos novos projetos, Urupá e Machadinho, são reveladores disto).

Dentro deste contexto, a implantação de outros novos projetos de colonização ao longo da nova estrada RO 429 Presidente Médici-Costa Marques (Fig. 2 e Quadro 2) irá acelerar este conflito através da abertura de uma nova frente pioneira no interior de Rondônia e aumentará o perigo para a população indígena (especialmente a reserva indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau, Fig. 2) e para as regiões que ainda vivem dentro de um ecossistema intacto (sobretudo no vale do Guaporé).

São as contradições de base de qualquer frente pioneira, seja ela “frenteira camponesa” ou “frenteira capitalista”. Tais contradições se exprimem pelos conceitos opostos de valorização, transformação e destruição a níveis tanto sócio-econômicos como ecológicos.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, BERTHA K., 1982. — *Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos*. Zahar Ed., Rio de Janeiro, 233 pp.

- BRET, BERNARD., LE GAUFFREY, YANN., THERY, HERVE., WANIEZ, PHILIPPE, 1984. — *La population brésilienne: dynamique démographique et spatiale*. In: *Problèmes d'Amérique latine*, n° 73, Notes et Etudes documentaires, n° 4.764, pp. 121-144.
- BUNKER, Stephen G., 1983. — *Policy Implementation in an Authoritarian State: A case from Brazil*. In: *Latin American Research Review*, vol. 18, n° 1, pp. 33-58.
- CEPA-RO, 1983. — *Ações do Setor público agrícola de Rondônia voltadas ao Pequeno Produtor*. Porto Velho, 66 pp.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra), 1983. — *CPT: Pastoral e Compromisso*. Ed. Vozes, Petrópolis, 105 pp.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra), 1984. — *Conflitos de Terra no Brasil*. Goiânia, 15 p.
- CPT (Comissão Pastoral da Terra), 1985. — *Conflitos de Terra no Brasil*. In: *Cadernos do CEAS*, n° 98, pp. 16-26.
- CREDAL (ed.), 1981. — *Les phénomènes de "frontière" dans les pays tropicaux*. Tra-vaux et mémoires de l'Iheal, Paris, 456 pp.
- DAVIS, SHELTON, 1977. — *Victims of the Miracle: Development and the Indians of Brazil*. New York.
- EGLIN, JEAN., THERY, HERVE, 1982. — *Le pillage de l'Amazonie*. Maspéro, Paris, 201 pp.
- FOUCHER, MICHEL, 1974. — *La mise en valeur de l'Amazonie brésilienne, la route transamazonienne*. in: *Problèmes d'Amérique latine*, n° 33, Notes et Etudes docu-mentaires, n° 4.110/4.111, Paris.
- FLOWERAKER, JOE, 1981. — *The Struggle for Land. A political Economy of the Pioneer Frontier in Brazil from 1930 to the Present Day*. Cambridge University Press, Cam-bridge, U.K., 258 pp.
- GALL, NORMAN. 1978. — *Letter from Rondônia*. American University Field Staff, Washington D.C.
- GALTUNG, JOHAN, 1971. — *A Structural Theory of Imperialism*. in: *Journal of Peace Research*, vol. 8, n° 2, pp. 81-118.
- GALTUNG, JOHAN, 1975. — *Strukturelle Gewalt. Beiträge zur Friedens und Konflikt-forschung. rororo-aktuell*, Reinbek, 158 pp.
- GOODLAND, ROBERT, 1985. — *Brazil's environmental Progress in Amazonian De-velopment*. In: Hemming John, ed., 1985. *Change in the Amazon Basin*, vol. 1, Manchester, pp. 5-35.
- HEBETTE, JEAN., MARIN, ROSA AZEVEDO, 1982. — *Etat et appropriation sociale de l'espace. La colonisation à Ariquemes, Rondônia*. IGU — Latin American Re-gional Conference, Belo Horizonte, 28 pp.
- HENNESSY, ALISTAIR, 1978. — *The Frontier in Latin American History*. London/Al-buquerque.
- KATZMANN, MARTIN T., 1975. — *The Brazilian Frontier in Comparative Perspective*. In: *Comparative Studies in Sociology and History*, vol. 17, n° 3, pp. 266-285.
- KOHLHEPP, GERD, 1978. — *Siedlungsentwicklung und Siedlungsplanung im zentralen Amazonien. Gedanken zum zentralörtlichen System. "Agrovila — Agrópolis — Rurópolis"*. In: *Frankfurter Wirtschaftst — und Sozialgeographische Schriften*, vol. 28, pp. 171-191.
- KOHLHEPP, GERD, 1980. — *Analysis of state and private regional development pro-jects in the Brazilian Amazon Basin*. In: *Applied Geography and Development*, vol. 16, pp. 53-79.
- KOHLHEPP, GERD, COY MARTIN, 1985. — *Conflicts of Interests and Regional*

- Development Planning in Colonizing the Brazilian Amazon: The Case of Rondônia.* (à paraître).
- LEAL, PAULO NUNES, 1984. — *O outro braço da cruz.* Porto Velho, 316 pp.
- LEVI-STRAUSS, CLAUDE, 1955. — *Tristes Tropiques.* Plon, Paris.
- MAHAR, DENNIS, J., 1979. — *Frontier Development Policy in Brazil. A Study of Amazonia.* Praeger, New York.
- MAHAR, DENNIS, J., 1982. — *Instituições internacionais de Empréstimo e o Desenvolvimento da Amazônia brasileira: a Experiência do Banco Mundial.* In: *Revista de Administração Pública*, vol. 16, n° 4, pp. 23-38.
- MARTINE, GEORGE, 1982. — *Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola.* In: *Revista de Economia Política*, n° 2/3, pp. 53-76.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA, 1975. — *Frente Pioneira: Contribuição para uma Caracterização Sociológica.* In: *Capitalismo e Tradicionalismo. Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil.* Livraria Pioneira Ed., São Paulo, pp. 43-50.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA, 1982. — *Expropriação e Violência. A Questão Política no Campo.* Hucitec, São Paulo, 181 p.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA, 1983. — *Os Camponeses e a Política no Brasil. As Lutas sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político.* Ed. Vozes, Petrópolis, 185 pp.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA, 1984. — *A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política.* Ed. Vozes, Petrópolis, 134 pp.
- MONBEIG, PIERRE, 1952. — *Pionniers et Planteurs de São Paulo.* Paris.
- MOOG, VIANA, 1969. — *Bandeirantes e Pioneiros.* Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MORAN, EMÍLIO F., 1981. — *Developing the Amazon.* Indiana University Press, Bloomington/Ind., 292 p.
- MORAN, EMÍLIO F., 1983. — *Growth without Development: Past and Present Development Efforts in Amazonia.* In: Moran, Emílio F. ed., 1983: *The Dilemma of Amazonian Development.* Westview, Boulder/Col., pp. 3-24.
- MUELLER, CHARLES C., 1980. — *Recent Frontier Expansion in Brazil: The Case of Rondônia.* In: Barbira-Scazzochio. F. ed., 1980: *Land, People and Planning in contemporary Amazonia.* Cambridge, U.K., pp. 141-153.
- MUELLER, CHARLES C., 1983. — *O Estado e a Expansão da Fronteira Agropecuária na Amazônia Brasileira.* In: *Estudos Econômicos*, vol. 13, n° 3, pp. 657-679.
- SAWYER, DONALD F., 1983. — *Fluxo e Refluxo da Fronteira Agrícola no Brasil: Ensaio de Interpretação Estrutural e Espacial.* Seplan-AM, Manaus, 28 pp.
- SCHMINCK, MARIANNE, 1981. — *A Case Study of the Closing Frontier in Brazil.* *Amazon Research Paper Series*, n° 1, Center for Latin American Studies, University of Florida, Gainesville, 35 pp.
- SCHMINCK, MARIANNE, 1982. — *Land Conflicts in Amazônia.* In: *American Ethnologist*, vol. 9, n° 2, pp. 341-357.
- SEPLAN/RO-NURE, 1984. — *Cinco Anos de Migração em Rondônia.* Porto Velho.
- SEPLAN/RO-NURE, 1985. — *Boletim de Migração, 1984.* Porto Velho.
- SILVA, JOSÉ GRAZIANO DA, 1982. — *A Porteira já está fechando?* In: *A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil.* Zahar Ed., Rio de Janeiro, pp. 114-125.
- SKILLINGS, ROBERT F., 1985. — *Economic Development of the Brazilian Amazon: Opportunities and Constraints.* In: Hemming, John ed., 1985: *Change in the Amazon Basin*, vol. 1, Manchester, pp. 36-57.

- SMITH, NIGEL J.H., 1976. — *Brasil's Transamazon Highway Settlement Scheme: Agrovilas, Agropoli, Ruropoli*. In: *Proceedings of the Association of American Geographers*, vol. 8, pp. 129-132.
- SMITH, NIGEL J.H., 1982. — *Rainforest Corridors. The Transamazon Colonization Scheme*. University of California Press, Berkeley/Cal., 248 pp.
- THERY, HERVÉ, 1981. — *Routes transamazoniennes et réorganisation de l'espace: le cas de Rondônia*. In: *Cahiers d'Outre-Mer*, vol. 34, n° 133, pp. 5-22.
- THE WORLD BANK, 1981. — *Brazil. Integrated Development of the Northwest Frontier. A World Bank Country Study. Latin American and the Caribbean Régional Office*, Washington D.C.
- VALVERDE, ORLANDO, ed., 1979. — *A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônia*, vol. 1. IBGE, Rio de Janeiro, 258 pp.
- VELHO, Otávio Guilherme, 1976. — *Capitalismo autoritário e Campesinato. Um Estudo comparativo a partir da Fronteira em movimento*. Difel, São Paulo, 261 pp.
- WAIBEL, LEO, 1955. — *As Zonas Pioneiras do Brasil*. In: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. IBGE, Rio de Janeiro, 1979, pp. 279-312.
- WOOD, CHARLES, 1983. — *Peasant and Capitalist Production in the Brazilian Amazon: A Conceptual Framework for the Study of Frontier Expansion*. In: Moran, Emílio F., ed., 1983: *The Dilemma of Amazonian Development*. Westview, Boulder/Col., pp. 259-277.
- WOOD, CHARLES, SCHMINCK, MARIANNE, 1979. — *Blaming the Victim: Small Farmer Production in an Amazonian Colonization Project*. In: *Studies in Third World Societies*, vol. 7, pp. 77-93.
- WOOD, CHARLES, WILSON, JOHN, 1982. — *The Magnitude of Migration to the Brazilian Frontier*. Paper presented at the Conference on Frontier Expansion in Amazonia, Center for Latin American Studies, University of Florida, Gainesville, 15 pp.

*TRADIÇÃO E MUDANÇA NO MÉDIO SOLIMÕES
Estrutura Social e Movimentos de Base Territorial **

PRISCILA FAULHABER BARBOSA
*Antropóloga
Museu Paraense Emílio Goeldi
Departamento de Ciências Humanas
Belém-PA*

RESUMO

O Médio Solimões (AM) é uma região ocupada economicamente pela produção de farinha de mandioca, extração de castanha e pela pesca. A sociedade tradicional é caracterizada por relações entre a população ribeirinha e os comerciantes, que têm dominado econômica e politicamente a região.

A partir da década de sessenta tem-se observado uma intervenção crescente do Estado no sentido da ocupação territorial, que se define como fronteira em movimento. De modo diferente que outras regiões da Amazônia, este processo não tem significado uma migração maciça recente para a área, nem a construção de barragens ou hidroelétricas. Observa-se, no entanto, a entrada em cena do Estado como empresário, a implantação de empresas agroindustriais e a generalização da representação da terra como objeto de compra e venda.

Isto tem acarretado uma desorganização da sociedade tradicional e a emergência de movimentos de base territorial por parte de grupos de pequenos produtores ribeirinhos, incentivados por agências confessionais e pelo movimento sindical.

Palavras-chave:

Fronteira — Desorganização da sociedade tradicional — Intervenção do Estado — Desenvolvimento regional — Relações de clientela — Brasil — Estado do Amazonas — Médio Solimões.

*TRADITION ET CHANGEMENT DANS LE MOYEN SOLIMÕES.
Structure Sociale et Mouvements de Revendication
à Base Territoriale*

RÉSUMÉ

Le moyen Solimões, dans l'état d'Amazonas, est une région qui vit de la production de la farine de manioc, de la cueillette de la noix du Brésil et de la

* Este artigo foi elaborado a partir da comunicação "Estrutura Fundiária e Movimentos Territoriais no Médio Solimões", apresentada na mesa-redonda "Espaço e Poder na Amazônia", coordenada por Wanderley Costa, dentro do Ciclo de Debates "A Geografia e a Produção do Espaço", realizado no Museu Paraense Emílio Goeldi, entre 25 a 29 de novembro de 1985. Agradeço Philippe Léna pela leitura atenta e pelas críticas estabelecidas àquele texto inicial.

pêche. Les rapports de clientèle entre la population riveraine et les commerçants qui détiennent le pouvoir économique et politique de la région, caractérisent la société traditionnelle.

A partir des années soixante, on constate une intervention croissante de l'Etat dans le processus d'occupation du territoire, défini comme frontière en mouvement. Contrairement aux autres régions de l'Amazonie, ce processus ne résulte pas d'un grand mouvement de migration récent, ni de la construction de barrages hydroélectriques. On constate par contre l'entrée en scène de l'Etat comme entrepreneur, l'implantation d'entreprises agro-industrielles et la généralisation du statut de la terre comme marchandise.

Cela a entraîné une désorganisation de la société traditionnelle et l'émergence de mouvements revendicatifs à base territoriale de la part de groupes de petits producteurs riverains, encouragés par des organisations religieuses et syndicales.

Mots-clés:

Frontière — Transformations des sociétés traditionnelles — Intervention de l'Etat — Aménagement du territoire — Clientélisme — Brésil — État d'Amazonas — Moyen Solimões.

*TRADITION AND CHANGE IN THE MIDDLE SOLIMOES.
Social structure and territorial claims*

ABSTRACT

The economy of the Middle Solimões, in the Amazonas state is based on the production of cassava meal, the picking of Brazil nut and fishing. The traditional society is characterized by the clientele relations between the riparian population and the trades people who hold the economic and political power in the region.

From the 1960's onwards, an increasing state participation is observed in the process of land occupation which is defined as a moving frontier. Unlike the other zones of Amazonia, this process results neither from a recent large migration movement nor from the building of hydroelectric dams. On the contrary, one can point out the entrepreneurial role of the State, the establishment of agro-industries and the general use of the land as a commodity.

This situation led to a disorganization of the traditional society and to the emergence of territorial claims lodged by groups of small riparian producers under the pressure of religious organizations and trade unions.

Key Words:

Frontier — Transformations of the traditional societies — State participation — National development — Clientele — Brazil — Amazonas State — Middle Solimões.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo dar alguns passos preliminares no sentido da compreensão de uma situação particular do processo fundiário regional na Amazônia, ou seja, no Médio Solimões, área polarizada pela cidade de Tefé, Estado do Amazonas.

A intervenção do Estado na área em estudo tem resultado na desorganização e reorganização das relações sociais tradicionais de fronteira, acarretando a intensificação do processo de diferenciação social preexistente.

Entende-se “fronteira em movimento” como um espaço social interior ao Estado. Este atua em relação àquele no sentido de projetar uma “ocupação permanente e significativa da terra”, constituindo a fronteira como um “espaço aberto, porém controlado” (Velho, 1979: 205). Na sua relação com o Estado, a fronteira não assume um papel meramente passivo, pois atua sobre ele, ao refratar suas contradições, descortinando-se, assim, possibilidades múltiplas para os atores que nela interagem.

Enfocaremos as relações sociais no antigo Município de Tefé, atualmente desmembrado em Tefé (22.904 km²), Alvarães (6.075 km²), e Uarini (9.850 km²). A cidade de Tefé, desde 1974, o eixo central do Pólo Juruá-Solimões, definido pelo Programa Polamazônia, do Ministério do Interior. Esta cidade polariza a formação social circundante, atraindo para si a população de rios como o Japurá, nos quais tem se observado o despovoamento.

A região caracteriza-se pela tradição de subordinação do campesinato por relações de clientela aos comerciantes articulados ao capital mercantil e usuário. Estas relações são travadas na comercialização do excedente da produção agrícola (farinha, juta), extrativa (castanha, seringa, madeira) e da pesca.

Verifica-se na área a constituição de agrupamentos de pequenos produtores rurais, formados a partir da ocupação de terras devolutas ou propriedades particulares, e, em alguns casos, através de contratos verbais de arrendamento ou aforamento, para a extração de castanha ou produção de farinha de mandioca. Estes pequenos produtores em geral são de origem indígena ou cabocla, não tendo sido observados movimentos recentes de migração maciça para a área.

A partir principalmente da década de sessenta, tem-se observado a interferência crescente do Estado, através de organismos diversos, e de outras agências confessionais e da sociedade civil.

O Estado, com o objetivo da “Integração Nacional”, tem atuado no sentido da “racionalização” do sistema financeiro, da relação trabalho/terra e da apropriação e transferência do excedente agrícola, pesqueiro e extrativo, tradicionalmente efetivado pelos comerciantes, que dominam econômica e politicamente a região.

Sua atuação no Médio Solimões tem-se caracterizado principalmente pela instalação de agências destinadas a implementar sua política agrícola como a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), criação de linhas de crédito pelo Banco do Brasil destinadas diretamente à pequena produção, instalação de órgãos destinados à regularização fundiária — como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto de Terras do

Amazonas (Iteram) —, além de criação de infra-estrutura urbana e rodoviária — como a construção de estradas vicinais visando o escoamento da produção agrícola. É significativa a entrada em cena do Estado como empresário, que atua através de empresas públicas (tais como a Emade — Empresa Amazonense de Dendê — de direito privado e capital misto) e da Secretaria de Obras da Prefeitura de Tefé, que age como uma construtora.

Desde a década de setenta, os pequenos produtores ribeirinhos têm sido incentivados a lutar pelos seus direitos prescritos por lei pela Prelazia de Tefé, e pelo MEB, através da formação de comunidades eclesiais de base. Mais recentemente, em 1979, foi fundado o Sindicato de Trabalhadores na Agricultura de Tefé, associação da sociedade civil que tem por objetivo atuar como representante de classe.

Observa-se, não obstante, nos dias de hoje, alterações na estrutura tradicional de apropriação agromercantil, verificando-se o aceleração do processo de concentração financeira e de intensificação da diferenciação social preexistente. As maiores propriedades fundiárias da área encontram-se no atual Município de Tefé e são pertencentes a empresas como a Emade (Empresa Amazonense de Dendê — 270.000 ha), Ciane (Companhia Nacional de Estamparia — 50.000 ha), GTB (Guias Telefônicos Brasileiros — 60.000 ha) e Socfinco do Brasil — 100.000 ha).

As alterações acima referidas devem ser vistas em sua especificidade.

2. RELAÇÕES PATRÃO-CLIENTE, VINCULAÇÃO AO MERCADO, APROPRIAÇÃO FUNDIÁRIA

A literatura especializada relativa à história econômica e social da Amazônia tem concentrado o interesse nos estudos sobre o “ciclo da borracha”, dando menos atenção a outras atividades que estiveram articuladas a este processo, e inclusive a ele preexistiram, como a agricultura (Oliveira F., 1979: 102/103).

As relações sociais engendradas pelo extrativismo da borracha parecem ter grande importância para a compreensão da estrutura social regional do Médio Solimões, mas não pode ser subestimada a tradição agrícola, associada principalmente à extração da castanha e à pesca, atividades que ainda hoje são características da produção agromercantil regional.

Já em 1850, Bates registra a existência, associada ao extrativismo de drogas do sertão, de agricultura cabocla e indígena nas “margens e declives argilosos do Solimões, que ficam a descoberto uns oito ou nove meses por ano, tempo suficiente para o amadurecimento das roças” (Bates, 1944:200). A mesma fonte indica também como principais produtos agrícolas a mandioca, feijão, melancia, tabaco, etc.

O aviamento, baseado no “troco” entre mercadorias manufaturadas e produtos agrícolas e extrativos, como as drogas do sertão, generalizado pela difusão da frente seringalista na Amazônia, baseia-se nas relações patrão-cliente, mecanismo de controle jurídico-político da organização da produção, subordinando o trabalho caboclo e indígena ao mercado moderno.

No século XIX, as casas aviadoras de Belém e Manaus, articuladas à rede

bancária nacional e internacional (Santos, 1980, cap. V), centralizavam o sistema de crédito, condicionando as relações mercantis estabelecidas pelas casas comerciais localizadas em núcleos urbanos ao longo do Solimões, como Tefé e Tabatinga. Estes núcleos surgiram inicialmente como aldeamentos criados através dos descimentos indígenas (Porro, 1981:225).

As atividades agrícolas e extrativas, “subordinadas dentro de um sistema vertical de relações” (Oliveira Fº, 1979:124), eram financiadas pelo “sistema de troco”, ou seja, sem dinheiro vivo, mas sob o cálculo monetário. À medida que as distâncias eram maiores, aproximando-se das cabeceiras ou “altos rios”, este sistema era crescentemente espoliativo, submetendo pela dívida a população ao “trabalho forçado” (Tavares Bastos, 1975:209, *apud* Oliveira Fº, 1979: 124).

A clientela, entendida como relação jurídico-política de dependência, (Oliveira, Fº, 1979:112), que regula a sujeição do trabalho caboclo aos patrões, articulada a uma rede mercantil, parece explicar, antes da apropriação fundiária, a “subordinação do trabalho amazônico às determinações do grande capital” (Oliveira Fº, 1979:132).

A subordinação não era alcançada mediante a expropriação, dada a abundância de terras livres e “quase ausência de agências públicas para o estabelecimento de propriedades fundiárias”, mas pelo controle “dos meios de comercialização e financiamento da produção (Oliveira Fº, 1979:131/132).

A atividade mercantil sempre esteve articulada, não obstante, à incorporação territorial. Embora tenha se tornado viável sua regularização jurídica a partir da “Lei da Terra” de 1850, frequentemente a mesma não foi concretizada. Dada a quase ausência de órgãos estatais no interior, destinados a controlar e regularizar a propriedade fundiária, esta era estabelecida mediante o uso da violência pelos próprios “patrões”, como indicam depoimentos de agentes locais em Tefé. Os limites de tais propriedades eram definidos por acidentes geográficos e, via de regra, não coincidiam com as limitações prescritas pela legislação.

Na região em estudo, tais propriedades agromercantis constituíram-se principalmente com o fim da comercialização da castanha, que sempre esteve articulada à pesca e à agricultura de subsistência. Dada a disponibilidade de terras, não se concretizou a expropriação, verificando-se a constituição de um campeonato dedicado a atividades de subsistência.

A violência da apropriação fundiária, todavia, fez-se notar sobretudo nas áreas de terra firme, onde se localizam os castanhais. As áreas de várzea, sujeitas a enchentes periódicas, onde só é possível a agricultura de ciclo curto, sempre foram de mais fácil acesso a índios e caboclos.

Atualmente, é considerado “patrão” aquele que, detendo os meios de comercialização, fornece ao “freguês” as mercadorias industrializadas a “troco” dos produtos agrícolas e extrativos. Hoje, a utilização deste termo se estende a regatões e proprietários, não sendo necessária a propriedade particular da terra para que o comerciante seja considerado “patrão”.

As relações de sujeição/dominação, próprias ao sistema mercantil, ainda são um fato no Médio Solimões, pois os proprietários, durante o período de coleta de castanha, utilizam-se do gerente acreditado, em geral um morador do cas-

tanhal, como um mecanismo de vigilância para garantir a apropriação da renda em castanha. Quando os extratores realizam a venda direta, os “patrões” utilizam-se da força policial.

Segundo relato de agentes locais, durante o Segundo Império e Primeira República, a propriedade das terras era adquirida mediante compra, através da Coletoria Estadual. Como contam diversos relatos, estas terras já eram ocupadas por uma população indígena e cabocla, que oferece resistência à demarcação das propriedades individuais. Apesar da erupção de conflitos, os comerciantes apropriaram-se destas terras mediante o uso da força, visando garantir o monopólio da comercialização do excedente de produtos agrícolas e extrativos.

O uso da violência pelos patrões também consistia em um mecanismo regulador das relações de trabalho na atividade agrícola e extrativa. Os signos destas práticas ainda estão vivos em instrumentos materiais, como o “tronco”, que ainda existe em algumas localidades, utilizado em um passado recente para a punição do freguês que não respeitasse a autoridade do patrão e vendesse a castanha para outros.

3. FRONTEIRA EM MOVIMENTO E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Para entender a dinâmica da estrutura social na fronteira, é necessário analisar a relação entre as trajetórias dos atores sociais em oposição e o devenir da estrutura social como um todo (Bourdieu, 1982:7).

Isto implica na análise da relação entre a direção da trajetória de distintos atores em cada situação histórica, e as estratégias sócio-econômicas de cada agente.

Ainda hoje, os “patrões” tradicionais apropriam-se da renda fundiária através da exploração de atividades extrativistas, atualmente mediante o recurso a financiamentos bancários. Verificaram-se, a partir da década de sessenta, segundo relatos de regionais, alterações nas relações sociais, mas não se pode dizer, todavia, que estas transformações representaram uma mudança efetiva.

Observou-se, a partir da década de sessenta, a quebra do controle absoluto pelos “patrões” tradicionais da comercialização do excedente agrícola e extrativo. Em muitos casos, a partir de então, os produtores têm-se apossado da terra, instruídos a respeito dos direitos previstos pela legislação agrária. Muitas vezes, os posseiros passaram a não vender o excedente da produção exclusivamente aos proprietários, pois praticam o “contrabando” (terminologia regional), vendendo o resultado de sua produção a quem oferece o melhor preço, entre regatões e comerciantes.

A decadência da figura do “patrão” tradicional esteve associada à ascensão de um grupo de comerciantes. Tal ascensão se deu dentro da lógica competitiva do mercado capitalista. A apropriação da terra não constitui a principal base de sustentação econômica destes comerciantes, caracterizando-se esta tanto por atividades de apropriação mercantil, atingida mediante estocagem de mercadorias, quanto por utilização direta do crédito bancário e investimentos na indústria, por exemplo do pirarucu.

Esta troca de figuras no cenário político local deve ser entendida em suas determinações mais gerais.

Verificou-se, a partir do Estado Novo, uma preocupação crescente, por parte do Estado, em relação à comercialização da produção agrícola. Como objetivo de viabilizar um projeto de “integração nacional”, foi tomada uma série de medidas, as quais, a nível do poder local, tiveram como consequência o fortalecimento de uma burguesia mercantil em ascensão. Como exemplo de tais medidas, deve ser citada a criação da Spevea (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia), posteriormente transformada em Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), e a implantação de um sistema de crédito destinado a diversificar a produção e comercialização agrária. O Banco de Crédito da Amazônia S.A., em meados da década de cinquenta, passou a representar a “espinha dorsal do sistema de crédito da Amazônia”... através de financiamento e compra de safras de borracha, e propiciamento do crédito comercial, industrial e agrícola a toda a área amazônica” (Associação Comercial do Amazonas, 1971:161).

Nos anos sessenta, foi criada na Amazônia uma efetiva “fronteira em movimento” (Velho, 1982:205). A ocupação territorial, através da integração de fronteiras, foi objetivo de diversos planos do Estado Autoritário no Brasil, podendo ser citados entre eles o PIN (Plano de Integração Nacional) e o Polamazônia (com objetivos traçados pelo Minter em 1974), cujas diretrizes mais gerais eram a “integração e o desenvolvimento da Amazônia, assim como a diminuição das desigualdades existentes entre ela e as demais regiões do País” (Minter, Sudam, 1981:III).

No Médio Solimões, o objetivo era “o incentivo à produção agrícola” e a “fixação do homem à terra”. Um grupo de comerciantes em ascensão, entretanto, manipulou estas políticas de Estado a nível local, fortalecendo-se. Como as agências que representavam o Estado articulavam-se com as classes dominantes locais, a alteração de relações sociais próprias à estrutura social preexistente não acarretou mudança efetiva na estrutura de dominação local. Um exemplo disto foi a manipulação pelos comerciantes, em proveito próprio, do crédito bancário dirigido diretamente à pequena produção agrícola (Faulhaber Barbosa, 1983: cap III).

O crédito direto, destinado ao custeio da pequena agricultura, vinculado ao Proterra, foi introduzido pelo Banco do Brasil em Tefé em 1975. Inicialmente, parece ter efetivamente incentivado a pequena produção agrícola. Mas com o passar do tempo, os comerciantes tiraram proveito da situação de endividamento dos pequenos agricultores. Valendo-se de uma linha operacional de crédito do Banco do Brasil, os comerciantes utilizaram-se destes recursos para financiar a produção agrícola através de uma cadeia de intermediários.

Dado o atraso freqüente da liberação do financiamento aos agricultores, eles eram levados a obter os recursos das mãos dos comerciantes. Endividavam-se desta maneira duplamente, contraindo débitos com os patrões e com o banco. Sua situação de endividamento agravou-se com o aumento dos juros, pois estes em 1975 eram de 13%, elevando-se para 35% em 1981. Em 1983, dadas as alterações na política de crédito agrícola, os juros foram elevados a 65%, além da correção monetária de 70%.

A situação já era crítica em 1982, quando grandes enchentes produziram estragos generalizados. Apesar de um abaixo-assinado que envolveu trezentos

agricultores, o Banco do Brasil não liberou os recursos do Seguro Agrícola (Proagro), destinados a cobrir esse tipo de perdas. Na maior parte dos casos, o Banco prorrogou a dívida dos agricultores com novos juros, acarretando a multiplicação de suas dívidas, superpostas com aquelas contraídas com os comerciantes. Como conseqüência, apenas 50 dos 750 agricultores financiados pelo Banco do Brasil em Tefé saldaram em 1983 suas dívidas com o Banco do Brasil, que se acumularam, acrescidas de novos juros e correção monetária. A situação tornou-se ainda mais complexa pois os comerciantes têm poder de barganha sobre os preços dos produtos agrícolas e manufaturados. Até 1985, a grande maioria dos agricultores não havia saldado o débito com o Banco, que os considera inadimplentes, e ameaça levar a juízo. Os agricultores temem que seja acionada a força policial, como fazem os “patrões” para cobrar a “renda” da castanha extraída.

A política de crédito agrícola contribuiu para a intensificação do processo de diferenciação social preexistente na pequena produção mercantil. Com a introdução do dinheiro, criaram-se condições para que o pequeno produtor agrícola desenvolvesse estratégias econômicas no sentido da comercialização de sua produção agrícola, assim como aquisição de bens industrializados (motor de popa, fogões ou ferramentas de trabalho mais sofisticadas). Alguns agricultores tiveram condições, inclusive, de montar um pequeno comércio na cidade. Isto acarretou, porém, o crescimento das dívidas.

A diferenciação no interior da produção mercantil não implica uma mobilidade social efetiva, dada a situação de dependência do pequeno produtor na relação pessoal com os comerciantes e na sua posição subordinada na estrutura social. Os pequenos comerciantes, por sua vez, estão sujeitos à concorrência com as grandes casas comerciais, que controlam o comércio da cidade.

Apesar das fronteiras entre os grupos sociais terem sido aparentemente diluídas, elas não foram todavia rompidas. Observa-se, portanto, simultaneamente à intensificação do processo de diferenciação social, o crescente endividamento de diversos setores sociais locais, tendo este fato, como contraparte, a concentração do poder econômico de um pequeno grupo de grandes comerciantes (Faulhaber Barbosa, 1983:114).

Diferencia-se, deste modo, a rede comercial, localizando-se em seu topo os grandes comerciantes. Estes têm propriedades comerciais, fundiárias e de meios de transporte, que lhes permitem obter financiamento bancário. A acumulação de seu capital é realizada mediante estocagem de mercadorias, investimentos financeiros, como a especulação no mercado de terras urbano e a industrialização do pirarucu. Os comerciantes investem, também, no próprio comércio, destinando os empréstimos seja diretamente a pequenos agricultores, seja a comerciantes médios e pequenos, que repassam aos agricultores.

A instalação de agências bancárias propicia o controle do mercado e das relações sociais na região, pelo endividamento crescente de todos os setores sociais locais. Em conseqüência, o capital mercantil e usuário perde seu caráter dominante, se bem que ele continue a impregnar as relações locais de mercado.

As políticas de Estado em relação à Amazônia, no que tange ao caso específico do Médio Solimões, produziram um “enfraquecimento da subordinação estrita e imediata”, possibilitando uma trajetória social ascendente do

segmento camponês da produção mercantil (Velho, 1979:101). Isto não representou, contudo, uma mudança efetiva na estrutura social e regional, dadas as fortes pressões acionadas em uma “fronteira controlada”, pois o processo político não tem implicado uma quebra real da subordinação do campesinato, a qual persiste embora transformada, ou uma transformação qualitativa da situação do segmento camponês que tenha representado uma trajetória ascendente deste grupo social como um todo. Ademais, o processo de diferenciação social não pode ser dissociado do endividamento crescente da pequena produção camponesa e de sua posição dominada na estrutura social e regional, seja face aos comerciantes, seja face ao empresariado capitalista e aos proprietários de terras.

Observa-se, inclusive, nos dias de hoje, sinais de declínio na pequena produção mercantil, verificáveis pelo exame da relação entre o preço dos produtos agrícolas e extrativos e das mercadorias manufaturadas, e pela queda do nível de vida do pequeno produtor. Nota-se, em contrapartida, a concentração do poder econômico nas mãos de um grupo pequeno de grandes comerciantes, que têm se aproveitado das transformações na sociedade regional.

A recente implantação de empresas agroindustriais, como a Emade, tem acelerado o ritmo destas transformações. Tais empresas surgem como ator emergente da década de oitenta, como o foram os grandes comerciantes dos anos setenta. Seu advento tem, como contraparte, a intensificação do processo de diferenciação social, pois introduz na região o trabalho assalariado e a possibilidade, ainda distante, da proletarização de segmentos do campesinato. Nota-se que o trabalho assalariado vem sendo utilizado também por empresas construtoras, como o Departamento de Obras da Prefeitura de Tefé, que atua na construção de estradas vicinais e conta com engenheiros em seus quadros técnicos.

Em resumo, o processo de diferenciação social se manifesta:

1. em termos da apropriação fundiária;
2. em termos da trajetória social de indivíduos ou grupos pertencentes à produção mercantil, exemplificada pela difusão da aspiração de “tornar-se comerciante”;
3. em termos da inserção no mercado, pois generaliza-se, com a difusão das empresas, a utilização do trabalho assalariado.

Na região em estudo, observa-se que o movimento das fronteiras não parece conduzir à destruição do campesinato, pois o mesmo vem se integrando, embora em posição subordinada, à sociedade regional. A interferência do Estado tem representado, contudo, uma desorganização e conseqüente reorganização das relações sociais. Tal interferência resulta em uma intensificação do processo de diferenciação social que tem, como contraparte, a crescente mobilização política do campesinato.

A crise do autoritarismo consiste no fato de que o Estado precisa mobilizar a sociedade civil, criando formas de produção subordinadas e articuladas dinamicamente ao seu próprio desenvolvimento.

Tratando-se especificamente dos processos de ocupação fundiária, convém notar que estas alterações têm acarretado a emergência de movimen-

tos de base territorial, incentivados pelas associações da sociedade civil e confessionais.

Este processo resultou na viabilização de alternativas para a pequena produção mercantil, como a possibilidade de ter alguma margem de controle sobre a comercialização de sua produção agrícola e extrativa, ou a ocupação de áreas de terra firme, que até a década de sessenta era dificilmente acessível a índios e caboclos.

“Terra firme , tudo tinha dono. O caboclo ficava na várzea. O caboclò não tinha voz ativa. Agora não. Mudou-se tudo”

Convém notar que as áreas de várzea constituem territórios marcadamente dominados, se comparados com as áreas de terra firme. Como as primeiras são sujeitas a freqüentes alagações, apenas permitem a agricultura de ciclo curto e a extração de madeira, atividade que supõe a sujeição a firmas madeireiras. Estas empresas, mediante a utilização de crédito bancário para a exploração da madeira, empregam o sistema de troco com as relações de sujeição/dominação dele características.

Observa-se na região a constituição de um campesinato marginal, que não tem a propriedade jurídica da terra. Em numerosas localidades, constituiu-se o chamado “campesinato livre” (Mourão *apud* Oliveira F^o, 1979:7), constituído por pequenos produtores ligados por vínculos pessoais, de parentesco ou compadrio, nos quais muitas vezes manifesta-se identidade étnica como forma de organização. Verifica-se a apropriação comunal de terras devolutas (do “Patrimônio”), ou de propriedades de ordens religiosas, sendo o “direito de posse baseado no costume e na patronagem religiosa” (Oliveira F^o, 1979:8). Nestes casos, o controle da organização de produção é mediado pela relação entre a comunidade e os “patrões”.

O processo de diferenciação social verifica-se, também, internamente às comunidades, observando-se o exercício de relações mercantis e patronagem por membros do chamado “campesinato comunal”. Nota-se a constituição de vínculos de parentesco e compadrio entre membros destas comunidades e minicomerciantes do meio urbano, manifestos em relações de reciprocidade. Estes minicomerciantes das cidades muitas vezes desenvolvem atividades agrícolas, observando-se inclusive a diferenciação sócio-econômica pela aquisição de cabeças de gado.

Nas áreas de mais fácil acesso a Tefé, o resultado da produção agrícola é vendido na cidade, a quem oferece o melhor preço, seja a comerciantes, seja na feira livre. Afirma-se, nestes casos, que “o patrão é a produção”. Nas áreas mais distantes de Tefé, são as relações com os patrões o elemento fundamental da organização da produção.

As alterações produzidas pela “fronteira em movimento” têm provocado à emergência de lutas territoriais. Estas lutas são resultantes de um processo político que tem tornado possível o desvendamento das relações de sujeição/dominação próprias à estrutura de poder a nível local. É descoberto, assim, o caráter autoritário das relações patrão/cliente, encoberto pelo paternalismo das relações de compadrio interclasses (Faulhaber Barbosa, 1983:193).

Estes movimentos de base territorial caracterizam-se em alguns casos pela motivação étnica, reivindicando os grupos indígenas à Funai a garantia da

posse dos territórios comunais cujos limites atualmente são reconhecidos pela sociedade regional. A identidade étnica é uma forma de organização que mantém os grupos coesos, verificando-se que os grupos indígenas são mais estáveis se relacionados com os agrupamentos de pequenos produtores ribeirinhos, entre os quais se verifica intensa mobilidade.

As alterações atuais na estrutura fundiária acarretam a generalização da representação da terra como objeto de compra e venda. A introdução de investimentos financeiros para viabilizar a produção do dendê, assim como a infraestrutura urbana e rodoviária da prefeitura de Tefé e do governo do Estado do Amazonas, tem inclusive alterado o preço da terra no Solimões, diferenciando-se este preço à medida que se afasta da cidade de Tefé, centro urbano que polariza a formação econômico-social circundante. Nota-se, também, a crescente especulação financeira e fundiária.

Isto tem intensificado a luta pela terra na região, proliferando-se os movimentos de base territorial. A situação é mais tensa nas áreas próximas a Tefé e Alvarões, onde o preço da terra é mais elevado, dada a extensão de malhas rodoviárias. A construção de estradas tende inclusive a acentuar os conflitos, pois, à medida que interfere no mercado de terras, aumenta a especulação e a concentração da propriedade fundiária.

Ainda tênues sob o predomínio de relações mercantilistas, as contradições sociais se acentuam e se evidenciam quando são produzidas alterações mais marcantes na estrutura fundiária, que provocam um processo de desorganização no hábito regional. Tal desestruturação no hábito regional poderá tanto constituir bases de ação para forças conservadoras quanto acarretar a adoção de um modelo racional para a ação política, através da aliança com forças democratizantes.

4. MOVIMENTOS DE BASE TERRITORIAL

Através de políticas que apresentam como metas a “integração nacional”, a “fixação do homem à terra”, o “incentivo à agricultura”, o Estado atua na região com o objetivo de homogeneizar os padrões de apropriação territorial. Paradoxalmente, atua no sentido de produzir a diferenciação sócio-econômica regional. Através de diretrizes aparentemente contrárias, a atuação do Estado parece contribuir para o caráter desordenado da ocupação fundiária atualmente em curso, produzida ao sabor de estratégias de organismos distintos (de níveis federal, estadual e municipal), cujos efeitos refratam a face fragmentária do Estado, condicionada a uma crise estrutural.

Tais fatores elevam, em contrapartida, o potencial político da fronteira, na qual emergem movimentos de base territorial. É necessário considerar, também, a atuação de agências orientadas por princípios distintos da lógica do Estado, como a da sociedade civil e confessional.

Interessa-nos considerar em particular a atuação de organismos que interferem sobre a estrutura fundiária. Nota-se uma contradição manifesta entre as diretrizes dos organismos que representam o Estado a nível local, como Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Iteram (Instituto de Terras do Amazonas), e as orientações do sindicato, organização da so-

cidade civil que possui o papel de representante de classe. A atuação de agências confessionais tem provocado efeitos significativos no tocante à mobilização na luta pela terra e garantia dos direitos da população ribeirinha de Tefé e mereceria uma análise cuidadosa, que não cabe nos limites deste trabalho.

4.1. Titulação de terras

O título definitivo assegura juridicamente os direitos individuais sobre a terra. Através deste procedimento, a terra adquire, com a interferência do Estado, o “estatuto pleno de mercadoria”, tornando-se “passível de atos, reconhecidamente legítimos, de compra e venda” (Almeida, 1985:25)

Verificam-se, no “Índice Cronológico dos Processos de Regularização Fundiária do Estado do Amazonas”, fornecido pelo Iteram, outras modalidades de ocupação, que não asseguram todavia os direitos de propriedade sobre a terra, como “título de conclusão”, “título provisório”, “título de ocupação”, “título de posse”, “demarcação”, “sentença”, “arrendamento”, “aforamento”.

Acrescente-se que a ocupação da terra também é cadastrada pelo Inbra com fins de arrecadação de imposto territorial, mas o comprovante também não garante o direito à propriedade da terra. Convém notar que a área total dos imóveis rurais cadastrados pelo Inbra com o fim de arrecadação de imposto territorial para o Município de Tefé (atualmente desmembrado nos municípios de Tefé, Alvarões e Uarini) é insignificante — 399.513 ha em 1978 — correspondendo a 11% da área total calculada pelo IBGE. Segundo informações locais, isto ocorre porque, em geral, apenas cadastram seus imóveis os pequenos proprietários e posseiros, visando garantir o acesso ao uso da terra.

Atualmente, três entidades públicas têm competência para emitir títulos definitivos no Médio Solimões:

1. a Prefeitura Municipal, cuja jurisdição se restringe a uma área de 34 km de raio em torno do perímetro urbano;
2. o Inbra, que por representar o governo federal só pode emitir títulos nos territórios federais, nas margens de estradas federais e nas áreas de segurança federal;
3. o Iteram, cuja criação reduziu a esfera de jurisdição do Inbra, pois ao representar o Estado do Amazonas tem competência para emitir títulos definitivos em áreas que não se encontram nem na área federal nem na área municipal.

Ocorrem atualmente, na região, conflitos acarretados pela existência de diversas categorias de apropriação fundiária. Foi afirmado, por exemplo, que a prefeitura tem emitido títulos definitivos em áreas já ocupadas por posseiros há mais de dez anos.

Em 1960, foram emitidos títulos de posse pelo Ibra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária). Apesar do prazo de cinco anos de carência, previsto pelo Estatuto da Terra para a emissão de títulos definitivos, isto não ocorreu. Quanto ao Inbra, fugiu a seus objetivos a nível local. Os títulos de posse foram emitidos sem verificação *in loco*, favorecendo freqüentemente grupos de interesses econômicos contrários à pequena produção.

A emissão de títulos definitivos na região obedeceu aos padrões vigentes de ocupação territorial, caracterizada como “um processo desordenado, no qual a força, a posição social, o poder econômico e a situação política sempre prevaleceram” (Teixeira, 1985:2). Neste processo, os proprietários de títulos individuais sempre fizeram valer pela força o direito adquirido por outros meios que não o trabalho sobre a terra.

O Iteram, desde sua criação, prioriza a colonização de terras públicas tal como a mesma é prevista pelo Estatuto da Terra. Afirmando agentes locais que a instalação de um escritório do Iteram em Tefé em 1980 acarretou um agravamento dos problemas fundiários, tendo sido desativado em 1983, porque seus técnicos expediam “licenças de ocupação descabidas, desagradando a grandes e pequenos”.

As licenças de ocupação variam de 20 a 100 ha e são discriminadas com um prazo de quatro anos de carência. Afirmando os técnicos do Iteram que está sendo feito um controle por gleba, e serão demarcadas as áreas onde há maior número de posseiros, e onde se verifica maior produtividade agrícola. Até 1985, porém, não havia sido expedido pelo Iteram nenhum título definitivo no Médio Solimões.

4.2. O movimento sindical

Examinemos a prática da organização da sociedade civil à qual cabe a representação legal dos interesses dos trabalhadores na agricultura.

O Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de Tefé foi fundado em 1978, num contexto de luta pela terra, com o apoio direto da Prelazia de Tefé e da Fetag (Federação dos Trabalhadores da Agricultura, organismo estadual articulado com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura). Diversos fatores, contudo, ligados às circunstâncias das relações de poder local transformaram o sindicato em uma estrutura vertical, cooperativista, cujo atual presidente atua como um moderador entre as diversas partes envolvidas em cada “questão” de conflito por terra.

Não obstante, a existência de um sindicato rural em Tefé sempre consistiu em um ponto de referência para os movimentos de base territorial no Médio Solimões. Emergiram, no bojo deste movimento, lideranças representativas das aspirações dos posseiros e pequenos produtores rurais, as quais, inclusive, estabelecem uma visão crítica da estrutura vertical e burocrática do sindicato. Estas lideranças não têm o apoio da atual diretoria, mas participam das reuniões no sindicato e pretendem candidatar-se às próximas eleições, a serem realizadas em 1986.

Existem contradições entre a atuação dos órgãos públicos e as orientações dos representantes sindicais que expressam as aspirações dos pequenos produtores ribeirinhos, incentivando-se a permanência na terra e luta por seus direitos de cultivo.

Segundo depoimentos de regionais, a dimensão das propriedades em geral não corresponde ao que é alegado pelos “patrões”, pois estes vêm apropriando-se irregularmente de grandes extensões de terras, que não correspondem às reais dimensões dos títulos adquiridos mediante compra ou outros

meios. Ainda, segundo as lideranças sindicalistas, os “patrões” só têm direito efetivo à terra quando estabelecem com os posseiros relações registradas em cartório, como arrendamento, aforamento, etc. Os contratos de arrendamento, porém, segundo as lideranças sindicais, perdem a validade quando o antigo proprietário morre, e a terra é vendida. No caso de morte do proprietário, é frequente a luta entre herdeiros e posseiros pela apropriação do chamado espólio.

A complexidade da solução dos conflitos por terra é dada por ambigüidades da própria legislação agrária, pois esta prescreve, por exemplo, que o direito à terra seja garantido tanto por documentação quanto por tempo de posse e investimento de trabalho humano.

As ambigüidades da legislação tornam-se mais evidentes quando se observa a prática dos órgãos públicos destinados a atuar no processo fundiário. Como contam os representantes sindicais, a atuação do Incra e Iteram em Tefé foi utilizada por interesses contrários aos dos pequenos produtores, mediante o uso da força e aproveitando-se de falhas na fiscalização. A atuação destes órgãos, portanto, veio reforçar os interesses dos grupos dominantes, no sentido da legitimação da grande propriedade agrária. De acordo com Inácio Rangel, sob “o pretexto de regularização de posses e propriedades de origem pelo menos discutível”, foi sancionado pelo Estado “um vasto movimento de grilagem” (*Folha de São Paulo*, 1985:3).

Os representantes sindicais incentivam os produtores a permanecer na terra, argumentando, além do direito previsto pela legislação agrária, que não existem marcos para a definição dos limites das propriedades. Os técnicos do Iteram, no entanto, afirmam que não existem mais os marcos porque, como eram de madeira, deterioraram-se com o tempo. Segundo os técnicos do Iteram, é possível recompor os limites da demarcação através das peças técnicas, com os mapas de área demarcada que indicam seus limites. Caso as peças técnicas não coincidam com os limites territoriais das propriedades, fica comprovada fraude no processo judicial relativo à demarcação. Ocorre, também, em muitos casos em que se pleiteia propriedades, as mesmas não terem sido plotadas em mapas do Iteram, talvez por ausência de peças técnicas que documentem os processos de demarcação originais.

O governo do Estado do Amazonas atualmente prioriza a regularização fundiária através da titulação de terras públicas ocupadas por posseiros, emitindo licenças de ocupação (LO) preferencialmente em áreas onde não existe litígio. Esta política entra em contradição com a reivindicação sindical no sentido da desapropriação de propriedades particulares ocupadas por posseiros.

Examinemos a relação das diretrizes dos órgãos públicos com a organização sócio-espacial dos agrupamentos camponeses.

Nas comunidades camponesas, as casas são agrupadas à “beira” dos lagos e igarapés, local que permite fácil acesso à pesca, aos meios de transporte e ao comércio ribeirinho. A “beira” é associada à civilização e ao lazer (Velho, 1979:204).

A categoria “centro” designa o espaço interior da mata, onde são feitas as roças e localizados os “tapiris” (barracos toscos) onde residem durante o período da coleta da castanha, sendo associada pelos ribeirinhos a atividades de tra-

balho que envolvem o dispêndio de maior esforço físico. Em oposição à “beira”, o “centro” remete a representações sobre situações de perigo provocadas pela relação com a natureza incontrolada.

Atualmente é criada na região pela “fronteira em movimento” a categoria “beira da estrada” (Velho, 1979:205). Esta categoria remete a representações negativas relativas a uma outra espécie de desconhecido, associado à desorganização das relações sociais tradicionais, mas remete também a valorizações positivas, ligadas por exemplo a facilidades de escoamento da produção.

A distribuição espacial da sociedade organizada conforme o costume caboclo não é respeitada pela política de “regularização fundiária” posta em prática pelo Iteram, que tem emitido licenças de ocupação no “centro” e isoladas. É importante frisar que como o “centro” é considerado local pouco adequado à residência, a titulação de terras nestas áreas vem contrariar as aspirações dos pequenos produtores ribeirinhos. Segundo os técnicos do Iteram, serão demarcadas, após o prazo de quatro anos de carência, as áreas que apresentarem maior produtividade. Verifica-se, na prática, contudo, pouco interesse pelas áreas para as quais são expedidas as LOs. As LOs variam de 20 a 100 ha, o que não corresponde à tradição de ocupação da terra na região. Esta tradição caracteriza-se pelo uso comum das áreas de mata para caça, extração de castanha e pela troca de trabalho coletivo (ajuri).

A formação das comunidades de base, a partir dos agrupamentos de trabalho e moradia, tem sido incentivada, desde a década de sessenta, pela Prelazia de Tefé e pelo Movimento de Educação de Base. A ação pastoral tem gerado efeitos inegavelmente positivos para o bem-estar da população ribeirinha. Com o objetivo da “promoção social do homem”, a Prelazia tem inclusive doado terras de sua propriedade para os pequenos produtores.

Estas comunidades não podem ser vistas como entidades isoladas na sociedade regional, pois no seu interior verifica-se o mesmo processo de diferenciação que caracteriza esta sociedade. Os líderes rurais constituem personagens ambíguas, pois exercem o duplo papel de representantes das aspirações dos ribeirinhos e mediadores das relações comerciais, exercendo portanto a patronagem.

5. EXPECTATIVAS

No ano de 1985, observou-se uma revitalização do movimento sindical em Tefé, cujo elevado potencial político havia sido amortecido no jogo político regional. Esta revitalização foi motivada, sobretudo, pela divulgação através de meios de comunicação como jornal, rádio e televisão do Movimento Nacional pela Reforma Agrária e pela criação do Mirad (Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário). Ainda no início do ano, foi reivindicado por lideranças representativas que o Incra volte a atuar no Médio Solimões:

“Estamos esperando que o Incra venha para cá para nos ajudar a esclarecer que estas terras não são de ninguém... E é isto que a gente está esperando, que a Reforma Agrária venha para Tefé para que se possa dar melhores condições aos trabalhadores”.

Ao solicitar a interferência do Governo Federal em Tefé, os representantes sindicais reivindicam que este órgão coloque em prática o Estatuto da Terra, não no sentido da colonização de terras públicas, mas no sentido da viabilização da Reforma Agrária.

Em julho de 1985, era grande a expectativa pela implantação de uma Reforma Agrária efetiva, tal como era prometido pelo presidente da República através de imagens emitidas pela televisão. Também era grande, no entanto, o estado de inquietude da população ribeirinha de Tefé, pois conhecem, pela experiência prática, os efeitos perversos da efetivação dos programas políticos. A história da apropriação privada de terras na região lhes tem ensinado que a interferência dos órgãos públicos mostra a face autoritária do Estado, favorecendo os interesses dominantes.

Os índios e caboclos do Médio Solimões conhecem o caráter instrumental do título definitivo, pois sabem que poderá lhes fornecer garantias para a utilização da terra, em relação a interesses de outros grupos sociais que tenham com a terra uma utilização diferente (Almeida, 1985:4). Mas a lógica cabocla percebe também que, ao assegurar os direitos individuais sobre a terra, a titulação cria simultaneamente a condição jurídica para que a terra seja transformada em objeto de compra e venda (Almeida, 1985:25).

Os membros dos grupos indígenas do Médio Solimões temiam o loteamento das áreas indígenas, pois como estavam totalmente endividados diante dos patrões e do Banco do Brasil, uma vez adquirido o título definitivo, poderiam ser forçados a entregar a terra para pagar a dívida.

A possibilidade de transformação da terra em mercadoria assume um caráter fantasmagórico, percebido negativamente pelos índios e caboclos do Médio Solimões, que amedrontavam-se com a possibilidade de perder o que para eles consiste em um recurso vital. Acrescente-se que os padrões de apropriação indígena do território são distintos da apropriação privada, pois por tradição apropriam-se coletivamente da terra.

Esta situação tornou-se visível aos olhos dos índios dada a desorganização da estrutura social regional pela implantação da Emade, empresa agroindustrial instalada em área limítrofe ao território indígena.

A instalação da Empresa resultou em uma desagregação do grupo, tendo parte de seus membros aderido a promessas da Empresa e outra parte se unificado em contestação, na luta para garantir o direito à terra. Estes últimos percebiam a negatividade da interferência da Empresa, revoltando-se com a derubada de árvores castanheiras e sentindo-se lesados pela “zoada” das máquinas, que tem afastado a caça. Os índios, entretanto, têm adotado como estratégias de complementação do orçamento doméstico a inserção na Empresa de membros da família como força de trabalho assalariada. Algumas famílias vendem o excedente da produção agrícola à Empresa, localizando suas casas e suas roças à beira da estrada construída pela Empresa dentro do território indígena, aproveitando vantagens de escoamento da produção.

Os índios ocupam há cerca de dez anos um terreno de propriedade da Sociedade Brasileira do Espírito Santo, ligada à Prelazia de Tefé. A proprietária se dispôs a doar o terreno, propondo um loteamento, vinculado a um consórcio com a Emade, objetivando a produção familiar de dendê. Os membros dos gru-

pos indígenas da Barreira da Missão reagiram firmemente contra a proposta da Empresa, recusando o loteamento.

Os índios afirmaram que, como têm dívidas com os patrões e com o Banco do Brasil, temiam ser forçados a entregar a terra, e ver-se totalmente sujeitos à Empresa. Apropriam-se da terra segundo um padrão de organização comunitária do espaço que caracteriza-se por uma apropriação diferencial dos recursos, regulado por relações de parentesco e compadrio. Como o terreno é pequeno para as necessidades da reprodução do grupo, torna-se impraticável o loteamento, pois, como afirmam, iria “provocar uma guerra dentro da comunidade”

Como sabem que a legislação indigenista garante a apropriação comunal da terra, ao prescrever a inalienabilidade do território indígena, os índios Ticunas e Cambebas da Barreira da Missão solicitaram a interferência da Funai no sentido de garantir seu território.

As reações, no entanto, foram diferenciais. Outro grupo residencial, localizado nas terras da Prelazia, aceitou o loteamento. Observa-se, porém, que neste caso já está em curso um processo de diferenciação interna, com a venda de lotes por agricultores cuja situação é mais precária. A propriedade da terra tende a concentrar-se nas mãos de médios produtores que inclusive desmatam o terreno com o fim de criação de gado.

A direção da Emade tem se mostrado acessível a reivindicações indígenas, tendo solicitado a interferência do governo do Estado do Amazonas para uma permuta de terra que viabilizasse a transferência para uma área onde não existem índios. Mas como esta segunda área localiza-se em um castanhal no qual ocorrem intensos conflitos, tal permuta poderá agravar a situação dos posseiros.

Atualmente, porém, a agricultura da mandioca parece mais atrativa em termos da autonomia do pequeno produtor, pois ele pode dispor de seu tempo de trabalho. O engajamento na produção de dendê tem sido encarado mais como um complemento da economia doméstica, trabalhando na Emade em geral os homens solteiros da unidade familiar.

Pode-se atribuir também a pouca receptividade dos índios à tradição, pois estão ligados por costume secular à produção da farinha de mandioca, que aliás lhes garante a alimentação.

Atualmente, a Emade tem proposto um coletivo consorciado, simultâneo, incentivando que os futuros dendeicultores se tornem cultivadores de outros produtos. Imaginando uma expansão para áreas vizinhas, a Emade fez um projeto para pequena produção no Ministério da Agricultura, visando atingir produtores agrícolas ribeirinhos situados na periferia da área adquirida pela Empresa. As mudas de dendê, segundo o projeto, serão fornecidas a preço de custo, para serem plantadas simultaneamente com a colheita da mandioca. Visam aproveitar as áreas já desgastadas pelo plantio da mandioca para plantar o dendê, que em alguns casos, após colheitas sucessivas da farinha, se transformaria em cultura efetiva. Afirma a administração da Emade que tanto a mandioca quanto o dendê são exaustivos, pois provocam o desgaste da terra. Visando incentivar a dendeicultura, a empresa fornecerá o adubo.

Segundo o diretor da Emade, a produção mercantil está em franca de-

cadência na região, e não existem perspectivas para a mesma. Tanto o Governo Federal quanto as agências financiadoras internacionais, como o Banco Mundial, fazem pressão para a reprodução do capital a todo o custo, o que tende a arruinar a pequena produção.

Ainda segundo o diretor da Emade, representante de um “empresariado militante”, engajado, como diz, “no objetivo de resolver os problemas da pequena produção”, metas como a “fixação do homem à terra” e a própria Reforma Agrária são elementos de um discurso ideológico que visa desviar a atenção das reais condições históricas, pois não há sinais de que o Estado incentive concretamente a pequena produção.

O diretor da Emade apresenta a atuação desta empresa como uma perspectiva para a dinamização da economia regional e afirma que a empresa tem objetivos sociais: com o projeto agroindustrial de desenvolver a região através da produção de óleo de dendê, visa aumentar a renda de 625 famílias de pequenos produtores rurais, e criar 1.000 empregos indiretos.

Atualmente, no segundo ano de implantação, a Empresa contrata os trabalhadores pela CLT, pagando salário-mínimo. Seu objetivo é a transformação dos empregados em pequenos proprietários, através da doação de 7 a 10 ha para a plantação de dendê, além de 7 ha para a cultura de subsistência. A Emade tem como meta futura retirar-se do processo, deixando tudo na responsabilidade dos pequenos produtores. Estes teriam controle sobre a comercialização mediante a organização de uma cooperativa “sob tutela do Estado, que leve a organização da cooperativa até a maturidade”.

A própria direção da Emade, no entanto, reconhece a pouca possibilidade de sucesso da proposta, pois na grande maioria os empreendimentos cooperativistas, quando postos à prova dentro do sistema de mercado na Amazônia, têm resultado em fracasso. A Cooperativa Mista de Produtores Rurais criada em Tefé na década de setenta, por exemplo, faliu em 1983. Um dos motivos da falência foi ter perdido capital de giro porque comprava e vendia a preço de mercado, e os pequenos produtores, habituados à tradição da clientela, continuaram trabalhando como os “patrões”, sob o sistema de troco, pois os gastos com o transporte da produção até Tefé tornava a vinculação com a cooperativa pouco compensadora. Além disso, havia “atravessadores” na cooperativa, que apropriavam-se do sobrevalor transferido no circuito da comercialização. A cooperativa tornava-se mais proveitosa para os produtores médios, com mais fácil acesso a Tefé, tendo a parcela camponesa da pequena produção se afastado da cooperativa, aproximando-se dos regatões e patrões comerciantes.

A implantação da Emade resultou de um acordo entre o governo do Estado do Amazonas e o Governo Federal, através do qual se obteve um empréstimo do Banco Mundial da ordem de US\$ 35.000.000 para a plantação de 5.000 ha de dendê e instalação de uma usina de óleo de dendê. A dívida deverá ser paga em 20 anos, com 8 anos de carência e 6% de juros, além da correção monetária. Há possibilidade do Governo Federal bancar a dívida da Emade, “mas há grande risco de que a Empresa represente o papel de introdutor de empresas de grande capital agroindustrial na região, desencadeando uma avalanche de grandes grupos econômicos para a produção de dendê, sendo o empresariado

nacional forçado a fazer alianças com o grande capital, doando terras e transferindo tecnologia”, afirma o diretor.

A partir da implantação da Empresa, em 1982, já tinham sido investidos, em julho de 1985, US\$ 500.000. A mudança mais acelerada foi a partir dos últimos 12 meses. Como a industrialização é subsequente ao início da produção de dendê, que se espera para 1987, a mudança deverá ser mais nítida a partir do quinto ano. A produção de dendê se destina primordialmente ao óleo comestível e matéria-prima para a indústria, e secundariamente em termos de combustível, pois é cinco vezes mais caro que o óleo diesel.

A tendência é a transformação da região em um grande pólo dendezeiro, acarretando a concentração financeira e fundiária, e a proletarização de segmentos do campesinato, indica em seu depoimento o diretor da Emade. Os pequenos proprietários seriam, assim, forçados pelo baixo nível de renda a vender a terra, favorecendo a diferenciação e a concentração.

Nos próximos anos, dificilmente a dendeicultura irá substituir totalmente a produção e comercialização da farinha de mandioca, pois esta garante a reprodução dos pequenos produtores de beira-rio, em consonância com a tradição regional das relações patrão-cliente. A tendência parece ser a coexistência das duas atividades, o que, inclusive, pode ter consequências positivas para a pequena produção, no sentido da garantia de maior autonomia e segurança.

Se quisermos avaliar o rumo para o qual apontam as contradições expostas neste artigo, devemos prestar atenção às perspectivas apresentadas pela personagem em início de carreira no campo de forças no Médio Solimões: o empresariado agrícola capitalista, pois sua visão de mundo talvez possa fornecer subsídios para a análise do devenir histórico da estrutura social regional.

Sem querer negar que a dendeicultura seja uma alternativa econômica viável para a sociedade regional no Médio Solimões, é necessário sublinhar contudo que, em sua trajetória ascendente, está sujeita às crises inerentes à dinâmica da economia internacional. Como a organização da produção de tais empresas refrata as situações de depressão do capitalismo periférico, estas recriam as contradições sociais a ele inerentes. Entre março e maio de 1985, por exemplo, por motivo de um déficit, a Emade teria falido, caso não demitisse a quase totalidade dos empregados, readmitidos em julho.

As perspectivas de solução para os problemas sociais não parecem muito animadoras.

O diretor da Emade apresenta como alternativa para a sociedade regional a trajetória política dos pequenos produtores, via sindicato ou outras formas de associação.

Convém sublinhar, porém, que a intensificação dos movimentos sociais na fronteira não representa necessariamente uma alteração efetiva no curso das trajetórias individuais e sociais, nem uma mudança real em sua situação econômica, pois o jogo de forças da sociedade local parece amortecer o elevado potencial político dos movimentos de grupos dominados.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, — *Estrutura Fundiária e Expansão Camponesa* — Rio de Janeiro, mimeo, 1985.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, — “Primeiro Centenário” — Manaus, Ed. Humberto Calderaro Ltda, 1971.
- BATES, H. Walder, — *O Naturalista no Rio Amazonas* — Ed. Nacional, São Paulo, 1944.
- BOURDIEU, Pierre, — *A Economia das Trocas Simbólicas* — São Paulo, Perspectiva, 2ª ed., 1982.
- FAULHABER Barbosa, Priscila, — *Índios Civilizados — Etnia e Alianças em Tefé* — Dissertação de Mestrado — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais — Brasília, UNB, mimeo, 1983.
- “Movimento Indígena e Crédito Agrícola no Médio Solimões” — *Aconteceu*, 1984. “*Povos Indígenas no Brasil*” — Coord. Carlos Alberto Ricardo, São Paulo, 1983. “Relatório Antropológico” (apresentado à Funai). Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.
- LÉVY, Maria Bárbara, — “O Capital Usuário e o Capital Financeiro” — *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, jan/ab, 3(7): 47-71, Rio de Janeiro, Ibmecc, 1977.
- MIRAD, — “Proposta para a Elaboração de 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República — PNRA” — Brasília, Mirad/Incra, 1985.
- OLIVEIRA Fº, João Pacheco, — “O caboclo e o Brabo” — Encontros com a Civilização Brasileira n° 11, pág. 101-104, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. “A Fronteira e a Viabilidade do Campesinato Indígena” — Rio de Janeiro, Museu Nacional, Mimeo, 1979.
- PORRO, Antonio, — “Os Omaguas do Alto Amazonas — Demografia e Padrões de Povoamento no Século XVI” — *Coleção do Museu Paulista, Série Ensaio*, vol. 4, São Paulo, 1981.
- RANGEL, Inácio, — “Problemas da Reforma Agrária” — *Folha de São Paulo*, 09 de setembro, pág. 3, 1985.
- SANTOS, Roberto, — *História Econômica da Amazônia (1800 - 1920)*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.
- SUDAM, — “Programas Federais desenvolvidos no Estado do Amazonas sob coordenação da Sudam” — Brasília, Minter, Sudam, 1981.
- TEIXEIRA, Januário Coelho, — “Sistema de Produção e Situação Fundiária no Município de Tefé, Alvarões e Uarini” — Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq — Tefé, mimeo, 1985.
- VELHO, Otávio Guilherme, — *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 2ª ed., 1979.
- *Sociedade e Agricultura* — Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

INDUSTRIALIZAR AS FRONTEIRAS?

CATHERINE AUBERTIN
Economista do ORSTOM
Departamento de Geografia — UnB
Brasília, DF

RESUMO

Os Estados do Centro-Oeste brasileiro, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal vêm sofrendo grandes modificações em suas estruturas demográficas e produtivas. São os Estados das “fronteiras”, sejam elas agrícolas, comerciais ou políticas. Na época destas profundas mudanças a indústria permanece retraída e não acompanha a explosão urbana nem o desenvolvimento agrícola. Questionamo-nos neste artigo sobre as chances de uma indústria que se apoiaria numa agricultura não-estabilizada dentro de uma região dominada pelos grandes centros industriais do País. Apresentamos aqui uma contribuição crítica à teoria do desenvolvimento por cadeias agroindustriais.

Palavras-chave:

Desenvolvimento regional — Industrialização — Agroindústria — cadeias agro-industriais — fronteiras agrícolas — Brasil — Centro-Oeste.

INDUSTRIALISER LES FRONTIÈRES?

RÉSUMÉ

Les états du Centre Ouest brésilien, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sud, Goiás et District Fédéral, connaissent de grands bouleversements de leurs structures démographiques et productives. Ce sont les états des “frontières” que celles-ci soient agricoles, commerciales ou politiques. Lors de ces profondes mutations, l’industrie reste en retrait et n’accompagne pas l’explosion urbaine ni le développement agricole. Nous nous interrogeons dans cet article sur les chances d’une industrie qui s’appuyerait sur une agriculture non stabilisée dans une région dominée par les grands centres industriels nationaux. Nous présentons ici une contribution critique à la théorie du développement par filières.

Mots-clés:

Développement régional — Industrialisation — Agro-Industrie — Frontières agricoles — Filières agro-industrielles — Brésil — Centre-Ouest brésilien.

THE INDUSTRIALIZATION OF THE FRONTIER STATES

ABSTRACT

The states of central western Brazil, Rondônia, Mato Grosso, southern Mato Grosso, Goiás and the Federal District suffer big changes in their demo-

graphic and productive structures. They are frontier states, whether they are agricultural, commercial or political. In the course of these deep modifications, the industry is stagnating and keeps pace neither with the urban growth nor with the agricultural development. We wonder in this paper about the potentialities of an industry which would be based on a non stabilized agriculture in a zone where the great national industrial centres prevail. We give here a critical contribution to the theory of the development by branches.

Key words:

Regional development — Industrialization — Agro-industry — Agricultural frontiers — Agro-industrial branches — Brazil — Central western Brazil.

A expressão física principal das “fronteiras” consiste numa reorganização do espaço pela intensificação da produção agrícola ou da ocupação demográfica, em zonas consideradas como “vazias” segundo critérios frequentemente subjetivos.

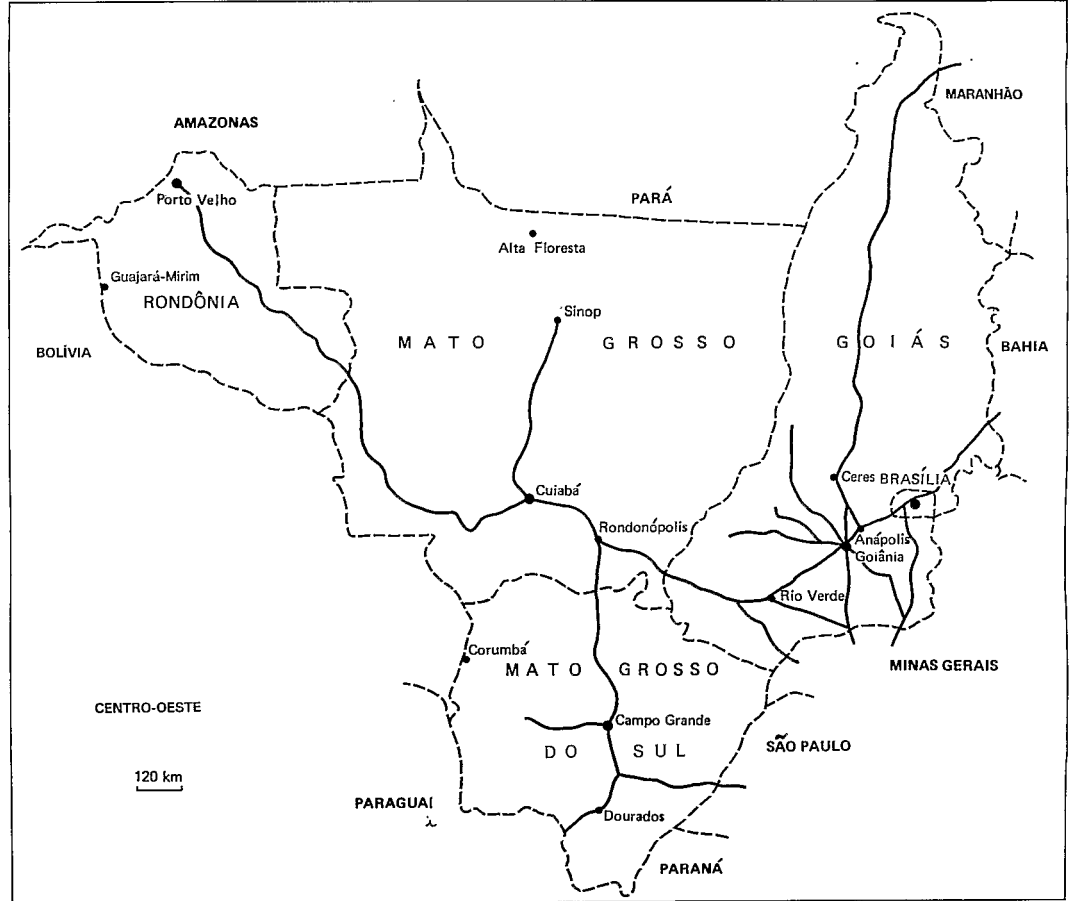
Esta reorganização pode passar pelo desmatamento de novas terras, pela reestruturação das explorações dos estabelecimentos agrícolas e pela utilização de novas tecnologias sobre terras já integradas ao processo produtivo. Nestes dois casos, quer se trate de “abertura” ou de “fechamento de fronteiras”, nota-se que a explosão urbana é o fenômeno mais marcante.

Estas cidades, produção do espaço rural no qual se integram, são mais ou menos desprovidas de funções econômicas produtivas. A maior parte da população parece sobreviver no setor informal, quando a quase totalidade dos empregos recenseados, além dos empregos temporários agrícolas, situa-se no setor do comércio, dos serviços, da administração e da construção.

O sonho e o discurso dos poderes públicos giram em torno das possibilidades de industrialização da produção agrícola. A indústria ofereceria empregos aos habitantes da cidade e permitiria, pela integração local do desenvolvimento econômico, a realização de maiores benefícios. A política agrícola encontraria então sua legitimação como base indispensável de um desenvolvimento “total”. Em que estágio se encontra a análise regional?

Nosso propósito aqui não é julgar as suficiências da política industrial, mas de tomar o problema ao inverso, analisando as insuficiências da política agrícola como freio a um processo de industrialização fundamentado sobre a transformação de produtos primários. Com efeito, pode-se questionar os fundamentos da lógica segundo a qual o tipo de agricultura que predomina nas fronteiras pode dar origem a uma agroindústria conseqüente, e duvidar das propostas das Federações das Indústrias e das Secretarias de Estado que elaboram projetos agroindustriais em cadeia. Por exemplo: boi = frigorífico = curtume = indústria do vestuário e dos calçados, ou soja = fábrica de óleo e de farelo = rações = criação.

A partir das empresas do Centro-Oeste (Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal) que conhecemos, tentaremos mostrar que a presença de matérias-primas não é necessariamente determinante para a



industrialização. A política agrícola observada na região não permite oferecer uma estabilidade de qualidade e de quantidade, necessária a uma arrancada industrial progressiva. Enfim, é preciso estar consciente de que a industrialização da região não pode ser apenas estabelecida atraindo, graças às ajudas federais e locais, empresas (filiais ou “caçadores de prêmios”) cujos interesses são exteriores e às vezes contrários aos da região, sem acréscimo de dependência e gastos sociais elevados para o Estado e o município de acolha.

1. PRODUTOS POUCO DIVERSIFICADOS DE OFERTA E QUALIDADE INCERTA

As matérias-primas oferecidas pelo Centro-Oeste são pouco diversificadas e a tendência agrícola dos últimos anos caminha no sentido de uma especialização ainda maior. As culturas de exportação são favorecidas enquanto as de sobrevivência regredem (Quadro 1). A mecanização das grandes propriedades voltadas para a monocultura é acompanhada por um forte êxodo rural e pelo abandono da pequena agricultura diversificada. A lavoura da soja e a criação de bovinos se expandem (Quadro 2). Em contrapartida a esse fenômeno, a “frente pioneira” segue seu caminho em direção ao norte e ao oeste. Suas produções agrícolas são decepcionantes. Somente os subprodutos do desmatamento constituem uma produção significativa: a madeira e o arroz que se plantam após o desmatamento por 2 ou 3 anos antes das pastagens.

Para transformar industrialmente a soja e a carne é preciso recorrer a grandes investimentos, somente possíveis para pequeno número de empresários locais, e produzir em grandes quantidades que ultrapassem rapidamente a capacidade de absorção do mercado local. A madeira e o arroz podem contentar-se com uma transformação mais simples, mas as indústrias devem então

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DAS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS DO CENTRO-OESTE

Produto	– Toneladas –		
	1970	1980	1983
Soja	24.172	1.918.148	2.435.809
Arroz	1.617.990	3.344.707	3.144.214
Milho	880.083	2.192.097	2.439.569
Feijão	193.048	108.878	138.551
Mandioca	1.328.391	1.184.718	1.356.685
Cana-de-açúcar	1.419.237	2.271.371	6.945.610
Café	18.064	115.138	179.998
Trigo	909	110.383	160.160
Algodão	104.877	138.413	143.311

Fontes: Sudeco-DPR, IBGE.

QUADRO 2 – VALOR DAS PRINCIPAIS PRODUÇÕES AGRÍCOLAS DO CENTRO-OESTE – 1980.

Produto	Valor 1.000 Cr\$	Composição do Valor Total das Culturas
Arroz	25.654.735	38,4%
Soja	13.665.248	20,5%
Milho	9.425.562	14,1%
Feijão	5.480.923	8,2%
Café	2.299.261	3,4%
Algodão	2.067.701	3,1%
Cana-de-Açúcar	1.348.048	2,0%
Banana	1.274.657	1,9%
Mandioca	1.237.455	1,8%
Trigo	907.861	1,4%
Tomate	406.029	0,6%
Laranja	205.413	0,3%
Alho	194.828	0,3%
Amendoim	115.124	0,2%
Outros Produtos	1.512.180	3,8%
Total Lavouras	66.795.025	100,0%
Extração Vegetal	5.859.197	
Total Produção Vegetal	72.654.222	
Pecuária	88.655.928	
da qual Produção Leiteira	12.056.938	
Total Produção Animal	96.443.561	
Total Agricultura e Pecuária	169.097.787	(Lavouras 39,5%) (Extração Vegetal 3,5%) (Pecuária 57%)

Fontes: Sudeco-DPR, IBGE.

acompanhar o deslocamento da fronteira agrícola, para ficarem nos locais de produção. Enfim, essas quatro produções são instáveis. As duas primeiras estão sujeitas a flutuações de preços no mercado externo; as duas últimas, porque estão ligadas ao processo de desmatamento que, por definição, deverá esgotar-se por si próprio ao nível da região. A especialização da atividade agrícola em torno dessas quatro produções condiciona a uma especialização industrial sobre a qual iremos nos estender mais detalhadamente.

1.1. A oferta de matérias-primas

A oferta de matérias-primas não conduz automaticamente à sua industrialização. Podemos ressaltar um exemplo importante neste sentido: as únicas usinas de farinha de trigo e de óleo de soja em funcionamento hoje no Mato

Grosso do Sul não acompanharam o desenvolvimento espetacular da produção de trigo e de soja da região.

1.1.1. A fragilidade da oferta de matérias-primas

Certamente, as produções agrícolas estão subordinadas ao calendário das colheitas, e toda agroindústria sofre da irregularidade do abastecimento. Uma política de estocagem, de seleção de grãos, de rotação das culturas, de irrigação ou de adaptação das cadeias de produção permite, entretanto, que se atenuem a influência das estações. Mas os problemas de instabilidade situam-se em outros setores.

A produção de leite e de carne ressentem-se consideravelmente das consequências da estação de seca quando ela cai de mais da metade. Essas oscilações de produção revelam uma política de criação pouco racional e pouco modernizada, sem sistema de confinamento. No Mato Grosso de Goiás (GO), considerado como uma importante bacia leiteira, a produção média anual por vaca é de um litro por dia. Os animais não são selecionados e a produção leiteira e a de carne são, na maior parte do tempo, indiferenciadas. A criação permanece um modo de ocupação extensiva do espaço, de fraca rentabilidade mas com graves consequências sociais.

A fábrica de óleo de soja de Fátima do Sul (MS), fundada em 1971, propunha-se a tratar o amendoim, sendo este a principal produção daquela época. Não se sabe se a fábrica precipitou o abandono dessa cultura, preferindo lançar-se 3 anos à transformação da soja, ou se, ao contrário, foi submetida a circunstâncias “conjunturais”. Nestes últimos anos, ela sofreu algumas dificuldades de abastecimento em pleno “boom da soja”: no Paraguai, o preço de compra oferecido situava-se em mais do dobro do preço brasileiro e favorecia um intenso contrabando. O Mato Grosso do Sul, de acordo com as estatísticas agrícolas do IBGE, produziu em 1983 perto de 1.800.000 toneladas de soja. Todavia, por ocasião do balanço do comércio exterior do Estado, os serviços competentes procuram em vão sinais de transações referentes a 600.000 toneladas (um terço da produção!). A fábrica não pensa em expandir-se nem modificar muito seu processo de produção, a soja sendo simplesmente transformada em óleo semi-refinado sem condicionamento para o consumo.

Em Guajará-Mirim (RO), as fábricas de primeira transformação de castanha-do-pará e de borracha encontram o essencial de suas matérias-primas na Bolívia. A futura fábrica de trituração de grãos de ricino de Ponta Porã (MS) deverá abastecer-se no Paraguai. Já há muito tempo que as serrarias implantadas na fronteira do Paraguai não trabalham mais a madeira brasileira. A aplicação de uma legislação alfandegária rigorosa ameaça prejudicar todas essas atividades industriais.

A indústria da madeira afirma-se como uma das principais indústrias da região. Mas a maioria das serrarias não tem o recurso do contrabando para assegurar seu abastecimento. Elas devem seguir a “frente pioneira”. Sem qualquer política de reflorestamento, a exploração da madeira é uma atividade predatória no sentido de que ela não dá lugar a uma reconstituição do estoque de matérias-primas. Na ausência de política florestal (não há domínio florestal protegi-

do, raros são os reflorestamentos em eucalipto), a indústria da madeira contenta-se em valorizar uma pequena parte da madeira dos desmatamentos. É uma atividade que aparece essencialmente como um subproduto dos desmatamentos e sem autonomia própria, o que torna sua permanência muito hipotética uma vez passada a "frente pioneira". As madeireiras mais importantes vão procurar a madeira onde ela se encontra para abastecer a sede de sua empresa assim localizada no centro de um deserto, do ponto de vista florestal; os custos de transporte tornam-se muito elevados e obrigam as médias empresas a fechar suas portas.

As pequenas olarias, assim como as pequenas serrarias, desaparecem com o esgotamento de suas fontes de abastecimento: o terreno de onde se extrai o barro, e o terreno de onde se extrai a madeira. Constata-se uma grande instabilidade dessas empresas nos recenseamentos do IBGE. Do mesmo modo, é freqüente encontrar-se como foi o caso em Dourados (MS), na época do recenseamento industrial anual por amostragem, um terço das empresas selecionadas fechadas ou paralisadas... Essas empresas ocasionais constituem, em número, a maioria das empresas industriais da região.

Observa-se o mesmo fenômeno na produção de arroz, caracterizado no Centro-Oeste por seu aspecto itinerante de cultura temporária de abertura de campos. Nessas condições é compreensível que a implantação das indústrias de arroz (descascamento, condicionamento) situem-se nas áreas de compra e não nas áreas itinerantes de produção. Em Sinop (MT), o arroz consumido é em parte originário de Santa Catarina. Ao redor de Dourados (MS), de Ceres (GO), antigas colônias agrícolas com a quase totalidade das terras já desmatada, as pequenas unidades de descascamento fecham umas após as outras.

A instabilidade das produções afirma-se então através da própria instabilidade das frentes pioneiras. Os colonos de Rondônia, confrontando-se com as dificuldades do meio amazônico, com a violência, e com uma política de colonização enfraquecida, sofrem para manter-se em seus lotes. A rotação nos perímetros enquadrados do Incra é muito forte, as culturas são muitas vezes abandonadas em benefício das pastagens. As terras da Amazônia não mantiveram suas promessas. As produções de cacau, de borracha e de guaraná não aparecem em 1980 entre os 14 principais produtos do Centro-Oeste e estão ameaçadas de permanecer ainda por muito tempo marginalizadas apesar de bons resultados para o cacau e de boas perspectivas para a borracha. A maior parte das plantações de café de Sinop (MT) está hoje abandonada. O solo mostrou-se de qualidade muito medíocre e deveria ter sido irrigado no período de seca. Erros diversos foram cometidos na escolha das mudas de café. Foi preciso arrancar milhares de pés de café em Rondônia e em Alta Floresta (MT), sendo que a variedade que os colonos haviam trazido do Paraná não se adaptara. A cultura da pimenta foi igualmente abandonada, pois não tinha mercado. As plantações de cacau, as plantações de hévea foram atacadas por doenças que os migrantes e os enquadradores não conheciam (vassoura de bruxa, queda das folhas). Não se sabe ainda como o ecossistema da Amazônia pode reagir à introdução de culturas em grande escala. Nas fronteiras, o entusiasmo por uma cultura pode ser também tão rápido quanto o seu abandono.

As culturas perenes cobrem apenas 7% das superfícies cultivadas. É preci-

so poder esperar sua entrada em produção, de 3 anos para o guaraná e de 7 anos em média para a hévea. O recurso ao crédito é então necessário e geralmente fatal para o pequeno agricultor que, mal-informado e sem capital mínimo, não poderá fazer face aos seus compromissos.

Um outro fator de instabilidade está ligado à política governamental. Pode-se, em parte, explicar o sucesso da soja, da hévea, do bicho-da-seda, pela facilidades de obtenção de créditos preferenciais. Nestes últimos anos, somente concessão de crédito com juros negativos em período de grande inflação permitia a realização de um confortável lucro financeiro que tornava marginal o lucro obtido com a produção física. Numerosas produções foram então incentivadas, muitas desapareceram com a suspensão do crédito que a elas fora concedido. Enormemente endividado, não tendo usado o crédito para melhorar sua exploração mas para especulações financeiras, o produtor da soja confronta-se, atualmente, com sérios problemas devido à baixa dos custos e à redução do crédito.

1.1.2. Os bloqueios institucionais

O moinho de trigo de Dourados (MS) abriu suas portas em 1960, atraído pelo mercado de consumo local. Na época, a região não produzia trigo; era preciso importá-lo da Argentina através de um longo circuito fluvial pelo rio Paraguai até Corumbá, de onde pegava o trem e depois a rodovia até Dourados. Atualmente o moinho trabalha com o trigo local comprado nos estabelecimentos do governo (sistema CFP) a um custo bem inferior àquele, subvencionado, que é pago ao produtor. Uma contestação a esta política nacional de subvenções poderia colocá-lo em grandes dificuldades. Entretanto, apesar de usina absorver 5% da produção local de Mato Grosso do Sul, ela não pode crescer e nenhum novo moinho pode ser instalado. A transformação do trigo é de fato submetida a cotas fixadas pelo governo federal. O Mato Grosso do Sul dispõe de uma cota de apenas 5.232 toneladas correspondente à capacidade do único moinho. A produção local, em 1984, ultrapassou 100.000 toneladas e poderia ter sido suficiente para cobrir as necessidades de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Esta mesma política de cotas, que limita a industrialização, existe também para a produção açucareira. O desaparecimento das velhas usinas açucareiras criadas no começo do século no Mato Grosso está ligado a esta política nacional. Não existe mais que uma só usina de açúcar já antiga em Jaciara (MT). Na região dos dois Mato Grosso, a cana-de-açúcar só pode ser atualmente transformada em álcool.

O caso do Distrito Federal é um pouco particular. Os projetos de implantação de indústrias tidas como fontes de poluição ou suscetíveis de atrair para Brasília uma mão-de-obra reivindicadora foram rejeitados até o presente. O programa Geoeconômico havia institucionalizado essa escolha recusando os projetos industriais fora do Distrito Federal.

Outras produções estão submetidas à lógica das fatias de mercado que reduz as possibilidades de valorização local. Falaremos disto no capítulo sobre as filiais.

1.1.3. As políticas de agroindustrialização malsucedidas

Encontramos o caso de políticas voluntárias de agroindustrialização que lamentavelmente fracassaram por terem esquecido que a agroindústria implica agricultura e indústria.

Assim, através de uma política de subvenções significativas, o governo plantou no Mato Grosso do Sul 450.000 hectares de eucaliptos e de pinheiros. Estas árvores passaram hoje da idade econômica ideal para um emprego industrial (pergunta-se então quantas usinas de massa preparatória para fabricação de papel teriam sido necessárias construir para absorver esta produção) e parece que quase nada pôde ser empregado, a não ser para a fabricação de carvão não concorrencial em relação ao carvão proveniente dos desmatamentos. O carvão feito a partir da árvore plantada é de fato mais caro do que aquele produzido a partir dos subprodutos quase gratuitos dos desmatamentos agrícolas.

A situação inversa das usinas sem matérias-primas é ilustrada pela usina de álcool-carburante de Sinop (MT). A destilaria foi construída com grandes custos e recursos de incentivos sem que nenhum programa conseqüente de cultura de mandioca tenha sido posto em prática. Em 1984, a quantidade de mandioca entregue não atingiu 20% da capacidade de transformação. É preciso ainda procurar a mandioca num raio de 200 km. A leiteria de Porto Velho (RO) foi construída antes da criação de uma bacia leiteira e da formação de pastagens. Superdimensionada, ela funciona apenas com 20% de sua capacidade. A fábrica de pneus de Gurupi (GO), a fábrica de uísque de Barra do Garças (MT), financiadas pela Sudam, apresentam outros problemas. Entre as razões mais expressivas do seu fracasso, pode-se citar a inexistência de culturas de hévea para a primeira, a insuficiência das culturas de milho para a segunda.

Podemos igualmente evocar os fracassos que ocorrem às tentativas de industrializar os produtos da pesca. As reservas potenciais não são conhecidas devido à falta de pesquisa, a legislação oscila entre a defesa do pequeno pescador individual e os interesses dos grandes frigoríficos, e tudo em torno de uma estrutura quase feudal de produção próxima ao "aviamento".

1.1.4. Um fraco nível de industrialização

A oferta agrícola implica às vezes obrigatoriamente a existência da unidade industrial (cana-de-açúcar...) mas, às vezes, estas atividades assemelham-se mais a um simples processo de extração destinado a permitir a exportação no Estado, tão fraco é o nível de transformação. Nestes casos, a oferta de produto condiciona apenas a instalação da aparelhagem destinada à sua extração. Seria preciso que uma verticalização se seguisse localmente para se poder realmente falar de industrialização e não simples exportação de matérias-primas.

A madeira da Amazônia dá lugar a pouca transformação local. Apesar de uma legislação visando reduzir a exportação fora das fronteiras do Mato Grosso e de Rondônia de madeira em tora, a maioria da madeira sai sem um aproveitamento local interessante, a não ser o caso das raras fábricas de compensado

de Cuiabá (MT). A indústria da madeira é atualmente uma indústria extrativa assim como a indústria mineira.

O rápido desenvolvimento de Sinop (MT), que veio a ser a 3ª cidade industrial do Mato Grosso com suas 200 serrarias, não deve igualmente provocar ilusões. A madeira dos desmatamentos deve desaparecer, acarretando o fechamento das serrarias.

O valor produzido é reduzido ao mínimo de alguns salários. Ao deixar Mato Grosso, a madeira contém 50% de seu valor em custos de transporte. No quadro de uma contabilidade regional, é provável que o Estado do Mato Grosso exporte sua riqueza florestal com prejuízo.

Veremos mais adiante que os frigoríficos contentam-se, em sua maioria, em congelar a carne para exportá-la aos centros de transformação; o óleo de soja produzido em Dourados (MS) é semi-refinado e exportado a granel. A tecedura dos fios de seda efetua-se em São Paulo. As verticalizações de transformações são muito reduzidas.

1.2. A qualidade das matérias-primas

A falta de uma verdadeira política agrícola e industrial que vise, antes de tudo, a qualidade, de forma a estabilizar a produção, é um pesado *handicap* e um fator de instabilidade da produção tanto agrícola como industrial. Os poderes públicos, bem como os industriais, são os responsáveis.

1.2.1. Os preços pouco estimulantes

À porta do matadouro, por quilo, o boi gordo tem o mesmo preço que o boi magro. Nada de tão surpreendente à primeira vista. Entretanto, o preço não leva em conta a porcentagem de carne e de osso, nem a qualidade da carne (boi alimentado em melhores pastagens plantadas com capim colômbio, criado em estábulo ou em pastagens naturais, boi velho ou maltratado) e não atua a favor de uma melhoria da produção bovina. Paralelamente, nenhuma atenção é dada ao couro. Os animais são marcados a fogo, sua pele é perfurada por carrapatos e cheia de cicatrizes. Não se pode imaginar a instalação de um curtume local que não tenha nenhum controle sobre a qualidade do couro, e, situando-se na etapa final do trabalho no frigorífico, nenhum controle sobre o sistema de abastecimento e de preços de venda. O único curtume do Estado do Mato Grosso deve sobretudo à sua longa experiência (desde 1959, bem antes da implantação do frigorífico Sadia) e à sua capacidade de administração a sobrevivência nessas condições. Seria impraticável, hoje, a implantação de um novo curtume que tivesse que financiar seus investimentos.

O leite, qualquer que seja sua qualidade e seu controle, segundo as normas de higiene, terá o mesmo preço pago pelo mercado que, aliás, reclamará da irregularidade da produção, apesar de contribuir para perpetuar uma produção leiteira ocasional e medíocre. O sistema de cotas leiteiras favorece supostamente a produção em período seco, oferecendo um preço inferior para toda superprodução do período úmido, desviando numerosos criadores da escolha de um aumento da produção ou da comercialização do seu leite através das leiterias.

Querendo regularizar o fornecimento de sua matéria-prima, estes estabelecimentos prejudicam freqüentemente o desenvolvimento da produção leiteira. Eles têm, inclusive, pouca margem de manobra, sendo os preços do leite fixados pelo governo.

1.2.2. As práticas não-controladas

Apresentaremos um caso extremo. A única cooperativa leiteira de Corumbá (MS) vai, sem dúvida, fechar suas portas após 6 meses de atividade. A qualidade do leite entregue, mas sobretudo as práticas dos cooperadores e o relaxamento dos poderes sanitários sobre as transações do leite vendido diretamente na fazenda não permitem um abastecimento de qualidade. O leite vendido na rua se presta mais a manipulações (particularmente ele pode provir de gado de má saúde) e possui um preço superior ao oficial. Como apoiar um tratamento industrial de leite sobre uma produção leiteira que cai de metade no período seco e torna-se incontrolável do ponto de vista sanitário e comercial?

A maioria da madeira que alimenta as empresas de construção e de móveis do Mato Grosso não é tratada e nem é seca convenientemente. As vendas de madeira não são controladas sob este aspecto. O pequeno industrial que trabalha a madeira não pode se dar ao luxo de ter uma área de estocagem para secá-la. A produção de material de construção e de móveis, a partir dessas madeiras verdes, será de qualidade tão inferior que só o mercado local "informal" poderá dela satisfazer-se, condenando os pequenos industriais de madeira ao biscate.

2. AS FILIAIS

Numerosas grandes empresas instaladas na região são filiais de grandes empresas nacionais, atraídas pela disponibilidade local de matérias-primas, que lhes permite controlar melhor seu abastecimento nacional e adquirir um certo controle do mercado em face da concorrência, e geralmente obter vantagens de toda sorte, concedidas pelo município, pelo Estado e pela Sudam.

Sua principal preocupação não é evidentemente contribuir para o desenvolvimento econômico e regional, nem de maximizar localmente os efeitos induzidos de sua atividade. Assim, os grandes frigoríficos e a usina de soja enviam toda a sua produção, cujos subprodutos poderiam ser transformados e consumidos localmente, à sua sede em São Paulo.

As fábricas de ração para gado não utilizam os subprodutos dos frigoríficos, mas aqueles dos pequenos abatedouros mais ou menos clandestinos.

Isto é particularmente grave, uma vez que os produtores estão, pela força das coisas, numa situação de total dependência em relação à empresa. Deste modo, os produtores de leite de Rialma (GO) e de bicho-da-seda de Ceres (GO), são assimiláveis a produtores com contrato, a assalariados que assumiram todos os riscos sem garantia de escoamento da produção a preço fixo. A usina de leite de Ceres é um peão numa estratégia nacional que visa controlar o mercado do leite da cidade do Rio de Janeiro. Quanto à sociedade que fornece a matéria-prima, o crédito e o enquadramento necessários à implantação de uma

unidade de produção de bicho-da-seda, ela é senhora dos seus preços e goza de um monopólio total. Nestes dois casos, a natureza perecível do produto impede qualquer pressão da parte do produtor.

Não se trata de uma integração econômica regional, mas de uma integração econômica de empresas, cujas ramificações organizam-se nacionalmente a partir da sede. Se a sede decide reduzir a produção de suas filiais, não será em função de escolha nem dos resultados agrícolas da região, mas de uma política nacional totalmente independente. Cada empresa surge, então, como uma unidade industrial isolada no contexto regional.

Além dos efeitos induzidos, existe igualmente o problema do mercado. É verdade que o mercado local, reduzido, não pode constituir a única fonte de escoamento da produção. Isso é evidente para as explorações mineiras e para as grandes unidades de produção. Mas a fábrica de cimento de Corumbá (MS), cuja parte do mercado geográfico é fixada pela sede, abastece melhor Cuiabá (MT) ou Porto Velho (RO) do que a própria capital do Estado a que pertence. Inúmeras são as grandes fábricas de arroz que preferem os mercados do Nordeste e do Sul, em função de uma política nacional. O mercado local é então abastecido pelo exterior!

Essas filiais dispõem de uma autonomia geralmente reduzida e a venda local de uma pequena parte de sua produção oferece-lhes apenas complicações na contabilidade. Em Rialma (GO), a capacidade de transformação é de 180.000 litros de leite por dia, quando o mercado local é de apenas 1.500 litros.

3. MUITAS VANTAGENS, POUCOS RESULTADOS

São as grandes empresas suscetíveis de aproveitar os produtos locais que encontram as melhores propostas vindas da Sudam (para o Mato Grosso, Rondônia e norte de Goiás), dos Estados e dos Municípios.

A Sudam pode oferecer 75% dos investimentos, os Estados do Mato Grosso e de Goiás podem favorecer um dossiê de demanda de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado (Bemat, Caixa) e organizar a taxação dos produtos. O Estado do Mato Grosso do Sul, através do programa Proindústria, o Estado de Goiás, através do programa Fomentar, oferecem um prazo de carência com uma baixa correção monetária para o pagamento do ICM. Por fim, os municípios podem oferecer um terreno e isenções de pagamento do ISS. Estas medidas oficiais, sendo objeto de uma legislação precisa, constituem evidentemente só algumas das vantagens das quais podem beneficiar-se.

Esta política é endereçada sobretudo às grandes empresas, que são frequentemente, nós acabamos de ver, filiais que dispõem de um efeito dinamizador reduzido na rede econômica local, a indústria regional transformando-se em filial da indústria paulista e sulista.

Seu peso econômico justifica raramente a importância das vantagens concedidas. As matérias-primas principais, arroz, soja, boi, madeira, não encontram problema de mercado. As empresas não contribuem com os preços existentes para estimular realmente a produção agrícola e estabilizar seu escoamento.

A mão-de-obra empregada e a parte dos salários em relação ao fatura-

mento são irrisórias. Por exemplo, a fábrica de soja de Rondonópolis (tratamento de 600 toneladas/dia, culturas próprias em 1.000 ha) cria apenas 80 empregos permanentes e os salários e encargos sociais representam 1,5% de seu faturamento (setor agrícola inclusive). E isso para o investimento de 18 milhões de dólares (225.000 US\$ por emprego permanente criado) dos quais 75% estão sob a responsabilidade da Sudam.

Para melhor fixar essas idéias, pode-se adiantar que os 3 anos de prazo de carência para o pagamento do ICM com taxa de 17%, com uma simples correção monetária de 20%, corresponde mais ou menos a uma soma que representa 6 meses de custos de funcionamento às expensas do Mato Grosso do Sul. Projetos gigantescos de transformação da soja e de frigoríficos, são abundantes.

São, portanto, vantagens enormes, e falamos aqui apenas de vantagens calculáveis, com um retorno relativamente fraco e, no caso de implantação de filial, com uma perda de independência certa. Além do mais, é sem dúvida necessário lembrar que entre as 5 primeiras empresas (por ordem de valor do capital social) do Mato Grosso, 3 constituem autênticos escândalos econômicos e financeiros, seja por não terem jamais funcionado (frigorífico e fábrica de uísque), seja por acumularem os déficits e funcionarem com menos de 20% de sua capacidade (usina de álcool de Sinop), a despeito das vultosas concessões da Sudam, que vêm provar a hipótese de que não são as ajudas e as vantagens fiscais que garantem o êxito de uma indústria. A adoção do risco pela administração permite a multiplicação de projetos mal-estudados e irrealizáveis.

Embora o problema seja um pouco diferente, convém inserir neste subcapítulo as fábricas de álcool-carburante proveniente da cana-de-açúcar. O fantástico desenvolvimento da agroindústria da cana no Centro-Oeste, fortemente encorajado e subvencionado pelo programa Pró-Álcool, deveria ser o objeto de uma avaliação econômica e social. Se se pergunta sobre a rentabilidade da substituição da gasolina pelo álcool de cana, a opinião parece unânime para denunciar as nefastas conseqüências sociais do programa: ocupação das boas terras, geralmente em detrimento das culturas de sobrevivência, proletarização dos trabalhadores agrícolas (bóias-frias), tendência à monocultura.

4. O EMPREGO NA AGROINDÚSTRIA

O número de empregos criados pela agroindústria é pequeno em relação à importância do investimento. Em geral, ele varia em função da época das colheitas, depende do tipo de contrato estabelecido com o fornecedor de matérias-primas, que pode ser um simples assalariado filiado a uma cooperativa, produtor contratado ou produtor livre, e em função da parte agrícola integrada ou não diretamente à fábrica.

Expomos aqui algumas normas encontradas na ocasião de nossas pesquisas. São apenas normas teóricas, a maioria dessas fábricas depende do sucesso das colheitas e funciona apenas alguns meses por ano.

Os empregos oferecidos pela agroindústria são temporários e precários, dependendo do grau de mecanização, freqüentemente mal remunerados e sem cobertura social. A presença de uma numerosa mão-de-obra volante e de baixa renda, residindo na cidade (o mercado do trabalho agrícola situa-se na cidade),

QUADRO 3

Indústrias	Matérias-primas consumidas ou produção	Número de empregos
Laticínios	80.000 litros/dia	180
	50.000 litros/dia	122
Leite em pó	180.000 litros/dia	120
Frigoríficos	500 cabeças/dia	413
	500 cabeças/dia	350
Curtume	300 couros/dia	120
Fábrica de sais minerais (a partir de ossos)	100 toneladas/mês	40
Serraria	1.200 m ³ /mês	40
Indústria de madeira	500 m ³ /mês	60
Fábrica de compensado	150.000 m ² /mês	60
Móveis	10 m ³ /mês	20
Sementes	3.000 toneladas/ano	40
		(+238 parte agrícola)
Moinho de Trigo	25 toneladas/dia	7
Óleo de soja semi-refinado	300 toneladas/dia	50
		(150 durante a safra)
Álcool de mandioca	150.000 litros/dia	300
		(+1500 parte agrícola)
Criação e refrigeração de frangos	2.700 frangos/dia	32
		10
Massas alimentícias	3 toneladas/dia	100
Borracha	2.500 toneladas/ano	200
Castanha-do-pará	6.500 toneladas/ano	200
		(600 durante a safra)
Álcool de cana	240.000 litros/dia	200
		(+1500 parte agrícola durante o corte)
		150
	120.000 litros/dia	(+200 parte agrícola corte mecanizado)

provoca enormes problemas sociais. As periferias urbanas absorvem tão bem quanto mal os trabalhadores temporários, sujeitos a migrar a qualquer momento, em direção a outras oportunidades de trabalho, ou indo engrossar o setor informal.

A agroindústria não concorre para ocupar nem para fixar a mão-de-obra urbana. Ela é atualmente um fator de instabilidade urbana e ameaça mesmo a existência das pequenas cidades.

Se cada grande unidade agroindustrial oferece um número absoluto de empregos bastante importantes, é preciso entretanto lembrar que a região possui apenas poucas unidades desse tipo, e que, por questões de concorrência e de mercado, seu número não se pode multiplicar. Aliás, notaremos que a verticali-

zação agroindustrial da soja e do boi é pobre em criação de empregos, tanto na parte agrícola (aproximadamente 1 pessoa para 100 hectares para a soja, 1 pessoa para 200 cabeças de gado de corte) quanto na parte industrial.

CONCLUSÃO

Para poder concluir, será preciso retrocedermos e considerarmos o Centro-Oeste nas suas relações com o resto do País. É preciso que compreendamos os fenômenos no todo nacional como na sua lógica regional.

As produções agrícolas do Centro-Oeste parecem, atualmente, incapazes de servir de base para um desenvolvimento industrial local. Não que as novas culturas ou que as regiões em transformação sejam elementos negativos para um processo de industrialização; ao contrário, o afluxo populacional, o dinamismo pioneiro estimulam as iniciativas, tornando possível todo o projeto.

As principais dificuldades que acabamos de apresentar encontram suas raízes no processo de formação das frentes pioneiras brasileiras, na função que o Centro (esquemáticamente e ingenuamente chamado "São Paulo") designa ao Centro-Oeste, mas também na história e na base econômica local.

A instabilidade e a não diversificação das produções agrícolas são um fenômeno nacional, em parte devido à ausência de implantação de pequenos estabelecimentos com atividades diversificadas, em proveito de grandes cujas atividades são especulativas de acordo com seus interesses de curto prazo. A política agrícola nacional joga sempre mais longe, sobre as fronteiras, os pequenos produtores em busca de terras.

A inflação, cuja taxa oficial gira há três anos em torno de 250%, torna permanentemente irrisórios os lucros tirados da produção, e exige uma perfeita habilidade do manejo dos custos, dos circuitos de comercialização e dos preços de venda. Paralelamente à colocação no mercado financeiro, a transformação das terras em pastagens oferece ao produtor a solução menos arriscada e quase sempre a mais rendosa.

Neste contexto, o Centro-Oeste pode aparecer como uma simples periferia do sistema central. Ele é estruturado para exportar matérias-primas brutas por menor preço, a realização do lucro sendo feita no final do processo de produção, na sede das empresas em São Paulo ou no Sul. Tudo concorre para impedir sua industrialização.

Talvez uma reforma institucional que permitisse a descentralização do poder e dos recursos entre o Estado Federal, os Estados e os municípios constituísse um primeiro passo.

Mas o Centro-Oeste não é um simples satélite do Centro. Ele mesmo cria seus bloqueios. A base econômica e política do Centro-Oeste é uma base agrícola latifundiária. Os representantes das regiões das fronteiras não têm vontade, nem o peso político suficiente, para garantir o desenvolvimento autônomo da sua região. O jogo das alianças políticas e seus próprios interesses, sempre mais ligados ao Centro que à sua região, não lhes permitem lutar contra a fiscalização, a política das cotas, o afluxo desordenado dos migrantes, as políticas nacionais que penalizam a economia regional.

Nessas regiões de conflitos de terras e de violência, eles não podem impor

uma reforma agrária, com a qual seriam os primeiros a sofrer. Tradicionalmente, o modo de ocupação do espaço é representado pela grande propriedade de criação extensiva. Este modelo econômico, mas também de caráter cultural, permanece dominante na região. Mudar de modo de produção, colocar em questão a base econômica e social para assegurar o desenvolvimento regional exigiria uma mudança total das mentalidades. As ajudas às indústrias aparecem então como simples transferências que acentuam mais a punção que sofre a região em proveito de grupos exteriores ou de personalidades locais.

E é nas cidades, numa outra escala, no setor mais ou menos informal, independentemente das produções agrícolas regionais e das suas transformações, que se desenvolve uma pequena indústria ligada à demanda urbana e nascida da iniciativa privada...

BIBLIOGRAFIA

Pesquisas do autor junto às indústrias do Centro-Oeste, 1984/1985.

IBGE, 1984. IX recenseamento geral do Brasil 1980 — Censo industrial — Dados gerais. Censo demográfico. Mão-de-obra. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR — Sudeco-DPR, 1985 — Plano de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, Brasília.

PLANEJAMENTO HIDROELÉTRICO E REINSTALAÇÃO DE POPULAÇÕES NA AMAZÔNIA: PRIMEIRAS LIÇÕES DE TUCURUÍ, PARÁ

LUC MOUGEOT

Geógrafo do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Universidade Federal do Pará

Belém-PA

RESUMO

No baixo rio Tocantins no Pará, o Complexo Hidroelétrico de Tucuruí (CHT) inaugura no Brasil um vasto sistema de grandes barragens, destinadas a valorizar o enorme potencial energético da bacia Amazônica. Precursor de modificações inéditas nesta região brasileira, o deslocamento permanente de populações ribeirinhas, ocasionado pela represa de Tucuruí, e seus ensinamentos para os planejamentos futuros não mereceram, até hoje, nenhum acompanhamento sistemático e contínuo. Apresentamos aqui seis pontos para uma primeira avaliação do programa de reinstalação de populações: concepção e gestão do programa, delimitação do perímetro de expropriação e recenseamento das populações e propriedades atingidas, critérios e medidas de indenização, organização e transferência aos sítios de acolhida rurais e urbanos, reinstalação urbana e adaptação econômica da população residente nos sítios urbanos. Este trabalho se baseia em pesquisas realizadas pelo autor na região do reservatório, antes, durante e depois de sua evacuação, e os resultados são interpretados, na medida do possível, à luz de intervenções semelhantes em outras regiões em via de desenvolvimento.

Palavras-chave:

Reservatórios hidroelétricos — Deslocamento de populações — Reinstalação de populações — Amazônia brasileira.

AMÉNAGEMENTS HYDRO-ÉLECTRIQUES ET RÉINSTALLATION DE POPULATIONS EN AMAZONIE: LES PREMIÈRES LEÇONS DE TUCURUÍ, PARÁ

RÉSUMÉ

Sur le cours inférieur du Tocantins au Pará, le Complexe Hydro-électrique de Tucuruí (CHT) inaugure au Brésil un vaste système de grands barrages, destinés à mettre en valeur l'énorme potentiel-énergétique du bassin amazonien. Précurseur de bouleversements inédits dans cette région brésilienne, le déplacement permanent de populations riveraines, occasionné par la retenue de Tucuruí, et ses enseignements pour les aménagements futurs, n'ont mérité jusqu'à ce jour aucun accompagnement systématique et soutenu. Nous présentons ici une première évaluation du programme de réinstallation de popu-

lations (PRT) en six points: conception et gestion du programme, délimitation du périmètre d'expropriation et dénombrement des populations et propriétés atteintes, critères et mesures d'indemnisation, aménagement et transfert aux sites d'accueil ruraux et urbains relogement urbain et adaptation économique des résidents aux sites urbains. Ce travail se fonde sur des recherches effectuées par l'auteur dans la région du réservoir, avant, durant et après son évacuation, et les résultats sont interprétés, dans la mesure du possible, à la lumière d'interventions semblables dans d'autres régions en voie de développement.

Mots clés:

Réservoirs hydro-électriques — Déplacement de populations — Réinstallation de populations — Amazonie brésilienne.

**THE HYDRO-ELECTRIC SCHEME AND THE POPULATION
RESETTLEMENT IN AMAZÔNIA:
THE FIRST LESSONS DRAWN FROM TUCURUÍ, PARÁ**

ABSTRACT

On the lower River Tocantins in Pará, the Tucuruí Hydroelectric Scheme (THS) heralds and extensive network of large-scale impoundments, meant to tame the Amazon basin's enormous energy potential. The reservoir-induced permanent displacement of riverine human populations is a forerunning disturbance in Brazil's Amazonian environment which unfortunately, along with its learning potential, has raised no sustained monitoring concern so far. This report contributes to assess initially the current Tucuruí Resettlement Program (TRP), and examines six of its components, basic to any scheme of its kind (concept and program management, definition of expropriation perimeter and population surveys, indemnification criteria and procedures, implementation and transfer to rural and urban relocation sites, approaches to urban rehousing, and residents' economic adjustment at urban resettlements). The study is based on field research by the author in the region of the reservoir, conducted before, during, and after its evacuation; whenever possible, local findings are appraised with reference to similar experiments carried out in other developing regions.

Key words:

Hydro-electric scheme related reservoirs — Populations displacement — Population resettlement — Brazilian Amazonia.

INTRODUÇÃO *

O Complexo Hidrelétrico de Tucuruí (CHT) inaugura na Amazônia brasileira um sistema de barragens-reservatórios de grande porte, destinado a arriar o potencial dos rios regionais, hoje estimado em 100.000 MW. O CHT é o primeiro e maior de uma escadaria de 27 projetos para a exploração dos 25,3 MW da bacia fluvial do Araguaia-Tocantins (1). Acerca de 250 km a sudoeste da cidade de Belém, no Pará, sobre o curso inferior do rio Tocantins, o CHT foi desenhado para acomodar uma capacidade geradora máxima de 7.920 MW. Em 1975 iniciou-se a construção da primeira (3.960 MW) de duas fases, com energia sendo produzida em escala comercial a partir do fim de 1984; sua conclusão foi recentemente adiada para 1989, em razão de reprogramações na construção de usinas metalúrgicas que, uma vez implantadas na região, deverão consumir 2/3 da energia firme do CHT.

Visando assegurar na central do CHT, em qualquer época do ano, uma utilização firme de 51% da capacidade instalada, um reservatório entre os mais extensos no mundo e até hoje o maior na Amazônia sul-americana, foi criado o montante de barragem do CHT (2). Com as adufas temporárias vedadas no pique da estação menos chuvosa em 1984, o nível das águas a montante elevou-se sobre um período de sete meses e meio, do nível do rio então na cota 6, até 72 m a.n.m. Um lago se formou, cobrindo uma área de 2.435 km², da qual cerca de 90% em ambientes de várzea alta e terra firme, tradicionalmente explorada por diferentes grupos humanos.

O represamento do rio Tocantins induziu o deslocamento permanente de uma população considerável; contudo, as providências oficiais para seu reassentamento, embora prenunciem intervenções que se multiplicarão na Amazônia brasileira, não têm merecido o devido acompanhamento até hoje. A maioria dos demais complexos projetados sobre outros rios da região deverão desarraigar um grande número de comunidades rípicolas, ameaçando seus meios de subsistência bastante vulneráveis, sobre a última grande fronteira do Brasil. Justamente em razão dos seus ensinamentos potenciais para futuros experimentos do gênero, o Programa do Reassentamento de Tucuruí (PRT) deve ser objeto de monitoramento constante e sistemático, nas suas mais diversas fases.

Baseando-se, sobretudo, em levantamentos de campo na região da represa de Tucuruí, antes (1979, 1981), durante (1984) e depois (1985) da sua formação, esta contribuição avalia o desempenho inicial do PRT conforme seis aspectos, essenciais ao exame de qualquer esquema do gênero (concepção e gestão, perímetro de desapropriação e levantamentos populacionais e fundiários, critérios e medidas de indenização, setores de reassentamentos rurais e urbanos, fórmulas de realojamento urbano, e adaptação econômica inicial dos

* Trabalho derivado de estudo sobre impactos da utilização de recursos hídricos na bacia fluvial do Araguaia-Tocantins, financiado pelo CNPq e pelo Conselho Britânico.

(1) Eletronorte, s.d., pp. 2-3.

(2) Eletronorte, s.d., pp. 2-3; Prodiat, 1982, pp. 44-66; Paiva, 1982, pp. 42-52; Mougeot e Barrow, 1981, p. 7.

residentes nos setores urbanos). Conclui-se, resumindo os principais ensinamentos identificados, com recomendações para a aplicação de soluções mais apropriadas pelos órgãos competentes, nos demais programas atualmente em fase de planejamento na região (3).

1. CONCEPÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA

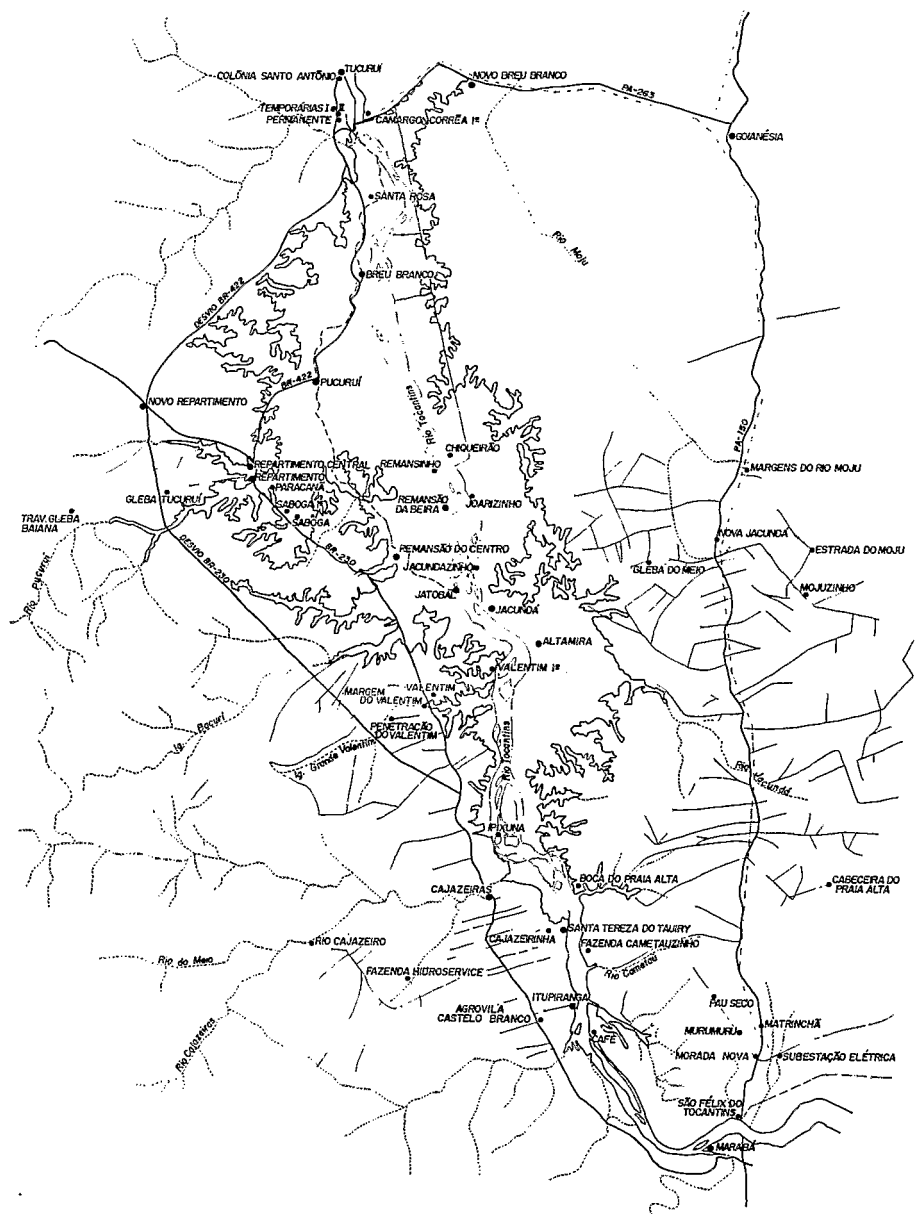
Pela sua idealização e administração, o PRT reproduz amplamente a fórmula desenvolvida para o reservatório de Sobradinho, sobre o rio São Francisco na Bahia (1975-8), sem corrigir efetivamente uma insuficiência básica. Contrariamente ao que se pratica em muitos países, inclusive menos desenvolvidos, e apesar das reivindicações locais, nenhuma entidade com função específica foi criada, que pudesse ter coordenado, desde sua concepção e com a autonomia necessária, uma estratégia inclusiva de reassentamento, em Sobradinho como em Tucuruí. Na ausência de qualquer órgão do gênero, a empresa estatal, proprietária da usina, normalmente deve assumir, no Brasil, uma responsabilidade desmedida na concepção, implementação e sorte eventual dos referidos programas.

Assim, mesmo que agências de instituições estaduais e federais assumissem tarefas vitais no PRT, sua capacidade decisória e executiva subordinar-se-ia a prazos e recursos determinados pela empresa estatal de energia, a Eletronorte S.A. Por exemplo, à agência federal de gerenciamento fundiário (Getat) corresponderia colaborar com os levantamentos populacionais, a discriminação das terras e o inventário das benfeitorias, o loteamento de parcelados alternativos e a distribuição e titulação dos lotes a beneficiários. Entretanto, os fundos a serem repassados a esta agência pela empresa estatal de energia seriam vitais para a execução dessas tarefas. À empresa caberia também custear a indenização monetária, a remoção e o realojamento dos desapropriados em direito, em novas instalações convenientemente equipadas. Nas seções que seguem, os efeitos do modelo gerencial do PRT sobre o seu desempenho inicial, suas deficiências e ajustes ensejados por estas fornecem argumento para a adoção, no futuro, de abordagens mais autônomas, informadas, abrangentes e participativas.

2. LEVANTAMENTOS POPULACIONAIS E FUNDIÁRIOS

O PRT foi deslanchado oficialmente com a publicação em 1976 do Decreto 78.659, pelo qual delimitava-se um polígono quase três vezes tão extenso quanto o futuro reservatório e dentro do qual todas as terras, em princípio, tornavam-se passíveis de expropriação e desocupação. Entretanto, e por causa de uma superestimação original dos níveis máximos do lago, as desapropriações abrangeram uma região muito maior do que o iria requerer, de fato, a formação

(3) O autor agradece a colaboração prestada, na fase de levantamentos de campo, pelas instituições e empresas seguintes: Eletronorte S.A., Sucam-PA, Getat, Emater-PA, Ceplac-PA, Embrapa-PA, Camargo Corrêa Construtora S.A., bem como às prefeituras locais e líderes comunitários. As interpretações e os erros que ainda persistem na presente versão, contudo, são da exclusiva responsabilidade do autor.



- OR
 RESERVATÓRIO NA COTA 760 METROS (CONTORNO EXTERNO) ———
 ILHAS EXISTENTES ———
 ILHAS SUBMERSAS ———
 ● NÚCLEOS URBANOS
 ○ OUTRAS LOCALIDADES
- ESTRADAS PRINCIPAIS
 - - - - - ESTRADAS SECUNDÁRIAS
 - - - - - ESTRADAS DE FERRO
 CURSOS DE ÁGUA
 - - - - - TRECHO SUBMERSO DO RIO TOCANTINS
 - - - - - LINHA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA



da represa e do seu cinturão sanitário. Inicialmente, e até novembro de 1982, todas as terras sob a cota 86 foram adquiridas pela empresa estatal. Depois, já encerradas as desapropriações e indenizações monetárias e com a evacuação transcorrendo, a cota máxima prevista do reservatório foi baixada, de 86 para 76 m a.n.m., em parte devido à reestimação da pressão provável do lago sobre o lençol freático circundante. Então, as terras desapossadas na faixa de 76-86 m já podiam ser recuperadas por seus ex-donos, mediante requerimento dirigido à empresa (4). Tal compensação aparecia muito após o pagamento das indenizações monetárias e beneficiava somente os ex-proprietários. Todos os ex-ocupantes e a maioria dos deslocados em direito, mas não-informados, dificilmente puderam valer-se de tal paliativo. A medida, provavelmente, atendeu, de modo mais eficaz, pessoas que, desde cedo no processo, vinham planejando estabelecer-se na borda da represa, em setores posteriormente abertos ao tráfego rodoviário, uma vez revista a linha seca do lago (5).

Os levantamentos populacionais e fundiários (1978-9) sucederam ao penoso processo discriminatório de quase dois anos, e possivelmente foram apressados por reivindicações feitas a diferentes escalões do governo por entidades locais e autoridades municipais (6). As estimativas dos efetivos deslocados geralmente limitam-se às famílias passíveis de indenização (proprietárias e/ou donos de benfeitorias) residentes no perímetro do futuro lago. Os levantamentos assim excluem famílias morando fora do perímetro, cuja subsistência dependia sazonalmente da ocupação de ambientes ribeirinhos e que puderam ser deslocadas pela submersão, como observado em Sobradinho (7).

Além da subenumeração sistemática, o crescimento demográfico, sobrevivendo com o adiamento do PRT (1980-4), contribuiu para desatualizar as previsões originais. Estas variam entre 4 e 17 mil pessoas; o levantamento da Basevi limitou-se a 11 núcleos apenas, prevendo que neles a população cresceria em 8,5% ao ano entre 1978 e 1985, podendo perfazer até 9.626 pessoas em 1985. Os dados disponíveis na Sucam para a área do lago não permitem precisar a população total envolvida; mas em 1980, data razoavelmente próxima aos levantamentos e anterior aos aportes migratórios, esta bem podia oscilar entre 25 e 35 mil pessoas (8). Para se ter uma idéia do afluxo global ocorrido na região do reservatório desde então, enquanto os quatro municípios compartilhando a

(4) Entrevista com técnico do Getat em Tucuruí, no dia 14/2/84.

(5) Este é o caso da margem nor-ocidental do reservatório, liberada ao tráfego em meados de 1983 e percorrida em fevereiro de 1984. O corredor foi negado aos remanejados rurais; O Getat informou que, por prudência, mantinha a cota 82 como nível mínimo acima do qual reinstalaria famílias deslocadas, no contexto do PRT. Ver também *O Liberal* 8/8/82, p. 5.

(6) Como o reservatório de Tucuruí era programado para atingir a cota 32 em 1979, submergindo assim as vilas de Jacundá e Jatobal, as prefeituras da bacia do AT no Pará associaram-se em novembro de 1977 e, a partir do início de 1978, começaram a exigir dos ministérios e das agências competentes maiores detalhes sobre o PRT. Foi no decorrer daquele ano que uma firma de consultoria, contratada pela empresa de energia, iniciou os levantamentos na área do futuro reservatório, cujos resultados foram divulgados por Basevi, s.d.

(7) Sigaud, 1984, pp. 46-51.

(8) O recenseamento oficial de 1980 pelo IBGE, nos quatro municípios atingidos, contabilizou 151.515 pessoas, a maioria das quais residindo então ao longo do Tocantins. Destas, os grupos seguintes seriam poupados pelo lago: as cidades de Marabá e Tucuruí (70.907 no máximo) bem

área da represa perfaziam 151 mil habitantes em 1980, as meras margens do Tocantins — fundadas pelas cidades de Tucuruí ao norte e Itupiranga ao sul, e pela rodovia PA-150 a leste e desvios das BR-422 e BR-230 a oeste — já reuniam pelo menos 115 mil pessoas no fim de 1983. Na época, apenas a 8 meses do represamento, 55% dos 202 assentamentos identificados abaixo da cota 76 e dentro da represa ainda continuavam habitados por 5.165 pessoas, no mínimo (9).

3. MEDIDAS E CRITÉRIOS DE INDENIZAÇÃO

Prevendo na época que a primeira fase do CHT seria concluída em 1981, iniciaram-se as indenizações dos desapropriados em 1978, paralelamente aos censamentos e inventários supracitados. Os não-proprietários receberam uma compensação monetária, pelos seus imóveis e outras benfeitorias, enquanto os proprietários definitivamente titulados, além de receberem compensações em dinheiro por investimentos fundiários (salvo casa), escolheram uma de duas alternativas: (a) uma casa nova para uso familiar, e um número variável de lotes/parcelas nos setores alternativos, como compensação pela perda de qualquer outro *fundus*; ou (b) uma indenização suplementar em dinheiro, cobrindo a perda de terras e casas, porém sem direito a parcela ou casa nos locais de reassentamento. Até que fossem as terras expropriadas submergidas ou concluído o traslado das famílias, estas eram autorizadas por lei a permanecerem nas premissas cedidas, e ali manterem cultivos temporários, sem direito contudo a qualquer indenização por eventuais benfeitorias posteriores ao inventário original (10).

Subseqüentemente, a empresa estatal procurou acelerar a evacuação do âmbito da represa e corrigir, ao seu ver, as insuficiências das compensações legalmente argumentadas, outorgando um suplemento equivalente a US\$ 600 sempre que o agricultor renunciasse ao seu direito de exploração condicional. Na verdade, os donos de terras e/ou de outras fontes de renda, fora do perímetro de inundação, eram naturalmente mais propensos a abandonar definitivamente as margens do Tocantins. Por outro lado, aqueles cuja subsistência con-

como os ocupantes dos trechos Marabá-Rio Vermelho e São Félix-Goianésia do Pa-150 (36.444 no máximo, conforme levantamentos de campo da Sucam em junho de 1978 e 1979, ou 44.909 em 1980 quando projetado com base nas taxas de crescimento dos municípios correspondentes). Esses setores reuniam então 115.816 de um total de 151.515 pessoas, o que deixava um máximo de 35.699 passíveis de deslocamento em 1980. Uma estimativa mínima é fornecida pelos efetivos ao longo da secção Marabá-Jatobal da BR-230, que inclui o segmento Marabá-Cajazeiras, não sujeita à inundação, mas exclui as margens oriental e nor-ocidental, esta última bem povoada entre Tucuruí e Jatobal. Totalizava 20.886, segundo levantamentos da Sucam em junho de 1978, ou 25.871 em 1980, quando projetado pela taxa de crescimento dos dois municípios atravessados pelo trecho.

- (9) Baseado em dados de mapas de campo não-publicados pela Sucam, para os anos 1974 a 1983 e seus registros de população nos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Moju e Marabá. Na área do futuro lago, o número de estabelecimentos habitados e sua população poderia ser maior do que pôde ser documentado, em razão da cobertura incompleta da rede em certos anos e da exclusão de localidades dos levantamentos mais recentes.
- (10) Providências semelhantes àquelas implementadas anteriormente, em Sobrinho (Sigaud, 1984, p. 32).

tinuava a depender das parcelas expropriadas (como foi o caso em Santa Tereza do Tauiry e relatado em Jacundá) apresentaram a tendência a permanecer nos lotes ou a retornar a eles uma vez gastas as alocações. Pois apesar da inflação galopante e do atraso de cinco anos sofrido pelo PRT, as compensações monetárias não foram reajustadas no intervalo, nem aplicado qualquer esquema emergencial para socorrer as famílias aflitas.

Os procedimentos de indenização enfatizavam conceitos e medidas legalmente coerentes, porém amplamente inapropriados à estrutura fundiária e à economia agrária localmente predominantes (11). Admitia-se *a priori* que: (a) a terra é bem privado, cujos títulos definitivos de propriedade são a prova necessária e limitante do direito à compensação fundiária por substituição; e (b) a avaliação venal dos investimentos e rendas agropecuários da terra ocupada ou apropriada de modo particular estabelece o valor suficiente das perdas agrárias com a desapropriação. Embora necessárias e justas para os proprietários, tais normas ensejavam soluções individuais, ajustando-se pouco à realidade de uma região habitada por pequenas comunidades, onde prevalecia um regime de ocupação fundiária não ou mal documentada, porém socialmente controlada. Este regime correspondia a um sistema de exploração agrária que abrangia, além dos domínios de terra firme, praias, zonas de decantação, bosques-galerias, ilhas fluviais, lagos e cachoeiras, possibilitando o recurso a uma série de produtos naturais, periodicamente disponíveis em ambientes distintos, que excedem largamente os limites dos roçados particulares.

A maioria das famílias deslocadas, oficialmente calculadas em torno de quatro mil, teriam recebido inicialmente uma indenização apenas monetária, em razão do grande número de posses não-tituladas, registros falsificados, falhas na atualização dos cadastros e invasões por migrantes nos anos 70 (12). Por outro lado, restringiram-se o ritmo e a cobertura territorial dos processos de regularização fundiária, no decorrer dos anos que antecederam as indenizações, a fim de conter os desembolsos do PRT. A aquisição pela empresa estatal de parcelas definitivamente tituladas implicava custos superiores, em superfícies iguais, àqueles ligados a terras não ou apenas provisoriamente tituladas, sendo que o número e a extensão das primeiras influíam diretamente nos montantes a serem repassados pela empresa à agência encarregada de indenizar os *fundi* (13). No caso das colônias não-inteiramente quitadas, indenizava-se a parte já quitada, assumindo a empresa a dívida restante junto ao governo; de qualquer modo, podia-se evitar desembolsos, entregando à agência res-

(11) Na região, somente 903 estabelecimentos possuíam títulos de propriedade, contra 3.431 com direitos de posse. Destes, 1.907 eram considerados minifúndios (*Hidroservice*, 1977, I, pp. 32-36).

(12) Entrevistas com técnicos do Getat em Tucuruí, no dia 14/2/84.

(13) Quando se iniciou o processo de indenização, a maioria das parcelas rurais sobre a margem ocidental do Tocantins, ao norte e entre o km 110 e o km 153 da BR-230, ainda não tinham sido tituladas definitivamente, apesar da sua longa ocupação. Isto se explica, em parte, pela preocupação de se minorar os custos da desapropriação, contradizendo aparentemente uma decisão anterior, reportada por Goodland (1978, p. 39) de que seria respeitado o usucapião (Entrevista com um antigo técnico do PIC Marabá em Marabá, no dia 23/2/84).

ponsável parte dos domínios já expropriados para outros fins, para o reassentamento dos deslocados.

Uma minoria da população rural desapropriada detinha títulos definitivos, sendo que a principal comunidade desapossada foi um projeto federal de colonização dirigida: o PIC Marabá. Em razão da submersão prevista de um trecho da BR-230, pelo menos 621 colonos — possivelmente até oitocentos agricultores — do PIC e sua redondeza tiveram seus lotes expropriados nas glebas 21 a 52, entre o km 80 e o km 180 do trecho da estrada Marabá-Altamira. Um levantamento feito em março de 1979, com o apoio do Incra, provocou considerável ansiedade entre os colonos, segundo entrevistas em julho do mesmo ano; tiveram que assinar sua desistência antecipada das colônias, sem contudo saber quanto nem quando receberiam suas indenizações. As alocações não seriam ajustadas para cobrir eventuais benfeitorias, posteriores ao inventário. Isto levou muitos agricultores a reduzir, num período de cinco anos, sua produção agrícola, procurando compensar a perda de renda com empregos, nas cidades próximas e no próprio canteiro do CHT (14).

Mais grave talvez seja o fato do PIC Marabá ter sido entregue a sua sorte, apesar da procrastinação do PRT. As medidas restritivas originalmente alvejaram tão-somente o parcelado condenado à inundação, mas logo foram estendidas a todas as 2.484 colônias e aos 70 lotes urbanos, ocupados pelas famílias do PIC Marabá ao longo da BR-230, a leste e oeste da cidade de Marabá, e nas agrovilas Cajazeiras e Castelo Branco (esta em condições miseráveis, em fevereiro de 1984). A titulação foi interrompida em 1978, sendo o PIC emancipado de fato da jurisdição do Incra a partir de novembro de 1979. O projeto assim perdia acesso aos fundos do Polamazônia, os quais, nas circunstâncias, teriam continuado sendo vitais para manter estradas, operar serviços sociais e custear processos de registro fundiário, particularmente nas glebas desapropriadas. No seu lugar, o orçamento municipal de Marabá, menor, variável e priorizando o setor urbano, passava a responder pelas necessidades do PIC. Também, quase todos os quadros administrativos do projeto foram transferidos, dos quartéis regionais do Incra, na agrópolis Amapá em Marabá, para uma unidade executiva local do Getat em Tucuruí (15).

Aqueles colonos titulados que, desapropriados em 1979, tinham optado por uma compensação parcial em dinheiro, com direito a serem remanejados para novas parcelas, foram igualmente penalizados, por mudanças ocorridas *a posteriori* e informadas a eles muito após a assinatura dos acordos de indenização. Primeiramente, a destinação dos investimentos sociais normais do Getat priorizava projetos agrícolas não-contemplados pelo PRT, de modo que,

(14) Entrevistas com colonos expropriados em Cajazeiras, no dia 25/6/79, com um extensionista rural da Emater no PIC Marabá em Marabá, no dia 5/7/79, e com um antigo técnico do PIC Marabá em Marabá, no dia 23/2/84.

(15) Entrevista com técnicos do Getat e com outros, antigamente do PIC Marabá em Marabá nos dias 22-23/2/84. Os fundos sociais do Getat, proporcionados pelo BNDES através do Finsocial, são destinados em prioridade aos projetos de colonização incluídos no quadro do Projeto de Ferro da CVRD na serra de Carajás. Somente 10% das 520 famílias assentadas nestes esquemas até o início de 1984 teriam provindo da área do lago de Tucuruí, tendo recorrido a eles por iniciativa própria.

sob a gestão desta agência a partir de 1981, a reinstalação de quase 320 famílias do PIC se faria em condições de apoio institucional muito mais precárias do que aquelas ofertadas pelo Incra nos anos 70, com projetos locais de colonização agrícola ou mesmo esquemas especiais de reassentamento, ligados à criação de represas alhures no Brasil (16). Em segundo lugar e devido a modificações na legislação agrária nacional, as parcelas distribuídas em projetos oficiais de assentamento, na região, viram sua área reduzida em 50%; logo, desconsiderando-se a situação excepcional dos desapropriados do PIC, cada reassentado receberia, em troca por cada lote de 100 ha, uma nova parcela de apenas 50 ha.

O abandono do PIC Marabá levanta uma questão oportuna de planejamento territorial. Por que um órgão governamental foi autorizado a projetar, no fim dos anos 60, e implantar, ao longo de 1970-9, um experimento de colonização oneroso, precisamente em uma região cujo risco de submersão era conhecido ou pelo menos suspeito por outros setores da mesma administração? Além de inventário hidrológico que data de 1954, o CHT estava em plano já em 1968, muito antes da implantação do PIC Marabá, e foi aprovado em 1974. Comunicações aparentemente defeituosas entre setores governamentais, atuando na mesma região, hoje provocam gastos que poderiam ter sido evitados e o desperdício de investimentos acumulados localmente, ao longo de mais de um decênio. O erro não se resume apenas nos custos de se desmantelar um projeto para dar margem a outro; oportunidades foram descuidadas na partida, que um planejamento certo poderia ter valorizado, mediante aproveitamentos integrados na região do futuro reservatório, como foi realizado em ambientes comparáveis, em outras regiões do mundo (17).

4. REINSTALAÇÃO NOS PARCELADOS AGRÍCOLAS E NÚCLEOS URBANOS ALTERNATIVOS

O remanejamento dos diferentes grupos humanos provavelmente foi a etapa mais enriquecedora na implementação do PRT. Restrições impostas ao orçamento global da empresa estatal causaram o adiamento das obras do CHT e do próprio PRT, forçando o rearranjo dos setores de reassentamento recomendados, a eliminação de certos equipamentos e atrasos na sua instalação em novos locais. De fato o PRT processou-se em um período de nove anos, ao invés dos cinco previstos, invalidando alguns dos supostos e medidas de indenização originais. A reinstalação das famílias já dura mais de seis anos e permanece inconcluída. No intervalo, a deteriorização das condições de vida, tanto nos locais a serem evacuados quanto nos de acolhimento, tem provocado descontentamento e desconfiança entre a população afetada. Suas reivindicações, porém, adquiriram rapidamente uma dimensão política, em virtude de pressões exercidas sobre os responsáveis do PRT, e um processo de negociação coletiva foi instaurado. Em consequência, muitos critérios de indenização

(16) Sobre o projeto especial de colonização em Sobradinho, ver Duque, 1984, p. 36.

(17) Comparar exemplos de planejamento pouco relevante e mais apropriado em Thomi (1984, p. 111) e Lassailly-Jacob, 1983, p. 55.

foram reformulados e vários aspectos materiais do PRT sensivelmente aprimorados, como será mostrado nas secções a seguir.

O plano geral do reservatório de Tucuruí, elaborado após levantamentos junto à população, recomendava uma rede de sítios alternativos já previsível, tipicamente consoante com as preferências populares por soluções que preservassem a coesão territorial de cada comunidade importante, e seu acesso aos recursos do rio (18). Considerando-se a topografia local e outros fatores, oito sítios foram definidos para reinstalação de famílias em parcelas agrícolas. Estes setores, distribuídos igualmente sobre as margens oriental e ocidental do futuro reservatório, eram situados, salvo um, a menos de 15 km de vilas existentes acima, porém próximas à futura borda d'água. Além disso, dois sítios foram propostos para novos núcleos urbanos, a leste e oeste do lago, no cruzamento de estradas existentes ou projetadas.

5. O REASSENTAMENTO NOS PARCELADOS AGRÍCOLAS

Entretanto, os setores rurais implantados diferem notavelmente da recomendação original; observou-se uma redução de 8 para 4 setores, bem como o afastamento considerável destes em relação à borda do futuro lago. Tal mudança pode ser atribuída a diversos fatores, entre os quais a precária acessibilidade rodoviária no âmbito da futura represa e em suas redondezas. Para efetivar-se o plano, era preciso construir ou recuperar muitas estradas, sobre ambas as margens do Tocantins, tanto fora quanto dentro da zona do reservatório. Entretanto, a rede local seria expandida sim, mas priorizando-se as necessidades do CHT. Os requisitos viários deste não coincidiam sempre com os do plano de realocização, contribuindo mesmo para transtorná-lo. Assim, dentro da futura represa e sobre a beira ocidental, mais povoada, relaxou-se gradativamente a conservação das estradas federais existentes, sendo que muito poucas vias de acesso seriam abertas entre estas e as vilas a serem desocupadas. A beira nor-oriental, ao contrário, beneficiou-se com muitas vias de penetração, em concessões para o desmatamento zonado do leito do lago. Do mesmo modo, fora do futuro reservatório, os desvios indispensáveis às operações de reassentamento e à manutenção do comércio na orla ocidental seriam construídos muito após o prolongamento e o melhoramento das suas contrapartidas, na margem oriental. Estas últimas eram precisas para assegurar o transporte de materiais e equipamentos para o canteiro do CHT, bem como a construção e manutenção dos segmentos Tucuruí-Belém e Tucuruí-Imperatriz da rede transmissora de alta tensão, acoplada ao CHT (19). Tais obras rodoviárias antecederam por pouco a avaliação das propriedades no corredor da PA-150, valorizando, assim, terras que logo foram desapropriadas,

(18) *Ministério da Agricultura et al.*, s.d., Basevi, s.d., p. 297.

(19) Sobre a margem oriental as rodovias PA-263 e PA-150 foram concluídas em 1977, quase seis anos antes de que fossem construídos os desvios das BR-422 e BR-230 sobre a margem oposta, onde estes eram necessários à implementação do plano de reassentamento.

uma seqüência que poderá repetir-se rio acima, com o atual asfaltamento de rodovias nos arredores do futuro reservatório de Santa Isabel.

Como resultado, alguns setores de reassentamento, originalmente previstos a oeste do lago, foram reprogramados sobre a margem oposta, em sobras de domínios expropriados para dar passo a linhas de transmissão e a rodovias. Juntamente com a revisão posterior das cotas prováveis do lago e o desvio tardio da BR-422, o rearranjo dos sítios ensejaria a diminuição dos custos do PRT, por maior uso das terras já adquiridas para o CHT, liberando assim as beiras nor-ocidentais para o estabelecimento de fazendas em situação privilegiada, na proximidade da nova BR-422, da represa e da cidade de Tucuruí.

São quatro os setores agrícolas alternativos, sendo que o primeiro está entre os que deveriam ser redesenhados na vizinhança oriental do lago. Margendo a PA-263 entre o km 35 e o km 50 a partir de Tucuruí, o loteamento Rio Moju foi delimitado, parcelado e titulado temporariamente pelo Iterpa, sendo entregue e deslocados a partir do início de 1981, três anos após o começo das indenizações. Inicialmente a empresa estatal forneceu a cada família uma casa pré-fabricada numa clareira de 2,5 ha, em cada parcela de 50 ha. As unidades residenciais reproduziam modelos já utilizados nos PICs do Incra e na cidade nova do CHT. Escolinhas foram construídas, bem como postos de saúde e capelinhas. Mais tarde, contudo, as restrições orçamentárias levaram a empresa estatal a limitar os repasses de fundos para o PRT; no Rio Moju, como nos outros setores de acolhimento visitados, a grande maioria das famílias acabaram recebendo parcelas não-desmatadas, sem alojamento nem vias de acesso prontas. Quando percorrido, em março de 1984, o projeto Rio Moju estava claramente agonizante. Os postos de serviços comunitários tinham sido desativados, na borda de uma estrada em condições deploráveis e, segundo o Getat, até o início de 1984 a maioria das famílias reassentadas (192 até o fim de 1983) já tinham renunciado a seus lotes, antes mesmo de terem recebido títulos de propriedade negociáveis.

Dois outros setores rurais foram delimitados ao nordeste do reservatório: o loteamento Mojuzinho, ao sul da sua contrapartida do Rio Moju, e a oeste o loteamento Gleba do Meio C. O primeiro, situado de leste a oeste entre o Rio Moju e a PA-150, e de norte a sul entre o km 26 e o km 70 da PA-150, aproveita sobras de propriedades adquiridas pela empresa estatal de energia. Foi inicialmente proposto aos remanejados do PIC Marabá (mas recusado por estes), em troca pelas colônias desapropriadas. A partir do fim de 1981 a zona foi ocupada por desapossados menos exigentes, procedentes de Jacundá e Remansão da Beira. Até o início de 1984, cerca de 150 parcelas, segundo o Getat, já tinham sido distribuídas; algumas destas, abandonadas ou inocupadas, foram repassadas a famílias em busca de terras, sem vínculo com o PRT. Da mesma maneira, cerca de 80% das seiscentas parcelas disponíveis na Gleba do Meio C, povoada sobretudo em 1982, tinham sido alocadas até o começo de 1984, sendo que no máximo 20% o foram a famílias originalmente alvejadas pelo PRT.

Finalmente, concedido aos colonos do PIC Marabá, sobre a margem ocidental do Tocantins, o trecho entre o km 81 e o km 150 do novo traçado da BR-230 é o quarto e mais recente parcelado agrícola do PRT. De fato é o único que permitiu o traslado a curta distância de um grupo rurícola específico para

um ambiente fisicamente comparável ao loteamento evacuado (20). Construído sobretudo para manter as comunicações terrestres entre o leste e o oeste paraenses, o desvio da BR-230 foi aberto ao tráfego em junho de 1983 e 472 parcelas tinham sido entregues ao longo do mesmo até o fim daquele ano, sendo tituladas provisoriamente no decorrer do ano seguinte. Nenhuma cifra era disponível, localmente, sobre a taxa de abandono dos lotes; contudo, em princípio de 1984, entrevistas realizadas junto a colonos reinstalados e outros agricultores locais confirmavam um risco já apontado em 1981. O estado embrionário da rede de caminhos vicinais, a carência de capital pessoal para o desmatamento e plantio, a inexistência de auxílio institucional aos produtores e de assistência social a suas famílias já constituíam sérios motivos para que muitos reassentados negociassem seus títulos fundiários e provisórios. No total e em princípio de 1984, não mais de 934 parcelas teriam sido concedidas a cerca de 1.800 beneficiários rurais do PRT, nos quatro perímetros acima referidos (21).

Ao manter-se a concepção atual do capítulo rural do PRT, certas situações críticas poderão se desenvolver a meio prazo. O afastamento dos sítios alternativos com relação ao reservatório eliminou qualquer urgência de se ordenar a exploração haliêutica e agrícola do novo ambiente lacustre (uma proposta de aproveitamento múltiplo está em fase de conclusão). Porém, em razão do retorno de deslocados às margens do lago e da ampliação da zona de várzea alta a montante, e dos efeitos negativos sobre a agricultura e a pesca a jusante, uma intensificação de atividades já está ocorrendo na borda do lago, a qual poderá, se não for disciplinada a tempo, ocasionar conflitos entre usuários e causar sérios riscos para sua saúde.

6. O REASSENTAMENTO NOS NÚCLEOS URBANOS

O número, a distribuição e o cronograma de implantação dos centros urbanos foram igualmente afetados pelas limitações administrativas e financeiras do PRT. Entretanto, o componente urbano evoluiu bastante ao longo da sua execução, muito em virtude de intervenções comunitárias mais efetivas do que aquelas observadas no capítulo rural do programa.

Dos dois sítios-cruzamentos recomendados originalmente, apenas o do Novo Repartimento foi mantido, porém sendo acrescidos cinco novos locais: Novo Breu Branco (PA-263), Nova Jacundá e Novo Ipixuna (PA-150), e Itupiranga e Cajazeiras (BR-230). A multiplicação tardia das vilas-centros visava,

(20) Inicialmente os colonos transferiram-se com relutância, já que a maioria negava-se trocar terras de 100 ha por lotes de 50 ha. O ritmo dos traslados melhorou depois do alerta feito pelo Getat aos beneficiários, de que as parcelas, se não fossem aceitas por eles, seriam redistribuídas a outras famílias carentes.

(21) As quinhentas famílias que teriam se refugiado contra as águas montantes, em Cajazeiras no fim de 1984, ainda não tinham sido removidas para novas parcelas agrícolas; outras duzentas, aparentemente, permaneciam em locais sujeitos à inundação. Até dezembro de 1984, quatrocentas das 1.800 famílias em direito ainda não tinham recebido novas terras. Foi apenas em agosto de 1985 que assinou-se um acordo de financiamento para concluir a reinstalação dos beneficiários rurais, mediante a distribuição de mais 643 parcelas e a construção de 751 km de caminhos vicinais. Ver *O Liberal* 11/9/81, p. 11; 15/9/84, p. 9; 18/9/84, p. 8; 11/10/84, p. 2; 1/12/84, p. 17; e 5/8/85, p. 3.

provavelmente, compensar a procrastinação da parte rural do esquema, absorvendo uma parte das famílias que ficaram inatendidas, bem como acomodar o crescimento global da população estabelecida no âmbito do futuro lago, desde os recenseamentos originais. A fim de conter os custos e investimentos do reassentamento, os novos núcleos foram definidos em terras desapropriadas para outros fins, ao longo de ou na periferia de rodovias existentes e aglomerados já dotados de alguma infra-estrutura e/ou serviços básicos, como Nova Jacundá, Cajazeiras e Itupiranga.

7. AS FÓRMULAS DE REALOJAMENTO NOS NÚCLEOS URBANOS

Os projetos de realojamento urbano têm nitidamente progredido, ao longo da execução do PRT, como o mostra uma comparação entre as tentativas iniciais em Nova Jacundá e a abordagem posteriormente adotada em Novo Repartimento.

Nova Jacundá (1979-83)

Fundada em 1976 sobre um platô a leste do Tocantins, a 100 km do norte da cidade de Marabá sobre a PA-150, Nova Jacundá hoje é o centro de um corredor agropecuário em plena expansão. Escolhida para substituir a vila ribeirinha de Jacundá como sede municipal, tornou-se o primeiro local urbano a acolher deslocados, procedentes sobretudo de Jacundá e Jatobal. Ali, três fórmulas de realojamento foram experimentadas, sucessiva e paralelamente.

O primeiro ensaio foi de reconstrução-presente, conhecido localmente como o projeto Cobal (1979-80), sobre a periferia oriental da vila. Oitenta unidades habitacionais foram montadas sobre quatro quadras, cada uma destas com 20 terrenos de 10 m por 30 m. Todas as casas reproduzem fielmente, tanto pela planta quanto pelos materiais, um modelo aplicado nos setores residenciais da vila do CHT, e no loteamento Rio Moju. O remanejamento dos beneficiários de Jacundá para o projeto Cobal começou em 1979; as duas localidades distam apenas 60 km uma da outra mas, na ausência de qualquer via trafegável entre elas, os remanejados e suas mudanças tiveram que percorrer 245 km, por barco e caminhão, via Jabotal e Tucuruí.

As condições de moradia e trabalho encontradas pelos primeiros reinstalados em Nova Jacundá revelaram-se muito insatisfatórias; a maioria retornou a Jacundá, onde desaconselhou as outras famílias a se mudarem para o novo local. Na verdade, o projeto Cobal tinha sido concebido apenas como apêndice residencial da vila existente, sem que qualquer uso econômico do solo, além da moradia, tivesse sido previsto dentro dos seus limites. Outrossim, as casas do projeto apresentavam vários inconvenientes, quanto aos materiais e ao desenho, à taxa de área construída, ao arranjo geral das quadras e à disposição das utilidades públicas (22). Contudo, a resistência da maioria dos reassentados, dependentes de atividades agrárias, devia-se sobretudo ao risco que implicava mudar seu domicílio, de um ambiente ribeirinho estável, em economia extrativa, para uma fronteira distante em plena terra firme, efervescente e mais exposta à economia de mercado. Tal mudança tornava-se ainda mais arriscada, pela defasagem da entrega de parcelas agrícolas, com relação à

(22) Mougeot, no prelo.

dos lotes urbanos. As casas do Cobal foram terminadas em 1978, sendo que os beneficiários de Jacundá foram convidados a transferir-se para elas, pelo menos dois anos antes de que um número suficiente de parcelas fosse disponível nos setores rurais do PRT. Segundo alguns informantes, em muitos casos as indenizações monetárias teriam sido entregues a candidatos de Jacundá, somente uma vez efetivada sua mudança para a nova casa no projeto, o traslado sendo inclusive requerido para a concessão de uma terra agrícola, posteriormente.

Já que a maioria dos candidatos se negaram a tomar posse das casas do projeto Cobal, estas foram redistribuídas a outros interessados; muitas serviram para alojar agências governamentais e seus funcionários. A maioria, contudo, foi alocada a servidores da antiga prefeitura de Jacundá; com algum capital ou influência política, muitos, quando entrevistados, também já tinham comprado ou adquirido parcelas inicialmente disponíveis em loteamentos próximos a Nova Jacundá.

Em razão de novos atrasos que enfrentava o PRT, o número de famílias e casas na área do reservatório cresceu bem além das cifras de 1978-9, devido à formação de novos lares, retorno de deslocados e chegada de novos elementos (23). As condições requeridas para a obtenção de um lote foram afrouxadas, em virtude de pressões políticas, e uma segunda fórmula, de auto-realojamento, foi introduzida (1980-3), procurando resgatar recomendação do estudo da Basevi e acelerar o remanejamento das famílias para os sítios programados.

Na periferia oriental do projeto Cobal, uma área, que tinha sobrado de fazendas desapropriadas, foi loteada e arruada às expensas da companhia estatal. Neste loteamento urbano Nova Jacundá, contudo, a empresa, ao invés de construir as residências, concedeu a cada beneficiário uma compensação monetária pela casa evacuada, bem como um lote baldio sobre o qual o reassentado construiria sua nova casa. O espaço reservado ao auto-realojamento compreendia 17 quadras da metade meridional do loteamento, onde nada menos de 680 lotes foram distribuídos. Destes, apenas 25% (169) possuíam uma edificação qualquer, em princípio de 1984. Ao norte desta área principal, dois setores menores reuniam cerca de 150 unidades autoconstruídas (24). As casas normalmente apresentam desenhos e materiais locais muitas vezes os mais valiosos, recuperados dos edifícios evacuados; as residências ocupam uma superfície menor do que nos lotes do projeto Cobal, e a área não-construída, via de regra, tem sido plantada e/ou cercada para a criação de pequenos animais. As entrevistas nestes setores confirmaram que lotes foram alocados, não somente

(23) Durante a época anterior ao repesamento, localidades isoladas abaixo do nível do reservatório atraíram menos migrantes de fora da área do lago do que outros setores mais acessíveis. As amostras de 10% dos residentes em setores alternativos mostram que a maioria dos entrevistados do Novo Repartimento (NR) antes residiam no Repartimento Central (RC), enquanto quase a metade dos informantes de Nova Jacundá (NJ) nunca residiram em localidades dentro da área do lago. Por outro lado, a maioria dos ex-residentes do RC tinham chegado lá após o início dos levantamentos para a desapropriação, tendo se beneficiado, mesmo assim, com novas casas no NR. Em NJ quase todos os antigos residentes da área do lago já moravam lá muito antes de que fosse deslançado o processo de desapropriação. Estas observações coincidem com alguns resultados de Basevi s.d., p. 53.

(24) Levantamentos populacionais não-publicados da Sucam, em Nova Jacundá, dezembro de 1983.

aos candidatos contemplados originalmente, mas também a outros deslocados não-proprietários, procedentes, sobretudo, de áreas rurais (ocupantes, locatários e jornalistas). Inclusive, alguns lotes, entregues a reassentados do projeto Cobal para indenizar a perda de terras e imóveis, eram usados para hortas ou pequena criação de gado, ou então para alojar a família, enquanto arrendava-se a casa desocupada no projeto Cobal.

Apesar do abrandamento dos critérios de seleção, 75% dos 1.265 lotes concedidos a famílias entre 1980 e 1983 permaneciam vacantes em princípio de 1984. Segundo as autoridades municipais competentes, nada mais de duzentas famílias residiam nas 316 casas enumeradas pela Sucam em dezembro de 1983. Em geral, as estruturas desocupadas eram muito rudimentares, aparentemente edificadas mais para garantir direitos do que para albergar uma família. Em razão da carência de capital pessoal e do número reduzido de oportunidades de emprego na cidade, a maioria dos realojados absenteeístas tinha provavelmente cedido, arrendado ou vendido seus direitos provisórios de propriedade, como o sugerem as entrevistas com residentes do loteamento.

Uma terceira tentativa de realojamento foi então realizada no fim de 1983, na parte setentrional do loteamento urbano Nova Jacundá. Esta medida, na verdade, fazia parte de uma revisão de todo o PRT, solicitada pelas municipalidades envolvidas. A empresa estatal de energia concordou em respeitar seus compromissos originais, financiando a instalação tanto de equipamentos sociais indispensáveis quanto das utilidades públicas. Retomaria também a montagem e distribuição, aos remanejados, de unidades habitacionais modificadas (50 prontas no início de 1984, de um total então previsto de 100). De fato, esta solução tardia pôde ser implementada, com menos tropeços, nos projetos ainda em plano na época, como o do Novo Repartimento, do que o foi naqueles já em execução. Em Nova Jacundá os investimentos anunciados causaram uma valorização antecipada do solo, estimulando o comércio de direitos de ocupação e títulos provisórios; além disto, famílias que já tinham sido indenizadas para se auto-realojarem reivindicaram o direito a uma casa pré-fabricada sobre seu lote urbano.

8. NOVO REPARTIMENTO (1983-85)

Sobre a margem ocidental do Tocantins, no km 177 do trecho Marabá-Altamira da BR-230, Novo Repartimento é um núcleo-cruzamento inteiramente novo, destinado a substituir a vila do Repartimento Central, estabelecida em 1974 na intersecção do km 156 da BR-230 com a BR-422. Quatro colônias agrícolas, totalizando 200 ha, foram adquiridas pela empresa estatal em 1981, e as obras de engenharia civil começaram ali em fevereiro de 1983.

Tanto pelo zoneamento da ocupação do solo quanto pelo modelo residencial adotado, o projeto Novo Repartimento representa um sensível progresso sobre os esquemas de Nova Jacundá. De fato é uma projeção ordenada da utilização do solo que se tinha desenvolvido de modo espontâneo no Repartimento Central. Contrariamente ao que se encontra em Nova Jacundá, áreas específicas têm sido reservadas para atividades dependentes do, ou ligadas ao, tráfego rodoviário. Cada pequeno comerciante recebeu, em troca pelas premissas

desapropriadas, dois lotes na nova vila-centro: o primeiro na orla da BR-230, usado para ali construir uma loja com materiais fornecidos pelo PRT; o segundo, adjacente, porém recuado da BR-230, entregue com casa pré-fabricada destinada à família do comerciante. Cinco amplos setores residenciais ocupam clareiras em colinas onduladas, circundando um núcleo central de equipamentos escolares, de culto e segurança pública. Apesar de modestas, as unidades habitacionais aqui são claramente mais adaptadas às condições físicas e sócio-econômicas regionais, do que aquelas edificadas anteriormente em Nova Jacundá e no loteamento Rio Moju (25).

A transferência de população para o novo centro iniciou-se antes mesmo de que fossem inteiramente instalados os serviços e a infra-estrutura pública. A evacuação se fez de modo mais lento (durante o período de chuvas) e envolveu um maior número de famílias do que o previsto originalmente. Em razão da deterioração das condições de vida nos assentamentos a serem desocupados, e face ao estado lastimável das rodovias e à construção muitas vezes adiada do núcleo urbano, as comunidades locais insistiram em empreender a mudança, tão logo fossem concluídas as primeiras casas. Isto obrigou as companhias contratadas a instalarem equipamentos sanitários públicos e a distribuírem água potável a domicílio, por caminhão-cisterna. A circulação interna era dificultada pelo inacabamento das redes de adução e escoamento. Muitos artesãos e prestadores de serviços resolveram improvisar oficinas a domicílio, esperando a liberação dos lotes apropriados. A capacidade de atendimento dos serviços sociais deverá ser sobrecarregada pela demanda provinda de um assentamento espontâneo, surgido na borda da estrada frente à cidade planejada, antes mesmo da abertura do novo desvio da BR-422 e apenas dois meses após o início das obras do núcleo urbano. Em outubro de 1983, a favela já possuía 432 barracos, habitados por indenizados que tinham retornado, compradores de direitos de beneficiários desistentes, famílias reinstaladas pelos seus próprios meios, e outras, não-contempladas pelo PRT mas atraídas pela expectativa de serem favorecidas, eventualmente, por ele, assim como, nos outros projetos, o crescimento demográfico pós-1979 na área do lago impôs, pela interposição de processo judiciário, a adoção de critérios seletivos mais largos para a concessão de residências pré-fabricadas. Além dos proprietários que tinham optado por alocações monetárias parciais, com direito ao realojamento, outras categorias foram igualmente favorecidas pelo PRT a Novo Repartimento (26).

(25) Mougeot, no prelo.

(26) Outros grupos beneficiados pelo PRT foram, por ordem de precedência: (1) proprietários que inicialmente tinham optado por compensações apenas monetárias; (2) indivíduos que tinham adquirido e estavam residindo em casas evacuadas pelas categorias originalmente contempladas pelas indenizações; e (3) proprietários de casas construídas posteriormente aos inventários. Uma regra foi adotada para limitar os abusos, pela qual dar-se-ia prioridade, na distribuição de casas novas, àqueles beneficiários que tinham permanecido sobre suas premissas expropriadas, na espera da transferência por canais oficiais. Também, as casas desocupadas seriam desmontadas no ato da evacuação, permitindo-se contudo a recuperação dos materiais (Entrevistas com funcionários municipais de Tucuruí, no Novo Repartimento, e com chefes de famílias desapropriadas no Repartimento Central, no dia 16/2/84).

Em resumo, até o princípio de 1984, somente 186 dos mais de seiscentos candidatos de Repartimento Central e Jatobal tinham sido transferidos para Novo Repartimento, e 585 lotes no máximo já tinham sido ocupados, nos dois núcleos então implantados, pelas famílias alvejadas pelo PRT, estimadas em 1.200 (27).

9. ADAPTAÇÃO ECONÔMICA INICIAL DOS RESIDENTES NOS NÚCLEOS URBANOS

As amostras espacialmente estratificadas, proporcionais e aleatórias de cerca de 10% dos chefes de família de Novo Repartimento (18 pessoas) e de Nova Jacundá (22 pessoas), no início de 1984, indicam que eles fazem parte de uma população ainda residente favorecida por uma certa melhora do seu *status* sócio-econômico, a raiz do reassentamento. Isso se explica, sobretudo, pelo acesso ao domínio legalizado de maiores áreas de terra nos novos setores. Em Nova Jacundá, os dois terços dos informantes que, no domicílio anterior, empenhavam-se em tarefas agrícolas geralmente sobre parcelas de menos de 5 ha, não-tituladas, adquiriram, uma vez reinstalados em Nova Jacundá, títulos de propriedade para módulos de 50 ha. A mesma tendência registrou-se entre os informantes de Novo Repartimento, com a diferença de que ali as parcelas obtidas normalmente estão localizadas a distâncias menores (menos de 17 km) do novo núcleo urbano.

Em ambos os casos, a melhoria constatada a curto prazo sugere tão-somente a possibilidade de uma adaptação duradoura nos novos núcleos, particularmente em Nova Jacundá, onde continuavam predominando a desistência e o absentéismo urbano. Nos dois aglomerados, a retomada dos labores agrícolas será fundamental para a permanência e o progresso da maioria das famílias já remanejadas. Esta poderá ser prejudicada pela grave deficiência de caminhos vicinais, carência de capitais pessoais e de auxílio institucional específico. A pouca importância dada até hoje ao desenvolvimento econômico das populações reinstaladas faz temer o risco de “favelização” maciça dos núcleos, em razão de discrepâncias que poderão se aprofundar entre, de um lado, os custos de manutenção/expansão do estoque residencial, equipamentos e infra-estrutura, e do outro, as reais possibilidades orçamentárias das comunidades beneficiadas.

CONCLUSÃO

Até hoje o PRT tem priorizado a evacuação da área do reservatório de Tukurui e o realojamento de parte da população deslocada. Muito pouca ênfase tem sido dada à urgência em atender recomendações do próprio estudo da Basevi: proporcionar meios alternativos de subsistência para a maioria das

(27) Em fevereiro de 1984 a maioria das unidades residenciais programadas ainda estava sendo construída nos núcleos alternativos. Em setembro de 1984, quando começou a formar-se a represa, reportou-se que faltavam 155 casas em Itupiranga e Cajazeiras para acomodar famílias do Tauriry, Ipixuna e Jacundá. O *Liberal* 18/9/84, p. 2.

famílias atingidas, preservar o acesso das comunidades ribeirinhas à via fluvial, e promover oportunamente a utilização racional do novo ambiente lacustre. A estrutura administrativa e financeira do PRT explica amplamente sua concepção, bem como sua subordinação a outras prioridades, às vezes conflitantes. Estas têm impedido o PRT de materializar a rede dos sítios de acolhimento propostos, a instalação oportuna de equipamentos e serviços essenciais, a remoção diligente e ordenada da população e sua reinstalação em condições ambientais apropriadas. Uma distribuição melhor coordenada dos lotes urbanos e rurais e uma maior integração espacial dos núcleos e parcelados teriam facilitado muito a adaptação de um grande número de remanejados nos novos setores.

Os maiores ensinamentos do PRT situam-se a nível da sua concepção e implementação. O modelo gerencial adotado em Tucuruí tende a favorecer a estagnação e a dispersão do saber-fazer no campo, desestimulando o efetivo aproveitamento do acervo existente para o tratamento de soluções localizadas. Torna pouco provável a correta identificação das lições do programa e ainda menos certa sua incorporação oportuna no planejamento de futuras operações do gênero. Não basta acumular uma memória institucional sobre determinado tipo de intervenções; é preciso dotar os programas de um sistema gerencial apropriado, de envergadura nacional. Trata-se de enquadrar projetos isolados, sem entretanto isolá-los, planejando cada um à luz da informação pertinente sobre seu ambiente e da experiência adquirida em intervenções comparáveis, de modo a efetivar soluções individuais esclarecidas, articuladas entre si dentro de um horizonte espaço-temporal dado. Futuros programas, na Amazônia e no resto do Brasil, muito poderiam beneficiar-se de um sistema gerencial que: 1) garantisse a autonomia executiva e financeira de cada programa de reassentamento, necessária à coordenação das tarefas de formulação, condução e monitoramento de programas abrangentes; 2) permitisse a acumulação, recuperação, divulgação e aproveitamento de informações sobre programas semelhantes no país, para melhor adaptar os programas a situações específicas; e 3) assegurasse contatos estreitos entre setores governamentais responsáveis por projetos distintos, na área de influência dos programas, visando otimizar o aproveitamento dos investimentos, via planejamento espacialmente integrado. Com mais de sessenta reservatórios atualmente em estudo na Região Amazônica, o Brasil possui excelentes motivos para desenvolver uma perícia internacional a este respeito.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M.C. de: *Nordeste, progresso e pobreza*. Em: *Revista Brasileira de Tecnologia*, 1983, vol. 14, nº 1, pp. 3-10.
- AUGEL, J.: *Human Settlement Problems in Brazilian Development*. Em: *Ekistics*, 1982, vol. 49, nº 292, pp. 31-36.
- BARROW, C.J.: *Health and Resettlement Consequences and Opportunities Created as a Result of River Impoundment in Developing Countries*. Em: *Water Supply & Management*, 1981, nº 5, pp. 135-150.

- BASEVI, *Construções e Topografia Ltda.: Estudo das condições socioeconômicas da área de influência do reservatório da UHE de Tucuruí-PA*, 3 vols, s.d. (Mimeo.).
- DANTAS, M.: *A questão do alumínio: o presente e o futuro da indústria do alumínio no Brasil*. Em: *Amazônia em Foco*, 1981-82, n.º 14, pp. 7-49.
- DUQUE, G.: *A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens*. Em: *Cadernos do CEAS*, 1984, n.º 91, pp. 30-38.
- ELETRONORTE, S.A.: *UHE Tucuruí*, s.d, Brasília D.F., Eletronorte S.A.
- GOODLAND, R.: *Environmental Assessment of the Tucuruí Hydroproject, rio Tocantins Amazônia, Brazil*, Brasília D.F., Eletronorte S.A., 1978.
- HIDROSERVICE: *Formulação de programas de desenvolvimento no vale do rio Tocantins*, vol. 1. Minter/Sudam São Paulo, 1977.
- LASSAILLY-JACOB, V.: *Grands barrages africains e prise en compte des populations locales*. Em: *L'espace géographique*, 1983, n.º 1, pp. 46-58.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, COORDENAÇÃO ESPECIAL DO ARAGUAIA-TOCANTINS: *Reservatório de Tucuruí — Área declarada de utilidade pública, 1:250.000, Marabá*, s.d.
- MOUGEOT, L.J.A.: *Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie: les premières leçons de Tucuruí, Pará*. Em: *Cahiers Orstom Sciences Humaines*, número especial *Frontières*, (no prelo).
- MOUGEOT, L.J.A. e BARROW, C.J.: *River Development in Brazilian Amazonia: A Preliminary Appraisal of the Araguaia-Tocantins*. Trabalho apresentado na Sessão Principal da Conferência Latino-Americana da UGI, Rio de Janeiro, 19/8/82. (Mimeo.).
- PAIVA, M.P.: *Grandes represas do Brasil*, Brasília D.F., Editerra, 1982.
- PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BACIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS (Prodiat): *Diagnóstico da Bacia do Araguaia-Tocantins*, vol. 1, Brasília D.F., Minter, 1982.
- SHANKAMA, A.: *Inga et l'avenir industriel du Zaïre*. Em: *Afrique et développement*, 1981, vol. 6, n.º 4, pp. 35-53.
- SIGAUD, L., coord.: *Impactos sociais de projetos hidrelétricos*, Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1984. (Mimeo.).
- SISO Q., G.: *Venezuela: el potencial hidroenergético de un país eminentemente petrolero*. Relatório nacional apresentado no XI Curso Internacional de Geografia Aplicada (Energia), Quito, Cepeige, 1983. (Mimeo).
- THOMI, W.: *Man-Made Lakes as Human Environments: The Formation of New Socio-Economic Structures in the Region of the Volta Lake in Ghana, West Africa*. Em: *Applied Geography and Development*, 1984, N.º 23, pp. 109-127.
- WARREN, K.: *World Steel: Change and Crisis*. In: *Geography*, 1985, vol. 70, part 2, n.º 307, pp. 106-117.

Impresso por



Linha Gráfica
Editora Ltda.

SHQ Q. 8 LOTES 2327/37 CEP 70810 - TELS.: (0611) 224-7700/224-7758/224-7778
BRASILIA - DF

RUA JAMES WATT, 12 - CEP 04576 - TELEFONE (311) 533-8216
BROOKLYN - SÃO PAULO - SP

Este livro é o produto de uma colaboração interdisciplinária entre pesquisadores franceses, canadenses, alemães e brasileiros através do CNPq e da UnB. Uma versão francesa foi publicada pelo ORSTOM em janeiro de 1987.

O fenômeno de "fronteira" ultrapassa uma simples ocupação de um espaço reputado vazio. Os autores do livro concordam para apresentar a "fronteira" em função do contexto histórico nacional e mundial e das especificidades das formações sociais em que se desenvolve. A "fronteira" aparece como um mito fundador da sociedade bem como um lugar utópico de resolução de conflitos.

Vários estudos de casos estão apresentados com a vontade de mostrar a diversidade das formas da fronteira: no tempo (ciclo do café, colonização agrícola nos anos 40, colonização da Amazônia, "desenvolvimento" dos cerrados) e no espaço (terras de matas, floresta amazônica, cerrados, Brasília).

Neste livro o leitor pode perceber a importância e os aspectos particulares do processo de expansão das fronteiras, sejam elas brasileiras, nicaragüenses ou malaias.